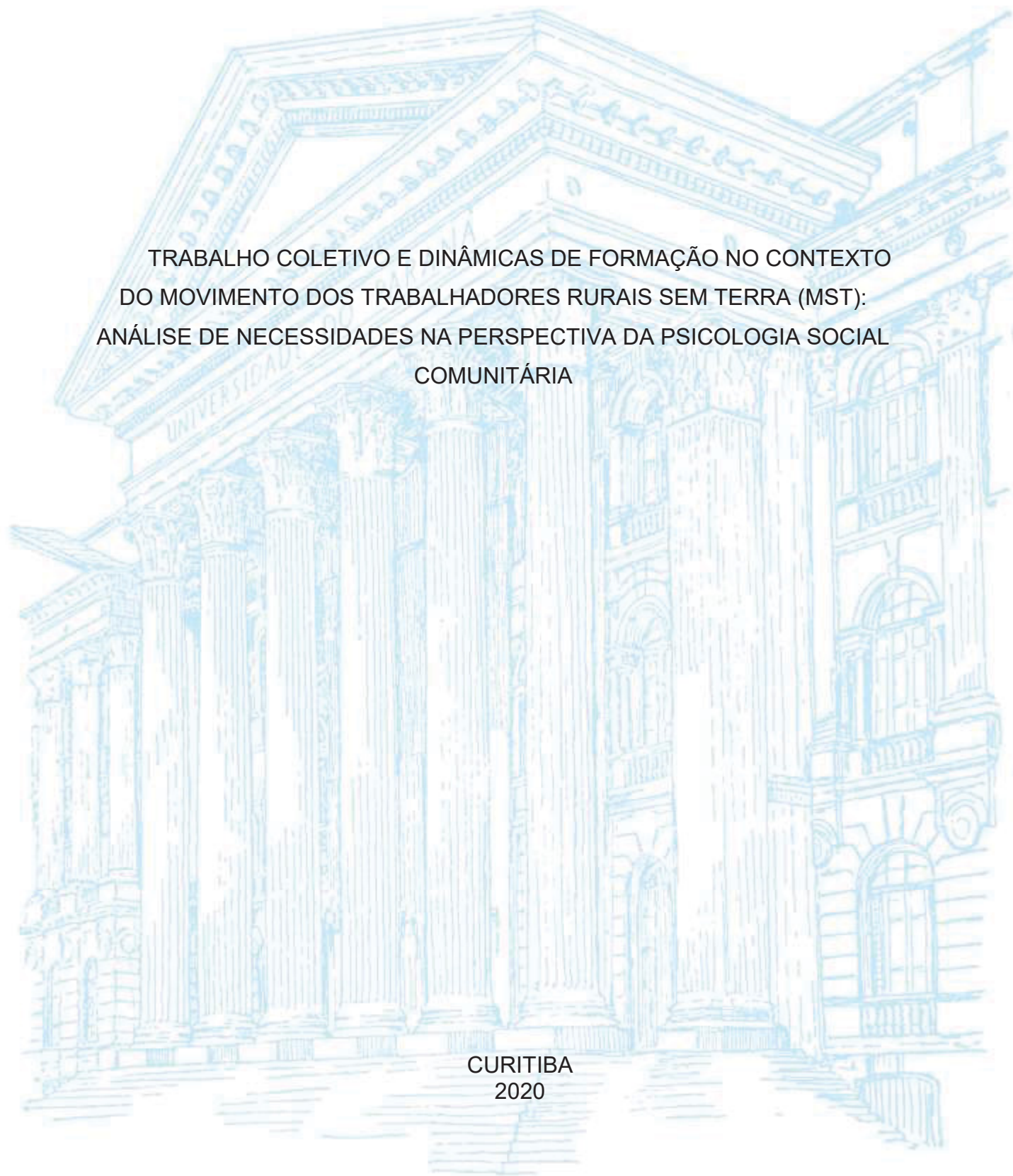


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÍRIAN TOSHIKO SEWO

TRABALHO COLETIVO E DINÂMICAS DE FORMAÇÃO NO CONTEXTO
DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST):
ANÁLISE DE NECESSIDADES NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL
COMUNITÁRIA

CURITIBA
2020



MÍRIAN TOSHIKO SEWO

TRABALHO COLETIVO E DINÂMICAS DE FORMAÇÃO NO CONTEXTO
DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST):
ANÁLISE DE NECESSIDADES NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL
COMUNITÁRIA

Tese apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutora em Educação, na linha Processos Psicológicos em Contextos Educacionais, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas.

CURITIBA
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sewo, Mírian Toshiko.

Trabalho coletivo e dinâmicas de formação no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) : análise de necessidades na perspectiva da Psicologia Social Comunitária / Mírian Toshiko Sewo, 2020. 294 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Maria de Fátima Quintal de Freitas

1. Psicologia Social. 2. Movimentos Sociais – Brasil. 3. Trabalho – Aspectos psicológicos. 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 5. Posse da terra – Brasil. 6. Psicologia Social Comunitária. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0


TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **MIRIAN TOSHIKO SEWO**, intitulada: **TRABALHO COLETIVO E DINÂMICAS DE FORMAÇÃO NO CONTEXTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): ANÁLISE DE NECESSIDADES NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA (PSC)**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA DE FÁTIMA QUINTAL DE FREITAS, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.


A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

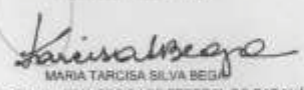
Curitiba, 09 de Março de 2020.


MARIA DE FÁTIMA QUINTAL DE FREITAS
Presidente da Banca Examinadora


JORGE CASTELLA SANABRIA
Avalador Externo (UFPR)


MARIA CRISTINA ANTUNES
Avalador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


JUÇAMARA VIEIRA SOUZA
Avalador Externo (HOCHSCHULE FÜR MUSIK, THEATER UND MEDIEN
HANNOVER, ALEMANHA)


MARIA TARCISA SILVA BEGA
Avalador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

DEDICATÓRIA

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e aos seus militantes, que tanto me inspiram e emocionam, dedico este trabalho de pesquisa.

Deixo aqui registrado essa música que me marcou muito durante o doutorado e que aprendi em minhas andanças, ouvindo os Sem Terra.

Música: Manter a Esperança

Composição: Ademar Bogo

*Já negaram tudo que bem pouco resta
nova teoria já dizem que tem
Tentam iludir os que tudo fazem pra que se
acomodem e parem também.*

*Qualquer discurso já é uma ameaça
e se for na praça correndo já vem
Não andamos muito mas sabemos agora
Já disse o poeta "quem sabe faz a hora"
e não se espera por quem já não vem.*

*Já disse o homem que depois
morreu e ficou na memória.
Que existe uma coisa na roda da história
que uma camada pra trás quer rodar.
Mas estes não servem
pra pôr suas mãos nesta manivela
ficarão à margem olhando da janela
a luta do povo esta roda girar.*

*O que os outros fizeram já não vale nada.
Já não sabem mais o que mesmo dizer.
Querem construir a nova sociedade
buscando no voto o sonhado poder.
A luta de classes já não existe.
Mas quem faz resiste e procura vencer.
Por mais que se queira transformar em nada,
saibam que a história é como a madrugada,
quem acorda cedo faz o amanhecer.*

AGRADECIMENTOS

Esse estudo só foi possível graças à contribuição de pessoas especiais que junto comigo estiveram trilhando esse caminho.

Agradeço a todos os militantes do MST que participaram da construção desta pesquisa em diferentes momentos e de diversas formas e que acolheram a mim e à proposta de estudo. Sem vocês não haveria o motivo!

Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, pela amizade e afeto, pelo acolhimento da proposta de estudo, pelas muitas reflexões, aprendizados e segurança para cada passo da pesquisa. Compartilhar da sua experiência é sempre um momento de deleite. Sem você não haveria o contentamento!

Agradeço à Rosa Lúcia Rocha Ribeiro que foi, desde o início, uma incentivadora, parceira e companheira dos mais ricos diálogos. Sem você não haveria a luz!

Agradeço aos amigos do MST que dispensaram o seu tempo para conversar sobre suas vidas comigo possibilitando-me adentrar no universo do Movimento. Obrigada também pela paciência, pelo acolhimento, pelas muitas experiências, pelos ensinamentos, pela inspiração, pelo vigor da luta que me injetam e pelo novo lugar no mundo que me proporcionam. Com vocês eu sei quem sou!

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação e defesa, Dr^o. Salvador Antonio Mireles Sandoval, Dr^a. Raquel Souza Lobo Guzzo, Dr^a. Jusamara Vieira Souza, Dr^o. Jorge Castella Sarriera, Dr^a. Maria Cristina Antunes e Dr^a. Maria Tarcisa Silva Betega pela dedicação e contribuições a esse estudo.

Agradeço à Lourdes Vicente e ao Rodrigo Baggio, ambos representando o MST e componentes da banca popular para essa tese, pela dedicação e contribuições a esse estudo e pela confiança de que ele teria importância.

Agradeço aos amigos do Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES), aos estudantes que passaram pela minha vida e tanto me ensinaram, aos amigos de trabalho na UFMT e aos amigos de outros cantos pela

companhia, parceria e as boas trocas! Agradeço, principalmente, à Silvana Farias, por tudo!

Agradeço aos meus pais, Toyoshi Sewo e Gilvaine Couto Oliveira Sewo, pelo amor incondicional; às minhas irmãs, Roseane Sewo e Juliana Sewo, e toda a família pelo amor, apoio, carinho, torcida e por nossa querida convivência.

RESUMO

O presente estudo buscou compreender as dificuldades, necessidades e desafios vivenciados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à luz da Psicologia Social Comunitária. Para tanto, realizou uma pesquisa qualitativa utilizando o método do materialismo histórico e dialético articulado com os princípios e práxis da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular. Foram realizadas 31 entrevistas coletivas e/ou individuais com 125 pessoas do MST (dirigentes, acampados e assentados) de oito unidades federativas do país (Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e Mato Grosso). Os dados empíricos corresponderam a 11 entrevistas envolvendo 29 participantes. Foram identificados nove conjuntos de dificuldades, necessidades e desafios vivenciados pelo MST em relação: (1) ao Estado, ao governo e às políticas públicas; (2) à organicidade, ao trabalho coletivo e à vida comunitária; (3) à formação; (4) às relações humanas, com destaque para as relações de gênero; (5) à violência; (6) ao novo perfil dos sem-terra; (7) à saúde mental dos militantes; (8) à criminalização da luta pela terra e (9) à resistência na luta e permanência na terra. O processo de análise possibilitou destacar a importância do trabalho coletivo como elemento fundamental para a consecução dos objetivos do MST, que os assentamentos ainda vivenciam muitas dificuldades a seu respeito e como essas dificuldades impactam a vida cotidiana nos assentamentos e a realização do projeto político almejado pelo Movimento. O estudo aponta algumas questões finais que dizem respeito: (1) à importância da construção de relações que façam a vida valer a pena desde o período do acampamento; (2) à necessidade de maior compreensão das dificuldades que a militância, principalmente, dos assentamentos, tem a respeito do trabalho coletivo e de uma formação mais específica que auxilie na superação destas dificuldades e (3) à possibilidade de maior aproximação entre a Psicologia Social Comunitária e o MST para a construção conjunta e contínua de uma práxis libertadora, podendo gerar frutos para ambos.

Palavras-chave: MST; Psicologia Social Comunitária; Trabalho coletivo.

ABSTRACT

The present study sought to understand the difficulties, needs and challenges experienced by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (Landless Rural Workers Movement), in light of Social Community Psychology. To this end, a qualitative research was carried out using the historical and dialectical materialism method together with the principles and praxis of Social Community Psychology and Popular Education. Thirty-one collective and/or individual interviews were carried out with 125 MST people (leaders, campers and settlers) from eight federal units in the country (Federal District, São Paulo, Paraná, Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro and Mato Grosso). Empirical data corresponded to 11 interviews involving 29 participants. Nine sets of difficulties, needs and challenges experienced by the MST were identified in relation to: (1) the State, the government and public policies; (2) organicity, collective work and community life; (3) education and training; (4) human relations, with emphasis on gender relations; (5) violence; (6) the new profile of the landless workers; (7) the militants' mental health; (8) the criminalization of the struggle for land and (9) the endurance to struggle for land and remain on it. The analysis process made it possible to highlight the importance of collective work as a fundamental element for the achievement of the objectives of the MST, the fact that the settlements still experience many difficulties and how these difficulties impact daily life in the settlements and the realization of the political project desired by the Movement. The study points out some final issues that concern (1) the importance of building relationships that make life worthwhile as from the time spent in settlements; (2) the need for a greater understanding of the difficulties that the militancy suffers, especially in the settlements, regarding collective work and more specific training that may help overcome these difficulties and (3) the possibility of a closer relationship between Social Community Psychology and the MST for the joint and continuous construction of a liberating praxis with achievements for both.

Keyword: MST; Social Community Psychology; Collective practice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Ilustração da composição das brigadas nos assentamentos do MST
- Figura 2 - Ilustração da constituição do assentamento do MST a partir do Núcleo de base e das Brigadas
- Figura 3 - Ilustração da organização dos Núcleos de base à constituição das Regionais do MST
- Figura 4 - Ilustração da composição da Direção Nacional do MST
- Figura 5 - Estrutura organizativa do MST
- Figura 6 - Seleção dos participantes da pesquisa
- Figura 7 - Ilustração no movimento analítico-conceitual
- Figura 8 - Representação do trajeto percorrido para a coleta de dados

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - O papel de cada Setor no conjunto do MST
- Quadro 2 - Principais funções das instâncias organizativas (encontro, coordenação e direção) do MST ao nível estadual
- Quadro 3 - Funções das instâncias organizativas do MST no nível nacional
- Quadro 4 - Método da Direção Coletiva
- Quadro 5 - Método da organização social
- Quadro 6 - Qualidades imprescindíveis do militante social
- Quadro 7 - Entrevistas com os dirigentes nacionais do MST, na primeira etapa da coleta de dados
- Quadro 8 - Localização dos assentamentos indicados quanto aos setores/coletivos de Cultura, Educação, Produção, Gênero, Saúde, Comunicação e Frente de Massa do MST
- Quadro 9 - Setores do MST em destaque, segundo os estados, na percepção dos dirigentes nacionais entrevistados
- Quadro 10 - Caracterização das entrevistas realizadas em assentamentos dos estados do Paraná, Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso, segundo o período de permanência, setores, data, duração e número de participantes.
- Quadro 11 - Entrevistas realizadas segundo o estado, período, número de entrevistas, número de participantes e total de dias
- Quadro 12 - Número de entrevistas realizadas, segundo os setores/coletivos
- Quadro 13 - Número de entrevistas, segundo os setores e participantes
- Quadro 14 - Dificuldades, necessidades e desafios segundo os setores do MST.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
GEA	Grupo de Estudos Agrários
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NUPCES	Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNSIPCF	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta
PNSIPCFA	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas
PROCERA	Programa Nacional de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SE	Setor de Educação
SFM	Setor de Frente de Massa
SG	Setor de Gênero

SP	Setor de Produção
SS	Setor de Saúde
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPR	Universidade Federal do Paraná
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. O MST E A LUTA PELA TERRA	22
1.1. História da luta pela terra	22
1.2. O MST: três décadas de construção pedagógica de um movimento de massas	26
1.3. Organização e dinâmica do MST	30
1.3.1. A organização nos assentamentos	31
1.3.2. A organização estadual	34
1.3.3. A organização nacional	36
1.4. Princípios	39
1.4.1. Direção Coletiva: Método	40
1.4.2. Organização Social: Método	41
1.4.3. Militante Social: Qualidades	42
2. O MST NAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA	44
3. A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA COMO PSICOLOGIA DO POVO	68
4. O CAMINHO DE UMA PESQUISA COM A COMUNIDADE	81
4.1. Considerações sobre a pesquisa e o processo metodológico	81
4.2. A inserção e a construção da relação com o MST	83
4.3. A população e a seleção dos participantes da pesquisa	84
4.4. A coleta de informações e dados contextuais	87
4.5. Considerações éticas	91
5. DESCRIÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE	92
5.1. Processo de entrada no campo: aproximações ao mundo dos assentamentos	94
5.2. Relato das entrevistas	107
5.2.1. Setor de Frente de Massa	108
5.2.2. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente	144
5.2.3. Setor de Educação	171
5.2.4. Setor de Gênero	195
5.2.5. Setor de Saúde	219
5.3. Dificuldades, necessidades e desafios: sistematização	236

▪ Dificuldades em relação ao Estado, governos e políticas públicas _____	237
▪ Dificuldades, necessidades e desafios relacionados à organicidade, trabalho coletivo e vida comunitária _____	239
▪ Necessidades em relação à formação _____	241
▪ Dificuldades, necessidades e desafios que se referem às relações humanas – destaque para as relações de gênero _____	243
▪ Dificuldades em relação à violência _____	245
▪ Dificuldades em relação ao novo perfil dos Sem Terra _____	245
▪ Saúde mental dos militantes _____	246
▪ Dificuldades em relação à criminalização da luta pela terra _____	247
▪ Dificuldades em relação à resistência na luta pela terra _____	247
5.4. Dimensões em destaque nas dinâmicas do MST _____	248
▪ Vivência da discriminação e do preconceito e seus reflexos na resistência em permanecer lutando pela terra _____	250
▪ As percepções sobre as dificuldades de expressão e participação e possíveis efeitos no trabalho coletivo _____	254
▪ As percepções da violência e reflexos na vida comunitária – as relações de gênero em destaque _____	256
▪ Fazer comunitário e trabalho coletivo _____	259
▪ Trabalho de mobilização nos assentamentos e organicidade do Movimento _____	260
▪ Ânimo para/no o trabalho coletivo _____	263
▪ Papel da Frente de Massa e implicações para o trabalho e a saúde do militante _____	266
 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVERSAS DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL	
COMUNITÁRIA NO CAMPO DO MST _____	268
▪ Trabalho coletivo: como se aprende? _____	268
▪ Acampamento também como cultivo e colheita? _____	271
▪ A título de finalização: questionamentos novos? _____	273
▪ O projeto de formação de psicólogos para atuação em áreas de reforma agrária _____	275
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	277
 APÊNDICES _____	290
APÊNDICE I - Roteiro de entrevista _____	291
APÊNDICE II - Termo de consentimento livre e esclarecido _____	293

INTRODUÇÃO

Em 2012, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) procurou alguns professores do departamento de Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) com a proposta de elaboração de um curso de graduação em Psicologia nos moldes do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ou seja, destinado aos assentados pelo Programa de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), considerando suas especificidades e necessidades, seu contexto social e com o objetivo de prepará-los como profissionais de Psicologia para atuação, primordialmente, nos assentamentos rurais.

O PRONERA foi criado em 1988 a partir de uma articulação realizada pelo MST com a Via Campesina¹, os sindicatos dos trabalhadores rurais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que foi chamada de 'Articulação Nacional por uma Educação do Campo'. Dessa organização resultou a 'I Conferência: Por uma Educação Básica do Campo', realizada em Luizitânia/GO no ano de 1988. Foi nessa conferência que se criou o PRONERA (FAVARO, 2014), instalado no INCRA, que na época fazia parte do Ministério de Desenvolvimento Agrário² (MDA).

O PRONERA possui como parceiros "instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas, sem fins lucrativos, as secretarias municipais e

¹ A Via Campesina é um movimento autônomo, pluralista e multicultural que reúne cerca de 182 organizações camponesas, de pequenos e médios produtores, de sem-terras, de povos indígenas, de migrantes e trabalhadores agrícolas em 81 países na África, Ásia, Europa e América. Teve sua origem em 1992, quando várias lideranças camponesas dos continentes americano e europeu que participavam em Manágua do II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG), da Nicarágua, propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses. A proposição foi efetiva em 1993, durante a I Conferência em Mons, na Bélgica, em que foram definidas suas linhas políticas e estrutura. Seu principal objetivo é a realização da soberania alimentar como um direito dos povos a alimentos saudáveis e o combate ao processo neoliberal destrutivo. No Brasil, fazem parte da Via Campesina as seguintes organizações: MST, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (LA VIA CAMPESINA, 2016, 2018).

² O Ministério de Desenvolvimento Agrário foi extinto no ano de 2016 no governo de Temer. Atualmente o INCRA/PRONERA está vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

estaduais de educação e os movimentos sociais e sindicais representativos do público beneficiário" (IPEA, 2015, p.11). Esses parceiros são responsáveis pela execução do programa e envolvem

as universidades federais³, estaduais e municipais; os institutos federais de educação profissional e tecnológica (Ifets) e as escolas técnicas federais, estaduais e municipais; as escolas da família agrícola; as casas familiares rurais; os institutos de educação privados sem fins lucrativos; e as universidades, as faculdades e os centros de ensino privados sem fins lucrativos em articulação com os movimentos sociais e sindicais do campo (IPEA, 2015, p.11).

Os cursos realizados pelo PRONERA seguem as respectivas normativas para a sua execução e reconhecimento pelo Ministério de Educação, além das determinações legais do programa⁴.

Pelo PRONERA já formaram 82.895 mil alunos, sendo 75.280 na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível fundamental, 4.900 no nível médio, 2.715 no nível superior, sendo 2.188 na graduação, 266 na residência agrária⁵ e 261 na especialização em outras áreas (educação do campo, agricultura familiar e camponesa, agricultura familiar camponesa e educação do campo, educação de jovens e adultos, agroecologia, administração de cooperativas, economia e desenvolvimento agrário) (IPEA, 2015).

De 1988 a 2011, foram 54 cursos de nível superior nas modalidades de graduação, especialização e residência agrária. Os cursos de graduação desenvolvidos foram os de Pedagogia, História, Geografia, Sociologia, Ciências Naturais, Agronomia, Direito, Medicina Veterinária e Serviço Social (IPEA, 2015).

No estado de Mato Grosso foram realizados três cursos na modalidade de nível superior pelo PRONERA, um de graduação em Agronomia, um de graduação em Pedagogia da Terra e um de Residência Agrária (IPEA, 2015). Está em andamento um curso de especialização em Educação Ambiental, que teve início em julho de 2016.

³ Ao todo são 26 as universidades federais que já desenvolveram cursos pelo PRONERA (IPEA, 2015).

⁴ As normativas para a criação e execução de cursos através do PRONERA estão presentes no "Manual de Operações - PRONERA", publicado pelo MDA (BRASIL, 2011a).

⁵ A Residência Agrária é uma pós-graduação na modalidade de especialização que forma para atuação na assistência técnica, social e ambiental, junto aos assentamentos de reforma agrária e à agricultura familiar (IPEA, 2015).

A proposta de se fazer um curso de graduação em psicologia pelo PRONERA é um desafio por três grandes motivos. O primeiro é o de ser um projeto pioneiro, ou seja, não há notícias de um curso de formação de psicólogos com essas características e tipo de compromisso, no Brasil.

O segundo desafio é o de lidar com a compreensão de senso comum do que seja ser um profissional 'psicólogo' e do que se faz enquanto psicólogo, que possivelmente está presente também no interior do MST.

O terceiro desafio é o de lidar com o tema 'formação de psicólogos', um terreno de disputas e embates epistemológicos e políticos que se expressam no modo de fazer e pensar a psicologia enquanto ciência, enquanto profissão, enquanto formação e, frequentemente esquecido, enquanto ato político.

Desde 2012, quando a UFMT foi convidada a construir um curso de graduação em Psicologia pelo PRONERA, alguns professores e um representante do MST passaram a se reunir em torno desse mote constituindo um grupo de trabalho⁶. A ideia da pesquisa que aqui será apresentada surgiu no contexto dos trabalhos deste grupo que identificou a necessidade de melhor compreender a realidade dos assentamentos e acampamentos, suas dificuldades, necessidades e desafios, para a construção e avaliação do projeto pedagógico do curso.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral **compreender as dificuldades e necessidades vivenciadas pelos assentados do MST.**

Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer as principais atividades realizadas pelos assentados da Reforma Agrária dos assentamentos do MST;
- Conhecer as necessidades e as dificuldades vivenciadas pelos assentados da Reforma Agrária dos assentamentos do MST;

⁶ Esse grupo de trabalho é composto por 4 professores do curso de graduação em Psicologia da UFMT e representantes do MST, sendo que um participa presencialmente das reuniões e outros enviam contribuições de forma escrita. A pesquisadora responsável pela presente pesquisa compõe esse grupo de trabalho.

O grupo de trabalho responsável pela construção do curso de Psicologia/PRONERA entende que essa pesquisa além de contribuir com o projeto pedagógico de formação dos psicólogos para o trabalho nos assentamentos, pode contribuir fornecendo elementos para subsidiar outras atividades da psicologia da UFMT junto ao Movimento⁷, seja em outras pesquisas ou projetos de extensão.

Na atualidade, o projeto do curso de graduação em Psicologia pelo PRONERA está tramitando nas instâncias da UFMT, já foi aprovado pelo Departamento de Psicologia e pela Congregação do Instituto de Educação, contudo, não há perspectivas de sua implantação no governo Bolsonaro devido os cortes que programa sofreu e que inviabilizam a sua continuidade (DUPRAT, 2019).

É importante ressaltar que a metodologia de construção coletiva do projeto pedagógico do curso, envolvendo a universidade e o movimento social, foi uma demanda do MST quando o mesmo fez a proposição inicial a um grupo de professores ainda em 2012 em uma reunião nas dependências da UFMT; e foi de total acordo por se entender na perspectiva da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular, que o papel do psicólogo no trabalho com o povo⁸ é o de construção conjunta em todas as etapas de qualquer atividade, é o sonhar com, pensar com, fazer com, avaliar com e refazer com a comunidade. Como afirmam Freitas (1998a) e Martín-Baró (1986), o trabalho em conjunto com a comunidade em todas as atividades que se referem a ela é elemento fundamental nos trabalhos que, de fato, almejam produzir alguma mudança social.

Além do que já foi mencionado, esta pesquisa de doutorado tem como enfoque principal os princípios da Psicologia Social Comunitária, e se espera que esta investigação

- Possa contribuir com um significativo movimento social do país, o MST, em um dos seus principais objetivos que é a de formação das pessoas do

⁷ O termo 'Movimento' com a inicial em letra maiúscula será utilizada, neste trabalho, para se referir ao MST.

⁸ Neste trabalho o termo 'povo' é usado em oposição ao termo 'elite', com base em Paulo Freire (FREIRE, 2019).

campo para a atuação nesse mesmo território, frequentemente, negligenciado pelas políticas públicas.

- Esteja intrinsecamente relacionada com o campo da Educação e com os propósitos da Psicologia Social Comunitária.
- Estude a realidade vivida pelas comunidades com a finalidade não só de aperfeiçoar a qualidade do processo pedagógico do curso de graduação em psicologia através do PRONERA, mas de construir uma proposta que esteja articulada com as necessidades da população.
- Aborde os processos psicossociais do desenvolvimento e interação humana, não em uma perspectiva biológica ou circunstanciada ao indivíduo, mas em sua dimensão social, histórica e política que se reflete nas construções cotidianas, objetivas e subjetivas, da vida, que favorecem ou não a emancipação humana.
- Seja uma pesquisa que é demandada e constantemente refletida pela comunidade⁹, ou seja, uma pesquisa em que os sujeitos não são apenas fornecedores de informações, mas os maiores interessados nos resultados.
- Possa fornecer elementos para avaliar o projeto pedagógico de formação de psicólogo por meio do PRONERA a ser realizado pela UFMT e contribuir para a sua formulação e/ou reformulação.
- Ainda, espera-se que o resultado da pesquisa também possa contribuir com outros projetos formativos em Psicologia junto ao Movimento e que possam ser realizados futuramente.

Esta tese está estruturada em seis capítulos. No capítulo I é apresentada, em linhas gerais, a história da luta pela terra, o surgimento do MST, sua organização e os princípios que balizam o Movimento e a sua militância.

No capítulo II é apresentado um levantamento das pesquisas de pós-graduação que já foram realizadas pelo campo da Psicologia a respeito do MST. Considerando que Domingues (2007) fez um levantamento abarcando o período de 1987 a 2004, na presente pesquisa optou-se em dar continuidade a esse

⁹ A presente pesquisa, além da orientação e dos demais espaços acadêmicos, tem sido discutida desde 2016 com os militantes do MST. Essas discussões contribuíram enormemente para entender a dinâmica do Movimento e para planejar as questões metodológicas.

levantamento incluindo o período de 2005 a 2019. Ao todo foram relacionadas 43 produções constantes no Banco de Teses da Capes.

No capítulo III, intitulado 'A Psicologia Social Comunitária como Psicologia do povo', abordou-se a história e principais aportes teóricos da Psicologia Social Comunitária, reflexões sobre a exclusão, a defesa que faz a professora Maria de Fátima Quintal de Freitas de uma práxis que tenha como mote a politização da vida cotidiana e o desafio de se construir comunidades e ao mesmo tempo a própria Psicologia Social Comunitária.

No capítulo IV é apresentada a metodologia da pesquisa construída tendo como principal referencial teórico-metodológico a Psicologia Social Comunitária ancorada nos aportes da Pesquisa Participante.

No capítulo V é apresentada a descrição, sistematização e análise da presente pesquisa. Esse material está organizado em seções: 1) a descrição do processo de entrada no campo e a aproximação ao mundo dos assentados; 2) o relato do material coletado; 3) a sistematização das dificuldades, das necessidades e dos desafios identificados a partir dos relatos e 4) as reflexões que estes achados propiciaram.

No capítulo VI, é realizada uma reflexão em forma de um diálogo entre a Psicologia Social Comunitária e o MST em torno de dois principais temas: 1) a possibilidade do MST e a Psicologia Social Comunitária aprofundarem as elaborações teórico-práticas sobre o trabalho coletivo e 2) a construção de acampamentos que sejam espaços de construção desde já de relações consideradas fundamentais para a construção de uma nova sociedade e que faça o estar no acampamento valer a pena, para a maioria, também pelo presente e não apenas pelo futuro de esperança na conquista da terra. Também é apresentado nesse capítulo um panorama geral de como o projeto de formação de psicólogos pelo PRONERA encontra-se atualmente.

1. O MST E A LUTA PELA TERRA

O MST se define como um “movimento social de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2016a, p.9).

Seu início se deu no ano de 1984 no estado do Paraná e, atualmente, está presente nas cinco regiões do país e organizado em 24 estados.

Seus objetivos enquanto movimento social de massas são as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social. Consideram que a solução dos problemas do país só é possível por meio de um Projeto Popular para o Brasil, construído pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, e a luta pela Reforma Agrária é a sua contribuição para a realização desse projeto. Através da luta dos trabalhadores rurais organizados no movimento, 350 mil famílias conquistaram a terra (MST, 2016b).

Nesse capítulo serão abordados três temas: a história da luta pela terra no Brasil, fundamental para entender o contexto histórico no qual se insere o MST; a construção do MST nesses 32 anos de existência e a sua perspectiva educativa e a organização e dinâmica do Movimento.

História da luta pela terra

Considerando que o Brasil é um país que se constituiu sob extrema violência, opressão, exploração e dominação do seu povo, as lutas por melhores condições de vida sempre estiveram presentes no cotidiano do povo brasileiro (MORISSAWA, 2001; FERNANDES, 2008; SCHILLING, 2011).

Entre essas lutas, a luta pela terra é uma das mais antigas, pois iniciou-se com a chegada do invasor europeu que investiu sobre as populações tradicionais que aqui viviam uma prática de guerra de extermínio, tomou as suas terras, escravizou o seu trabalho e abandonou-as à sorte diante das enfermidades trazidas por ele. Para se ter uma ideia do extermínio praticado, estima-se que antes da invasão, cerca de cinco milhões de pessoas viviam nesse território. Em 300 anos, o número de indígenas foi reduzido para, aproximadamente, 1 milhão. Os números mais recentes, do censo do IBGE de 2010, são de 896,9 mil

indígenas no território brasileiro (STEDILE, 2011; RIBEIRO, 2015, págs. 106-108; IBGE, 2012; BRASIL, 2016).

Esse processo de espoliação da terra também inclui a história dos povos africanos trazidos para o Brasil como mão de obra escrava. Os estudos atuais registram que 12,5 milhões de africanos embarcaram à força para as Américas em 36 mil viagens negreiras entre os séculos XVI e XIX. A maioria dessas viagens tinham o Brasil como destino, tendo sido embarcados para cá 5.532.120 de africanos e desembarcados 4.864.372¹⁰ (ELTIS & HALBERT, 2013).

Foram 300 anos de escravidão e violências de todos os tipos, alguns conseguiam fugir para os quilombos e lá se organizavam em um território de produção de alimentos, de esperança, de resistência, e de liberdade das opressões da senzala, mas, como é sabido pela história, os quilombos foram sistematicamente atacados e destruídos, prática que visava retomar a mão-de-obra escrava, mas também impedir o crescimento e multiplicação dos quilombos.

No interior do movimento abolicionista da época havia aqueles que defendiam uma distribuição de terras para os escravos que seriam libertos, pois as terras do país, na época da invasão foram declaradas propriedades da coroa portuguesa e, posteriormente, com a declaração de independência em 1822, tornaram-se propriedade do imperador do Brasil. Ou seja, não havia proprietários privados, o uso da terra era feito por concessões de uso hereditário aos possuidores de recursos para produzir monoculturas e exportar.

A ideia de distribuir terras para os escravos que seriam libertos para que nela pudessem produzir o seu sustento não foi vencedora frente aos interesses do capital que se preparava para a mudança do modelo de produção escravocrata para o assalariado, e nesse novo modelo, o lugar dos escravos que seriam libertos já estava posto e não seria como camponês.

Juridicamente, a Lei de Terras de 1850 representou essa vitória do capital sobre as aspirações daquele grupo de abolicionistas. Nessa lei, a terra adquiriu o caráter de mercadoria e passou a ser vendida. Assim, apenas os que tinham riquezas poderiam pagar pelas terras e se tornar proprietário. A todos os demais,

¹⁰ Cerca de 12 a 13% das pessoas embarcadas não sobreviviam às viagens, seja pelas condições higiênicas das embarcações ou pela violência que sofriam (ELTIS & HALBERT, 2013).

indígenas, negros e brancos pobres foi negado o direito à terra, ainda que estivessem nela por toda a vida, e, por conseguinte, à produção para a sua subsistência (MAZIN; ESTEVAM & STÉDILE, 2015).

O Censo de 1872, pouco antes da promulgação da Lei Áurea (1888), registra uma população total de 9.930.478, sendo pretos e pardos 5.762.134, destes ainda estavam sob o regime do trabalho escravo 1.510.806 pessoas (PAIVA, GODOY, RODARTE, SANTOS, JESUS, MIRANDA, MENDONÇA e VARGAS, 2012).

Estes números evidenciam que a maioria da população negra (entre pretos e pardos) contabilizada pelo censo já havia conseguido sua alforria do trabalho escravo, indicando o declínio do regime escravocrata. Mas também indica a quantidade de pessoas que foram totalmente abandonadas à sua própria sorte, pois com a Lei de Terras, a abolição do trabalho escravo não deu outra alternativa para a imensidão de pessoas que foram declaradas “livres” a não ser se dirigir para as cidades portuárias em busca de emprego e ocuparem lugares de difícil acesso para morarem, como morros e manguezais. Com a Lei de Terras nasce, no Brasil, o latifúndio e a favela; e ao negar o direito à terra a todos os pobres, não somente aos índios e negros, instiga diversas lutas regionais como a de Canudos na Bahia (1896-1897), Contestado em Santa Catarina e Paraná (1912-1916) e Caldeirão no Ceará (1937) (MAZIN; ESTEVAM & STÉDILE, 2015; STEDILE, 2011).

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, no século XX, a luta pela terra ganha fôlego com o surgimento das Ligas Camponesas a partir do trabalho do Partido Comunista em torno da proposta de construir uma aliança operário-camponesa. As Ligas reuniram trabalhadores rurais assalariados, pequenos arrendatários e posseiros de quase todos os estados brasileiros, mas seu tempo de vida foi curto, pois em 1947 o Partido Comunista foi decretado ilegal. No entanto, as lutas não foram interrompidas e ficaram para a história a Guerrilha de Porecatu no Paraná (1944-1951) e o território livre de Trombas e Formoso (décadas de 40 e 50), atual Estado de Goiás (MAZIN; ESTEVAM & STÉDILE, 2015).

Na década de 60, surgiram outras organizações de trabalhadores rurais, uma delas, com atuação, principalmente, no nordeste brasileiro, resgata o nome das Ligas Camponesas. Outras duas organizações que surgiram na época foram

a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) (PICOLOTTO, 2009).

Nesse período, a organização dos trabalhadores camponeses e urbanos pressionavam o então presidente João Goulart a realizar as reformas de base, entre elas a Reforma Agrária. Mas, com o golpe e a ditadura empresarial-militar em 1964, os movimentos foram duramente reprimidos, perseguidos, extintos e proibidos, tendo muitos trabalhadores rurais torturados e mortos (CARNEIRO & CIOCCARI, 2010).

Durante o período da ditadura iniciou-se um processo de modernização do campo com inserção de máquinas e uso intensivo de veneno, sem, contudo, modificar a estrutura latifundiária e as relações de exploração existentes. Foi um período de muitos conflitos. A estratégia do governo para diminuir a organização do povo foi aprovar o 'Estatuto da Terra' em 1964 sob orientações da "Aliança para o Progresso"¹¹. Esse Estatuto reconhece a função social da terra de produzir com respeito aos direitos trabalhistas e ambientais e prevê a desapropriação das terras que não cumprem essa função e o assentamento dos trabalhadores sem terra. No entanto, como sua função era mais uma estratégia para desmobilizar do que fazer de fato o assentamento dos trabalhadores rurais, a real política praticada pelo governo era a de incentivar os camponeses pobres a seguirem para o Centro-Oeste e Norte do país, onde ficavam esquecidos sem nenhuma infraestrutura (MAZIN; ESTEVAM & STÉDILE, 2015).

Na década de 70, surgiram as CEBs e a CPT, organizações da Igreja Católica alicerçadas na Teologia da Libertação¹² que contribuíram, e ainda contribuem, com a luta pela terra. As CEBs foram responsáveis pela criação de um espaço importante onde os trabalhadores rurais puderam se reunir e discutir

¹¹ A 'Aliança para o Progresso' consistiu em uma articulação entre os Estados Unidos e a América Latina, proclamada em 1961 pelo presidente John Kennedy, em que os Estados Unidos se dispôs a fornecer ajuda financeira aos países da América Latina que se comprometessem em realizar uma "revolução em suas sociedades. Essa revolução consistiria no fomento do desenvolvimento econômico e de reformas sociais de caráter vital, por meio de planejamento e com respeito à democracia". De acordo com Loureiro (2013), a 'Aliança para o Progresso' fazia parte da estratégia dos Estados Unidos em conseguir aliados contra Cuba e Rússia e impedir o avanço do comunismo no continente americano. A Revolução Cubana ocorrida em 1959, no período da Guerra Fria, foi uma clara ameaça ao poder dos Estados Unidos na América Latina (LOUREIRO, 2013, p.548).

¹² A Teologia da Libertação foi "a primeira produção teórica nascida na periferia do cristianismo, que apresenta um novo modo de fazer teologia, a partir dos pobres e contra a sua pobreza" (BOFF, 2007).

seus problemas comuns. A CPT, juntamente com as CEBs, contribuiu significativamente para a conscientização da necessidade de se organizar e de o fazer em caráter nacional. Dessa organização dos trabalhadores rurais que se encontravam fortalecidos pelas lutas históricas desse período surgiu o MST em janeiro de 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, Paraná (CALDART, 2012; MENEZES NETO 2007).

Como pode ser visto pela breve contextualização histórica apresentada, a luta pela terra no Brasil é antiga e tem diversos sujeitos históricos. Cada qual teve, e ainda tem, um importante papel de resistência e de construção da luta pela terra que, mais recentemente, foi também assumida pelo MST.

O MST: três décadas de construção pedagógica de um movimento de massas

No período que vai de 1984 a 2014, o MST desenvolveu uma luta pela terra que tinha na Reforma Agrária clássica o seu principal eixo. Pressionava o governo para que fizesse a Reforma Agrária nas áreas rurais improdutivas, como estava descrito no Estatuto da Terra e na Constituição de 1988.

Contudo, com a abertura da economia ao capital financeiro internacional no governo Fernando Henrique Cardoso, período que vai de 1995 a 2002, uma significativa mudança se deu na agricultura dando origem ao chamado ‘agronegócio’, uma “aliança entre os latifundiários, empresas multinacionais e bancos, que passaram a comprar terras, agroindústrias e empresas agrícolas” com os objetivos de “controlar toda a cadeia produtiva: da semente ao produto industrializado... e de produzir as chamadas *commodities*, produtos que são aceitos no mercado mundial” (MAZIN; ESTEVAM & STÉDILE, 2015, p.52).

Com o agronegócio aumentou a concentração de terra e consequentemente as desigualdades no campo, mas não só isso, a agricultura brasileira avançou no uso da semente transgênica, do agrotóxico e da monocultura. E para se realizar enquanto projeto, o agronegócio efetivou alianças com os meios de comunicação, no judiciário e na política através do financiamento de campanhas eleitorais, o que tornou a luta dos trabalhadores rurais ainda mais desafiadora.

Entendendo que a luta pela terra havia extrapolado a dimensão nacional, que ela não era mais apenas com o latifundiário, mas também com as empresas

multinacionais e os bancos, o MST, através de discussão interna ampliada, ou seja, com toda a base, e debates com outros movimentos sociais, passou a compreender que a luta pela Reforma Agrária no modelo da concepção burguesa não era mais suficiente, pois além do novo cenário que se ergueu a partir do agronegócio inviabilizar sobremaneira a distribuição das terras, esse modelo de Reforma Agrária não resolve os problemas da classe trabalhadora. É nesse sentido que o MST passa a construir no interior do Movimento o que vai ser chamado de 'Reforma Agrária Popular' (MST, 2013; ENGELMANN & GIL, 2012; FERNANDES, 2008).

A Reforma Agrária Popular extrapola as dimensões da luta pela terra e parte para uma aliança com os trabalhadores urbanos para um enfrentamento conjunto ao capital. Defende a soberania na produção de alimentos; a agroecologia; a produção de alimentos saudáveis para alimentar a população; a adoção de um manejo racional do meio ambiente e de técnicas que garantam, ao mesmo tempo, a produtividade e a saúde do camponês; a construção de assentamentos que sejam lugares bons para se viver para todas as gerações, entre outras proposições (MST, 2013; CARDART, 2013).

O programa da Reforma Agrária Popular foi deliberado no VI Congresso Nacional do MST, em fevereiro de 2014, com 9 eixos, sendo o da educação e cultura um deles. Nesse eixo, o MST reafirma a compreensão do conhecimento como um elemento que contribui para o processo de conscientização e libertação, portanto é fundamental para a luta pela Reforma Agrária Popular; e planeia objetivos que visam garantir o acesso à educação em todos os níveis à população que vive no campo. Nos últimos anos, o PRONERA tem sido um dos instrumentos viabilizadores desses processos educativos e, na maioria das vezes, é o Movimento que instiga as instituições governamentais da área da educação para a realização de projetos educacionais nos acampamentos e assentamentos.

Mas a formação no MST vai além da educação formal e oficial. Caldart (2012, p. 319) reconhece o MST como sendo um sujeito pedagógico na medida que “atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que o constituem”.

É possível destacar três dimensões dessa formação, uma que segue um programa formativo interno coordenado pelo setor de formação e que aborda

conteúdos destinados a desenvolver a capacidade de análise da conjuntura da luta de classes, conteúdos direcionados ao trabalho com o povo e conteúdos relacionados ao modo de ser militante do MST. Isso inclui estudos sobre o marxismo, a questão agrária, a história do Brasil e da América Latina, a educação libertadora de Paulo Freire, a agroecologia, o feminismo, a diversidade sexual, o racismo, os personagens históricos das lutas sociais em favor do povo, a mística, os princípios do Movimento, a qualidade e valores dos militantes e tantos outros.

A outra dimensão é a formação da identidade Sem Terra, um processo que envolve a apropriação dos princípios adotados pela organização, dos valores cultivados e um modo de vida que “projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou antivalores) que a sustentam” (CALDART, 2001).

Nas palavras de Caldart, ser Sem Terra é

mais do que lutar pela terra; Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: Sem Terra do MST! Isto fica ainda mais explícito na construção histórica da categoria crianças Sem Terra, ou Sem Terrinha, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado (CALDART, 2001, p.211).

A formação da identidade Sem Terra tem início desde o acampamento, onde as famílias começam a vivenciar um jeito diferente de estar no mundo, de olhar para esse mundo, de entendê-lo e de se relacionar com os que estão com ele na mesma jornada. As novas atividades proporcionadas pelo acampamento proporcionam novas experiências que de alguma forma se somam na construção de novos sujeitos. Belo & Pedlowski (2014) relatam que a vivência no acampamento possibilita a incorporação de novas práticas coletivas e a construção de um ideário coletivo capaz de forjar uma identidade coletiva. As práticas coletivas “antes ausentes do horizonte cultural” daquelas pessoas, tais como “participação em manifestações, assembleias e coordenação de comissão de trabalho” levam à formação de uma nova forma de convivência baseada num ideário coletivo e “isso se deve ao fato de que redes de solidariedade são

construídas a partir das experiências no acampamento, e contribuem para uma ampliação do valor dado à ação coletiva” (BELO & PEDLOWSKI, 2014, p.82-83).

A participação possui um princípio educativo quando articulada com os processos de comunicação dialógica e de conscientização (SEWO, 2004).

O grupo que tem em seu interior os processos de comunicação dialógica, de participação e de conscientização, propicia interações grupais capazes de propulsionar um movimento de consciência em direção à criticidade de si e do mundo onde vive. É este o princípio educativo da participação, porque ela propicia todo um movimento dos processos mentais, propicia a reorganização da ação do homem no mundo, propicia a construção da consciência crítica, enfim, propicia ao mesmo tempo, aprendizagem e ensinamento (SEWO, 2004, p.52).

A participação como atividade humana possui um princípio educativo na medida que envolve a relação com outras pessoas, outros conhecimentos, outras práticas, outros valores, propicia o exercício de novos papéis sociais com diferentes exigências, propicia a partilha de experiências de vida e a vivência de sentimentos que dependendo da intensidade em que acontecem e da significação que tem, constituem em elementos que atuam nos processos de conscientização, fazendo com que aquilo que está cristalizado na consciência vá se movimentando, saindo do lugar acostumado para se constituir em novas práticas e novos aprendizados.

Montero (1996) contribui com a compreensão da participação enquanto processo de transformação afirmando que a participação é “uma relação de mútua transformação, onde o participante constrói e modifica o fenômeno do qual participa, e é transformado por ele” (MONTERO 1996, p.7).

Se a participação, conforme Sewo (2004) e Montero (1996), é capaz de operar transformações, a participação no MST não fica atrás e já despertou o interesse em alguns pesquisadores que se propuseram a estudar as repercussões da participação no Movimento na construção de subjetividades e identidades de seus partícipes. Entre esses pesquisadores é de interesse desse estudo aprofundar as produções de Leite & Dimenstein (2010) que tratam da produção da subjetividade no MST, de Alvaides & Scopinho (2013) que abordam o tema da reconstrução da identidade a partir da participação no Movimento e de Bogo (2010) que faz a discussão da identidade em sua relação com a luta de classes.

A terceira dimensão do processo de formação dos participantes do MST é a própria luta pela terra, reconhecida pelo movimento como um processo pedagógico no qual os militantes, no enfrentamento com o Estado, vão percebendo a sua forma de atuação em suas diversas instâncias, compreendendo os interesses de classe, e também a necessidade da unidade entre os trabalhadores, da própria formação, da organização, reconhecendo quem está ao lado e quem está do lado oposto... enfim o conteúdo programático da luta pela terra é um conteúdo prático que dá sentido a todos os outros conteúdos teóricos e à sua participação no Movimento, alimentando a sua identidade de Sem Terra.

Organização e dinâmica do MST

Nesse capítulo será apresentado um pouco da organização do MST que tem sido apreendida pela pesquisadora através de sua aproximação com esse Movimento, diálogos com seus participantes e através da leitura de seus documentos que abordam as normas gerais e os princípios organizativos do MST.

O MST se organiza localmente (nos assentamentos), regionalmente, no nível estadual e nacional. A articulação dessas instâncias é entremeada por um conceito muito presente no Movimento que é o de organicidade (MST, 2001, 2005, 2016a).

A ideia de **Organicidade** vem de **órgão**, enquanto parte de um corpo. O corpo possui muitos órgãos que, embora diferentes, trabalham para o mesmo fim. Organicidade é, então, a capacidade que um Movimento tem de fazer que as ideias, discussões e orientações comuns percorram e se articulem, em todo o corpo da organização, de forma permanente. Esse fluxo constante garante a unidade de pensamento e de ação, com autonomia relativa das partes, para aplicar, de maneira criativa, suas decisões gerais, além de cuidar de sua autorreprodução (CEPIS, 2012, p.54).

A organicidade do MST ocorre através da articulação de todas as suas instâncias (da base à direção nacional), das atividades que realiza e dos princípios que adotam em relação à direção coletiva, ao método de organização social e às qualidades imprescindíveis de um militante social. Nas páginas que se seguem será descrita, de forma geral, essa dinâmica.

1.3.1. A organização nos assentamentos

A organização nos assentamentos ocorre através dos seguintes elementos:

- Núcleos de base,
- Setores e coletivos,
- Brigadas, e
- Direção coletiva.

Os **núcleos** reúnem as famílias (entre dez a quinze) mais próximas que em conjunto fazem a discussão e encaminhamentos das questões locais (como a produção, a escola e as necessidades específicas da área), estaduais e nacionais. Cada núcleo possui uma coordenação formada por um homem e uma mulher para garantir a paridade de gênero. Todas as famílias devem participar dos núcleos (MST, 2001, 2005, 2016).

Os **setores e coletivos** são responsáveis pela implementação das linhas políticas definidas nos congressos nacionais e encontro nacionais e estaduais. Há setores de frente de massa, de formação, de educação, de produção, de comunicação, de projetos, de gênero, de direitos humanos, de saúde, de finanças e relações internacionais. São chamados de ‘coletivos’ as equipes que desenvolvem trabalhos específicos, mas que ainda não se organizaram enquanto setor nos estados e fazem parte de alguns dos setores mencionados anteriormente. Os coletivos são os de juventude e o de cultura. Nem todos os assentamentos possuem todos os setores, eles são formados conforme a necessidade e demanda local. Cada setor possui uma coordenação, também composta por um homem e uma mulher (essa é uma definição para todos os espaços organizativos do Movimento) (MST, 2001, 2005, 2016). No Quadro 1 há a descrição das atividades de cada um dos setores.

Quadro 1: Aspectos centrais do papel de cada Setor no conjunto do MST.

SETOR	O QUE FAZ
Frente de massa	Inicia a formação dos grupos de famílias e isso inclui a realização dos trabalhos de base e conscientização nos acampamentos, enfrentamentos, manifestações e negociações que ocorrem no processo de conquista da terra. Faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST, que no processo da luta popular, vão se constituindo e criando a identidade Sem Terra.

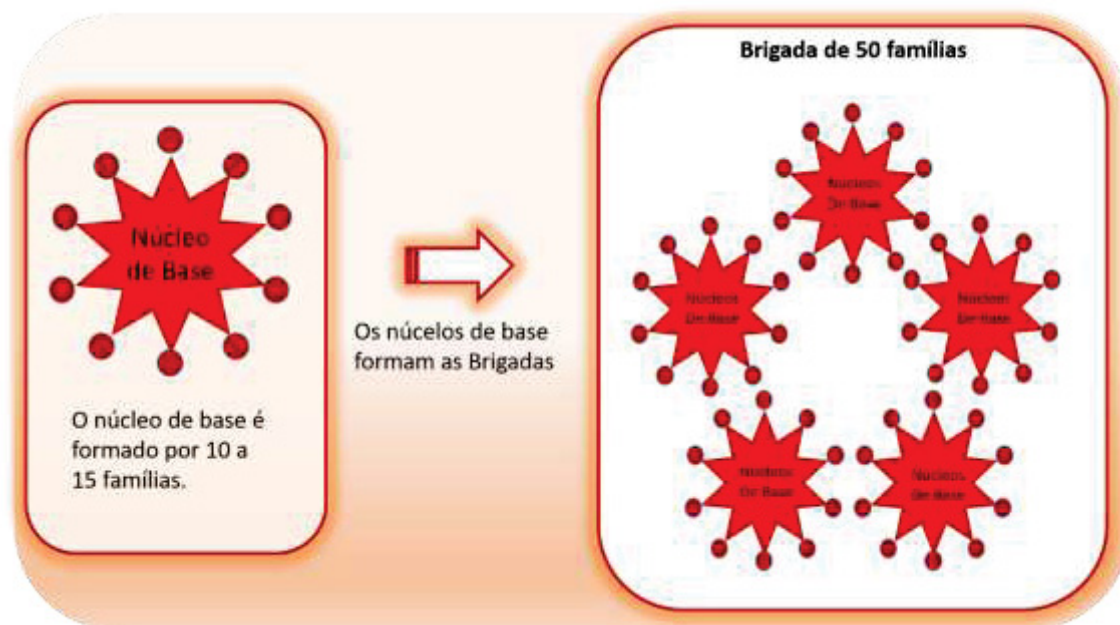
Formação	É responsável pelo aprofundamento da compreensão do mundo, pela formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados. Organiza os cursos de formação política.
Educação	O Setor de Educação busca dar repostas às necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos. Os maiores objetivos é a erradicação do analfabetismo nas áreas, a conquista de condições reais para que toda criança e adolescente esteja na escola, isso implica na luta por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos, a capacitação dos professores para que sejam respeitados enquanto sabedores das necessidades e portadores da novidade de construir uma proposta alternativa de educação popular.
Produção	É o setor que se dedica às relações de produção desenvolvendo o modelo de cooperação agrícola do Movimento que tem como princípios: <ul style="list-style-type: none"> a. não separar, nas lutas pela terra e pela Reforma Agrária, a dimensão econômica da dimensão política; b. entender que a luta não termina na conquista da terra, ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola das ocupações; c. priorizar o investimento na formação dos Sem Terra e dos assentados para sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva.
Comunicação	Tem o papel de construir os próprios meios de comunicação do Movimento, tanto com caráter mais interno quanto mais externo, para assim se relacionar, fazer a ponte entre a organização com os demais meios de comunicação e para fazer a disputa contra-hegemônica.
Projetos	Tem como tarefa central a busca permanente da autossustentação do Movimento, dentro de uma estratégia de captação de recursos que se fundamenta na busca permanente de autonomia e independência financeira.
Gênero	Tem a tarefa de estimular o debate sobre a situação de opressão de classe e de gênero nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, de propor atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST.
Direitos humanos	O Setor de Direitos Humanos tem o papel de defender juridicamente os militantes do Movimento, resistindo no processo de luta contra a criminalização e a violência que atinge os movimentos sociais. Além disso, tem a tarefa de interceder juridicamente nos processos ligados às políticas de Reforma Agrária junto aos setores do Estado.
Saúde	Tem o papel de pressionar o Estado para que este cumpra com sua função nas áreas de assentamentos e acampamentos, e que implemente políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças.

Finanças	É responsável pela tarefa de angariar recursos para a realização de atividades, sejam elas culturais, encontros, projetos etc.; e de prestação de contas.
Relações internacionais	A política de Relações Internacionais do MST tem como alicerce os valores da solidariedade, do humanismo e do internacionalismo, um legado histórico da classe trabalhadora. Não há fronteiras, geográficas ou étnicas, que devam limitar as lutas contra a exploração do ser humano pelo ser humano. O Coletivo de Relações Internacionais (CRI) do MST tem o papel de articular a solidariedade às suas lutas, contribuir com as lutas de todos os povos e despertar e aprimorar, junto à sua base social, os valores mais humanos e solidários, construtores de uma sociedade socialista.

Fonte: Excertos do site do MST organizados na forma de quadro (MST, 2016b).

As **brigadas**, no geral, são formadas pelo conjunto de cinco núcleos (cerca de cinquenta famílias) e sua coordenação é composta pelos dois coordenadores de cada núcleo, por dois representantes de cada setor e por representantes da direção coletiva (MST, 2016a). A Figura 1, a seguir, ilustra a formação das brigadas nos assentamentos.

Figura 1. Ilustração da composição das brigadas nos assentamentos do MST.



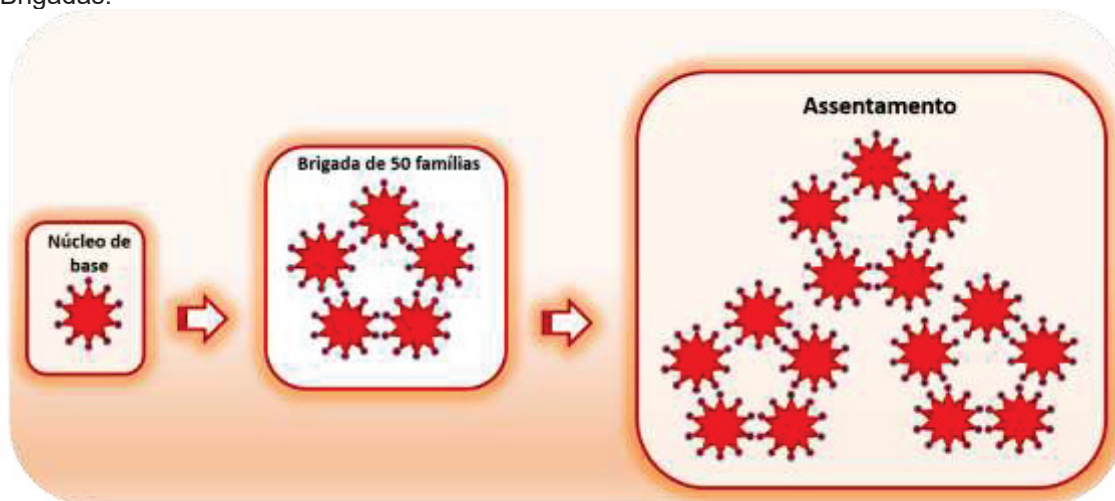
Fonte: Sewo & Freitas (2020).

O assentamento é composto pela quantidade de brigadas que corresponde ao número de pessoas assentadas no mesmo local e das peculiaridades organizativas que podem surgir em cada assentamento. Se o assentamento é

muito grande ou está próximo de outro e juntos somam um grande número de famílias, além das brigadas de 50, é possível formar as brigadas de 500 famílias (que reúnem dez brigadas de 50 famílias).

A imagem a seguir, na Figura 2, ilustra a organização de um assentamento com 150 famílias.

Figura 2. Ilustração da constituição do assentamento do MST a partir do Núcleo de base e das Brigadas.



Fonte: Sewo & Freitas (2020).

A **direção coletiva** do assentamento é formada por um representante de cada brigada e os dois coordenadores de cada setor (MST, 2016a).

1.3.2. A organização estadual

A estrutura organizativa no nível estadual possui os seguintes elementos:

- Encontro estadual
- Coordenação estadual
- Direção Estadual

O **encontro estadual** é a maior instância organizativa em nível estadual e reúne, uma vez ao ano, os coordenadores dos núcleos e das brigadas ou regionais dos assentamentos (conforme a necessidade e a organização de cada estado há a organização dos assentamentos em regionais) e representantes de todos os assentamentos, acampamentos e setores do Movimento (MST, 2001, 2005, 2016).

A **coordenação estadual** é eleita nos encontros estaduais ou, como no caso do Paraná, é composta por todas as pessoas que fazem parte da direção das brigadas, chegando a ter cerca de 500 pessoas (MST, 2016a).

A **direção estadual** é eleita no encontro estadual ou pela coordenação estadual, a depender do estado e suas definições a respeito do método de eleição (MST, 2016a).

As funções de cada uma das instâncias estão descritas no Quadro 2.

Quadro 2: Principais funções das instâncias organizativas (encontro, coordenação e direção) do MST ao nível estadual.

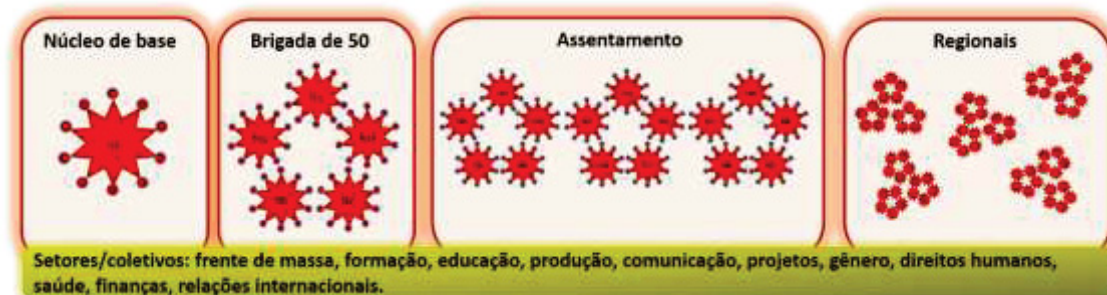
INSTÂNCIA	FUNÇÃO
Encontro estadual	<ul style="list-style-type: none"> a. Discutir e aprovar as linhas de trabalho e as prioridades para o Movimento no estado, que, evidentemente, devem estar de acordo com os princípios e plataformas de lutas nacionais. b. Definir critérios de representatividade por regiões, assentamentos, acampamentos e setores e número total de membros para compor a direção estadual. c. Eleger a coordenação estadual.
Coordenação estadual	<ul style="list-style-type: none"> a. Garantir a implementação das linhas políticas definidas nos encontros estaduais e pelas instâncias nacionais. b. Garantir a unidade do Movimento no estado, entre as diferentes regiões, e com o Movimento em nível nacional. c. Zelar pelo patrimônio e estruturação do Movimento no estado. d. Aprovar a substituição de membros da Direção Estadual. e. Definir os dois nomes da direção estadual que deverão se integrar à coordenação nacional.
Direção estadual	<ul style="list-style-type: none"> a. Implementar as definições e linhas políticas definidas pelos encontros estaduais e pela coordenação estadual. b. Zelar pela unidade do Movimento no estado e no cenário nacional; c. Implementar as decisões tomadas pelas instâncias nacionais; d. Propor, às instâncias nacionais, linhas e ações políticas de acordo com as exigências conjunturais e/ou organizativas; e. Coordenar a atuação dos setores e coletivos estaduais, em concordância com os respectivos setores e coletivos nacionais. (MST, 2016)

Fonte: Excertos da cartilha das “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST” organizados na forma de quadro (MST, 2016a, p.25-28).

Algumas coordenações estaduais, para melhorar a organicidade do Movimento, dividem o território estadual em microrregiões e estabelecerem direções regionais que participarão também da coordenação e direção estadual.

A Figura 3 ilustra a organização, desde os núcleos de base até as regionais do MST, e a presença dos setores e coletivos permeando essas instâncias.

Figura 3. Ilustração da organização dos Núcleos de base à constituição das Regionais do MST.



Fonte: Sewo & Freitas (2020).

1.3.3. A organização nacional

A estrutura organizativa no nível nacional possui os seguintes elementos:

- Congresso nacional
- Encontro nacional
- Coordenação nacional
- Direção nacional

O **congresso nacional** é a instância máxima do Movimento e reúne delegados de todos os estados a cada cinco anos. As definições organizativas do congresso (temas, programação, local, data) são feitas pela direção e coordenação nacional (MST, 2001, 2005, 2016a).

O **encontro nacional** se realiza a cada dois anos e sua composição, caráter e demais definições são feitas pela coordenação nacional.

A **coordenação nacional** é composta por:

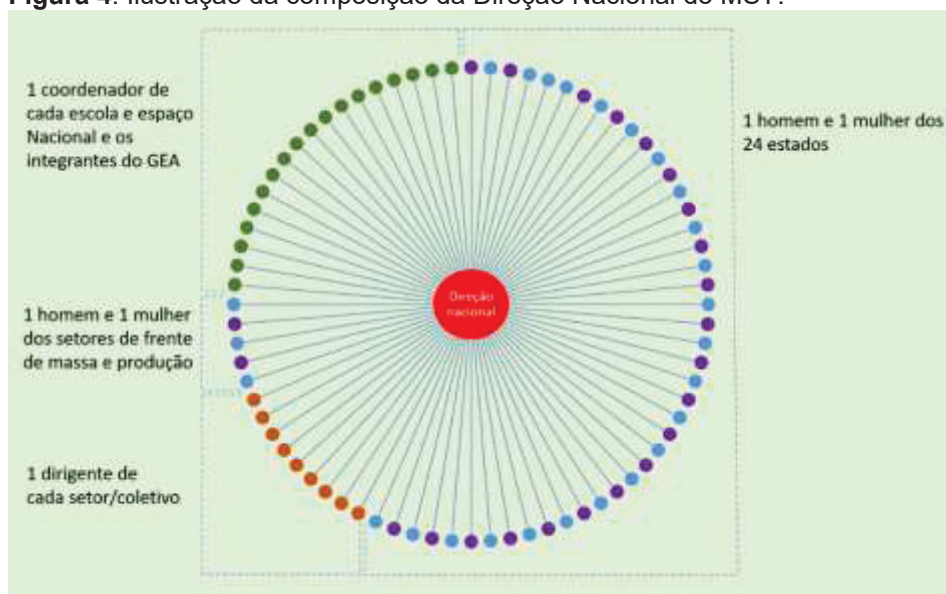
- dez pessoas de cada estado (indicadas pelas direções estaduais ou pelo encontro estadual),
- os membros da direção nacional,
- dois representantes de cada coletivo nacional e setores,
- os integrantes do Grupo de Estudos Agrários (GEA),
- os coordenadores das escolas nacionais do Movimento,
- os coordenadores dos escritórios e
- os coordenadores da secretaria nacional.

Todos esses componentes formam um coletivo de aproximadamente 300 pessoas. Todas compartilham de igual poder, não há designação de cargos como presidência, vice-presidência etc. As tarefas e funções são divididas entre todos (MST, 2016a).

Os membros da coordenação nacional também se articulam regionalmente, tendo cada região uma coordenação regional que se articula em torno de pautas comuns e especificidades referentes à sua realidade. A divisão regional é a mesma do Brasil, com a diferença de que o estado de Rondônia está na Regional Centro-Oeste e os estados da região Norte adotam o nome de Regional Amazônica (MST, 2016a).

A **direção nacional** é composta por um homem e uma mulher de cada estado onde o MST está organizado, um homem e uma mulher dos setores de frente de massa e de produção, um dirigente de cada setor e coletivo nacional, um coordenador de cada escola e espaço nacional e os integrantes do GEA (MST, 2016a). O número de pessoas na direção nacional é de aproximadamente 80 pessoas. A Figura 4, a seguir, possibilita a visualização da composição descrita.

Figura 4. Ilustração da composição da Direção Nacional do MST.



Fonte: da autora (2020)

As funções de cada uma das instâncias, no âmbito nacional, estão descritas no Quadro 3. Comparativamente ao âmbito estadual, no plano nacional acrescenta-se a instância do Congresso Nacional que envolve tarefas ligadas ao conteúdo político das pautas de ação, atravessadas por momentos de convivência da classe trabalhadora e manutenção de mobilização em torno do eixo central da Reforma Agrária.

Quadro 3: Funções das instâncias organizativas do MST no nível nacional.

INSTÂNCIA	FUNÇÃO
Congresso nacional	<ul style="list-style-type: none"> a. Fixar as linhas políticas gerais de atuação. b. Ser uma mobilização política em prol da Reforma Agrária. c. Ser um momento de confraternização da classe trabalhadora.
Encontro nacional	<ul style="list-style-type: none"> a. Definir as plataformas de lutas imediatas, de acordo com a conjuntura e necessidades imediatas do Movimento. b. Homologar a direção nacional.
Coordenação nacional	<ul style="list-style-type: none"> a. Encaminhar todas as resoluções aprovadas pelo encontro nacional e pelo congresso nacional. b. Zelar pela aplicação dos princípios do Movimento. c. Tomar todas as decisões políticas de caráter nacional que afetam Movimento. d. Ser responsável pela implementação das questões orgânicas nos estados e regionais. e. Assumir publicamente a representatividade do movimento e articulações política com outros setores. Estimular e acompanhar a articulação do Movimento em novos estados.
Direção nacional	<ul style="list-style-type: none"> a. Pensar, discutir e propor as linhas políticas para o Movimento. b. Garantir a linha política do Movimento e das definições políticas tiradas nos congressos e encontros nacionais. c. Garantir a unidade política do Movimento. d. Planejar as práticas e estratégias do Movimento e propô-las à coordenação nacional. e. Desenvolver estudos e soluções às necessidades políticas e práticas do movimento. f. Garantir a atuação dos setores e coletivos nacionais. g. Elaborar métodos de trabalho, organização e lutas e promover constantemente a formação política.

Fonte: Excertos da cartilha das “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST” organizados na forma de quadro (MST, 2016a, p.19-22).

No conjunto do Movimento há ainda o **Conselho Fiscal** e a **Comissão de Disciplina**. O conselho fiscal é uma estrutura que aparece nos espaços que tenham algum manejo com recurso financeiro com a finalidade de zelar pela boa gestão e transparência no uso do recurso. A comissão de disciplina existe nas instâncias nacionais e estaduais e tem como função principal zelar pelo cumprimento das linhas políticas e normas internas do Movimento (MST, 2016a).

Em todas as instâncias, o período de participação é de dois anos e não há impedimentos de se concorrer à reeleição.

Para melhor compreender a estrutura organizativa do MST, desde a base até o âmbito nacional, foi criada a Figura 5 que sintetiza as informações apresentadas anteriormente.

Figura 5. Estrutura organizativa do MST.



Fonte: Sewo & Freitas (2020).

A Figura 5 não apresenta todos os elementos presentes na estrutura organizativa do MST, mas fornece uma visão geral da organização em núcleos, brigadas, assentamentos, regionais, instâncias organizativas em nível estadual e nacional e os setores e coletivos que, em geral, estão presentes desde o Núcleo de base à Direção Nacional.

Princípios

O MST possui princípios organizativos que devem ser aplicados em todas as instâncias descritas anteriormente. Esses princípios são divididos em três categorias: método de direção coletiva, método de organização social e qualidades imprescindíveis de um militante social. O Movimento acredita que os princípios contribuem para evitar erros e desvios e servem também como ferramentas para os processos formativos e avaliativos (MST, 2016a).

1.4.1. Direção Coletiva: Método

É guiada por sete orientações a respeito da maneira e cuidados de serem realizadas as tarefas que têm uma abrangência e finalidade política, de manter os princípios do MST e de serem feitos liames entre a direção e as bases. Isso pode ser visto no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Método da Direção Coletiva.

MÉTODO DE DIREÇÃO POLÍTICA	
Direção coletiva	Todas as instâncias do MST desde a base até a direção nacional devem ser formadas como comissões coletivas (em torno de 15 companheiros ¹³) na forma de colegiado e sem distinção de poder.
Divisão de tarefas	Em todas as atividades e instancias deve-se distribuir as tarefas entre o maior número possível de companheiros/as e dar responsabilidade individual pelas tarefas e funções.
Disciplina	Disciplina significa respeitar o que foi decidido no coletivo. E cada companheiro/a precisa cumprir com suas tarefas e obrigações.
Planejamento	Todas as atividades a serem desenvolvidas precisam ser planejadas antes, distribuída as responsabilidades e funções. Dentro do planejamento inclui-se a necessidade de recursos econômicos e humanos, o controle do desempenho das atividades e a avaliação das atividades.
Crítica e autocrítica	Em todas as instancias e comissões deve-se adotar a prática de avaliações periódicas, aonde cada membro tenha a humildade de realizar sua autocrítica e ao mesmo tempo criticar os erros individuais e coletivos dos demais. Esse método é necessário para corrigir nossos erros. As críticas somente devem ser feitas em reuniões, no coletivo. Críticas fora da instância, do coletivo, vira fofoca e gera um problema a mais.
Estudo	Cada militante, membro de instancias ou não deve ser estimulado e ser desafiado a sempre estudar. Conhecer os documentos da organização, estudar a realidade da sua região, do país. Sem estudo não há conhecimento. Sem conhecimento não há direção correta.
Vinculação permanente com as massas	Todos os dirigentes, em todos os níveis devem manter vínculos permanentes com o povo. Participar das atividades nas bases, envolver-se, conhecer e participar junto, em todos os momentos difíceis e de celebração.

Fonte: Excerto da cartilha das “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST” organizado na forma de quadro (MST, 2016a, p.43-50).

¹³ Companheiro é um termo utilizado pelo MST e também por outras organizações para se referir às pessoas que compartilham dos mesmos ideais, lutas e aspirações. A origem e história de uso do termo pode ser encontrado em um artigo de Buich (2016).

1.4.2. Organização Social: Método

Também são apontadas sete características e metas fundamentais que devem contribuir para a organização social do Movimento, envolvendo desde aspectos materialmente concretos de sobrevivência e manutenção, passando pela afirmação de valores ligados ao trabalho e organização de massa, até a importância de serem reafirmados os valores centrais e formados militantes para essas atividades. Isso pode ser visto no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5: Método da organização social.

MÉTODO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	
Trabalho de base	Devemos nos dedicar permanentemente ao trabalho de conscientização, de esclarecimento, de debate com as bases. É esse trabalho de conscientização e de organização do povo, nas bases, em grupos de famílias, núcleos de militantes que gera a força organizada, em torno de um mesmo objetivo.
Lutas de massa	A força do povo organizado somente pode se manifestar e pressionar para alcançar seus objetivos quando o povo lutar. Nada pode substituir a mobilização e a luta de massa. É ela que altera a correlação de forças, é ela que conscientiza o povo. As negociações são necessárias, mas devem vir como consequência das lutas de massa.
Formação de militantes (quadros)	Toda organização social somente progride, avança, se tiver um programa de formação de seus militantes e quadros. Os militantes são como a espinha dorsal do corpo da organização. São eles que dão suporte e garante a perenidade da organização social. Devemos sempre dedicar tempo, recursos e planejar em todos os espaços da organização e em todos os níveis, atividades de formação.
Desenvolver a mística	O povo se aglutina, se unifica, se mobiliza em torno de sentimentos. Os sentimentos são expressos, por práticas de valores, (como a solidariedade, por exemplo) celebrações, atividades culturais e símbolos. Por isso a mística deve expressar os sentimentos do projeto, da mudança, e dos valores sociais que queremos pregar. E deve estar presente em todas as nossas atividades.
A prática de valores	Todos os membros da organização e sobretudo seus militantes e dirigentes devem nortear sua conduta por valores sociais baseados na solidariedade, na igualdade e na justiça social. Esses valores compõem a nossa ética e devem ser praticados quotidianamente.
A democracia participativa	Por mais sabido que um militante seja, ele não detém, nem a verdade absoluta, nem o poder de decisão. É melhor errar com o povo, do que acertar sozinho. Por isso devemos zelar para que sempre haja um processo de discussão, debate, com a base social. E a partir do debate, em grupos de família, em núcleos, tomar as decisões, pela vontade da ampla maioria. Os dirigentes devem consultar permanentemente o povo. E não apenas comunicar a eles, as deliberações das instancias “superiores”. Nada é mais superior e importante do que o povo organizado na base. Afinal a nossa força

	real só existe se o povo estiver consciente e se mobilizar rumo a um mesmo objetivo. E para isso somente ele pode decidir.
Autonomia financeira	Nenhuma organização social vai longe se não caminhar com suas próprias pernas. Isso significa que devemos buscar formas autônomas de garantir os recursos econômicos necessários para todas as atividades da organização.

Fonte: Excerto da cartilha das “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST” organizado na forma de quadro (MST, 2016a, p.43-50).

1.4.3. Militante Social: Qualidades

Também com destaque para sete características, a formação e constituição do militante social deve atender a aspectos ligados ao projeto político e coletivo de uma sociedade justa e igualitária, passando por atitudes que revelem uma valorização do ser coletivo, além de posturas de humildade, crítica e dedicação aos estudos. Isso pode ser visto no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6: Qualidades imprescindíveis do militante social.

QUALIDADES IMPRESCINDÍVEIS DE UM MILITANTE SOCIAL	
Humildade	Respeitar sempre a opinião dos demais e da maioria. Ouvir mais do que ditar. Aprender mais do que ensinar. Nunca se esquecer que a força vem do povo organizado.
Espírito de sacrifício	Um militante só o é, se estiver disposto a sacrificar-se mais do que o povo. Terá que ser o primeiro no trabalho e na pior tarefa e o último na hora da comida e da festa.
Ser exemplo na prática de valores	E indignar-se diante de qualquer injustiça, contra qualquer pessoa, em qualquer parte do Brasil e do Mundo. E ser caprichoso com nossa saúde e aparência. Ser caprichoso e cuidar da natureza e dos bens coletivos: na comunidade, no movimento e na sociedade.
Ser solidário e praticar companheirismo	Com todos, independente de função social no movimento, de etnia, cor, sexo, idade ou credo religioso.
Ser estudioso	Quem acha que já sabe tudo, não sabe nada. Todo dia é momento de aprender mais alguma coisa.
Ser trabalhador	Só o trabalho cria riqueza, transforma a natureza. Só o trabalho nos dignifica como seres humanos inteligentes. Ser o primeiro em todas as tarefas. A ociosidade é a mãe de todos os vícios.
Cultivar sempre a utopia de uma sociedade igualitária, justa e socialista	A arte de nossa política é transformar o impossível em possível. E cultivar a utopia de uma nova sociedade com alegria e beleza.

Fonte: Excerto da cartilha das “Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST” organizado na forma de quadro (MST, 2016a, p.43-50).

Também faz parte dos princípios organizativos o uso em todas as atividades, o respeito e a valorização dos símbolos do Movimento que são a bandeira, o hino e seu timbre. Além desses símbolos, há o incentivo para o uso e divulgação de peças que reforcem a identidade e a unidade tais como boné, camisetas e instrumentos de trabalho; e a escolha de nomes para escolas, assentamentos, acampamentos, cooperativas de datas históricas e de mártires (MST, 2001, 2005, 2016).

2. O MST NAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

No período em que o MST completava seus 20 anos de existência¹⁴, Domingues (2007) realizou um estudo que teve como objetivo mapear a produção científica geral sobre o MST e analisar a produção específica da Psicologia sobre a temática. Esse mapeamento abarcou o período de 1987 a 2004 e teve como fonte o Banco de Teses da Capes, onde foram encontradas 300 dissertações de mestrado e 69 teses de doutorado de diversas áreas, sendo da Psicologia apenas onze (dez dissertações e uma tese)¹⁵. Essas onze pesquisas foram organizadas por Domingues (2007) em três grandes grupos de acordo com as questões orientadoras presentes nas mesmas, a saber:

- 1) O que leva os sujeitos a lutar pela terra e aderir ao MST.
- 2) Produção de subjetividades e questões internas ao movimento.
- 3) Agentes externos ao MST.

No primeiro grupo, Domingues (2007) reuniu os estudos de Tarelho (1988), Silva (2002), Narita (2000) e Domingues (2001). A partir da exposição de Domingues (2007) foi possível identificar que os autores enfatizam diferentes aspectos do que leva os sujeitos a lutar pela terra e aderir ao MST que podem ser classificados em determinantes objetivos, determinantes subjetivos e determinantes objetivos e subjetivos.

▪ Determinantes objetivos

Para Narita (2000), a motivação primeira para a luta pela terra é originada, principalmente, pela necessidade de sobrevivência (alimentação e segurança) e de organização em grupo como estratégia de proteção. Para a autora, o MST consegue mobilizar e organizar os indivíduos porque transforma essas necessidades em demandas sociais e políticas e porque representa o único meio de sobrevivência para os que não tem outras opções. Nesse sentido, não é a consciência política que motiva a participação no Movimento, mas as

¹⁴ O MST surgiu em 1984.

¹⁵ As áreas que apresentaram maior número de produção científica sobre o MST foram Educação (101 dissertações e teses), Sociologia (47 dissertações e teses) e Desenvolvimento e Extensão rural (28 dissertações e teses).

necessidades materiais de existência junto com outras mais sofisticadas (poder, status, dinheiro) que são motivações comuns para a vida nessa sociedade (DOMINGUES, 2007).

- Determinantes subjetivos

Domingues (2001) ocupou-se em investigar a dimensão subjetiva inconsciente presente na luta pela terra e para a adesão dos sujeitos ao MST. Utilizou o constructo de Freud que afirma que os indivíduos se unem por um “duplo vínculo libidinal - um vertical, que remete à dimensão do ideal, e um horizontal, que remete à dimensão da identificação”. Concluiu que a terra é o ideal comum que estabelece o vínculo vertical e que dá suporte para a identificação dos sujeitos e que o vínculo horizontal é construído, fundamentalmente, através do reconhecimento da necessidade do outro (DOMINGUES, 2007, p. 578).

Para Silva (2002) não há, de antemão, uma predisposição para as ações coletivas por parte das pessoas que estão no MST e se identificam com ele. “Elas agem coletivamente quando as metas e propostas de ação coletiva fazem sentido para elas, quando não entram em choque com sua herança social, política e cultural, gerando-lhes o sentimento de eficácia política” (DOMINGUES, 2007, p.578).

- Determinantes objetivos e subjetivos

De acordo com Tarelho (1988), lutar pela terra envolve um ato de consciência que não pode ser explicado apenas a partir dos motivos objetivos, ou seja, da situação econômica e suas repercussões na vida concreta. Para o autor, a motivação de luta pela terra é uma síntese produzida pela combinação desses determinantes objetivos a outros subjetivos, tais como a vontade dos sujeitos, as imagens de mundo que possuem, aos saberes práticos e políticos que desenvolveram, etc. (DOMINGUES, 2007).

No segundo grupo, Domingues (2007) reuniu autores que abordam a produção da subjetividade e as questões internas ao Movimento. Nesse grupo estão os estudos de Bonavigo (1998), Campos (2004), Leite (2003), Salvaro (2004) e Tarelho (1988). Esses estudos falam de processos comunicativos e

pedagógicos (TARELHO, 1988), sujeitos coletivos (TARELHO, 1988), identidade social (TARELHO, 1988), consciência de classe (CAMPOS, 2004), divisão sexual do trabalho (SALVARO, 2004) e práticas sociais e subjetividades produzidas a partir das atividades e discursos do cotidiano do MST (produção agrícola de modo cooperado, princípios organizativos, rituais, falas, programações, mobilizações etc.) (BONAVIGO, 1998, LEITE, 2003).

O terceiro grupo, organizado por Domingues (2007), de produções da psicologia sobre o MST reúne estudos “que dizem respeito aos agentes externos ao MST – como polícia militar, agrônomos e técnicos agropecuários e a imprensa – que em algum momento se depararam com o MST”. Nesse grupo estão as pesquisas de Assy (2000), Gomes (2003) e Romão (2002) que retratam o contato desses agentes com o Movimento, os elementos presentes nessa relação, as repercussões desse contato, os problemas vistos por quem está do lado de fora do Movimento e a visão que se tem dos Sem Terra a partir do discurso dominante que criminaliza o Movimento e a partir do conhecimento empírico (DOMINGUES, 2007, p. 579).

Uma busca no Banco de Teses da Capes com os mesmos descritores utilizados por Domingues (2007), alterando apenas o período para 2005 a 2019, foram encontradas 32 produções científicas (17 teses e 15 dissertações) da área da Psicologia. Os descritores utilizados foram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, sem terra e assentados ou acampados ou ocupação. Destas 32 produções, quatro não puderam ser acessadas por ser anterior à Plataforma Sucupira e não estar disponível ou por ter acesso restringido ou mesmo porque a divulgação não foi autorizada. Destas quatro produções, foi possível ter informações sobre a pesquisa, através de artigos e resumos publicados, de duas, é o caso de Lara (2005) e Martins (2008). Não foi possível conhecer o conteúdo das produções de Zakabi (2018) e Melo (2019). Ao final, foram reunidas 30 produções científicas (15 teses e 15 dissertações) sobre o MST que foram produzidas pela Psicologia no período de 2005 a 2019¹⁶.

A partir da leitura dos resumos dessas produções foi feita uma categorização das mesmas, considerando-se os seus objetos de estudo e temas

¹⁶ A última consulta no banco de teses da CAPES foi realizada em 20/01/2019.

abordados. Ao final do trabalho, as 30 produções ficaram agrupadas em dez grupos temáticos, sendo que algumas foram localizadas em mais de um grupo temático, de tal modo que as categorias não são mutuamente excludentes. Os grupos temáticos são:

- Identidade e subjetividade (10 produções)
- Ação coletiva, participação, processos organizativos e trabalho cooperativo (9 produções)
- Relações, afetos e sentimentos (6 produções)
- Infância (4 produções)
- Juventude (2 produções)
- Gênero (2 produções)
- Violência e criminalização (2 produções)
- Imprensa e percepção sobre o Movimento (2 produções)
- O espaço do assentamento (1 produção)
- Educação do campo (1 produção)

Identidade e subjetividade

Nesse grupo foram reunidos os trabalhos de Santos (2005), Lara Junior (2005), Martins (2008), Leite (2008), Figueiredo (2009), Groff (2010), Severi (2010), Lara Junior (2010), Domingues (2011) e Aride (2011).

Santos (2005), em sua pesquisa de mestrado, buscou compreender o processo de tornar-se um assentado rural, visando levantar subsídios para refletir sobre o que chamou de “sua potencialidade cidadã e/ou de inclusão perversa” (SANTOS, 2005, p. 7). Utilizou os referenciais da Psicologia Sócio-histórica de Vigotski e do Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEPEAL) da Universidade Federal de Alagoas. Concluiu que os sujeitos buscaram o MST por necessidade de sobrevivência, foram potencializados para a ação durante todo o período de luta pela terra e construção do assentamento, mas, ao tornarem-se assentados rurais, desmobilizaram-se para a ação, com poucos espaços e momentos de convivência coletiva, com o trabalho produtivo e comercialização dos produtos rurais quase sempre restritos ao lote e à família (em detrimento da produção coletiva), sendo o único fator de mobilização a religião.

A mística no MST foi tema de dois estudos (mestrado e de doutorado) de Lara Junior (2005; 2010). Estes estudos estão apoiados no recorte epistemológico lacaniano com algumas intersecções no campo da Psicologia Política. O primeiro estudo (LARA JUNIOR, 2005) teve finalidade mais descritiva e analítica das características e funções da mística no cotidiano do Movimento. Já na segunda pesquisa, de doutorado, Lara Junior (2010) buscou compreender a mística do MST a partir dos quatro discursos propostos por Lacan (mestre, universitário, histórica e analista) e analisar as diversas possibilidades discursivas estabelecidas na mística e que diferentes consequências ela teria para os sujeitos que dela participam. Defendeu que a mística pode ser entendida como um espaço para constituição de laço social e também uma estratégia de constituição do campo discursivo da política. Concluiu que todos os conteúdos discursivos produzidos na mística, enquanto uma ação coletiva, possibilitam aos sujeitos se posicionarem dentro dos quatro discursos mencionados.

Martins (2008), realizou uma pesquisa de mestrado que tem como título “Subjetividades insurgentes: pesquisas em Saúde Mental e Direitos Humanos no MST”. No entanto, sua dissertação, apesar de estar listada no Banco de Teses da Capes, não está disponível, pois é anterior à Plataforma Sucupira. A dissertação também não foi encontrada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UNESP, universidade onde foi realizado o estudo. Um resumo expandido escrito por Martins de título semelhante “Saúde Mental e Direitos Humanos em Movimentos Sociais: uma cartografia da produção de subjetividade num acampamento do MST”, publicado nos Anais do XIX Encontro de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, realizado em 2006, possibilita algum acesso à temática desenvolvida por Martins. Nesse resumo é relatada uma pesquisa cartográfica que aborda a produção de subjetividade em um acampamento do MST a fim de compreender a constituição do que denomina de “novos sujeitos coletivos de luta, portadores de subjetividades insurgentes” (MARTINS, 2006, p.1). Em seu estudo defendeu a hipótese de que “a ação coletiva de organização contra hegemônica e autogestiva dos Movimentos Sociais em torno das necessidades e desejos” funcionam como uma ‘terapia social’ por gerarem novas “sensibilidades solidárias, produtoras de afetos terapêuticos” e, também, pedagógicos (MARTINS, 2006, p.1). O seu resumo

teve como principais suportes teóricos Félix Guattari, Michel Foucault, Marilena Chauí e Gilles Deleuze.

A pesquisa de doutorado de Leite (2008) teve por objetivo realizar uma cartografia dos processos de produção de subjetividade junto aos militantes do MST e destacar os pontos em que o exercício da amizade potencializa o surgimento de processos de singularização no âmbito dessa militância. Utilizou como principais aportes teóricos para a questão da subjetividade Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault e para o tema da amizade, Konstan e Francisco Ortega. Os participantes de sua pesquisa são um grupo de integrantes do MST que faziam o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e outros militantes envolvidos na formação política do MST do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Paraná. Seu estudo apontou para uma “oscilação entre a incorporação do modelo identitário do Sem Terra [...] bem como da produção de linhas de fuga a tal modelo” (LEITE, 2008, p. 13) e que tais processos se dão na articulação com um modo de exercício político da amizade em três eixos identificados pelo autor: multidão (possibilidade do MST compor um novo coletivo social, na medida que reúne ao seu entorno uma diversidade de sujeitos singulares – agricultores, professores, religiosos, intelectuais, militantes, estudantes, etc. – que buscam projetos comuns; e também por “seu interesse em temas de natureza pública [e] sua capacidade de agregar outras demandas de luta e sua disponibilidade de conexão com outros movimentos sociais” (LEITE, 2008, p. 169)); relações de gênero (redimensionamento dos lugares socialmente destinados às mulheres) e diversidade sexual (questionamento dos modos de vida vigentes e hegemônicos). O autor buscou por meio desses três eixos (multidão, gênero e diversidade) “explorar as potencialidades do MST em deflagrar debates, em suscitar questões, em promover diálogo com os variados projetos de construção de modos de vida menos opressores” (LEITE, 2008, p.164), pois considera que o MST possui uma grande oportunidade de se situar como um importante mediador de lutas sociais e políticas da contemporaneidade.

Figueiredo (2009), em sua pesquisa de doutorado, analisou as relações dentro de um assentamento do MST e os aspectos que contribuem e os que atrapalham o desenvolvimento de práticas emancipatórias e a construção de uma nova sociedade, utilizando como referencial a psicologia social de T. W.

Adorno. Figueiredo (2009) aponta que o MST promove uma experiência reflexiva frente ao mundo, o pensamento não tutelado e questionador, o sentido do coletivo e da partilha. No entanto, a partir da entrada da lógica da mercadoria e do princípio do equivalente no assentamento, a “vivência tende a tomar o lugar da experiência e os indivíduos tendem a voltar a se adaptar ao mundo administrado, o que causa uma série de rompimentos e desencontros”. Indica que para o MST continuar contribuindo para a emancipação dos sujeitos no assentamento deve atentar para a importância da autodeterminação e da liberdade dos indivíduos, problematizando a realidade, “explicitando as contradições e fomentando a construção de espaços coletivos que contribuam com o esclarecimento e com a autonomia” (FIGUEIREDO, 2009, p. 7).

Groff (2010), em sua pesquisa de mestrado, estudou a mediação da música no cotidiano do MST. Fundamentou-se na psicologia histórico-cultural de Lev Vigotski e utilizou também Mikhail Bakhtin e Adolfo Sánchez Vázquez. O estudo realizado apontou que “a presença da música no MST teve como principal mediação a igreja católica, por meio da CPT, que desde o seu surgimento criava canções com temas ligados à realidade do povo pobre que vivia no contexto rural”. Com o tempo as canções foram se modificando com as inserções de elementos políticos e ideológicos do Movimento. A autora ressalta que a música “anima e significa a luta dos Sem Terra, possibilita o aumento da potência de ser e de agir deste movimento social, estetiza as práticas cotidianas do Movimento, afeta os sujeitos e produz processos de resistência e (re)criação” (GROFF, 2010, p.7).

A pesquisa de doutorado de Severi (2010, p.11) analisou a percepção dos assentados sobre as transformações em sua subjetividade decorrentes da participação no MST. Os principais aportes teóricos foram os pensadores da Teoria Crítica – Walter Benjamin, T. W. Adorno e Max Horkheimer – e José Leon Crochík para o tema da subjetividade. Concluiu que os assentados reconhecem mudança na sua subjetividade em razão da luta e sentem que conseguiram adquirir e elaborar uma linguagem política capaz de converter suas carências em luta por direitos individuais e coletivos. A autora reflete que essas subjetividades se constituem em meio a muitas situações imprevisíveis no assentamento e que ao mesmo tempo em que buscam instituir novos comportamentos em conformidade a certo projeto político, lidam com este em

um jogo complexo (que envolve atores variados) em que resistência e submissão aparecem imbricados nos mesmos processos, o que coloca em ameaça, o tempo todo, a liberdade e a cidadania ativa conquistadas.

Domingues (2011), em sua pesquisa de doutorado, buscou compreender, a partir do referencial psicanalítico, como os militantes do MST vivenciam a distância entre a sociedade atual e a sociedade pela qual eles lutam; como vivenciam a tensão entre viver em uma sociedade capitalista sustentando valores e ideais socialistas e como se faz presente no cotidiano a tensão existente entre as exigências e cobranças do MST, do próprio sujeito e os ideais, muitas vezes contraditórios. A autora conclui que a vivência dessas tensões, ainda que sofrida, é positiva na medida que exige reflexão, tomada de posição e, portanto, trabalho psíquico que possibilita o reconhecimento e elaboração dos conflitos. Domingues (2011) também coloca em questão os sacrifícios e ganhos proporcionados pela militância. Em sua análise, a prática militante, ainda que perpassasse por situações de humilhação social, proporciona ao militante uma revitalização narcísica, “um ‘a mais’ de satisfação, possibilitado pela adesão a ideais que permitem aos sujeitos a restauração de uma imagem engrandecida de si mesmos” (Domingues, pag. 141).

Aride (2011), em sua pesquisa de mestrado, apoiou-se na Teoria da Identidade Social de Tajfel (1981,1983) para compreender os processos que constituem a identidade social de jovens rurais, sendo parte desses jovens do MST. Concluiu que muitos jovens anseiam mudar do campo para a cidade, especialmente pelas poucas oportunidades de estudos, lazer e desejo de construir uma vida melhor, e que tais anseios refletem a desigualdade da estrutura fundiária do país.

Ação coletiva, participação, processos organizativos e trabalho cooperativo

Nesse grupo foram aglutinados os trabalhos de Braz (2008), Martins (2008), Carvalho (2011), Nóbrega (2013), Rosa (2013), Melo (2015), Sousa (2016), Aguiar (2016) e Melo (2018).

Braz (2008), em sua pesquisa de mestrado, estudou o processo de construção de moradias populares em regime de mutirão e autogestão em três associações comunitárias ligadas ao MST. Como aportes teóricos utilizou,

principalmente, autores que escreveram sobre os movimentos sociais e sobre autogestão, principalmente das áreas da sociologia e filosofia. O seu principal interesse foi em conhecer como as pessoas se organizavam e discutiam as questões referentes à obra. O estudo abarcou discussões sobre a dinâmica das associações, a função das assembleias, das regras, do modo de tomada de decisões e seus efeitos na produção de novas formas de organização.

A pesquisa de mestrado de Martins (2008), já relatada no grupo anterior (identidade e subjetividade), também foi localizada nesse grupo por abordar elementos da ação coletiva nos processos organizativos.

Carvalho (2011) realizou um estudo de mestrado sobre a participação das crianças do MST. O estudo foi desenvolvido no campo da Psicologia do Desenvolvimento e utilizou a perspectiva teórico-metodológica da Rede de significações para investigar as formas de participação cotidiana que emergem em conversas com crianças de assentamento rural e de periferia urbana. Verificou que a participação das crianças se materializa em interações e em atividades desenvolvidas por elas na família, na escola e na comunidade em cinco formas: colaboração, acompanhamento, influência, submissão e resistência.

Nóbrega (2013), em seu doutorado, realizou um estudo etnográfico junto ao um grupo de nove famílias de um assentamento do MST em Rondônia que há mais de dez anos organizavam o trabalho e a vida de forma coletiva. Seu objetivo foi o de “compreender as vicissitudes do processo organizativo cotidiano desta experiência e os sentidos de trabalho e de vida que vinham sendo construídas a partir dela” (NÓBREGA, 2013, p.10). O estudo aborda também as questões sobre família, amizade, consciência, o processo organizativo autogestionário, dilemas com a transição à agroecologia e com a geração de renda e a questão de gênero. Destaca que tal experiência é contra hegemônica e que “disputa os sentidos da vida e do trabalho na sociedade capitalista por meio de um projeto político profundamente enraizado no cotidiano” (NÓBREGA, 2013, p.10). Para essa discussão do cotidiano enquanto categoria teórica utilizou Michel Certeau, Leny Sato e Marilene Proença Rebello Souza, Sérgio Sauer e Mary Jane Spink.

Rosa (2013), em sua pesquisa de mestrado, buscou compreender os sentidos e significados atribuídos à participação política por sujeitos do setor de

educação de um assentamento rural vinculado ao MST. Utilizou o referencial vigotskiano em articulação com a teoria gramsciana. Em seu estudo, o pesquisador faz quatro importantes apontamentos sobre a práxis política. O primeiro deles é que a práxis política deve ser entendida como um processo em constante movimento e transformação, seja de avanços ou retrocessos, que remete a diversos elementos da história da vida de cada pessoa. O outro apontamento é que o entendimento da práxis política não pode se limitar somente à participação no movimento social, mas deve abranger as vivências nas demais esferas da vida como a família, a religião, o trabalho etc., pois os diversos papéis desempenhados nesses diferentes campos se entrelaçam com o papel de militante e constituem o sujeito integral. “Nesse sentido, a práxis política pode ser entendida como uma totalidade composta de dimensões: gerais e específicas; objetivas e subjetivas; cognitivas e afetivas” (ROSA, 2013, p.243). O terceiro apontamento do autor é de que não é possível dizer que a participação política no MST está relacionada a uma tomada de decisão racional ou que seja motivada apenas por necessidades econômicas. Rosa (2013) afirma que apesar de ficar evidente que a entrada no movimento se realiza, prioritariamente, pela pauta da luta pela terra, a permanência e o maior envolvimento são marcados por outros elementos de ordem volitiva e afetiva. Na fala de um dos sujeitos, aparece um importante trecho em que a pessoa fala das necessidades que ela mesma não sabia que tinha e que passa a perceber a partir do seu envolvimento com o MST. O quarto apontamento é de que os sujeitos de sua pesquisa mostram passar por contínuos processos de mudança relacionados à práxis política com destaque para as mudanças ligadas aos seus sentidos, aos seus dramas subjetivos e ao senso comum.

Melo (2015), em sua pesquisa de mestrado, parte de estudos sobre cooperativas autogestionárias que apontam de forma recorrente o problema da participação, para estudar uma cooperativa de um assentamento do MST em Ribeirão Preto. Para compreender a problemática da participação e os sentidos atribuídos ao trabalho pelos cooperados, Melo (2015) elegeu como referencial teórico a Psicologia Social e a Psicossociologia, utilizando principalmente Fábio de Oliveira, Pedrinho Guareschi, Paul Singer, Marília Veríssimo Veronese, Evelina Dagnino e Jacqueline Barus-Michel. Identificou que, na cooperativa estudada, a participação dos sujeitos era mais instrumental e produzida por uma

conjunção de forças psicossociais que reforçavam dependências institucionais e simbólicas do grupo, que os sentidos atribuídos à cooperativa não tinham ligação com o sentido de trabalho autogestionário e que a cooperativa cumpria a função de reconhecimento e pertencimento para os sujeitos. Alerta para o fato de que as políticas de desenvolvimento rural que tem sido pensadas e praticadas no país reforçam um cooperativismo por ocasião das necessidades de acessar políticas públicas e cujo sentido de participação acaba sendo instrumentalizado pelo Estado.

Sousa (2016), em seu doutorado, realizou um estudo etnográfico em um assentamento do MST localizado em Araras-SP com o objetivo de compreender a relação entre os processos de articulação coletiva e a organização produtiva nesse assentamento. Os resultados da pesquisa indicaram a centralidade dos processos de articulação coletiva para a organização produtiva do assentamento, ressaltando que esta é o que sustenta a permanência do assentado na terra. Souza (2016) se propôs a fazer a discussão dos dados com base nos pressupostos da Psicologia Comunitária, mas, apesar de escrever uma seção sobre a Psicologia Comunitária a partir de seus principais autores (Maria de Fátima Quintal de Freitas, Maritza Montero, Verônica Ximenes, César Wagner de Lima Góis, entre outros), para a análise dos dados os autores utilizados foram, majoritariamente, da sociologia (Maria da Glória Gohn, Alain Bihr, Ilse Scherer-Warren, James C. Scott) e de outras áreas (vários autores que tratam de temas que dizem respeito à questão rural/agrária).

Aguiar (2016, p.9), em sua pesquisa de doutorado, buscou “analisar o impacto da introdução de novas tecnologias de informação e comunicação na organização política do MST”. Utilizou como aporte teórico autores marxistas que discutem as categorias de trabalho imaterial, comum e biopolítica com a finalidade de compreender “o potencial sentido de emancipação dos movimentos sociais, diante das transformações relacionadas com a estrutura de organização e produção do capitalismo no século XXI” (AGUIAR, 2016, p.9). A conclusão a que chegou a pesquisa foi de que o MST mantém as originárias formas de luta (ocupações, marchas, acampamentos, etc.), contudo, atualmente são “matizadas por novos elementos do mundo digital, caracterizando novas formas ‘insurgentes’ de luta política” (AGUIAR, 2016, p.9).

Melo (2018), em sua pesquisa de doutorado, investigou a participação de crianças vinculadas ao MST com o objetivo de compreender como se dá essa participação no cotidiano em um contexto de coletivização e de lutas. O aporte teórico de Melo (2018) é composto por uma variedade de autores que tratam da participação de crianças e da infância. De acordo com Melo (2018), a pesquisa permitiu perceber que as crianças têm trânsito livre nos espaços privados e públicos do assentamento “e se subjetivam de um modo singular, em um contexto social e político marcado pela organização coletiva e a formação de ‘pessoas de luta’”; [...] que possuem “liberdade de ser, questionar e transformar” (MELO, 2018, p.9) esses espaços, mas que também há práticas em contraposição à participação das crianças, ou seja, que inviabilizam a sua participação.

Relações, afetos e sentimentos

Nesse grupo foram aglutinados os trabalhos de Leite (2008), Figueiredo (2009), Souza (2012), Rosa (2013), Campos (2015) e Silva (2016).

A pesquisa de doutorado de Leite (2008, p.13) já relatado no grupo anterior (identidade e subjetividade) também foi localizado nesse grupo por destacar a amizade como potencializadora de processos de singularização no âmbito dessa militância.

A pesquisa de doutorado de Figueiredo (2009), já relatada no grupo anterior (identidade e subjetividade), também foi localizada nesse grupo por focalizar as relações dentro de um assentamento do MST e os aspectos que contribuem e os que atrapalham o desenvolvimento de práticas emancipatórias e a construção de uma nova sociedade.

Souza (2012, p.8), em seu doutorado, realizou uma pesquisa-ação participante com o Setor de Saúde do MST nos anos de 2008 a 2011. O foco da pesquisa foi compreender “as forças que abrem caminho para a saúde ético-política ou ainda a capacidade de existir em ato e a compreensão do que inibe essa potência no processo de construção da Comuna Irmã Alberta”. O aporte teórico utilizado foi o da Psicologia Sócio-histórica. O estudo conclui que apesar da precariedade vivida e dos problemas de saúde – decorrentes da não regularização da terra, da ausência de políticas públicas de saúde e de Reforma Agrária – “as conquistas e capacidade de enfrentar as dificuldades os potencializa

a ser e existir em ato, promovendo a transformação de si e da sociedade, tendo as ações políticas, especialmente as ocupações, papel potencializador nesse contexto”.

A pesquisa de mestrado de Rosa (2013), já relatado no grupo anterior, também foi localizado nesse grupo pelos apontamentos que faz em relação às relações de amizade construídas e os sentimentos de companheirismo e de família que se tornam um marco referencial para as pessoas que compartilham a vida no assentamento.

Campos (2015), em seu doutorado, realizou uma pesquisa-intervenção no acampamento Terra Prometida em Felisburgo/MG, onde ocorreu um massacre contra os trabalhadores Sem Terra em 2004. A autora utiliza, principalmente, as contribuições de Bader Sawaia, Lev Vigotski e Baruch de Espinosa para compreender a composição dos afetos que configuram o trauma psicossocial. Campos (2015, p. 10) sugere que a Psicologia pode “intervir em uma terapêutica comunitária” refletindo “sobre como o corpo e a mente foram afetados pelo trauma e permitindo que os trabalhadores compreendam que o processo histórico de violência ultrapassa a experiência específica ocorrida ali”. Dividir o sofrimento e refletir coletivamente sobre ele, segundo a autora, “aumenta a potência de pensar da consciência e de agir do corpo – individual e coletivo – e também de lutar contra a impunidade e a violência do campo” (CAMPOS, 2015, p.10).

Silva (2016), em sua pesquisa de mestrado, discute a forma como jovens de assentamento do MST enfrentam o sofrimento provocado por situações como a humilhação social e o desenraizamento e em que medida os espaços de pertencimento proporcionados pelo movimento proporcionam experiências de elaboração desses sofrimentos. Utilizou os aportes teóricos da Psicologia Comunitária¹⁷ e da Educação Popular. O estudo apontou que a participação nas atividades do MST deixa marcas importantes na vida dos jovens; que existem boas lembranças da infância em meio à precariedade dos acampamentos e que os jovens não são passivos frente as manifestações de desrespeito e violências

¹⁷ Assim como Souza (2016), Silva (2016) escreveu uma seção sobre a Psicologia Social Comunitária citando Silvia Lane, Maritza Montero e os importantes apoios teóricos de Martín-Baró e Paulo Freire. Também faz uma seção sobre desenraizamento e participação política e nesta recorre à Bernado Svartman. Contudo, na análise utilizou, principalmente, autores de outros campos ou áreas (Horkheimer e Adorno, Ruy Braga, e outros da educação).

sofridas por eles. Salienta que essas formas de resistência contribuem para a militância fortalecer a participação política desses jovens no Movimento e que esse fortalecimento contribui na construção da autonomia dos jovens assentados.

Infância

Sobre a infância no MST, foram identificados os trabalhos de Carvalho (2011; 2015), Mannes (2015) e Melo (2018).

Carvalho (2011; 2015) realizou dois estudos (mestrado e doutorado) sobre a participação das crianças do MST. O primeiro estudo já foi relatado anteriormente no item “Ação coletiva, participação, processos organizativos e trabalho cooperativo”. No segundo estudo, a autora (CARVALHO, 2015) se propôs a compreender as significações sobre política construídas por crianças moradoras de um assentamento rural apoiando-se nas perspectivas teórico-metodológicas de Antônio Gramsci e Lev Vigotski. As significações foram variadas (desde ausência de significação no caso de crianças menores, passando por compreensões da política institucional, poder, mídia, documentos, cuidados e melhorias dos contextos), demonstrando a potencialidade de significações e práticas que resultam da articulação entre os campos da infância e da política.

Mannes (2015) desenvolveu sua pesquisa de mestrado com o objetivo de compreender os significados do ser criança nos contextos de pobreza urbana e rural. Utilizando a pesquisa-ação, os pressupostos marxianos e da Psicologia Sócio-histórica, o estudo evidenciou que as formas de vivenciar a infância no morro e no campo se assemelham, mas ao mesmo tempo também se distanciam. Traz reflexões sobre as dimensões do trabalho, da educação e do brincar do campo ao morro e discute as determinações capitalistas sobre o ser criança na atualidade; também tece críticas à psicologia que tem instrumentalizado variadas concepções sobre o desenvolvimento infantil, a maior parte delas pautadas em visões naturalizantes, “que fundamentam práticas na contramão da transformação social e da emancipação humana, especialmente a criação, que instrumentaliza o brincar” (MANNES, 2015, p.7).

A pesquisa de doutorado de Melo (2018), já relatada no grupo “Ação coletiva, participação, processos organizativos e trabalho cooperativo”, também foi localizado nesse grupo por abordar a infância no MST.

Juventude

Foram identificados dois estudos relacionados à juventude do MST: Aride (2011) e Silva (2016).

A pesquisa de mestrado de Aride (2011), já relatada no grupo “identidades e subjetividades”, também foi localizado nesse grupo por ter como foco a juventude do MST e os seus anseios em relação à mudança para a cidade, especialmente pelas poucas oportunidades de estudos e lazer no campo e pelo desejo de construir uma vida melhor.

A pesquisa de mestrado de Silva (2016), já relatado no grupo “relações, afetos e sentimentos”, também foi localizado nesse grupo por abordar a juventude do MST e as formas de resistência que manifestam em relação aos sofrimentos decorrentes do desenraizamento e da humilhação social.

Gênero

Nesse grupo foram aglutinados os trabalhos de Aguiar (2012) e Oliveira (2015).

Aguiar (2012), em sua pesquisa de mestrado, procurou compreender se e como as mudanças ocasionadas pela maior inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado e as consequentes alterações na estrutura familiar repercutiram na visão de jovens assentados (homens e mulheres) sobre a mulher dentro do MST e na sociedade em geral. Aguiar (2012) utiliza como aportes teóricos da psicologia Jader Leite e Magda Dimenstein; os demais aportes são de áreas diversas que tratam, principalmente, dos temas trabalho e gênero. Os sujeitos da pesquisa foram jovens que desenvolviam atividades de militância no Movimento. O estudo apontou que apesar dos jovens apresentarem uma perspectiva crítica sobre a questão, ainda há em seus discursos diversas contradições; e que estes mesmos jovens alertam para o distanciamento entre aquilo que eles pensam e o que pensa o restante dos assentados que não estão envolvidos em aspectos políticos das lutas do Movimento. A autora ressalta que

o trabalho de reflexão e diálogo com a base do Movimento é um dos grandes desafios para a superação das desigualdades de gênero no seu interior.

Oliveira (2015), em sua pesquisa de mestrado, investigou a produção de sentido sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST do Rio Grande do Norte. A pesquisa utiliza como aporte teórico o Construcionismo Social. Os sujeitos da pesquisa foram seis mulheres militantes do Movimento no RN. Os resultados evidenciaram que “há sempre em jogo um discurso de posituação da vida, das conquistas de uma formação, de um novo lugar enquanto mulher. [...] justificados pelo investimento coletivo de luta, não só pela terra, mas por conquista de direitos sociais” (OLIVEIRA, 2015, p.14). O estudo também destaca o papel do MST na produção de vias de participação política e do exercício das mulheres como sujeitos coletivos e de luta.

Violência e criminalização

Nesse grupo foram aglutinados os trabalhos de Rodrigues (2006) e Campos (2015).

Rodrigues (2006, p. 11), em sua pesquisa de mestrado, aborda o que denomina de a “maior onda de repressão organizada contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná”, acontecida no período de 1998 a 2000, por parte do aparato repressivo do Estado, sob os auspícios do governador Jaime Lerner, e em cumplicidade com milícias privadas. A autora utilizou a teoria freudiana para dialogar com as falas de homens e mulheres, jovens e crianças, a respeito das lembranças, vivências e significações dos episódios de violência marcados pela dor e sofrimento. O estudo ressalta que o pertencimento a uma comunidade, onde puderam realizar trocas de experiências em nível “psicopolítico” com os companheiros de infortúnio, possibilitou canalizar, de formas diferenciadas, sentimentos como culpabilidade e agressividade em favor da vida.

O estudo de Campos (2015), em seu doutorado, já relatada no grupo “relações, afetos e sentimentos”, também foi localizado nesse grupo por abordar a violência sofrida pelo acampamento Terra Prometida em Felisburgo/MG, onde ocorreu um massacre contra os trabalhadores Sem Terra em 2004, resultando, de acordo com a autora, em trauma psicossocial entre os acampados.

Imprensa e percepção sobre o Movimento

Nesse grupo foram aglutinados os trabalhos de Lima (2005) e Feitosa (2013).

O estudo de Lima (2005, p.6), em seu doutorado, teve como objetivo compreender e discutir os discursos sobre o MST na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, presentes nos jornais Folha de São Paulo e O Imparcial, de Presidente Prudente (SP), entre os anos 1990 e 2000. Os aportes teóricos utilizados foram os da Psicologia Social Construcionista em interface com a Semiótica, a Antropologia Cultural, a Sociologia do Conhecimento, a Filosofia da Linguagem, entre outras. Concluiu que o MST mostrado na Folha de São Paulo e o mostrado em O Imparcial são, significativamente, diferentes, visto que têm linhas editoriais distintas e se dirigem a leitores também diferentes. Para a Folha, o MST do Pontal assume várias características, desde um movimento de massas de excluídos que lutam pela terra até um movimento de esquerda radical. Prevalecem, contudo, definições que o colocam como parte de um mundo atrasado, pré-capitalista que deve ser superado com políticas de modernização promovidas pelo governo. Para O Imparcial, o MST é posto no lugar do inimigo da região do Pontal e da nação, e deve ser extinto.

Já o estudo de Feitosa (2013), em seu doutorado, não é exatamente sobre o MST. É uma verificação acerca de como evolui a concepção acerca dos direitos humanos durante o desenvolvimento humano e se esta concepção está relacionada ao processo de tomada de perspectiva do outro. Em seu estudo, a autora utiliza um breve texto denominado “dilema dos sem-terra” - no qual é apresentada a situação de uma “invasão” de uma fazenda por um grupo de famílias - para testar sua verificação. Os aportes teóricos utilizados foram a perspectiva psicossociológica de Doise sobre Direitos Humanos e as teorias de Piaget e de Robert Selman sobre a tomada de perspectiva. De acordo com Feitosa (2013, p. 224), os dados encontrados na pesquisa dão suporte à constatação de que “a concepção acerca dos Direitos Humanos torna-se mais complexa na adolescência e que este tipo de julgamento é bem mais sofisticado nesta idade do que na infância e é diretamente influenciado pelo processo de tomada de perspectiva”.

O espaço do assentamento

A pesquisa de mestrado de Santos (2005), já relatada no grupo “identidade e subjetividade”, também foi localizada nesse tópico por apresentar um olhar para o assentamento em que realizou a sua pesquisa destacando o quanto os espaços de convivência coletiva e de produção conjunta possibilitam os afetos e a alegria, mas que são poucos; que há prevalência de trabalho circunscrito ao lote e à família (em detrimento da produção coletiva), que as estradas, em geral, são precárias e que as pessoas do referido assentamento têm dificuldade para acessar o sistema de saúde pública. Destaca também a presença de uma educação que não dialoga com a realidade do assentamento e o predomínio dos sentidos veiculados pela religião, sendo ela o único fator de mobilização. Todas essas características fizeram com que o pesquisador considerasse que a inclusão feita por meio daquele assentamento rural foi uma inclusão perversa e precária.

Educação do Campo

A pesquisa de doutorado de Bezerra (2017, p.10) teve como objetivo “investigar como as profissionais de uma escola do campo se apropriam das políticas da Educação do Campo e compreender quais são os mediadores que limitam e potencializam esse processo”. A pesquisa foi feita em uma escola localizada em um assentamento da reforma agrária, conquistado a partir da luta do MST. O referencial teórico-metodológico utilizado foi o da Psicologia Histórico-cultural com ênfase nos conceitos de mediação e apropriação de Vigotski. A pesquisa permitiu a Bezerra (2017) identificar diferentes mediadores atuando no processo de apropriação da política da Educação do campo, a saber: “a formação, as condições de trabalho, a participação da comunidade na escola, gestão da política da Educação do Campo no município e na escola, as relações pessoais, as vivências no campo e no movimento social” (BEZERRA, 2017, p.210), entre outros. Bezerra (2017) concluiu que o processo de apropriação das políticas da Educação do Campo foi definido pelas relações que as profissionais tinham com a referida política e que estas “eram reguladas pela dinâmica e articulação dos mediadores e pela interação dos processos de apropriação do conjunto das profissionais” (BEZERRA, 2017, p.10).

Algumas considerações

Ainda que se considere pequeno o número de pesquisas a respeito do MST por parte da Psicologia, houve um aumento considerável de produções no período de 2005 a 2016 (32 pesquisas) comparado ao período de 1987 a 2004 (11 pesquisas), apontando que o MST se tornou um foco de interesse de parte da Psicologia, principalmente nos temas que abordam as questões de identidade e subjetividade. Outros fatores que podem estar correlacionados a esse aumento são as políticas populares desenvolvidas nos governos Lula e Dilma e também o aumento dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e a expansão da Psicologia Social no Brasil.

Esse interesse da Psicologia também se revela na produção das “Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra” em 2013, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Esse documento teve como proposta “reinstalar a reflexão sobre a atuação da Psicologia nessa área temática partindo da elaboração de diretrizes compartilhadas e legitimadas pela participação crítica e reflexiva para a categoria” (VERONA, 2013, s/p.).

Freitas (2001a) já apontava a necessidade histórica da Psicologia se voltar para as questões da terra e o debate das questões relacionadas à Reforma Agrária.

As questões e problemáticas levantadas em torno da Reforma Agrária, da Luta pela posse da Terra, dos Movimentos organizados em torno desta causa, como o MST, e das possibilidades de construção de novas comunidades rurais, apresentam uma importância ímpar para o atual momento histórico em que vivemos e para a própria psicologia social comunitária (FREITAS, 2001a, p. 218).

No entanto, apesar do documento “Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra” fazer um chamado à retomada das “propostas de construção de uma ciência que responda às necessidades coletivas concretas – e não ao ‘fetiche’ academicista – formuladas no bojo dos movimentos sociais” (CFP, 2013, p. 62), quase a totalidade das produções científicas da Psicologia ainda são estudos sobre o MST e a sua militância e não estudos que partem das necessidades concretas do Movimento para a produção de um conhecimento que se dê com o MST, ao invés de para

ou sobre o MST. Acrescente-se aqui também o fato de que esses estudos acabam – por mais que tenham a intenção de um compromisso político em prol dos movimentos sociais – reproduzindo o papel de colocarem a comunidade e o MST no lugar de meros receptores e observadores dos estudos e reflexões produzidos a partir deles.

Martín-Baró (1986, p.7) já alertava para o fato de que a Psicologia ficava à margem da inquietude e dos grandes problemas do povo e que para contribuir com o desenvolvimento dos países latino-americanos era necessário “replantearnos nuestro bagaje teórico y práctico, pero replanteárnoslo desde la vida de nuestros propios pueblos, desde sus sufrimientos, sus aspiraciones y luchas”¹⁸. Martín-Baró (1986, p.7) coloca a questão em outras palavras e diz

Si pretendemos que la Psicología contribuya a la liberación de nuestros pueblos, tenemos que elaborar una Psicología de la liberación. Pero elaborar una psicología de la liberación no es una tarea simplemente teórica, sino primero y fundamentalmente práctica. Por eso, si la Psicología latinoamericana quiere lanzarse por el camino de la liberación tiene que romper con su propia esclavitud. En otras palabras, realizar una Psicología de la liberación exige primero lograr una liberación de la Psicología (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.7)¹⁹.

Ao falar em libertação da Psicologia, Martín-Baró (1986) está denunciando o quanto a Psicologia, presente na América Latina, ainda é dependente das teorias colonizadoras e as utiliza para operar sobre os povos latino-americanos e sobre a realidade latino-americana sem ao menos problematizar sobre quem são as pessoas que aqui vivem, como vivem, que história possuem, que processos vivenciaram. O que parece ser uma incongruência para a própria Psicologia, mas que é lugar comum das pesquisas e práticas psicológicas. Percebe-se que tem havido avanços e preocupações em proceder a contextualizações históricas, mas ainda permanece o desafio para a Psicologia

¹⁸ “repensar a nossa bagagem teórica e prática, mas fazê-lo a partir da vida dos nossos próprios povos, dos seus sofrimentos, das suas aspirações e lutas” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.7) (*tradução livre*).

¹⁹ “Se pretendemos que a Psicologia contribua com a libertação de nossos povos, temos que elaborar uma Psicologia da libertação. Mas elaborar uma psicologia da libertação não é simplesmente uma tarefa teórica, mas primeiro e fundamentalmente prática. Portanto, se a Psicologia latino-americana quer se lançar no caminho da libertação, deve romper com sua própria escravidão. Em outras palavras, a realização de uma Psicologia da libertação exige primeiro a libertação da Psicologia” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.7) (*tradução livre*).

de produzir teoricamente a partir da América Latina, de sua realidade, de seus processos, de seus povos e de sua cultura.

Contudo, é importante compreender que ambos os processos – o de libertação da Psicologia e o da construção de uma Psicologia da Libertação – são permanentes e interdependentes, um atua sobre o outro em uma dinâmica de questionamentos constantes. Sem esse entendimento poder-se-ia indagar sobre como falar de uma Psicologia da Libertação se a própria Psicologia ainda é dependente. A resposta a esta indagação é que não se tratam de processos com início, meio e fim e tampouco de processos sucessivos, mas processos que estão imbricados e em movimento e transformações contínuas.

Martín-Baró (1986, p.8) destaca três elementos essenciais para a construção de uma Psicologia da Libertação dos povos latino-americanos, que são: “un nuevo horizonte, una nueva epistemología y una nueva praxis”²⁰.

Sobre um novo horizonte, Martín-Baró (1986, p.8) irá defender que são os problemas reais dos povos que devem constituir o objeto primordial do trabalho do psicólogo e que, nesse sentido, a Psicologia tem ciência da necessidade de libertação pessoal, da conquista, por parte do indivíduo, de controle sobre a própria existência e do desenvolvimento da capacidade de orientar a vida aos objetivos que se quer alcançar etc., “sin embargo, la Psicología ha estado por lo general muy poco clara de la íntima relación entre desalienación personal e desalienación social, entre control individual y poder colectivo, entre liberación de cada persona y la liberación de todo un pueblo. Más aun, con frecuencia la Psicología ha contribuido a obscurecer la relación entre enajenación personal y opresión social”²¹ (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.8).

Trabalhar em favor da libertação dos povos latino-americanos, para Martín-Baró (1986), exige uma nova forma de buscar o conhecimento, pois “la verdad de los pueblos latinoamericanos no está en su presente de opresión, sino en su

²⁰ “um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.8) (*tradução livre*).

²¹ “No entanto, a psicologia geralmente não é clara sobre a relação íntima entre desalienação pessoal e desalienação social, entre controle individual e poder coletivo, entre a libertação de cada pessoa e a libertação de todo um povo. Além disso, a psicologia frequentemente contribuiu para obscurecer a relação entre alienação pessoal e opressão social” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.8) (*tradução livre*).

mañana de libertad; la verdad de las mayorías populares no hay que encontrarla sino hay que hacerla”²². Com isso, Martín-Baró (1986) está alertando para o fato de que não se pode contentar com o dado presente, mais importante é que o se vai fazer para superar a realidade de opressão vivida - olhar para constatar não basta para uma Psicologia que se pretende libertadora. Essa nova forma de buscar o conhecimento, para Martín-Baró (1986, p.9), supõe dois aspectos, “una nueva perspectiva y una nueva praxis”²³.

Essa nova perspectiva, segundo Martín-Baró (1986), diz respeito à compreensão de que o conhecimento deve ser construído com os povos, como bem sinalizou FREIRE (2011), que também alertou para as diferenças entre construir com, construir sobre e construir para. Construir conhecimento com os povos latino-americanos implica em “pensar e teorizar com eles e a partir deles” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 9), de forma que eles estejam no papel de sujeitos do conhecimento e de seu próprio processo de libertação. Martín-Baró (1986) ressalta que isso não implica em abrir mão de todo o conhecimento já acumulado, mas que é preciso

su relativización y revisión crítica desde la perspectiva de las mayorías populares. Sólo desde ahí las teorías y modelos mostrarán su validez o su deficiencia, su utilidad o su inutilidad, su universalidad o su provincialismo; sólo desde ahí las técnicas aprendidas mostrarán sus potencialidades liberadoras o sus semillas de sometimiento (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 9)²⁴.

Quanto à nova praxis, de acordo com Martín-Baró (1986, p.9-10), todo conhecimento está “condicionado por los límites impuestos por la propia realidad. Bajo muchos respectos la realidad es opaca, y sólo actuando sobre

²² “a verdade dos povos latino-americanos não está em seu presente de opressão, mas em sua manhã de liberdade; a verdade das maiorias populares não deve ser encontrada, mas deve ser construída” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.9) (*tradução livre*).

²³ “uma nova perspectiva e uma nova praxis” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p.9) (*tradução livre*).

²⁴ “sua relativização e revisão crítica a partir da perspectiva das maiorias populares. Somente a partir daí teorias e modelos mostrarão sua validade ou sua deficiência, sua utilidade ou sua inutilidade, sua universalidade ou seu provincialismo; somente a partir daí as técnicas aprendidas mostrarão seus potenciais libertadores ou suas sementes de subjugação” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 9). (*tradução livre*)

ella, sólo transformándola, le es posible al ser humano adquirir noticias de ella”²⁵.

Continua o autor,

lo que veamos y cómo lo vemos está ciertamente condicionado por nuestra perspectiva, por el lugar desde el que nos asomamos a la historia; pero está condicionado también por la propia realidad (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 10)²⁶.

Nesse sentido, para adquirir um novo conhecimento psicológico a partir do povo não basta nos unirmos a ele e compreender a sua perspectiva, é necessário mais, é necessário envolvimento em uma nova práxis, ou seja, em uma atividade transformadora da realidade que nos permita conhecê-la não só pelo que é, mas também pelo que não é e pelo que pode vir a ser ou deveria ser (MARTÍN-BARÓ, 1986).

Martín-Baró (1986) observa que o psicólogo tem tentado se colocar em uma posição de neutralidade e isenção dos processos sociais e que, com frequência, sua atuação está em conformidade com os interesses de quem domina e controla os processos. Também observa que não é tarefa fácil a inserção nos processos sociais a partir dos interesses dos dominados, muito menos deixar a suposta superioridade profissional e estar de igual para igual com os grupos populares. No entanto, alerta Martín-Baró

si no nos embarcamos en ese nuevo tipo de praxis, que además de transformar la realidad nos transforme a nosotros mismos, difícilmente lograremos desarrollar una Psicología latinoamericana que contribuya a la liberación de nuestros pueblos (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 10)²⁷.

Com a recuperação das reflexões de Martín-Baró, o que se quer problematizar é o desafio que ainda se apresenta para a Psicologia contribuir de fato para com os processos de luta e libertação dos povos latino-americanos,

²⁵ “condicionado pelos limites impostos pela própria realidade. Sob muitos aspectos, a realidade é opaca, e somente agindo sobre ela, apenas transformando-a, é possível aos seres humanos adquirir notícias sobre ela” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 9-10). (*tradução livre*)

²⁶ “o que vemos e como o vemos é certamente condicionado pela nossa perspectiva, pelo lugar de onde olhamos para a história; mas também é condicionado pela própria realidade” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 9-10). (*tradução livre*)

²⁷ “se não embarcarmos nesse novo tipo de práxis, que além de transformar a realidade transforma a nós mesmos, difícilmente seremos capazes de desenvolver uma Psicologia latino-americana que contribua para a libertação de nossos povos” (MARTÍN-BARÓ, 1986, p. 10). (*tradução livre*)

dos movimentos sociais e, no caso do presente estudo, do MST. Um desafio que se deseja que permaneça no horizonte e nunca como elemento do passado.

3. A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA COMO PSICOLOGIA DO POVO

Um pouco de história

A Psicologia Social Comunitária teve início no Brasil na década de 70, em plena ditadura. Era um período de pobreza extrema, repressão, violência, desemprego, serviços públicos precários, alto custo de vida, perseguição e desrespeito aos direitos humanos, entre outras mazelas sociais e políticas. Essa realidade provocou inquietações, debates nas universidades sobre o papel e compromisso social dos profissionais da academia do campo da saúde e da Psicologia, entre outros. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a professora Silvia Tatiana Maurer Lane e de seus alunos – inconformados com a Psicologia da época, preponderantemente elitista e fechada em quatro paredes – iniciaram um trabalho junto às comunidades da periferia de Osasco, São Paulo. Ali começaram a conceber uma nova forma de se fazer Psicologia Comunitária, compromissada com os processos de luta do povo e, ao mesmo tempo, denunciando o modelo elitista, tradicional e conservador das práticas em Psicologia vigentes. Dizia-se ‘uma nova forma’ porque já existia uma Psicologia Comunitária nos Estados Unidos que se ancorava em objetivos de cunho conservador e condutivista. Na época, a denominação ‘Psicologia Social Comunitária’ foi uma forma de demarcar essa diferença crucial (FREITAS, 2000, 2011, 2012; LANE, 2014).

Falar de uma Psicologia Social Comunitária que tem origens na década de 70 e que se contrapõe ao que se caracteriza como Psicologia tradicional, elitista e conservadora requer uma breve contextualização histórica da Psicologia enquanto ciência e profissão.

A Psicologia, enquanto ciência, surge no século XIX no contexto de transformação do modelo de produção do feudalismo para o capitalismo que acarretou uma série de transformações sociais, incluindo a compreensão que se tinha de humano e o lugar que este ocupava. No feudalismo, em linhas gerais, o conhecimento se dava pela revelação divina, a verdade era proferida pela Igreja, o fundamento estava na Escritura, a razão era a do clérigo e a compreensão da sociedade era como se ela fosse um espelho do universo e este era concebido como estático, hierárquico e finito. Essa ideologia não favorecia os interesses dos burgueses que necessitavam cada vez mais produzir novas mercadorias

para continuarem suas atividades comerciais, pois a produção de novas mercadorias exigia a observação da realidade e a investigação da natureza e dos corpos físicos, o que era considerado como heresia pela Igreja. Existia aí uma tensão e um conflito de interesses que foi paulatinamente vencido pelos burgueses e criando o espaço para a construção de uma ciência que coincidia com os seus interesses, pois estava direcionada em desvendar as leis naturais (racionalismo), utilizava de estudos experimentais e instrumentos de observação e controle (empirismo) e se pautava na compreensão de que o mundo, assim como uma máquina, é regular e preciso (mecanicismo) (KAHHALE & SANCHES, 2003).

Nesse contexto de transição de modelo de produção e emergência de uma ciência que reclamava para si a posse do conhecimento, a compreensão que se tinha do humano também foi se modificando de um ser passivo e totalmente dependente das vontades divinas para um que é capaz de conhecer o mundo por si só, de dominar o conhecimento e ser portador de razão. Essa compreensão enfatizou a ideia de pessoa como indivíduo, do julgamento pessoal, da privacidade e da subjetividade como experiência privada. É imersa nessa conjuntura e nessa mentalidade que a Psicologia surge como ciência em 1879 na Alemanha, fortemente influenciada pelo empirismo e o racionalismo (KAHHALE & SANCHES, 2003).

Ao longo de sua história, a Psicologia foi sofrendo influências teórico-metodológicas de diferentes campos epistemológicos e construindo, por conseguinte, diferentes propostas de psicologia. Contudo, a maioria dessas propostas, que alguns chamam de linhas, outros de correntes, outros de escolas e outros de perspectivas, trabalham com a compreensão, entre outras, de que existe uma natureza humana intrínseca ao sujeito. Essa compreensão favorece uma psicologia, na maioria das vezes, circunscrita ao indivíduo e não muito raro, focada no seu controle e ajustamento à sociedade.

No início do século XX, na Rússia, sob a influência do materialismo histórico e dialético entre outras referências, e no contexto da Revolução Russa, Vigotski, Leontiev e Luria dão início a uma nova proposta de psicologia pautada na compreensão de que não existe uma natureza humana e uma consciência intrínseca e a-histórica, mas uma condição humana construída pela própria humanidade em seu percurso histórico, social e cultural. Essa proposta insere a

compreensão de que o sujeito não pode ser abordado de maneira isolada e sem vinculá-lo ao todo social e histórico, ou seja, não é possível entender o sujeito sem entender a sociedade e os interesses em jogo. Portanto, o sujeito não se constrói alheio ao que vive e também não se mantém inerte, mas participa da construção cotidiana da sociedade na qual está inserido (KAHHALE & SANCHES, 2003).

No Brasil, a Psicologia foi regulamentada como profissão somente em 1962, antes disso era exercida, principalmente por médicos e profissionais da educação. Como profissão, nasceu comprometida com o projeto da elite de modernização tecnológica do país e, predominantemente, influenciada pelas correntes teóricas tradicionais que desenvolviam uma psicologia de cunho conservador, seja na forma de entender o sujeito, seja nos métodos clínicos e/ou classificatórios e excludentes ou no lugar ocupado enquanto um tipo de ciência que não se volta para a realidade da maioria do povo (FREITAS, 1998b).

Mas esse modelo de Psicologia será questionado e contraposto logo em seguida, muito por influência do Movimento de Maio de 68, pelas experiências pedagógicas de Paulo Freire, pela vivência da ditadura, pela pobreza instaurada no país, pelos movimentos sociais que se colocam no cenário da época e por uma insatisfação com a própria Psicologia, incluindo, principalmente, a Psicologia Social, que no país era fortemente orientada pela Psicologia Social norte-americana de características positivistas e amplamente criticada por não contribuir para com o enfrentamento dos problemas vividos pelo mundo naquele período (LANE, 2014; FREITAS, 2014a; CARVALHO & SOUZA, 2010).

Nesse contexto de descontentamento com o que estava posto em Psicologia no Brasil e na América Latina surgiu um movimento no Brasil e demais países da América Latina de construção de uma Psicologia Social voltada para os problemas do povo da América Latina, denominada de Psicologia Sócio-Histórica. É como parte desse movimento de construção de uma Psicologia Social comprometida com o povo que a Psicologia Social Comunitária surge no Brasil em meados das décadas de 60-70 a partir dos trabalhos da professora Silvia Lane e seus alunos em comunidades da periferia de Osasco-SP. Os aportes teórico-metodológicos que estão presentes nesse berço histórico da Psicologia Social Comunitária no Brasil são, fundamentalmente, o materialismo

histórico e dialético e a educação popular e libertadora de Paulo Freire e Fals Borda (LANE, 2014; FREITAS, 2001b, 1996).

Em El Salvador, a Psicologia da Libertação, inspirada na Teologia da Libertação, também foi se construindo como uma Psicologia que se faz na contramão da Psicologia tradicional, olhando para o povo, para a sua história de violências e opressões, para as suas necessidades e vontade de libertação, tornando-se, também, um apoio teórico-prático para a Psicologia Social Comunitária (FREITAS, 1996, 2012).

Ao longo de sua história, a Psicologia Social Comunitária não manteve unidade em torno dos seus referenciais teóricos e objetivos iniciais. Isso fez com que, atualmente, seja possível encontrar práticas nomeadas de Psicologia Social Comunitária que divergem em muito com o aqui exposto (FREITAS, 2011). Contudo, ainda que a identidade e os propósitos iniciais da Psicologia Social Comunitária tenham se diluído no seu conjunto, há os psicólogos sociais comunitários que mantêm a perspectiva teórico-metodológica da professora Silvia Lane, da Psicologia da Libertação, do materialismo histórico e dialético e da Educação Popular, e isso muito se deve ao trabalho da professora Maria de Fátima Quintal de Freitas que, ao longo dos anos, preserva e cuida do núcleo central original da Psicologia Social Comunitária, além de também contribuir para o seu desenvolvimento, para a preservação da sua história, para a formação de profissionais da área e para a produção de reflexões e críticas a respeito do seu fazer comunitário. Sua produção tem se constituído em suporte teórico-prático àqueles que queiram desenvolver trabalhos comunitários e contribuir com as comunidades em seus processos cotidianos de participação, de conscientização, de organização, de coletividade, de lutas por melhores condições de vida e outros que favoreçam a superação da exploração e opressão e atuem na construção da emancipação humana e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Psicologia Social Comunitária: processos de exclusão e o trabalho comunitário

Dados da OXFAM²⁸ (2018) registram que 1% da população mundial ficou com 82% de toda a riqueza global gerada em 2017 e que mais da metade da população vive com U\$ 2 a 10 por dia. A ONU estima que existam cerca de 767 milhões de pessoas vivendo na pobreza extrema, ganhando menos de U\$ 1,90 por dia (IBGE, 2017), esse dado corresponde a uma pessoa em cada dez. Segundo a OIT, 40 milhões de pessoas estão desenvolvendo algum tipo de trabalho escravizado, sendo que quatro milhões são crianças e 25 milhões estão em situação de trabalho forçado.

No Brasil, de acordo com estudos do IBGE (2017) realizados em 2016, dos 205.386 milhões de brasileiros, cerca de um quarto (25,4% que correspondem a 52,16 milhões) vivem em condição de pobreza com renda de até U\$ 5,50 por dia (R\$ 387 mensais²⁹) e 6,5% (13,4 milhões) vivem em condição de pobreza extrema com renda de até U\$ 1,90 por dia (R\$ 133,70 mensais). Dados do Censo Demográfico de 2010 revelam, ainda, que a pobreza extrema no Brasil está concentrada no meio rural. De toda a população urbana, 3,7% encontra-se em pobreza extrema ao passo que para a população rural essa taxa é de 20,8% da população.

Um olhar para a história das sociedades permite perceber que a pobreza esteve presente em todos os tempos históricos. Nas comunidades primitivas as condições de vida eram precárias para todos e suas chances de sobrevivência dependiam muito da natureza, das intempéries do meio ambiente e da disponibilidade de alimentos. As formas sociais que vieram depois desenvolveram um outro tipo de pobreza, a pobreza oriunda da exclusão de uma parte da população da propriedade dos meios de produção, característica das sociedades escravagistas, tributárias, feudais e capitalistas. Nessas sociedades, a pobreza se constituiu como resultado de um processo de exploração de uns sobre outros, no qual o grupo explorado não teve e continua, até os dias atuais,

²⁸ “A OFXAM é uma confederação internacional de 20 organizações que trabalham em rede em mais de 90 países como parte de um movimento global em prol de mudanças necessárias e no intuito de construir um futuro livre da injustiça da pobreza” (OXFAM, 2018, p.3).

²⁹ Valor correspondente ao câmbio da época.

como demonstram os dados acima, não tendo acesso ao resultado da produção social de seu tempo.

Ao longo dos anos, os estudos sobre a pobreza ganharam diversos contornos e abordagens. Nos últimos anos, desde a segunda metade do século XX, o termo “exclusão social” ganhou expressividade como uma categoria que abarca a questão da pobreza, mas não se encerra apenas nela, pois se refere também a outras exclusões. Sposati (1998), por exemplo, faz uso do termo para se referir também a situações que dizem respeito à negação do direito à diferença. Para a autora, há uma distinção entre exclusão social e pobreza por considerar que a exclusão social contém “elementos éticos e culturais... e se refere também à discriminação e a estigmatização”.

Pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho etc. A exclusão alcança valores culturais, discriminações. Isto não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre, mas que a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela pobreza (SPOSATI, 1998, p.3).

Como visto, para a autora, ‘exclusão social’ é uma categoria mais ampla do que ‘pobreza’. Ela, a autora, considera que houve uma conquista da universalidade da cidadania e a possibilidade histórica da constituição da responsabilidade social do Estado nas sociedades do dito Primeiro Mundo e o termo ‘exclusão social’ se apresenta como um “conceito/denúncia” da perda dessas conquistas. Nas palavras da autora, a “exclusão social é a negação da cidadania” (SPOSATI, 1988, p.3).

Leal (2004) aponta que ‘exclusão social’ é uma dessas categorias que pode se referir a diversas situações e que há concordância entre os autores que o termo é vago e impreciso, pois as situações a que pode se referir são múltiplas e distintas; e alerta para a existência de diferentes significados para o termo oriundos de diferentes formas de compreender a sociedade e, por consequência, há também diferentes propostas de encaminhamentos de soluções para o problema; o que denota que o termo está em disputa.

Em seu estudo, Leal (2004) distinguiu três grandes conjuntos de significados para o termo ‘exclusão social’ utilizados entre os autores brasileiros.

Entre os autores que elaboram o conceito de exclusão social no Brasil, agrupamos três grandes conjuntos de significados, combináveis entre si:

- a) ruptura de laços sociais, associada ou não à negação de certas parcelas da população como semelhantes àquelas “incluídas”;
- b) inserção precária no mundo do trabalho e/ou consumo;
- c) não realização da cidadania. (LEAL, 2004, p. 5).

De acordo com Leal (2004), o primeiro grupo de significado, muito influenciado por autores franceses, compreende a exclusão social como “um processo de ruptura sucessiva de laços sociais” que se dariam em uma trajetória de rupturas parciais e que poderiam resultar em uma ruptura total. Os laços mais atingidos seriam aqueles que vinculam o indivíduo ao trabalho e às relações comunitárias e familiares. Nessa forma de compreender a exclusão social “a desvinculação dos indivíduos excluídos traduz-se num não pertencimento a grupos sociais e na não participação nas dimensões sociais da vida humana”, estariam eles apartados e vivenciariam a condição de não-semelhantes, de não reconhecimento como parte da humanidade, tornando-se, inclusive, vítimas de ameaças de eliminação física. As razões para se ter chegado a essa situação, no geral, apontam para uma “crise da organização atual da sociedade que iria desde uma mudança de valores até uma mudança nos próprios fundamentos dessa organização” (LEAL, 2004, p. 5-8).

O segundo grupo de significados compreende a exclusão social como “inserção precária”, ou seja, ela não é resultado de uma crise de um tipo de sociedade, como no primeiro grupo, mas parte do funcionamento do capitalismo. É uma formulação que se aproxima da noção de marginalidade, amplamente utilizada na América Latina nas décadas de 60-70 (LEAL, 2004).

O terceiro grupo de significados compreende a exclusão social como não-cidadania. Nessa compreensão, os direitos civis, políticos e sociais “asseguram ao indivíduo a garantia de um mínimo de participação na vida social e nas benesses, materiais ou não, criadas pela sociedade” (MARSHALL, 1967 citado por LEAL, 2004, p. 10); o não acesso a esses direitos de cidadania caracterizaria a condição de exclusão. Essa compreensão de exclusão social pode ser encontrada associada às duas anteriores ou sozinha, mas frequentemente, ela é um complemento de uma delas.

Em um outro movimento, Freitas (2006, p.104), considerando o uso “frequente e, muitas vezes, pouco consequente e descontextualizado” do termo, alerta para a necessidade de se buscar os aspectos presentes na raiz desse conceito ao mesmo tempo que convida para uma reflexão do quanto os possíveis usos/abusos do termo não estariam contribuindo para uma “neutralização das contradições existentes” (p. 104). Nesse intento, Freitas (2006), retoma a história dos processos de exclusão em sociedades tradicionais e estamentais apontando para o fato de que naquelas sociedades “era esperado que a exclusão acontecesse, uma vez que se tratava de um processo imanente às condições daquele funcionamento societal” (p. 105), ou seja, considerando que não existia a ideia de direitos iguais para todos e nem a possibilidade de mobilidade social naquela organização social, também não havia expectativas diferentes disso por parte das pessoas daquele tempo histórico, o que indicava “um tipo de aceitação e de consciência sobre os lugares sociais” (p.105). Como afirma a autora, nesse sentido, a desigualdade e a diferença eram vivenciadas como algo natural.

De acordo com Freitas (2006), na sociedade atual, nomeada de sociedade aberta, existiria tal possibilidade de mudança e mobilidade social, de possibilidade de ascensão social, no entanto, como observa a autora, isso não é a realidade e as discussões que remetem a esse tema, colocadas sob a categoria ‘exclusão social’, dão a impressão de que se trata de um fenômeno novo, quando historicamente, é um fenômeno antigo, mas com repercussões psicossociais preocupantes.

Freitas (2006) adverte, ainda, para a “perversidade nas concepções sobre exclusão, que pode ser identificada ao se analisar o que acontece no interior das relações de exclusão e participação” (p. 106). É o caso da concepção de que a sociedade que exclui acaba criando formas de participação. Mas de que participação se está falando? Freitas (2006) cita exemplos de crianças que se prostituem ou entram no tráfico para ajudar na renda da família. O resultado pode ser de maior renda familiar, mas essa participação é, obviamente, uma forma de desumanidade, ressalta Freitas (2006). Considerar que a sociedade que exclui cria formas de participação sem refletir sobre de que participação se está falando, é uma análise que substitui

o conteúdo, as motivações e os determinantes das ações, intrínsecos àquele fazer e participar (...) pela finalidade e resultado

final da ação em si (...), distorcendo, com isto, uma análise mais acurada e histórica do processo excludente em suas dimensões psicossociais (FREITAS, 2006, p. 108).

Mas há outros agravantes dessas concepções sobre exclusão social mencionados por Freitas (2006), entre eles está o deslocamento do “caráter do direito da participação para o privilégio que lhe permite participar” (p. 108). Se a sociedade que exclui é a mesma que cria formas de participar, essa participação não é para todos, é privilégio de alguns. Como diz a autora, “é uma inclusão fundamentada em privilégios” (FREITAS, 2006, p. 108).

Decorre daí um outro agravante que é o “confronto – ressalte-se ardiloso, falso e equivocado – nas interações sociais, entre os que se consideram incluídos e os que são vistos como excluídos” (FREITAS, 2006, p.108). Essa percepção da realidade que compreende a desigualdade social em termos de excluídos/incluídos escamoteia o fato de que ambos pertencem à mesma classe social e, portanto, estão sob o mesmo processo de exploração que mantém o sistema social. Escamoteia também os determinantes que estão na base das desigualdades, na medida em que “localiza o problema na diferença que exclui e não nas condições que a provocam” (FREITAS, 2006, p.108). Ademais, a focalização do problema na diferença, contribui para a ideia de “inclusão como mérito pessoal e a exclusão como fracasso” (FREITAS, 2006, p.108) também pessoal, que se traduz como um fenômeno de psicologização dos problemas sociais em que as características pessoais se sobressaem sobre o todo social e são consideradas determinantes na trajetória de cada um. De acordo com Freitas (2006), as repercussões psicossociais advindas dessa forma de compreender e explicar a desigualdade geram “a sensação de ser menos” (p. 109) e, portanto, merecedor de ajuda naqueles que vivem em precárias condições e, naqueles que vivem em melhores condições, uma espécie de alívio por receber o privilégio de ser incluído (FREITAS, 2006, p. 109).

Há ainda outros aspectos da dimensão psicossocial da exclusão que Freitas (2006) congrega em três elementos:

1) os sentimentos de pertencimento aos grupos de excluídos e/ou incluídos que geram os processos identitários e as relações inter e intragrupais; 2) o grau de vergonha e o sentir-se sozinho no processo de ser excluído ou de estar sendo incluído; 3) a necessária análise sobre quais são as repercussões dos dois elementos anteriores e se contribuem e de que forma para a transformação social e melhoria das condições de vida (FREITAS, 2006, p.109).

O terceiro elemento é destacado por Freitas (2006) como sendo o núcleo central para se pensar o que fazer. Para tanto, ela se apoia nas produções de Heller (1982; 1987) sobre as necessidades radicais à condição humana para acrescentar, na discussão sobre a exclusão, o fato de que “a pobreza não é vivida apenas em termos de carências sociais e materiais, há também carências ou necessidades psicossociais” (p. 109) e nesse sentido, diz a autora

as necessidades atendidas nas propostas de enfrentamento à exclusão acabam não satisfazendo as necessidades radicais, pois estas referem-se às necessidades essenciais à condição humana, para sua plenitude como ser genérico. Portanto, não bastam, para isto, medidas paliativas de preenchimento de lacunas pontuais (como vagas nas escolas ou unidades de saúde, ou construção de melhores lugares de moradia, ou melhorias nos indicadores objetivos de qualidade de vida, por exemplo), mas sim, uma formação plena quanto ao desenvolvimento educacional, cultural, intelectual, artístico e afetivo intrínsecos à Humanidade e sua trajetória histórica (FREITAS, 2006, p.109-110).

Ou seja, se pensarmos a partir de Heller e Freitas, não basta estar “incluído”! Mas para além de não bastar, pensar na lógica da exclusão/inclusão leva a uma outra lógica que é a de imaginar que estar “incluído” é o suficiente, é a antítese do estar “excluído”, é o vértice do que se pode almejar porque é a confirmação da cidadania, da integração dos laços sociais ou da capacidade de consumo. É também supor que pertencer ao grupo dos “incluídos” (e o que isso possa significar) seja um ideal de vida para todos. É nesse sentido que outras discussões precisam ser feitas, pois se o termo “exclusão” abarca outras opressões além da econômica, o termo “inclusão” não atinge a dimensão de uma sociedade igualitária, justa, sem exploração de uns sobre os outros, e portanto, sem classes sociais e sem propriedade privada dos meios de produção.

Pensar a questão social a partir da lógica exclusão/inclusão também não considera o papel dos sujeitos na história, diferente da formulação do binômio opressor/oprimido de Paulo Freire que permite não só reconhecer quem vive em situação de opressão e quem oprime, mas também possibilita compreender como a opressão se materializa em modos de vida e atuação cotidianas para opressores e oprimidos, além de anunciar que a luta dos oprimidos por sua libertação do jugo da opressão é uma luta por libertação de oprimidos e opressores, é uma luta coletiva que favorece o coletivo da humanidade (FREIRE, 2011).

Tendo feito essas reflexões a respeito das implicações do termo “exclusão” e do problema de se operar a partir do binômio exclusão/inclusão, a questão que se interpõe é a do que fazer em termos de construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Pensando em trabalhos que estejam ancorados na perspectiva da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana, Freitas (2006) alerta para a necessidade de que estes se façam tendo em vista as dimensões psicossociais presentes no processo de exclusão-participação para que se identifiquem possibilidades de mudanças nas redes e relações cotidianas.

Na realização destes trabalhos, Freitas (2006) defende que o objetivo deva ser o “enfrentamento da naturalização da vida cotidiana e da crença na imutabilidade histórica existente nas relações travadas, quando dos processos de exclusão-participação” (p. 111), isso implica em uma proposta que tem como mote a construção de consciência crítica a respeito do mundo em que se vive e das relações sociais que se vivencia, constituindo-se, nas palavras da autora, como uma “ação de politização na vida cotidiana” (FREITAS, 2014b, p.66).

Esse tipo de trabalho reclama um método de análise da realidade que considere os aspectos relativos aos

contextos macro e microssociais dos processos de exclusão-participação, o reconhecimento dos tipos de conflitos e tensões presentes, a identificação das expressões psicossociais da exclusão no cotidiano e os significados e impactos das estratégias de sobrevivência psicossocial para as pessoas que vivenciam-na e das interfaces entre a manutenção e as possibilidades de transformação social na perspectiva de quem vive a exclusão (FREITAS, 2006, p.110-111).

Para trabalhar nessa perspectiva, a autora aponta um primeiro desafio que pode ser sintetizado na preocupação em conhecer e compreender as “dimensões subjetivas da vida cotidiana que levam ao entendimento das razões para os retrocessos ou avanços das práticas comunitárias” (FREITAS, 2014b, p.80).

Isto nos remete a fazer análise em termos de necessidades, vividas pelo indivíduo, em seu dia a dia, e que nem sempre são diretamente correspondentes aos significados e sentimentos que se tem sobre tais necessidades (necessidades sentidas). E será, exatamente, esta relação entre necessidades vividas e sentidas – suas coerências/incoerências e impactos na crença do fazer e possibilidades de mudança – que poderá nos indicar caminhos para a realização de trabalhos coletivos e comunitários, que

potencializem estratégias e ações dirigidas à mudança e ao enfrentamento dessas formas de exclusão, de opressão e de violação da dignidade e direitos, implicando em processos coletivos de participação e conscientização em que os frutos e benefícios tenham a dimensão da construção de redes comunitárias solidárias e justas para todos, em seus cotidianos (FREITAS, 2006, 111-112).

Um outro conjunto de desafio, apontado por Freitas (2014b), é o da prática da Psicologia Social Comunitária, pois sendo essa uma prática que tenha como objetivo a transformação social, é esperado que se constitua em uma metodologia de trabalho e aportes teóricos coerentes com esse objetivo.

Nesse sentido, para a Psicologia Social Comunitária, orientada pelo materialismo histórico e dialético, pela Educação Popular e pela Psicologia da Libertação, tanto a sociedade quanto o sujeito são frutos de um complexo movimento histórico, no qual sujeito e sociedade foram se construindo mutuamente e o fazem continuamente. Nessa perspectiva, nada está dado ou fadado a ser, mas tudo está em contínua construção e sob influência dos determinantes históricos que recaem sobre o presente. Sendo assim, a construção de uma sociedade solidária e com justiça social – uma sociedade que não opere na lógica da exploração humana, na qual a emancipação humana seja uma realidade – é possível a partir da atividade humana. Contudo, não de qualquer atividade humana, mas de uma atividade que tenha a intencionalidade de mudar o mundo nessa perspectiva, ou seja, uma atividade de caráter revolucionário que só pode ser forjada por sujeitos que estão em um processo de construção de si mesmos e do mundo a partir de valores mais humanos, comunitários e fortemente ancorados em princípios de equidade social.

Tal processo de construção dessa qualidade de sujeito, além de ser um movimento que está na contramão da sociedade capitalista, não é algo que se faz de forma isolada, mas em comunidades. Mas não de qualquer comunidade e sim de comunidades que estejam no processo de se fazer cada vez mais solidárias, promotoras de relações de respeito e equidade em todos os sentidos, promotoras de aprendizagem sobre o processo histórico da humanidade e a luta de classes, formuladoras de ações práticas que denunciem a exploração e a opressão vividas cotidianamente e sejam capazes de produzir a utopia e ao mesmo tempo as ações práticas possíveis para a construção, desde já, da superação da sociedade capitalista e seus modos perversos de organização social.

Essa é a proposta e ao mesmo tempo o desafio posto à Psicologia Social Comunitária, o de se colocar junto com o povo no processo de formação dessas comunidades, mas não como um especialista ou intelectual de fora que chega com suas teorias e métodos formulados, mas como alguém que constrói, junto, as ações e reflexões que permitem avançar na *práxis* comunitária.

4. O CAMINHO DE UMA PESQUISA COM A COMUNIDADE

Considerações sobre a pesquisa e o processo metodológico

O processo de se fazer pesquisa envolve uma gama de decisões que se referem às aspirações em relação ao que se propõe a pesquisar, propostas metodológicas e referenciais teóricos; e todas essas questões estão, de alguma maneira, relacionadas aos posicionamentos políticos diante da vida e do mundo em que se vive e a forma em que esse mundo está organizado e organizando as pessoas.

A ciência, como um produto cultural, responde aos interesses de classe; e a ciência ocidental, em grande medida, colabora para a manutenção e fortalecimento do sistema capitalista quando se volta para os objetivos específicos e interesses da classe dominante e/ou quando opera de acordo com uma racionalidade que ratifica a lógica capitalista em seus aspectos individualista, competitivo, hierarquizado, opressor, explorador etc. (FALS BORDA, 1999).

Considerando que a pesquisadora responsável por essa pesquisa tem a Psicologia Social Comunitária como o seu principal referencial teórico-metodológico, seria de se esperar que a metodologia empregada na pesquisa estivesse no campo da Pesquisa Participante como forma de contrapor a essa lógica capitalista presente nas propostas de pesquisa. Contudo, intentar uma Pesquisa Participante com um prazo de término antecipadamente estipulado por organizações externas ao grupo participante da pesquisa gerou, desde o momento da elaboração do projeto, questionamentos sobre as limitações, riscos e até mesmo incoerências que poderiam estar aí imbricadas.

No entanto, ainda que esta pesquisa não tenha sido uma Pesquisa Participante, alguns de seus princípios, destacados por Fals Borda (1999), serviram como balizadores para a concepção do projeto de pesquisa e, posteriormente, para a sua execução, bem como, para a constante reflexão sobre o fazer político da pesquisadora. Os princípios em questão são a valorização do conhecimento popular, a autenticidade e o compromisso, o antidogmatismo e a ciência modesta e as técnicas dialogais.

Fals Borda (1999, p.45) ressalta o valor do conhecimento popular no processo histórico da humanidade e destaca que o mesmo possui sua própria racionalidade e estrutura de causalidade e por isto pode “demonstrar que tem mérito e validade científica *per se*”. Para além da discussão de validade científica, nessa pesquisa, o conhecimento popular é reconhecido com igual valor ao científico e nesse sentido, a pesquisadora responsável por essa pesquisa, declarou o seu respeito, reconhecimento sincero e valorização desse conhecimento elaborado nas bases, nas comunidades e nos movimentos sociais, resultante da labuta cotidiana do povo para viver em um mundo regido por uma ordem que a todo tempo lhe oprime. Também explicita a admissão do seu lugar de aprendiz (e por isso beneficiária) sobre esse saber e sobre o próprio processo de pesquisa.

No que se refere à autenticidade e compromisso, sabendo que ciência não é sujeito, mas técnica a serviço de uma classe, o compromisso aqui é com a classe trabalhadora que nessa pesquisa está representada nas pessoas do MST e em sua organização enquanto sujeito político. Compromisso de intentar contribuir, a partir da Psicologia Social Comunitária, com o MST e o seu trabalho na construção da Reforma Agrária Popular e de um mundo mais justo e solidário.

A respeito do dogmatismo, Fals Borda (1999) alerta sobre os riscos deste para a pesquisa e também para a luta popular e aponta o caráter colonialista que as teorias podem imprimir aos trabalhos com os grupos populares. A reflexão sobre o dogmatismo no momento de elaboração do projeto de pesquisa foi um desafio necessário, pois em geral, não é do costume dos acadêmicos se admitirem como dogmáticos ou mesmo se questionarem a respeito, pois ser dogmático estaria no ponto oposto ao de ser pesquisador. Com esta reflexão e a constatação da facilidade explicativa dos dogmatismos, o antidogmatismo se firmou para esta pesquisadora como um princípio a ser perseguido constantemente e de modo vigilante, como desafio epistemológico e como alerta constante à necessidade de abertura ao novo, ao diferente, sem deixar de exercer a crítica tão necessária ao conhecimento como processo de desvelamento do mundo.

Sobre a ciência modesta e as técnicas dialogais, Fals Borda (1999) ressalta que no nível de desenvolvimento atual da maioria dos locais, a atividade

científica não necessita de grandes aparatos metodológicos para se realizar e que o pesquisador deveria

- (a) abandonar a tradicional arrogância do erudito, aprender a ouvir discursos concebidos em diferentes sintaxes culturais, e adotar a humildade dos que realmente querem aprender e descobrir;
- (b) romper com a assimetria das relações sociais geralmente impostas entre o entrevistador e o entrevistado; e
- (c) incorporar pessoas das bases sociais como indivíduos ativos e pensantes nos esforços de pesquisa (FALS BORDA, 1999, p.55).

Nesse sentido, é importante registrar que essa pesquisa buscou, em quase todas as suas fases, a contribuição dos companheiros e companheiras do MST e que a proposta de pesquisa, a construção do projeto, o trabalho de campo e a produção da tese foi uma construção dialogada com esses sujeitos e com a orientadora.

A inserção e a construção da relação com o MST

Considera-se importante relatar, de forma breve, a aproximação que a pesquisadora tem com o campo de pesquisa, o MST.

Os primeiros contatos com o MST se deram na década de 80 no estado do Mato Grosso do Sul ao acompanhar alguns religiosos das CEBs em atividades de visita a assentamentos do Movimento. Posteriormente, na graduação em Psicologia na Universidade Federal do Paraná, através do Programa “Exercitando a Cidadania”³⁰ e do Projeto “Psicologia e Meio Ambiente”³¹, ambos extensão universitária, foi possível conviver e participar de algumas atividades em um dos assentamentos do estado. Após a graduação, o trabalho em uma Organização Não-Governamental que atuava com a temática ‘informática e cidadania’ possibilitou o desenvolvimento de atividades conjuntas com jovens do assentamento do Contestado no Paraná na criação de uma escola de informática e cidadania no referido assentamento. Já em 2012, como professora da UFMT e tutora do Programa de Educação Tutorial “Conexões de Saberes” da UFMT,

³⁰ Coordenado pela Prof^a. Dr^a. Milena Maria da Costa Martinez - UFPR.

³¹ Coordenado pela Prof^a. Dr^a. Norma da Luz Ferrarini Zandoná - UFPR.

percebendo que o MST e demais movimentos sociais quase não tinham presença na referida universidade, iniciou-se uma discussão no interior do Programa Conexões de Saberes que resultou no Ciclo de Debates “Universidade e Movimentos Sociais”. Esse debate foi o início de uma série de atividades em conjunto com o Movimento, no âmbito da universidade, de maneira a possibilitar que estudantes e professores tivessem uma melhor compreensão da luta pela terra, das injustiças e do papel dos movimentos sociais no processo de resistência e transformação da sociedade; e que foram estabelecendo uma relação de confiança e amizade que resultaram em convites, por parte do MST, para participar de outras atividades tais como a construção da Associação dos Amigos e Amigas do Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes, a organização da Consulta Popular no estado, o apoio à criação do Levante Popular da Juventude no estado, a participação nas atividades de formação dos seus militantes, em festas, ocupações e despejos sofridos pelas pessoas que estavam em seus acampamentos. Todos esses trabalhos e a convivência mais próxima com alguns dos militantes do MST de MT e do PR (no ano de 2016 a pesquisadora residiu no alojamento do MST-PR em Curitiba e pode compartilhar a vida com alguns militantes que ali moravam e outros que ali faziam as refeições e passavam algumas horas; além de participar de algumas atividades do Movimento) possibilitaram uma maior compreensão da complexidade deste movimento social e a estruturação da proposta de seleção de participantes da pesquisa que será apresentada a seguir. É importante registrar que a proposta de seleção da população e dos participantes, além de dialogada com a professora orientadora, foi construída a partir de conversas com alguns militantes do MST-PR.

A população e a seleção dos participantes da pesquisa

Tendo em vista que o contingente total de famílias assentadas no Brasil é de 973.764 em um total de 9.365 assentamentos (INCRA, 2017), que cerca de

350 mil famílias foram assentadas pela luta e organização do MST³², que o MST está presente nas cinco regiões do país e em 24 estados e que o curso de graduação em Psicologia pelo PRONERA será destinado aos assentamentos de todo o território brasileiro, foi necessário realizar a seleção dos participantes de forma a assegurar certa diversidade de participantes com atuação em diferentes atividades a fim de coletar a maior variedade possível de informações que possibilitassem a pesquisa atingir seus objetivos.

A seleção dos participantes, na maioria das pesquisas qualitativas, exige um conhecimento prévio da população a ser pesquisada e o estabelecimento de alguns parâmetros que orientem essa seleção. Do contrário, corre-se o risco de selecionar participantes que pouco contribuem para um apanhado rico de dados.

Tendo como base o que já foi exposto sobre a organização e dinâmica do Movimento e da compreensão de que, praticamente, todas as atividades que dizem respeito às linhas políticas estão organizadas no interior dos Setores e Coletivos e que a maioria desses Setores/Coletivos estão presentes desde os assentamentos/acampamentos até a instância nacional, considerou-se como potenciais participantes nesta pesquisa os setores de frente de massa, produção, educação, gênero, saúde, cultura e comunicação.

A escolha desses grupos foi feita considerando que eles trabalham com eixos temáticos que possuem maior proximidade com a atividade do psicólogo reconhecida pela resolução CFP 03/2007 - anexo II, que estabelece que o psicólogo “atua no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano” (CFP, 2007).

Todos os setores do MST que consideramos como população participante nesta pesquisa, conforme o que foi descrito sobre as suas atividades em capítulo anterior, estão diretamente relacionados com um ou mais desses âmbitos de atuação da psicologia. Os demais setores do MST (formação, projetos, direitos humanos, relações internacionais e finanças), com exceção do setor de finanças,

³² O número total de assentamentos realizados por demanda do MST não foi encontrado. Em contato com Assessoria de Comunicação Social do INCRA esta informou que no Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária (Sipra) não constam dados relacionados ao movimento social que demandou a criação do projeto de assentamento e que essa informação pode ser encontrada apenas nos processos físicos de obtenção das áreas, nas superintendências regionais do INCRA.

também podem ter algum grau de proximidade com a atuação do psicólogo, contudo, são setores que, em geral, se organizam mais nos níveis estadual e nacional, ou seja, não são setores de atuação direta nos assentamentos, e também por esse motivo, não foram incluídos na definição de população dessa pesquisa.

Com o objetivo de construir uma compreensão da realidade que contenha o acúmulo tanto de quem está atuando na base, ou seja nos assentamentos, quanto de quem está atuando em instâncias nacionais, foram eleitos como participantes da pesquisa os dirigentes nacionais e as pessoas que atuam nesses sete setores nos assentamentos ou acampamentos. Desta forma, a pesquisa teve a possibilidade de reunir um conjunto de informações entremeadas por diferentes experiências construídas a partir da elaboração que cada atividade proporciona e permite.

A figura 6, a seguir, ilustra a seleção dos participantes da pesquisa.

Figura 6. Seleção dos participantes da pesquisa.

SETORES	PARTICIPANTES DA PESQUISA
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes nacionais (2 pessoas) • 1 grupo de assentados (cerca de 6 pessoas)
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes nacionais (2 pessoas) • 1 grupo de assentados (cerca de 6 pessoas)
Frente de massa	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes nacionais (2 pessoas) • 1 grupo de assentados (cerca de 6 pessoas)
Produção	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes nacionais (2 pessoas) • 1 grupo de assentados (cerca de 6 pessoas)
Gênero	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes nacionais (2 pessoas) • 1 grupo de assentados (cerca de 6 pessoas)
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes nacionais (2 pessoas) • 1 grupo de assentados (cerca de 6 pessoas)
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Dirigentes nacionais (2 pessoas) • 1 grupo de assentados (cerca de 6 pessoas)

Fonte: da autora (2020).

Como mostra a figura 6, foram selecionados como participantes:

- 2 dirigentes nacionais de cada Setor/Coletivo, sendo sete Setores/Coletivos, o total de 14 participantes.
- 1 grupo (cerca de 6 participantes) de assentados ou acampados de cada Setor/Coletivo, sendo sete Setores/Coletivos, total de 42 participantes.

Conforme descrito, a previsão foi de 56 participantes para essa pesquisa.

A coleta de informações e dados contextuais

Considerando que objetivo geral dessa pesquisa foi compreender as dificuldades e necessidades vivenciadas pelos assentados do MST e que essa compreensão poderia ser facilitada pelo diálogo entre os participantes e a pesquisadora, o instrumento de coletas de dados eleito foi a entrevista coletiva.

Entende-se entrevista como um procedimento de coleta de dados que ocorre por meio de uma conversa com propósitos bem definidos, na qual o “pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais” (NETO, 1994, p.57).

De acordo com Ribeiro (2008), a utilização da entrevista como técnica de coleta de dados em uma pesquisa é bastante complexa e exige certos cuidados por parte do entrevistador. Entre esses cuidados, Ribeiro (2008) menciona o estabelecimento de uma relação de confiança com o entrevistado, a capacidade de escuta, de organização de uma conversa e de manter o ânimo do entrevistado para continuar a falar, a compreensão de que as respostas dadas pelo entrevistado sempre estarão entremeadas de subjetividades e um conhecimento prévio do contexto social no qual o entrevistado está inserido

A entrevista resulta de um processo comunicativo para a obtenção de informações que dependem da combinação de elementos internos e externos. Assim, é imprescindível que o entrevistador tenha como ponto de partida, toda a visualização do contexto externo, cultural e histórico em que está inserido o sujeito a ser pesquisado, e também, neste momento, o conteúdo da pesquisa em questão, podendo prosseguir ou iniciar a coleta de dados somente após essa averiguação, para que não se perca em caminhos transversos (RIBEIRO, 2008, pg. 141).

A escolha da entrevista teve como base a compreensão do que foi exposto anteriormente, de que ela possibilita, se feita de modo correto e adequado, melhores condições de aprofundamento dos temas de interesse da pesquisa por

oferecer maior flexibilidade na interação e troca entre pesquisador e participantes da pesquisa.

Entre as possibilidades de entrevista optou-se pela entrevista semiestruturada,

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p.146).

Essa opção foi feita por entender que a entrevista semiestruturada proporciona certo direcionamento à fala das pessoas que seriam entrevistadas sem prejuízo da liberdade de expressão e espontaneidade na interação durante a entrevista.

A opção por realizar a entrevista coletiva teve em consideração o fato de que na prática da Psicologia Social Comunitária ela já é um instrumento utilizado para a coleta de informações como sinaliza Freitas (1998a) e que a presente pesquisa pretendeu colher informações que se referiam às percepções e compreensões de grupos de pessoas que participavam de um mesmo setor e compartilhavam de semelhantes atividades dentro do MST. Nesse sentido, na entrevista coletiva a fala de uma pessoa pode suscitar elementos para a fala da outra e enriquecer a coleta de dados. Ademais, os dados que se pretendeu colher nessa pesquisa não eram assuntos de ordem privada, ao contrário, eram assuntos que interessam ao coletivo e, portanto, podiam ser discutidos pelas pessoas presentes.

Diário de Pesquisa

Também foi utilizado o diário de pesquisa para as anotações que a pesquisadora fez no decorrer da pesquisa.

De acordo com Araújo, Dolina, Petean, Musquim, Bellato & Lucietto (2013), o diário de pesquisa

é uma tecnologia na pesquisa qualitativa em saúde, cuja finalidade se mostra não apenas o registro das estratégias metodológicas

empregadas na condução do processo de pesquisa em saúde, mas também se constitui em um modo de compreender o objeto de estudo em suas múltiplas dimensões (ARAÚJO, DOLINA, PETEAN, MUSQUIM, BELLATO & LUCIETTO, 2013, p. 53).

Ainda que o diário de pesquisa tenha sido denominado pelas autoras como uma tecnologia de pesquisa qualitativa em saúde, considera-se possível a sua utilização pelas demais áreas, fazendo as adaptações necessárias para as respectivas pesquisas.

O diário de pesquisa se destaca por ser um instrumento a ser utilizado em todas as etapas da pesquisa, ou seja, ele não se restringe às anotações de campo. No diário de pesquisa

os pesquisadores podem descrever suas experiências na investigação, incluindo a apropriação das estratégias metodológicas, os movimentos, as reações ao modo de acolhida pelos entrevistados; os *insights*, ideias preliminares em relação ao objeto e reflexões teóricas suscitadas pela base empírica em análise, dentre outros... Por meio de seu uso criterioso, o diário permite registrar e detalhar os caminhos percorridos na investigação, bem como as inquietações, dúvidas e decisões que vão sendo tomadas, desde o seu desenho inicial até o seu desenvolvimento final; decorre considerá-lo um espaço propício de aprendizagem, valorizando os saberes e as trocas entre os pesquisadores, constituindo-se em estratégia pedagógica em pesquisa (ARAÚJO, PETEAN, MUSQUIM, BELLATO & LUCIETTO, 2013, p. 2502).

Considerando o escopo dessa pesquisa, o diário foi constituído pelos seguintes campos: local e data, caracterização do registro, registro e síntese.

No campo 'caracterização do registro' foi descrito se o mesmo se refere a um dos itens a seguir:

- observação de algum fato ou fenômeno relacionado à pesquisa,
- anotações após realização de entrevista,
- relato de conversa informal com participantes da pesquisa,
- relato de conversa informal com outras pessoas a respeito da pesquisa ou temas relacionados,
- reflexões e/ou percepções da pesquisadora.

O campo 'registro' foi utilizado para a descrição detalhada do fato, ideia ou observação que avaliou-se importante registrar.

O campo 'síntese' foi utilizado para inserir as palavras-chaves, tópicos, categorias aglutinadoras do conteúdo do registro e os seus sentidos.

Etapas da coleta de dados

Considerando que os participantes da pesquisa estavam em diferentes localidades do país, que exerciam diferentes papéis na estrutura do Movimento e que já havia sido identificado duas classes de participantes – dirigentes nacionais e grupos de assentados/acampados – a coleta de dados foi planejada para ser realizada em três etapas.

A primeira etapa pretendeu reunir o maior número de dirigentes, preferencialmente ao mesmo tempo, durante uma das suas atividades coletivas, devendo para isso serem agendados os contatos e encontros. A segunda etapa – relativa à identificação e confecção de um quadro nacional sobre os assentamentos – deveria acontecer a partir das informações dos dirigentes a respeito dos locais onde havia os setores e grupos considerados por eles como sendo os que mais haviam avançado em sua organização, formulação do conteúdo político e nas ações concretas. A confecção desse quadro, assim como a identificação dos assentamentos mais apontados pelos dirigentes, iria permitir saber onde encontravam-se os assentamentos que iriam se constituir em setores-alvo para a continuidade desta pesquisa. A terceira etapa constitui-se na identificação e contato com os setores, a partir da seleção derivada da segunda etapa, para que fossem realizadas as entrevistas com os representantes dos setores selecionados nos assentamentos escolhidos.

A opção pelos assentamentos que mais avançaram foi feita com base em dois entendimentos. O primeiro é de que os assentamentos mais avançados teriam mais experiências a relatar sobre seus processos organizativos, de formulação de conteúdo político e de ações concretas em termos de dificuldades, necessidades, desafios vivenciados e seus enfrentamentos e superações. O segundo entendimento é em acordo à compreensão do constructo metodológico de Marx (2011) que diz que as categorias presentes nos sistemas mais desenvolvidos expressam as suas relações e que a compreensão de sua estrutura possibilita também a compreensão de outros sistemas menos desenvolvidos. Nesse sentido, os assentamentos mais avançados seriam capazes de fornecer mais elementos para a compreensão das dificuldades, necessidades e desafios vivenciados pelo conjunto do MST do que aqueles que, porventura, não tiveram condições de vivenciar as mesmas questões por seu

estágio de desenvolvimento ainda ser inicial, independente do seu tempo de existência.

Todas as entrevistas foram gravadas com a utilização de 03 gravadores de áudio e posteriormente as falas foram transcritas para melhor tratamento dos dados.

Considerações éticas

A presente pesquisa está em consonância com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e as Resoluções 466/2012 e 510/2016 que regulamenta a prática de pesquisa nas ciências humanas.

A ida a campo para coleta de dados foi realizada após o projeto ter sido aprovado pelo Conselho de Ética da UFMT e da emissão de certificado atestando o consentimento para a realização da pesquisa.

Antes de efetivar a coleta de dados com cada um dos participantes, estes foram contatados e esclarecidos sobre a natureza, a justificativa, os objetivos, a metodologia e os potenciais benefícios da pesquisa. Os participantes também foram esclarecidos sobre a não existência de riscos à sua pessoa e a possibilidade de desistir de participar em qualquer momento no período de execução da pesquisa sem que isso lhe causasse qualquer prejuízo. Foi explicado que a coleta de dados seria feita através de entrevistas coletivas e que por esse motivo não haveria o caráter de confidencialidade, mas que no trabalho escrito os nomes não seriam divulgados.

Os participantes da pesquisa foram informados que ao final da pesquisa um relatório seria produzido para subsidiar o trabalho da equipe pedagógica do projeto de graduação em Psicologia destinado aos assentados da Reforma Agrária, à direção nacional do MST e aos representantes dos setores do Movimento envolvidos na pesquisa e que a pesquisadora ficaria à disposição para apresentar o trabalho produzido e contribuir naquilo que o Movimento considerar pertinente e estiver dentro das possibilidades da pesquisadora.

Após a concordância das pessoas em participar da pesquisa, a pesquisadora apresentou e explicou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II), que foi lido e assinado pelos participantes.

5. DESCRIÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE

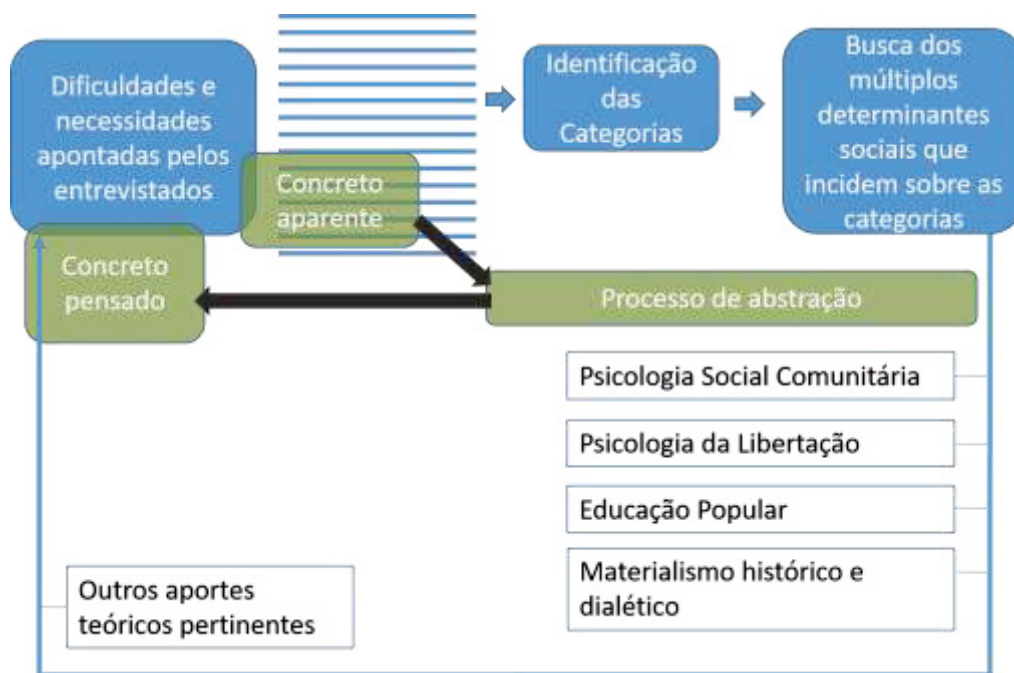
A produção da presente pesquisa adotou o método de conhecimento da realidade do materialismo histórico e dialético, articulado com a práxis da Psicologia Social Comunitária e da Educação Popular.

O materialismo histórico e dialético forneceu os elementos para compreender o processo do conhecimento e a Psicologia Social Comunitária e a Educação Popular foram fundamentais para determinar os princípios que pautam a presente pesquisa e compreender a importância da participação dos sujeitos em sua realização.

Desta forma, o método dessa pesquisa baseia-se na compreensão de Marx de que “a *teoria é a reprodução ideal*³³ *do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p.20-21), ou seja, a sua essência. Também, para Marx, o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico parte da aparência (concreto aparente) visando alcançar a essência (concreto pensado) por meio da abstração (NETTO, 2011). Assim, a presente pesquisa partiu das dificuldades, necessidades e desafios que foram relatados pelos participantes da pesquisa (o concreto aparente), prosseguiu (através do processo de abstração) na identificação e análise das categorias para, por fim, fazer o retorno às dificuldades, necessidades e desafios com um conhecimento mais preenchido por suas determinações sociais (concreto pensado). A Figura 7, a seguir, pretende ilustrar esse movimento analítico-conceitual.

Figura 7. Ilustração no movimento analítico-conceitual.

³³ “O ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado” (MARX, 1968, p. 16 apud NETTO, 2011, p. 21).



Fonte: Sewo & Freitas (2020).

O movimento analítico-conceitual realizado nesta pesquisa está apresentado em quatro seções. Na primeira, há uma descrição da entrada no campo, trazendo elementos da coleta de dados, mas, principalmente, apresentando resultados desta coleta, os quais estão implicados nos demais resultados da pesquisa.

A segunda seção do capítulo é composta pela descrição do material coletado nas entrevistas. A forma como esta seção foi construída partiu da compreensão de que a realidade possui uma legitimidade que lhe é própria, ela possui suas leis, contradições e movimentos. Cabe à pesquisadora identificar e se apropriar destas leis, movimentos, contradições para compreender o real tal como ele é. No entanto, antes disso, é preciso compreender o real como ele se apresenta, ou seja, compreender o concreto aparente. Com esse objetivo, de compreender o real tal como ele se apresenta, foi realizado um exercício intenso de descrição das entrevistas aglutinando os temas comuns. Assim, não há uma criação de categorias, mas o exercício de identificação e apropriação das categorias presentes na realidade concreta. Ao final de cada descrição de entrevista é apresentada uma síntese do que foi descrito.

Na terceira seção deste capítulo é realizado o exercício de sistematização do que foi identificado na seção anterior. São apresentados os conjuntos de

dificuldades, necessidades e desafios que os setores de Frente de Massa, de Produção, de Educação, de Gênero e de Saúde relataram.

Por fim, na quarta seção é realizado o exercício de busca dos determinantes sociais e de reflexão (processo de abstração), sobre o conjunto de dados com auxílio dos aportes teóricos da Psicologia Social Comunitária, da Educação Popular e do materialismo histórico e dialético, de modo a perceber a lógica, os movimentos e as contradições presentes na realidade e, assim, se aproximar mais da totalidade, do concreto pensado, ou seja, da realidade em si.

Processo de entrada no campo: aproximações ao mundo dos assentamentos

A entrada no campo para coleta de dados foi realizada em três etapas: na primeira etapa foi realizado o contato e as entrevistas com os dirigentes nacionais; na segunda foi feita a identificação e confecção de um quadro nacional sobre os assentamentos nos quais, na percepção dos dirigentes nacionais, os setores haviam avançado mais em suas lutas e atividades; já a terceira constitui-se pela identificação, o contato e as entrevistas com os componentes dos setores identificados na etapa anterior. Essas etapas serão detalhadas a seguir.

Primeira etapa

Como já foi mencionado, o projeto da pesquisa foi construído em constante diálogo e parceria com militantes do MST, portanto, as conversas a respeito das entrevistas já estavam sendo realizadas desde a construção da metodologia, ainda em 2016. Mas foi em 11 de junho de 2018 que a primeira conversa oficial se efetivou e o projeto foi apresentado para um dos membros da Direção Nacional do Movimento que o apresentou na reunião da Direção e obteve a aprovação para a sua realização.

Após a aprovação, foi marcado um encontro com uma pessoa representante do MST que iria contribuir com a pesquisa, auxiliando na construção de um método organizativo para a realização das entrevistas, o que realizou durante o I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha que ocorreu entre os dias 23 e 26 de julho de 2018, em Brasília-DF, e onde estariam reunidos um grande número de militantes do MST. A ideia inicial era de aproveitar o

encontro para explicar mais detalhadamente a proposta de seleção dos participantes para esta pessoa representante, fazer um primeiro contato com os possíveis participantes da pesquisa e, conforme a disponibilidade, iniciar a realização das entrevistas como planejado. Este foi o primeiro deslocamento (Cuiabá/MT-Brasília/DF-Cuiabá/MT) para coleta de dados.

Contudo, a dinâmica intensa do Encontro das Crianças Sem Terrinha não permitiu que os militantes tivessem muito tempo para conversas mais demoradas além dos contatos iniciais (nem mesmo com a pessoa que contribuiria com a construção de um método organizativo para as entrevistas). Em compensação, dois militantes que atuam no Movimento desde o seu início se disponibilizaram a conversar sobre os setores onde mais contribuem atualmente (Setor de Educação e Gênero) e, apesar destas conversas não terem sido previstas, avaliou-se que foi uma contribuição muito significativa para a pesquisa. Sendo assim, as primeiras entrevistas foram realizadas no dia 24 de julho de 2018 em Brasília-DF, em frente ao acampamento do I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha, no Parque da Cidade Sarah Kubitschek.

Após o término do Encontro das Crianças Sem Terrinha, deu-se continuidade nas conversas para organizar as entrevistas com os dirigentes nacionais dos setores durante a reunião da Direção Nacional do MST que ocorreria em agosto, mais precisamente entre os dias 29 de agosto e 01 de setembro de 2018. No entanto, esta reunião foi adiada e uma nova data foi marcada para setembro, entre os dias 19 e 22 de setembro de 2018. Esse foi um período em que a conjuntura política estava conturbada e as apreensões diante do processo de eleição para presidente do país acometia toda a esquerda; em razão disso a reunião foi novamente adiada para outubro, para o período de 09 a 12 de outubro de 2018, e seria realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes, no município de Guararema/SP.

Definida a nova data, retomou-se o contato com os dirigentes para agendar os dias e horários de entrevistas (os horários das entrevistas foram marcados sempre após as refeições do almoço e do jantar, por serem os momentos de intervalo da reunião da Direção Nacional do MST). Também foi feito contato com a coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes com o objetivo de apresentar a pesquisa e solicitar autorização para a realização da mesma nas

dependências da escola e para alojamento para a pesquisadora³⁴. A chegada na escola se deu no dia 08/10/2018, um dia antes do início da reunião da Direção Nacional. Esse foi o segundo deslocamento para a coleta de dados (Cuiabá/MT-Guararema/SP-Cuiabá/MT).

Assim, no período, de 09 a 12 de outubro de 2018, nas dependências da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP, foram realizadas as entrevistas com os dirigentes nacionais dos setores previamente selecionados (Frente de Massa, Produção, Educação, Gênero, Saúde, Comunicação e Cultura)³⁵. Durante a realização das entrevistas, dois componentes do Setor de Formação que estavam na Escola, ao tomarem conhecimento da pesquisa, solicitaram à pesquisadora que o Setor de Formação fosse incluído na mesma, por considerarem que a Psicologia teria muito a contribuir no aspecto formativo do Movimento. A pesquisadora concordou em realizar a entrevista com o Setor de Formação, por concordar com os argumentos do setor e avaliar que contribuiria para ampliação do seu conhecimento a respeito do campo, mas sem garantias de que seria possível incluir mais um setor no conjunto do material empírico a ser utilizado na pesquisa. Com o acréscimo da entrevista com o Setor de Formação, foram totalizadas dez entrevistas com os dirigentes nacionais, no período de 24/07/2018 a 12/10/2018, abrangendo um total de 14 pessoas entrevistadas, como pode ser verificado no Quadro 7.

³⁴ É importante registrar que a Escola Nacional Florestan Fernandes concedeu, além do espaço para a realização das entrevistas, também o alojamento e a alimentação da pesquisadora.

³⁵ A última entrevista teve que ser feita na casa de um dos militantes na cidade de São Paulo, pois o mesmo não teve tempo disponível durante a reunião da Direção Nacional.

Quadro 7: Entrevistas com os dirigentes nacionais do MST, na primeira etapa da coleta de dados

Setor/coletivo	Nº de entrevistas	Nº. de participantes	Data	Local	Duração
Educação	01	01	24/07/2018	Brasília-DF	41:03
Gênero	01	01	24/07/2018	Brasília-DF	52:07
Cultura	01	01	09/10/2018	Guararema-SP	59:21
Gênero	01	01	09/10/2018	Guararema-SP	35:39
Frente de Massa	01	03	09/10/2018	Guararema-SP	01:28:30
Produção	01	02	10/10/2018	Guararema-SP	01:37:23
Saúde	01	01	10/10/2018	Guararema-SP	14:33
			11/10/2018	Guararema-SP	29:09
Comunicação	01	01	11/10/2018	Guararema-SP	47:03
Formação	01	02	11/10/2018	Guararema-SP	01:19:06
Educação	01	01	12/10/2018	São Paulo/SP	01:08:36
Total	10	14			

Fonte: Sewo & Freitas (2020).

Nos contatos prévios com os dirigentes dos setores, além da apresentação da pesquisadora e da pesquisa nos termos detalhados no item que trata das considerações éticas, foi perguntado sobre a disponibilidade em participar, sobre a possibilidade de se fazer a entrevista durante a reunião da Direção Nacional do Movimento e dialogado sobre a entrevista coletiva. O planejado era realizar entrevista coletiva com os dois dirigentes de cada um dos sete setores previamente selecionados. Contudo, isso não foi possível para todos os setores, visto que nem todos os setores tinham as duas representações presentes na reunião da Direção Nacional do MST daquele mês, além de que estavam ocorrendo muitas atividades e outras reuniões nos momentos de intervalo³⁶. Em um dos setores, a Frente de Massa, a entrevista foi feita com 3 participantes por solicitação dos mesmos.

A entrevista com os dirigentes nacionais foi realizada seguindo o roteiro previamente preparado (Apêndice I) e se desenvolveu em três momentos.

No primeiro momento, o foco das perguntas foi o de coletar dados sobre um pouco da história do setor, as atividades que os dirigentes desenvolviam no respectivo setor e as principais necessidades, desafios ou dificuldades vivenciadas no setor.

No segundo momento da entrevista, a pesquisadora instigou os participantes a identificarem os assentamentos que eles reconheciam como os

³⁶ Faltavam alguns dias para o segundo turno das eleições presidenciais (que acabou elegendo o Jair Bolsonaro) e muitas reuniões estavam acontecendo nos intervalos da reunião da Direção Nacional do MST.

que mais avançaram na organização, na formulação do conteúdo político e nas ações concretas do seu respectivo setor.

No terceiro momento, os participantes foram instigados a identificarem os assentamentos que mais avançaram na organização, na formulação do conteúdo político e nas ações concretas referentes aos demais setores em foco nessa pesquisa.

O material coletado no primeiro momento das entrevistas compõe o volume de dados que foi descrito, sistematizado e analisado, compondo as seções seguintes deste capítulo.

O material coletado no segundo e terceiro momentos das entrevistas foram utilizados para a definição da segunda etapa da coleta de dados.

Segunda etapa

Na segunda etapa da coleta de dados, o material coletado no segundo e no terceiro momento das entrevistas com os dirigentes (identificação dos assentamentos que mais avançaram na organização, na formulação do conteúdo político e nas ações concretas referentes aos setores de Cultura, Educação, Produção, Gênero, Saúde, Comunicação e Frente de Massa) foi organizado em um quadro de forma a possibilitar uma visão ampla da localização dos assentamentos, como aparece no Quadro 8, apresentada a seguir.

Quadro 8: Localização dos assentamentos indicados quanto aos setores/coletivos de Cultura, Educação, Produção, Gênero, Saúde, Comunicação e Frente de Massa do MST.

		Cultura	Educação	Produção	Gênero	Saúde	Comunicação	Frente de Massa	Total
Centro-Oeste	Distrito Federal	1				2			3
	Goiás			1				1	2
	Mato Grosso								
	Mato Grosso do Sul		1						1
	TOTAL								6
Região Amazônica	Acre								
	Amapá								
	Amazonas								
	Maranhão	2	2		1		1		6
	Pará	4	2				1		7
	Rondônia			1		1			2
	Roraima								
	Tocantins								
	TOTAL								15
Sul	Paraná	1	5	1	1		1	4	13
	Rio Grande do Sul	1	1	2	2	3		2	11
	Santa Catarina				1		1		2
	TOTAL								26
Nordeste	Alagoas		1	1	1			1	4
	Bahia		4	2		1		4	11
	Ceará	2	3	2			4	1	12
	Paraíba								
	Pernambuco							1	1
	Piauí								
	Rio Grande do Norte								
	Sergipe			1				2	3
	TOTAL								31
Sudeste	Espírito Santo		2		1				3
	Minas Gerais	3	1	1	2	2			9
	Rio de Janeiro			1	2	5			8
	São Paulo			3	3	1	4	3	14
	TOTAL								34

Fonte: Sewo & Freitas (2020).

Como pode ser verificado no Quadro 8, as regiões mais citadas foram as Sudeste (34 citações), a Nordeste (31 citações) e a Sul (26 citações); e a menos citadas foram a Amazônica (15 citações) e a Centro-Oeste (06 citações).

O Quadro 8 ainda permitiu verificar onde cada setor se destaca mais na percepção dos dirigentes nacionais. Esse dado foi melhor detalhado no Quadro 9.

Quadro 9: Setores do MST em destaque, segundo os estados, na percepção dos dirigentes nacionais entrevistados.

	Cultura	Educação	Produção	Gênero	Saúde	Comunicação	Frente de Massa
Pará	4						
Bahia		4					4
Ceará		3				4	
Rio de Janeiro					5		
Minas Gerais	3						
São Paulo			3	3		4	3
Paraná		5					4
Rio Grande do Sul					3		

Fonte: Sewo & Freitas (2020).

Conforme mostrou o Quadro 9, o Setor de Cultura teve mais destaques por parte dos dirigentes nacionais no Pará; o Setor de Educação se destacou mais no Paraná e na Bahia; o Setor de Produção e Gênero se destacaram mais em São Paulo; o Setor de Saúde teve mais destaque no Rio de Janeiro; o Setor de Comunicação teve mais destaque no Ceará e em São Paulo; e a Frente de Massa se destacou mais na Bahia e no Paraná. A região Centro-Oeste foi a única que não teve nenhum de seus estados destacados.

Considerando os dados acima, os estados mais citados foram eleitos para a realização da terceira etapa da coleta de dados que foi a entrevista com os assentamentos. Ficou assim definido:

- Para o Setor de Cultura elegeu-se o Pará.
- Para o Setor de Educação elegeu-se o Paraná
- Para o Setor de Produção elegeu-se São Paulo
- Para o Setor de Gênero elegeu-se São Paulo
- Para o Setor de Saúde elegeu-se o Rio de Janeiro
- Para o Setor de Comunicação elegeu-se o Ceará (Ceará obteve a mesma quantidade de citações que São Paulo, mas considerando que São Paulo foi eleito para o Setor de Produção e de Gênero, optou-se pelo Ceará para o Setor de Comunicação).
- Para o Setor de Frente de Massa elegeu-se a Bahia (Bahia obteve a mesma quantidade de citações que o Paraná, mas considerando que o Paraná foi eleito para o Setor de Educação, optou-se pela Bahia para o Setor de Frente de Massa).

Terceira etapa

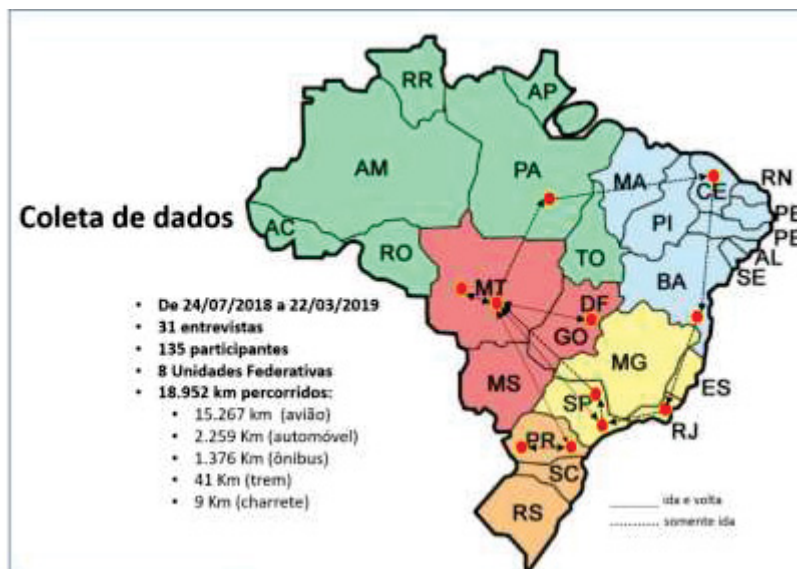
A terceira etapa consistiu no contato com a direção estadual do MST nos estados, eleitos na etapa anterior, para apresentar a pesquisa e dialogar sobre a entrevista a ser realizada com o assentamento/acampamento.

Através das coordenações estaduais foi realizado o contato com as lideranças dos assentamentos e os participantes dos respectivos setores. Os nomes dos assentamentos foram mantidos em sigilo nessa pesquisa como uma forma de preservar as pessoas que participaram das entrevistas.

A coleta de dados nos assentamentos/acampamentos teve início em 12/12/2018 e terminou em 22/03/2019. Nesse período a pesquisadora percorreu os seis estados previstos e mais o estado de Mato Grosso (Figura 8). Ao todo, foram percorridos 18.952 quilômetros, sendo 15.267 km de avião, 2.259 km de carro, 1.376 km de ônibus, 41 km de trem e 9 km de charrete. Durante todo o período a pesquisadora foi acolhida e hospedada nas casas dos assentados. Os custos de deslocamento foram assumidos com recursos da própria pesquisadora, com exceção das caronas (de carro e charrete) oferecidas pelo MST³⁷.

³⁷ Durante o período de disciplinas do doutorado, a pesquisadora foi acolhida pelo MST do Paraná que também lhe ofereceu hospedagem, alimentação, convívio, amizade e todo o suporte para a realização da pesquisa.

Figura 8. Representação do trajeto percorrido para a coleta de dados.



Fonte: da autora (2020).

Sobre essa etapa, para além da recolha de dados, é importante destacar a riqueza de experiências vivenciadas em cada um desses locais e poder conhecer as diversas realidades do povo Sem Terra nos estados. A generosidade das pessoas no acolhimento em suas casas, oferecendo pouso, alimentação, convívio, amizade, carona, chapéu...

No decorrer das visitas nos assentamentos outras oportunidades de entrevistas surgiram e, mesmo estando ciente da impossibilidade de incluir todas elas no material a ser trabalhado posteriormente, avaliou-se que a realização de entrevistas excedentes seria de grande importância para o alargamento do conhecimento a respeito do campo e das temáticas abordadas. Foi o caso da entrevista com a Frente de Massa do Paraná que não estava prevista, mas que foi realizada por ter sido destacada tanto quanto a Frente de Massa da Bahia. Também foi o caso das duas entrevistas a mais no estado do Pará que foram realizadas com o intuito de enriquecimento e complementação dos dados. Foi o caso do Ceará, onde foram realizadas cinco entrevistas a mais pela oportunidade única de conhecer um assentamento que possui processos comunitários avançados, na avaliação da pesquisadora. Também foi o caso da Bahia, onde foi feita uma entrevista com a educação que não estava prevista inicialmente, mas que por ter sido bem destacada mostrava-se como uma oportunidade de ampliar o conhecimento. E, por fim, também foi o caso do Mato Grosso, onde foram feitas cinco entrevistas que não estavam previstas e surgiram como

possibilidade diante da necessidade sentida pela pesquisadora de conhecer os assentamentos do seu estado, visto que a presente pesquisa tem como horizonte contribuir com um projeto de formação de psicólogos para atuar em assentamentos da Reforma Agrária que está em construção no estado de Mato Grosso.

O conjunto dessas informações foi organizada no Quadro 10, no qual estão relacionados os estados visitados, o período e o total de dias de permanência em cada estado, a quantidade de entrevistas realizadas, a quantidade de participantes em cada uma das entrevistas e o total geral.

Quadro 10: Caracterização das entrevistas realizadas em assentamentos dos estados do Paraná, Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso, segundo o período de permanência, setores, data, duração e número de participantes.

permanência, setores, data, duração e número de participantes.							
Local ³⁸	Período de permanência	Total de dias	Entrevistas				
			Nº	Setores	Data	Duração	Nº Participantes
Paraná	12 a 15/12/18	4	2	Educação	13/12/18	01:39:24	09
				Frente de Massa	14/12/18	01:15:38	06
Pará	07 a 11/01/19	5	3	Assentada	08/01/19	28:48	01
				Cultura estadual	09/01/19	02:23:43	08
				Cultura assentamento	11/01/19	01:24:13	08
Ceará	12 a 18/01/19	7	6	Comunicação	15/01/19	01:42:31	07
				Saúde	16/01/19	28:22	01
				Comercialização	16/01/19	17:08	01
				Comunicação	16/01/19	01:05:07	09
				Direção do assentamento	16/01/19	01:37:03	09
				Educação	17/01/19	02:02:22	03
Bahia	20 a 25/01/19	6	2	Educação	21/01/19	01:04:16	06
				Frente de Massa	23/01/19	47:57	04
Rio de Janeiro	29 a 30/01/19	2	1	Saúde	30/01/19	01:11:51	02
São Paulo	04 a 05/02/19	2	2	Produção	04/02/19	33:47	01
				Gênero	04/02/19	45:03	01
Mato Grosso	18 a 22/03/19	5	5	Assentamento 1	19/03/19	01:30:14	12
				Assentamento 2	20/03/19	01:47:59	10
				Assentamento 3	21/03/19	30:01	11
				Assentada	21/03/19	14:39	01
				Assentada	21/03/19	27:35	01
Total		31	21	Total			111

Fonte: Sewo & Freitas (2020).

Como pode ser observado, nesta etapa da coleta de dados foram realizadas 21 entrevistas, abrangendo 111 pessoas. A quantidade de dias em

³⁸ O nome dos municípios onde se localizam os assentamentos visitados não estão divulgados para manter o sigilo dos nomes dos participantes da pesquisa, pois, em geral um município não possui mais de um assentamento/acampamento; contudo, é possível mencionar que todas as 21 entrevistas foram realizadas no interior dos estados mencionados.

cada estado foi definida em diálogo com cada coordenação estadual e o respectivo assentamento e de acordo com a disponibilidade da pesquisadora.

Entre as entrevistas realizadas houve uma intercorrência na entrevista com a Frente de Massa no estado da Bahia, pois ela foi realizada com pessoas que já fizeram parte do Setor em algum tempo de sua vida de militância, mas que nos últimos anos estavam atuando no Setor de Educação. Isso ocorreu porque não foi possível encontrar com os militantes da Frente de Massa. Essa entrevista, apesar de fornecer aprendizados para a pesquisadora a respeito da Frente de Massa, por não ter sido feita com militantes do setor, sendo este um critério adotado na pesquisa, não foi utilizada no material empírico e foi substituída pela entrevista realizada com a Frente de Massa do Paraná.

Síntese

No transcurso da presente pesquisa foram realizadas 31 entrevistas (21 nos assentamentos e 10 com os dirigentes nacionais), no período de 23/07/2018 a 22/03/2019, totalizando 39 dias de trabalho de campo, abrangendo um total de 125 pessoas (14 dirigentes nacionais e 111 nos assentamentos) dos estados de São Paulo, Paraná, Pará, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso e do Distrito Federal, como mostra o Quadro 11.

Quadro 11: Entrevistas realizadas segundo o estado, período, número de entrevistas, número de participantes e total de dias.

Local	Período de permanência	No. de entrevistas	No. de participantes	Total de dias
Brasília	23 a 26/07/2018	2	2	4
São Paulo	09 a 12/10/2018	8	12	4
Paraná	12 a 15/12/2018	2	15	4
Pará	07 a 11/01/2019	3	17	5
Ceará	12 a 18/01/2019	6	30	7
Bahia	20 a 25/01/2019	2	10	6
Rio de Janeiro	29 a 30/01/2019	1	2	2
São Paulo	04 a 05/02/2019	2	2	2
Mato Grosso	18 a 22/03/2019	5	35	5
Total		31	125	39

Fonte: Sewo & Freitas (2020).

O Quadro 12, a seguir, mostra com quais setores, coletivos, grupos e pessoas foram realizadas as 31 entrevistas.

Quadro 12: Número de entrevistas realizadas, segundo os setores/coletivos.

Setores/coletivos	Nº de entrevistas
Educação	05
Frente de Massa	03
Gênero	03
Saúde	03
Comunicação	03
Cultura	03
Assentamentos	03
Assentadas	03
Produção	02
Formação	01
Direção de assentamento	01
Comercialização	01
Total	31

Fonte: Sewo & Freitas (2020).

Ainda que o total de entrevistas tenha sido de 31, o foco se manteve nos 7 (sete) setores e nas 14 entrevistas previamente definidas no projeto. Ressalta-se que a decisão de realizar mais entrevistas do que o previsto se deu por interesse da pesquisadora, considerando a oportunidade de visitar os assentamentos em diferentes regiões do país, a disponibilidade das pessoas em conceder as entrevistas, a ampliação do conhecimento a respeito do campo por parte da pesquisadora com as entrevistas adicionais, além das vantagens de se registrar, por meio de gravação, as informações coletadas, as quais poderão ser analisadas em momento posterior.

No decorrer do trabalho de descrição e sistematização do material coletado das 14 entrevistas previstas, confirmou-se a necessidade de reduzir o número de setores para cinco, devido o volume de material e o tempo disponível. Os cinco setores que permaneceram foram: Frente de Massa, Produção, Educação, Gênero e Saúde. Foram excluídos o setor de Cultura e de Comunicação, como sugerido na etapa de qualificação do projeto de pesquisa, por serem os demais setores campos no quais a Psicologia tem maior proximidade. Sendo assim, como dado empírico foram utilizadas 11 entrevistas, abrangendo um total de 29 participantes, como pode ser verificado no Quadro 13.

Quadro 13: Número de entrevistas, segundo os setores e participantes

Setores/coletivos	Nº de entrevistas	Nº de participantes		
		Dirigentes (D)	Assentamento (A)	Total (D+A)
Frente de Massa	2	3	06	09
Produção	2	2	01	03
Educação	2	1	09	10
Gênero	3	2	01	03
Saúde	2	1	01	03
Total	11	9	18	29

Fonte: Sewo & Freitas (2020).

Foram realizadas três entrevistas coletivas com o Setor de Frente de Massa (SFM), sendo que duas foram utilizadas como material empírico. A primeira com três dirigentes nacionais e a segunda com seis militantes acampados no estado do Paraná, totalizando nove participantes.

Foram realizadas duas entrevistas com o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, que é chamado, abreviadamente, de Setor de Produção (SP). Ambas foram utilizadas como material empírico da presente pesquisa. A primeira entrevista foi coletiva com dois dirigentes nacionais e a segunda foi individual com um militante assentado no estado de São Paulo, totalizando três participantes.

Foram realizadas cinco entrevistas com o Setor de Educação (SE), sendo que duas foram utilizadas como material empírico. A primeira foi individual e com um dirigente nacional e a segunda foi coletiva e com nove militantes acampados no estado do Paraná, totalizando 10 participantes.

Foram realizadas três entrevistas com o Setor de Gênero (SG), sendo que todas foram entrevistas individuais. Todas as três foram utilizadas como material empírico. A primeira foi realizada com uma militante que atua no Movimento desde o seu início, a segunda foi com uma dirigente nacional e a terceira com uma assentada do estado de São Paulo, totalizando três participantes.

Foram realizadas três entrevistas com o Setor de Saúde (SS), sendo que duas foram utilizadas como material empírico. A primeira entrevista foi feita com um dirigente nacional do Setor e a segunda entrevista foi realizada em um assentamento do Rio de Janeiro com duas militantes, sendo uma delas moradora do assentamento, totalizando três participantes.

Nessas entrevistas, os participantes da pesquisa falaram da história do Setor, das atividades que realizam e das principais dificuldades, necessidades e

desafios que percebem no Setor. Esse material será apresentado na seção seguinte.

Relato das entrevistas

No relato das entrevistas que serão apresentadas nesta seção está expressa a preocupação em deixar o quanto possível que as falas dos participantes da pesquisa aparecessem no primeiro plano, narrando as suas vidas, os seus contextos, as suas vivências, as suas perspectivas e compreensões do tema que lhes foram propostos.

Diante disto, esta seção se ocupará apenas da descrição do que foi coletado, ficando a discussão para uma seção ulterior.

O trabalho da pesquisadora nesta seção consistiu na estruturação do texto, no agrupamento e encadeamento das ideias presentes nas falas, ou seja, na construção de um texto a partir de duas ou mais entrevistas e algumas delas coletivas, com a preocupação de manter o máximo possível dos relatos. Nas entrevistas individuais e coletivas, muitas vezes não se esgota um assunto para entrar em outro, pelo contrário, por muitas vezes, um assunto é retomado ou continuado, a partir de outro ponto, na medida em que a entrevista avança, pois a fala permite esse constante movimento de idas e vindas nos temas; por isso o trabalho de estruturação do texto é importante quando se opta por trazer para o primeiro plano a fala dos participantes e com ela a realidade concreta vivida.

Outra circunstância da entrevista é que para o entrevistado há assuntos que são diferentes entre si e, por esse motivo, na sua fala não aparecem juntos ou articulados, enquanto que para a pesquisadora são temas que possuem alguma ligação e, se tratados de forma conjunta, ou mesmo sequencial, fornecem uma perspectiva melhor de abordagem e compreensão da situação.

Nessa seção serão apresentados somente os dados que se referem às dificuldades, necessidades e desafios percebidos pelos entrevistados a respeito dos setores que participam, e um pouco da história e das principais atividades de cada setor para situar o contexto das falas.

Como não há um interesse específico em falas individuais e sim na fala coletiva de cada setor, a apresentação dos dados não diferencia as falas por indivíduo, mas por setor. O indivíduo, nesse estudo é considerado como sujeito

coletivo e sua fala é tida como a expressão de uma experiência e um conhecimento coletivo. Isso não quer dizer que o coletado diz respeito a tudo o que os respectivos setores pesquisados identificam como dificuldades, necessidades ou desafios, mas aquilo que foi possível abstrair no momento da entrevista tanto pelos entrevistados como pela pesquisadora.

O relato inicia com o Setor de Frente de Massa por ser este o setor que mais aborda o cotidiano dos acampamentos e por ser a porta de entrada para o MST. Depois o relato continua com o Setor de Produção, o Setor de Educação, o Setor de Gênero e, finalmente, o Setor de Saúde.

5.2.1. Setor de Frente de Massa

“Todo mundo é um sonho!”³⁹

Elementos para uma contextualização e caracterização do Setor de Frente de Massa

O Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2006 (último feito no Brasil), é o segundo país do mundo que mais concentra terra, perdendo apenas para o Paraguai. No Brasil, 0,92% de estabelecimentos⁴⁰ detém 47% de toda a área rural do país (IBGE, 2009) caracterizando um altíssimo nível de concentração de terra, porém “não é só terra, mas o conjunto dos bens da natureza, água, semente” e todas as riquezas presente no solo (SFM).

De acordo com os entrevistados, o SFM nasce junto com o MST e é um dos setores mais estratégicos do Movimento, pois ele está presente em todos os demais setores e é composto inicialmente, na sua maioria, por pessoas que já tenham alguma experiência organizativa. É o SFM quem faz o mapeamento das áreas que não cumprem a função social e que devem ser destinadas à Reforma

³⁹ Citação do Setor de Frente de Massa.

⁴⁰ Na linguagem coloquial fala-se que 1% de proprietários concentra 47% das terras no Brasil, contudo, o IBGE fala em “estabelecimentos” e não “proprietários”.

Agrária, como estabelecido pela Constituição Federal de 88⁴¹; identifica as áreas onde concentra o maior número de famílias sem-terra; avalia se é o caso de disputar a área para fins de Reforma Agrária; faz os primeiros contatos com diversos sujeitos e organizações presentes no local onde se pretende fazer a ocupação; faz os primeiros contatos com as famílias e inicia o processo formativo com elas a respeito da Reforma Agrária, do que é dever do estado fazer nesse sentido e não faz, e inicia também o processo organizativo das famílias para o partejamento da ocupação e o enfrentamento com o Estado para que este cumpra o que está estabelecido na Constituição.

Já no acampamento, conforme os entrevistados, o SFM tem a tarefa de organização e distribuição das famílias no território ocupado. Muitas vezes essa distribuição é feita por proximidade familiar ou proximidade geográfica de residência antes do acampamento. Junto com os demais setores, o SFM faz o trabalho com as famílias para mobilizar e organizar os acampados em relação às diversas necessidades do cuidado, da segurança e da organização e de condução do povo nas “lutas” (que são todas as atividades de organização, reivindicação, manifestos, reuniões internas e externas etc. que tem no horizonte a Reforma Agrária Popular). Todas essas tarefas do SFM são compartilhadas com os demais setores, mas cabe ao SFM a estratégia inicial de todo o processo.

Um dos entrevistados do acampamento, a partir de sua vivência no Setor, define a Frente de Massa⁴²:

O que é a Frente de Massa? Estar na frente do povo. O dirigente ele tem que ter a capacidade de estar na frente do povo, das famílias, saber organizar, saber o que dizer [...], independente de qual setor ou momento que estiver. Se a família, vamos dizer um

⁴¹ A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu Art. 184, que "competete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social" (BRASIL, 1988, Art. 184). E no artigo Art. 186 define que a "função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores" (BRASIL, 1988, Art. 186).

⁴² Um grupo de pessoas que está atuando diretamente na mobilização e organização das famílias em um acampamento (ou para formar um acampamento) é, costumeiramente, chamado apenas de Frente de Massa. Desta forma, o SFM refere-se à organização em nível nacional e a Frente de Massa refere-se ao grupo que atua localmente nas tarefas do SFM. Entretanto, no cotidiano, esses dois termos se misturam e, com frequência, ganham o mesmo significado. Stedile & Fernandes (2012, p. 95-96) abordam essa questão das terminologias no MST, que nunca foi uma preocupação do Movimento em categorizar e formalizar tudo, burocraticamente.

exemplo, chega e quer saber da produção e pergunta para o dirigente da disciplina. Vamos dizer que é uma coisa totalmente diferente, ele tem que ter minimamente essa resposta, ele não precisa responder tudo, mas ele não pode falar que não sabe. Um dirigente nunca pode falar que ele não sabe. Ele tem que saber, e assim, a Frente de Massa: frente e massa. Tem que dar a resposta para as massas. É mais ou menos isso (SFM).

Entretanto, o trabalho do SFM vai além das questões pragmáticas em relação à conquista da terra e de busca de solução para as necessidades do povo. É um trabalho que tem no horizonte a transformação da sociedade e dos sujeitos.

Você vai fazer uma ocupação com quem está no grupo dos excluídos mesmo, né? Do nível X de exploração. Então, aqui, as pessoas que vão para uma ocupação é quem está mesmo na rabeira da sociedade. Então, aqui, o trabalho que a gente tem de inclusão, de recuperação, de recuperação mesmo das pessoas como pessoas, de transformá-las em sujeitos etc. É aqui nesse processo, sabe, em que ele vai [...]. E é ele que vai, né? A partir desse processo coletivo etc. A gente fala e tem alguns autores que falam: “Quando você corta a cerca do latifúndio, junto você corta uma série de outras coisas”. Assim, do egoísmo, do individualismo, porque é uma ação coletiva que vai transformando o sujeito (SFM).

Com o avanço da organização do acampamento, o grupo inicial da Frente de Massa vai repassando as responsabilidades de condução do processo para as pessoas que efetivamente vão morar na terra pela qual estão lutando. O grupo inicial da Frente de Massa continua no acampamento acompanhando, trocando experiências, contribuindo de acordo com as necessidades que vão aparecendo.

Quando é conquistada a terra, ou seja, quando há o assentamento das famílias, em geral, aquele assentamento já possuiu toda uma estrutura organizativa de núcleos de base, de setores e coletivos, de brigadas, de coordenação, de assembleias, etc., que foram construídas durante o período do acampamento. Nesse momento, os militantes da Frente de Massa, que iniciaram o processo de mobilização daquele grupo de pessoas, se retiram (em alguns casos ocorre de um ou outro militante se tornar assentado naquele território) e as tarefas que antes eram executadas pela Frente de Massa passam a ser assumidas por essas formas organizativas ou por outras que surgem, conforme a necessidade de cada assentamento.

A organização na terra, ela não começa só quando tem a conquista. [...] porque nós já temos acampamentos [...] produtivos. É o Setor de Produção que organiza essa produção junto com a Frente de Massa que é o principal responsável da condução política de um

acampamento, mas os demais setores vão atuando. Tem acampamentos que tem escolas espetaculares! [...] O Setor de Educação está lá dentro no acampamento [...]; o Setor de Formação, o pessoal que cuida da comunicação, enfim! Toda essa organicidade no acampamento, ela vai para o assentamento, mas num processo! Não é que termina uma coisa e começa outra, né? Isso é muito dinâmico, né? Agora, a luta concretamente, quando é nesse território chamado assentamento, a tarefa principal é do pessoal, da militância que está atuando dentro dos assentamentos. Mas a Frente de Massa atua fora do assentamento. Ou estão no acampamento ou fazendo o trabalho de base para reforçar essa luta (SFM).

O SFM relata que essa forma de se organizar, assim como as linhas políticas do Movimento, foi sendo construída a partir da prática concreta.

Às vezes as pessoas olham a cartilha e veem muito bonito, muito certinha e dizem “*olha que bonito*”, entendeu? “Quem pensou isso? Mas quem pensou? Quem é o ‘cabeça’?” [...] E na verdade é uma construção coletiva que vai se dando à medida que vai desenvolvendo esse processo de luta (SFM).

Desta forma, de acordo com o SFM, a partir do momento em que as famílias são assentadas, a própria realidade concreta faz surgir novas necessidades em torno das quais o povo pode continuar se organizando e com isso outros setores vão assumindo tarefas que antes, no acampamento, eram mais da responsabilidade da FM, principalmente o Setor de Produção.

[No assentamento] a tarefa principal de organizar é do Setor de Produção porque daí muda a relação. Quando a família está no acampamento, a relação dela é muito pela necessidade [...], não é só porque ela gosta da luta, é porque ela quer a terra”. Ao conquistar a terra, a relação dela com o MST muda. Não é mais a terra. Ela entrou no MST pela terra, “*mas eu estou aqui agora para resolver outros interesses*”. E quem domina outros interesses, do ponto de vista técnico, é o Setor de Produção. Porque é organizar a produção, organizar a assistência técnica, organizar a moradia, todas essas coisas estão na tarefa de outros setores (SFM).

De acordo com os entrevistados, a Frente de Massa não dá conta dessas novas necessidades que surgem no assentamento, pois, no geral, a sua militância não é preparada para esse tipo de atuação, pois suas tarefas são distintas.

Até porque a vida do assentamento [...] do ponto de vista teórico, o debate é fácil, quando vem para a vida real que a família começa a ter que dar seus pulos e sobreviver para sustentar no lote, ela deixa de participar de um bocado de atividades no Movimento. Seja porque ela resolveu o problema que ela queria: “*Eu queria só a terra e peguei a terra. Não sou obrigado a ficar no Movimento mais*”. Seja porque o próprio trabalho dela impede ela de participar, né? Tem

que tirar leite todo dia. Tem que tirar leite, já não vai na luta, ela já deixa de participar da reunião, né? Então, começa a ter esse problema (SFM).

Conforme o SFM, essas questões concretas fizeram com que, em seu processo organizativo, o MST definisse duas grandes frentes: o acampamento e o assentamento. E todos os setores devem atuar nas duas, “mas com responsabilidade maior, os acampamentos é a Frente de Massa e os assentamentos é o Setor de Produção” (SFM). No acampamento a Frente de Massa tem a maior responsabilidade nas tarefas de mobilizar, de organizar, de fazer, o que eles denominam de “massificação”⁴³ da luta, e isso é feito em torno do mote da conquista da terra. Mas, segundo o SFM, essa tarefa de massificação não pode ser só da Frente de Massa.

O Movimento faz esse debate: a massificação não pode ser tarefa só da Frente de Massa. Porque por exemplo, o Movimento tem quantas mil famílias? [...] Dois milhões de pessoas, entre acampamentos e assentamentos. Dois milhões de pessoas que de alguma maneira estão em assentamentos que foram conquistados pelo Movimento. Sim, mas onde é que estão esses dois milhões de pessoas agora que nós estamos precisando para fazer grandes lutas? Então, ou seja, o Setor de Produção, principalmente, também tem a tarefa de massificar o Movimento! E fazer as pessoas voltarem a participar do Movimento! Não basta ter só a terra, né? E a Frente de Massa continua com a sua tarefa de fazer avançar a Reforma Agrária no ponto principal que é a terra, a distribuição da terra (SFM).

Na percepção dos dirigentes do SFM, ainda que os militantes da Frente de Massa não estejam atuando diretamente nos assentamentos, a Frente de Massa está presente por meio do Setor de Produção.

O setor de Produção surge a partir das linhas políticas ali, no final dos anos 1980, já no início dos anos 1990, né? Em 1992 se criou uma experiência espetacular da produção que foi criar uma central, uma Confederação de Cooperativas para contrapor o sistema oficial que era a OCB⁴⁴, né? Que foi a CONCRAB⁴⁵. Foi uma experiência assim, espetacular! [A OCB é o] agronegócio que comanda. Hoje eles têm outras conformações, [...] mas comanda ainda. [...] E nós criamos [a CONCRAB] a partir da Constituição de 1988, né? Que

⁴³ Para o MST o termo “massificar” significa “incorporar enormes contingentes populacionais, envolver milhões”, atingir a todos, tornar massivo (STEDILE & FERNANDES, 2012, p.122).

⁴⁴ Organização das Cooperativas do Brasil, que de acordo com o SFM é comandada pelo agronegócio.

⁴⁵ Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

foi possível, graças à mobilização e a luta do campo popular, dos movimentos populares do campo e nele presente, o MST. Se cria lacunas na própria Constituição que permite criar pequenas cooperativas, pequenos grupos de cooperativas. E nós apostamos muito nas cooperativas coletivas, né? Que são as chamadas CPA's⁴⁶. Mas depois, no desenvolvimento desse próprio processo, nós fomos entendendo que não é só as cooperativas coletivas porque tinha gente que não queria trabalhar no coletivo, mas queria cooperar de outras formas. Então, se criou na época, o que chamaram de Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA. Que hoje é o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente que trabalha em uma dimensão bem mais ampla, né? Então, está garantido a Frente de Massa dentro dos assentamentos também [risada geral] (SFM).

A seguir, serão apresentadas as dificuldades, as necessidades e os desafios vivenciados pelo SFM, na perspectiva dos participantes da pesquisa. O material foi organizado em 7 (sete) eixos, conforme relacionado abaixo.

Dificuldades, necessidades e desafios em relação:

- À criminalização da luta pela terra
- À resistência na luta e permanência no acampamento
- À violência nos acampamentos
- Ao trabalho coletivo
- À formação dos militantes
- Ao novo perfil dos sem-terras
- À saúde mental dos militantes

Dificuldades, necessidades e desafios vivenciados pelo Setor de Frente de Massa

Em relação à criminalização da luta pela terra

O Setor de Frente de Massa (SFM) relata que o preconceito é uma das principais dificuldades que enfrentam no início do trabalho com as famílias, pois o que elas conhecem a respeito do Movimento antes de decidirem ocupar a terra é, em geral, o que recebem de informação da mídia, que costuma passar uma imagem negativa do MST.

⁴⁶ Cooperativas de Produção Agropecuária.

Eu acho que no princípio de um acampamento base, o difícil é você trazer as famílias para o acampamento. Tem família que hoje mora na cidade e tem muito preconceito contra isso, né? [...] a mídia é bem contra, né? Então, elas têm uma visão diferente. Então, para a gente reunir as famílias é a maior dificuldade, até que se prove o contrário, faça um trabalho de base, uma formação (SFM).

Para combater as informações distorcidas da mídia e mobilizar as pessoas para a luta pela Reforma Agrária, o Movimento faz diversas reuniões com elas com o objetivo de explicar o que é a Reforma Agrária, porque ela é necessária, o que é o Movimento, como funciona, quais são as regras para entrar no MST, quem pode ser assentado por meio da Reforma Agrária, etc. Esse trabalho é o que denominam de ‘trabalho de base’ e é o que permite que as pessoas tenham um conhecimento direto, ou seja, sem intermediações, do MST.

Uma vez acampados, a vivência do preconceito muda de lugar, pois as pessoas passam a sentir a “opressão da mídia e da sociedade” (SFM) por ser, agora, um Sem Terra e esse sentimento, de acordo com o SFM, é a razão de desistência da maioria das famílias.

Além da mídia, há também os ataques dos poderes locais, de empresas e instituições a quem não interessa o trabalho do Movimento. São ataques diretos e indiretos que explicitamente demonstram o preconceito, a discriminação e a criminalização do Movimento e da sua luta.

O município [tal] é basicamente dominado pela [nome da empresa]. Então, vamos dizer, quem dava as cartas aqui no município era a empresa [tal]. Então, o município é de pessoas muito conservadoras, nessa questão né, por mais que tenha todo um trabalho do assentamento [tal] que mudou toda a questão econômica do município. Vamos dizer, o [assentamento] é um dos maiores produtores de leite na região. As áreas de Reforma Agrária são mais de 50% do município. Mas, mesmo assim [...] a gente enfrentava essa barreira com a sociedade urbana, com o comércio, que são bem poucos os que nos apoiam, nos apoiavam e nos apoiam ainda. Então, tem essa questão de dificuldade de relação com a sociedade urbana do município [tal]. Vamos usar o exemplo aqui, da paróquia que é da igreja católica. O padre, que é o chefe pela paróquia ali, ele se recusou de vir aqui dentro do acampamento fazer uma missa, por exemplo. Se recusou e não deixou nenhum dos padres vir aqui. Pelo contrário, foi em uma rádio local dizer que nós não éramos bem-vindos, né? O Movimento não era bem-vindo no município e tal. Então, ele se recusou a vir rezar e não deixou ninguém vir rezar. Então, essas dificuldades que a gente encontra no município [...]. Outra questão é a prefeitura, né? A gente também não tem uma boa relação com o prefeito, né? Muitas declarações dele contrárias a nós, né? Assim, na questão de difamar mesmo! Não dar atenção. A gente não tem o atendimento básico, da prefeitura. Então, são essas as dificuldades que a gente encontrou lá no início e que algumas ainda continuam até hoje (SFM).

O SFM relata que são vítimas de constante difamação por parte de autoridades e meios de comunicação cooptados pela empresa que detinha as áreas que o MST está denunciando com a ocupação – a denúncia é de que a referida empresa se apropriou de áreas públicas.

A cooptação é grande no nosso município. É uma empresa extremamente milionária [referindo-se à empresa que se dizia dona do território que o MST ocupou e que depois se confirmou que se tratava de terras públicas], compra padre, compra prefeito, compra polícia. Então, nós passamos vários períodos de dificuldades e de opressão. Às vezes nem tanto da sociedade, mas dos mais fortes. Prefeito indo [na capital], falando em despejo à mídia da cidade; rádio oprimindo, falando que só têm vagabundo, só tem bandido, só tem ladrão. As famílias de bem aqui, eles mandam que vá embora. Só que com o tempo nós conseguimos provar, né? Nós provamos para a sociedade que é bem diferente! Então, agora está um processo que, na verdade, a gente deu uma revertida, né? Com o trabalho coletivo e coisa e tal, a gente está mudando. A maioria da sociedade agora está saindo da cidade para vir aqui acampar e perguntam se tem outro acampamento base ou alguma coisa, porque viu que é o contrário. Então, vai mudando... é a superação (SFM).

Ao serem perguntados sobre o que fizeram para mudar a imagem que foi formada sobre eles, relataram o trabalho de formação, as ações coletivas que beneficiam as pessoas da cidade e a realização de uma festa com o objetivo de possibilitar que as pessoas da cidade conheçam de perto o acampamento. Sobre a formação, relataram que

para eles [referindo-se às pessoas da cidade que discriminam o MST], aqui nós somos bandidos. Porque eles não estudaram. Tipo, no município, as pessoas do urbano não estudaram a história do tempo da [nome da fazenda ocupada] que vinham e matavam os camponeses que moravam nessas terras; e grilaram essas terras. Essa parte eles não estudaram. Então, a gente vai fazendo formação, trabalho de base, ações, né? (SFM).

Sobre as ações coletivas que beneficiam os moradores da cidade, falaram sobre as doações que o acampamento faz, sobre a ajuda que prestam às comunidades urbanas e sobre a organização da feira da Reforma Agrária.

Por exemplo, o nosso acampamento aqui é um exemplo na doação de sangue na cidade. No município estava o banco de sangue defasado. Então, as famílias vão doar sangue. Às vezes vão e fazem doação de alimentos, ou alguma coisa parecida [...] ajudam em alguma coisa, uma festa. Começamos a organizar a feira, por exemplo. A gente faz a nossa feira da Reforma Agrária e o que sobra a gente faz doações para instituição, alguma coisa parecida. Então, está se mudando a relação com a sociedade (SFM).

Sobre a festa que fizeram relataram que o objetivo foi de possibilitar que as pessoas da cidade se aproximassem do acampamento e passassem a conhecer mais o MST e as pessoas que ali lutavam.

Ano passado nós fizemos uma festa de três anos do acampamento com tudo [...] do acampamento: comida, alimentação, tudo produzido pelo acampamento. [...] e a alimentação toda gratuita para quem consome. Então, foi feito em média 7 mil kg de carne, a maior parte produzida pelas famílias do acampamento. A gente tinha definido essa festa há um ano e daí nos organizamos. As famílias produziram os alimentos, a carne. E algumas coisas [conseguimos] aí com parceiros da Reforma Agrária, e entra o pessoal dos assentamentos, né? Alguns agricultores que tem ao redor também que contribuíram com essa alimentação. Que foi um dia de confraternização que todo mundo veio, né? A alimentação totalmente gratuita (SFM).

Porque antes eles ponderavam que nós éramos uns preguiçosos, que nós só ocupamos e não fazemos nada. Só usufrui o que tem na terra, que é da [nome da empresa]. Não! Nós falamos para eles: “*nós plantamos mandioca, plantamos milho, temos criação de gado, de vários animais*”. Nós fizemos a festa para a sociedade, para provar que nós estamos aqui e estamos para fazer alguma coisa em cima da terra. [...] nós fizemos uma festa para 15 mil pessoas. Dessas 15 mil esperadas, veio uma faixa de 10 a 11 mil pessoas, entendeu? Nós somos, aqui do acampamento, 2 mil pessoas. No caso, 8 mil pessoas vieram da sociedade para dentro do acampamento. Já mudou a visão. Teve pessoas mesmo que falou que nunca punham o pé no acampamento e veio aqui dentro, compartilhando, confraternizando com a gente. Então, já é uma vitória! E assim vai mudando a opinião da sociedade com ações, discussões (SFM).

Apesar do que conseguiram fazer em termos de modificar a imagem criada sobre eles, foi possível constatar, em conversas informais com uma das acampadas, que o sofrimento pela discriminação sofrida ainda persiste forte. Essa acampada relatou maus tratos em mercado; discriminação quando vão fazer cadastro e precisam informar o endereço residencial do acampamento, e incompreensão e desvalorização quando tentam vender os produtos na feira – segundo ela, as pessoas não querem pagar “um real a mais” na verdura que produzem sem veneno e isso desanima.

Os sofrimentos desencadeados pela vivência do preconceito, da discriminação, da opressão, ou seja, de todo esse processo de criminalização dos movimentos sociais (DURIGUETTO, 2017; GAMA, PRADOS & BONINI, 2018), fazem parte de outra dificuldade apontada pelo SFM e que será abordada em seguida, qual seja, a de permanência no acampamento e resistência na luta pela terra.

Em relação à resistência na luta e permanência no acampamento

O início de um acampamento sempre é uma fase que exige muito das pessoas que entram no MST, pois ocupar uma terra onde não há nada construído e ali sobreviver, muitas vezes, sem ter o mínimo de recursos e à mercê das condições temporais é uma situação extremamente desafiadora e que por isso requer um grande esforço e muita resistência. Nesse sentido, o SFM aponta que uma das principais dificuldades que enfrentam é a permanência das famílias no acampamento, seja pelas poucas estruturas disponíveis em um acampamento do Movimento, seja pelas poucas condições econômicas para se manter acampado, seja pela confiança de que é possível conquistar a terra tão sonhada, seja pelos constantes ataques dos aparelhos ideológicos e das forças repressivas do estado ou por todas essas questões juntas.

No relato a seguir é possível ter uma ideia do quanto podem ser árduos os primeiros dias de uma ocupação.

Quando chegaram na área, já em ocupação aqui, foi em um período de muita chuva [...], então, para iniciar o acampamento a gente tinha dificuldade de fazer os barracos. Então, foi chegando e montando os barracos coletivos. Então, essa foi a primeira dificuldade que teve, assim, no início porque esse período chuvoso, ele durou um período longo. Duas ou três semanas logo que a gente chegou. Duas ou três semanas direto, né? Então, era complicado porque daí os companheiros não conseguiam sair dos espaços que estavam para conseguir fazer seus barracos e sair do coletivo [barraco onde inicialmente se alojaram todas as famílias], ficar mais no seu espaço individual. Então, essa eu acho que foi uma das grandes dificuldades do início (SFM).

Nesse caso relatado, eles ficaram três semanas em barracos coletivos por causa da chuva que não permitia que eles comesçassem a construir os barracos individuais, morando todos juntos e em condições muito precárias, com instalações improvisadas e com pouca privacidade.

Mesmo nessas condições, o início do acampamento é envolto por uma atmosfera de entusiasmo que anima a todos. Mas a morosidade da justiça, as dificuldades de acesso aos serviços públicos, principalmente à saúde, e a constante criminalização da luta pela terra vão desgastando o ânimo e as forças dos acampados e aumentando as dificuldades para manter a resistência das famílias. Esses três elementos serão apresentados a seguir.

- ***A morosidade e a negligência do poder judiciário***

De acordo com SFM, ainda que a vida no acampamento seja melhor do que na cidade, a demora do poder judiciário em tramitar o processo dificulta o trabalho com as famílias, pois começam os questionamentos sobre quanto tempo ainda permanecerão naquelas condições à espera da justiça. O SFM fala da dificuldade de se trabalhar com as famílias no sentido de manter a esperança e a confiança na conquista da terra.

Aqui a gente vive melhor do que na sociedade no caso ou na cidade. Por exemplo, no trabalho coletivo a gente tem um histórico aqui de quase quatro anos de acampamento e nenhuma situação interna de agressão ou violência, ou coisa parecida, do tipo. E a gente conseguiu superar. E hoje, você em um bairro da cidade aí [...] tem bairros que é um ou dois por semana, três casos de violência. Nós aqui superamos isso. E [...] tem famílias que vai para um período de longo tempo [no acampamento], longas datas, né? Tem esperança de ganhar a terra! Quando esse processo vai ficando demorado e, às vezes, chega um tempo que fica meio difícil você fazer um trabalho com essas famílias. “*Quantos anos eu vou ficar aqui? Está demorando demais... quanto tempo? O que eu vou fazer?*” Os filhos vão crescendo e coisa e tal. E tem a necessidade da terra para eles. Então, a pressa da família, claro, a pressa de cada um, todo mundo é um sonho: de cada um ter um pedaço de terra. Mas enquanto isso tramita na justiça, nos meios legais, muitas vezes algumas famílias... têm-se a dificuldade de trabalhar com elas. Entrar na mente dela ou fazer um trabalho de base com elas. Porque a resistência nossa é para fazer durar um ou dois anos (SFM).

“A resistência nossa é para fazer durar um ou dois anos” (SFM), mas o acampamento pode ficar quatro, dez, quinze anos sem uma resolução. E quanto mais tempo, mais árduo é para as famílias mais fragilizadas e que têm dificuldades para se manter no acampamento, principalmente nos casos em que a pessoa não pode se ausentar de casa para trabalhar e também não tem o apoio de seus familiares.

Por exemplo, tem mães solteiras com dois, três filhos que a pessoa não tem condição de trabalhar fora ou na cidade, e também não tem condição de trabalhar no lote, coisa simples, né, que a gente vive no coletivo. Então, tem vezes que chega [e tem] dificuldade financeira por falta de condição. Às vezes tem carne, que é a criação do porco; tem criação do coletivo, tem alface da horta. Mas, às vezes, falta dinheiro para comprar uma coisa para o filho, uma roupa, que a gente também, às vezes, analisa e vai para o coletivo, né? Ajuda, faz doação. [...] O coletivo já não vem daqui de dentro, já vem de antes de fazer uma ocupação [...], vem de um trabalho coletivo. Nessa questão, assentados que apoiam com alimentação, a questão de doação de roupas [referindo-se a outras pessoas que já conquistaram a terra e agora ajudam os que estão nos

acampamentos]. Tem bastante coisa. Então, o que dá uma mexida com o psicológico das pessoas acampadas é a resistência. [...] é o tempo (SFM).

Ainda que no acampamento seja incentivado que as famílias já iniciem alguma produção, essa, em geral, não é o suficiente para suprir todas as necessidades das famílias fazendo com que tenham que trabalhar fora do acampamento em empregos formais ou informais. Contudo, nem todos tem essa possibilidade, como no caso citado da mãe que cuida dos filhos sozinha. Esses casos são discutidos no coletivo, ou seja, nas instâncias organizativas do acampamento, e por meio da solidariedade dos acampados, e de outras famílias que já foram assentadas, conseguem contribuir com essas famílias mais necessitadas. No entanto, toda essa vivência de espera e ao mesmo tempo de privação abala a resistência dos acampados.

- ***Dificuldade com o serviço de saúde público***

Outra dificuldade relatada pelo SFM que impacta na resistência em permanecer no acampamento é a dificuldade de acesso à saúde pública, pois apesar de somarem um grande contingente de pessoas (cerca de 600 famílias no acampamento onde foi feita a entrevista), não possuem nenhum tipo de atendimento público de saúde no local e o atendimento na cidade, segundo o Setor, também é precário.

A saída para eles tem sido o tratamento natural como uma forma de resolver, por eles mesmos, o que o Estado não faz. Eles também têm contado com o trabalho voluntário de profissionais da saúde e o trabalho dos médicos formados em Cuba através de uma parceria entre o MST e o governo cubano.

Agora começou os médicos que foram formados pelo Movimento atender aqui dentro, agora. Eles foram formados em Cuba, três médicos. Tem bem mais [referindo-se ao montante de médicos formados no MST]. Eles vão fazer uma agenda aqui, com a gente, e vão começar a atender aqui. Foram formados pelo Movimento, [...] são de outros acampamentos, de outras regiões, de outros estados, mesmo. É um trabalho voluntário (SFM).

Ainda que essas iniciativas de tratamento natural e de trabalho voluntário de profissionais comprometidos com a causa do MST contribuam um pouco com a questão da saúde, é fato que não são suficientes para sanar os problemas, principalmente quando exigem atendimento especializado e com infraestrutura

adequada, afetando a resistência das famílias que necessitam desse atendimento.

- ***Efeitos da eleição de Bolsonaro na resistência do povo acampado***

Foram feitas duas entrevistas com o SFM. A primeira foi com os dirigentes nacionais e aconteceu em outubro de 2018, antes das eleições presidenciais. A segunda foi feita com os militantes de um dos acampamentos e aconteceu em dezembro de 2018, após as eleições.

Na entrevista com os dirigentes nacionais foi manifesto a preocupação com o período atual e com a capacidade de resistência das famílias. Contudo, independentemente do resultado das eleições, eles previam um período muito conflituoso e de muitas disputas dos territórios já conquistados ou em vias de conquistar. Nesse sentido, não é uma preocupação que se restringe aos acampamentos, mas se estende aos assentamentos e suas cooperativas, associações e grupos produtivos⁴⁷.

A entrevista com o SFM no acampamento, feita após as eleições e a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil, reforçou essa preocupação com a resistência das famílias, pois elas estavam bastante apreensivas, com medo e desânimo e muitas estavam pensando em desistir.

Uma coisa que pegou não só dentro dos espaços do Movimento, do MST em si, mas que deu um choque geral na população, principalmente aí, na população pobre e, que talvez, alguns não estão entendendo ainda, mas o nosso povo sentiu desde o período eleitoral da campanha até a eleição do Bolsonaro. Então, pelas propostas dele, que ele fez também, foi uma coisa que deu um choque assim no nosso povo, né? Pelos discursos e tal. Então, talvez, a maioria das pessoas que são... ela se baseia pela televisão, pela mídia e tal. Aquele discurso de ódio que ele falou de tratar nós como terrorista, que não vai existir mais o MST, né? Todas aquelas coisas que ele disse, assim, pós-eleição, abalou. Abalou! Muitas famílias ficaram abaladas, “*ah! E agora e tal? O que vamos fazer?*” E aí a gente entrou para essa conversa que nós sempre costumamos fazer, esse diálogo. Chamamos todas as famílias imediatamente após a eleição. E daí a gente pegou um pouco esse contexto histórico de que a gente já passou por períodos assim, né? Não é a primeira vez que nós estamos entrando em uma dificuldade com o governo. Por mais que ele seja,

⁴⁷ Em recente visita a um dos assentamentos do Mato Grosso foi possível registrar o total abandono das famílias que estão ali desde 2016. Elas ainda estão sem acesso a nenhum investimento governamental. Algumas famílias, as mais pobres, que não possuem recurso próprio para furar um poço estão sem água e para abastecer a casa precisam carregar as latas em carriolas por longas distâncias. Essa visita foi feita em outubro de 2019.

pelo menos que ele fala nos discursos dele, que quer ser o ‘*bam bam bam*’ mas que não é assim, né? A gente procurou amenizar um pouco com as famílias porquê [...] muita gente falando “*ah não, agora vou embora porque agora não tem chance mais de estar aqui*”. Eu falei “*não. Não é bem assim!*” E que lá fora também não vai estar melhor nessa questão, vai ter dificuldade também. Então, talvez as pessoas se abalaram um pouco, psicologicamente, né? Por toda essa questão de discurso de ódio, né? [...] E nós entendemos que as famílias ainda não superaram isso, né? Claro, dá uma amenizada um pouco, a gente tenta, fala e tal. Mas que enquanto não vier a prática do governo para daí a gente medir a febre para saber mesmo, ainda gera, tem essa dúvida (SFM).

O MST nasceu no período da ditadura e passou por momentos muito difíceis. O Setor relembra que para o MST nunca foi fácil, nunca teve um período “bom” (SFM). Que houve sim um período de mais “sossego” (SFM) nos governos Lula e Dilma, mas que mesmo nessa época diversos companheiros foram mortos na luta pela terra.

Essa recuperação da história do Movimento, do Brasil e do povo excluído, de modo geral, faz parte da metodologia do Movimento de compreensão do período atual – que é feito com diversos debates nas várias instâncias do movimento, desde os núcleos de base até a nacional e de volta aos núcleos de base – e de construção das formas de resistência do Movimento.

É um período de muita discussão, de muito debate a nível nacional do Movimento [...] que a gente está pensando, planejando e ver como vai ser a resistência do próximo período, né? Como a gente vai resistir. Uma coisa é certa: a gente vai resistir! Como nosso Movimento está caminhando para 35 anos de luta e resistência no Brasil, a gente vai resistir! Então, nós estamos tirando as formas, né? Talvez a gente não avance tanto na pauta da Reforma Agrária, mas também as nossas conquistas, a gente tem muitas conquistas históricas, né? E também os nossos territórios, né? Que hoje a gente está com as famílias, e vai lutar para manter esses territórios. Seja da forma que for, a gente vai resistir! Talvez a gente vai ter que trabalhar um pouco nessa questão da paciência [...]. Todo mundo tem um sonho da terra prometida, né? Todas as pessoas que vem acampar, vem com esse objetivo de ganhar seu pedaço de terra. Então, talvez, a gente vai ter que arranjar uma forma de trabalhar essa questão do povo ter mais paciência. De entender o momento, que talvez o processo seja um pouco demorado, que a gente não tem o governo do nosso lado, nós não temos o Incra que faz essas questões burocráticas, né? Então, a gente vai ter que pensar tudo isso, e como é que a gente vai conversar com o povo, como que nós vamos dialogar, né? Então, é esse o balanço, essa avaliação que nós estamos fazendo, fechando com o encontro. Esse é o último encontro do ano, o Encontro Estadual da Coordenação. E aí a gente faz essa avaliação e depois nós vamos para a base, né? [...] que a base nossa é aqui, são as famílias que estão aqui. E a gente vai fazer essa rodada de discussão e debate. Que também a gente constrói junto, coletivamente com as famílias, né? Todas as nossas construções também, é importante dizer, o nosso método

aí, enquanto MST, é a construção coletiva. Desde os planejamentos, desde as ideias, até as ações concretas, que são os trabalhos, os serviços, enfim! Tudo que a gente vai fazer é um planejamento coletivo, né? Tudo a gente planeja junto. Então, eu acredito que a gente vai iniciar aí, uma rodada de conversa com as famílias e tirar nossas estratégias. Porque a gente tem que tirar as estratégias, entendendo [...], buscando entender o inimigo e fazendo as estratégias de resistência, né? Porque se a gente for olhar historicamente, nunca foi fácil! Nós do MST nunca tivemos um período bom. Tivemos um sossego aí, no período do governo esquerda, vamos dizer, assim, mas que não é *'mamão com açúcar'*. Diante desse período, nós perdemos nossos companheiros na repressão. Então, não é [...], nunca foi fácil a luta! Mas, nós precisamos passar um pouco disso para as famílias compreenderem (SFM).

Ao mesmo tempo que o SFM se preocupa com as famílias que estão acampadas também manifestam preocupação com aquelas que irão procurar o acampamento como alternativa à vida na cidade que, na compreensão deles, ficará ainda mais difícil.

Outra coisa que o [fulano] já falou também: a questão da procura também de fora para dentro. De fora para dentro. Por quê? [...] aqui nós temos segurança porque nós fazemos a nossa segurança. Aqui nós temos casa boa porque nós construímos hoje nossas casas. Aqui nós temos água encanada porque nós resistimos e fizemos com nossos próprios recursos e organização coletiva das famílias. Então, é uma comunidade que as pessoas vão procurar para fugir, talvez, de uma sociedade repressiva, violenta, no próximo período! E aí nós vamos ter que ter uma tática também para vermos como é que nós vamos receber essas famílias, essas pessoas, formar elas e massificar nossos espaços, né? Tendo em vista que as ações vão ficar mais difíceis, talvez, para fazer uma ocupação nova, ou uma outra coisa parecida. Então, isso é uma discussão também que nós estamos fazendo no encontro, enfim, no Movimento! Como que nós vamos preparar? Tanto as nossas famílias para resistência e as famílias que, provavelmente, vão chegar aí (SFM).

Essa ideia de que as famílias da cidade devem procurá-los é oriunda do fato disso já estar acontecendo no último ano e isso, na percepção do SFM, acaba sendo para as famílias acampadas uma reafirmação de que na cidade a situação não está melhor.

Um pouco, eu acho, da resistência das famílias já vêm disso, né. Porque no último ano aqui, no último período nosso, as famílias de fora vieram procurar. Então, eles percebem que lá fora também não está bom para eles. Então, eles já ficam um pouco antenados. Vem o cara falar *"ó, lá fora está difícil"*. Aqui nós temos condição no trabalho coletivo com o Setor de Produção, que é um dos setores mais iniciativo do Movimento. Por exemplo, hoje, todo mundo pega uma mandioca, uma batata. Tudo vem da terra, o alimento vem da terra. E você sobrevive. Você mata um porco, você tem um azeite, tem uma banha. Matou uma galinha, você tem a carne para alimentar seus filhos [...]. E na cidade, não! Você precisou cozinhar,

você corta um pau de lenha, você faz o fogo, cozinha até no chão, se quiser. E na cidade você vai comprar um botijão de gás a R\$ 100,00 quase. [...] na nossa cidade é oitenta e poucos reais um botijão de gás, não é? E um salário mínimo que é 980,00. Você paga R\$ 400,00 no mínimo na cidade de aluguel. Com mais 100,00 são 500,00. Você vai comprar uma roupa para seus filhos ou no estudo, material de escola, hoje nenhuma família consegue manter a escola com menos de 200,00, por semestre que seja.

Por mais que fica aqui no sofrimento, às vezes fica isolado de recurso, de coisa, mas vai sobrevivendo. Eles têm noção que vão sobreviver da terra. Eles vão plantar no coletivo, vão se ajudar, vão se apoiar, se um não tem o feijão, o [fulano] tem. E, assim, volta lá nos períodos feudais que os povos se ajudavam, trocavam feijão, arroz, que a moeda de troca era o alimento (SFM).

O momento atual é reconhecido pelo SFM como um período de muitas dificuldades e de conflitos, mas os militantes do Setor compreendem que a luta do MST nunca foi fácil, o diferente é que agora ela tem novos contornos. O maior desafio, pelas falas acima, é repassar para as famílias recém-chegadas ao Movimento, a resistência aprendida ao longo da história não só do próprio MST, mas dos demais movimentos que o antecederam. Como estratégia mencionaram o trabalho coletivo, item que abordaremos mais adiante.

Em relação à violência

Os participantes da pesquisa do SFM do acampamento não relataram ter dificuldades com violência dentro do acampamento. Disseram que conseguiram se organizar de tal forma que, atualmente, o índice de violência é baixo e que os casos que aparecem são resolvidos coletivamente através das normas estabelecidas. No entanto, como o tema apareceu espontaneamente no momento em que foi perguntado sobre as dificuldades vivenciadas pelo Setor, o relato foi mantido.

A questão violência, assim, dentro do acampamento, dentro do espaço, não tem. É baixo índice. Às vezes, claro, tem um cara que chega e discute com a mulher e tudo. [...] por exemplo, eu sou cadastrado, sou casado, discuti ou agredi minha esposa, mas aí, já vem mais para o disciplinar, você está sendo indisciplinado. Então, você vai contribuir lá na horta da escola, vai se acalmar lá. Então, contribui com atividade do acampamento que vai para o coletivo. Ou vai trabalhar na escola, plantar uma verdura, uma coisa, ou outra. Vai fazer outras atividades para o acampamento, botando as mangueiras de água, trabalhos para comunidade. Para que ele pare e analise. E, se ele chegar na agressão mesmo, fisicamente, daí, infelizmente as famílias pedem que se retirem do acampamento. Isso é um trabalho coletivo. E todas as famílias, quando tem alguma

coisa errada, alguma coisa que fuja das normas, toda família acampada tem as normas lá. Se descumprir, as famílias mesmas, vem para a disciplina. Nem precisa o trabalho. A companheirada está saindo indisciplinada, está faltando com as normas do acampamento, os coordenadores, as famílias no trabalho falam “*ó, amigo, você não se encaixa no padrão das famílias, favor se retirar*”. Então, já não dá porque o cara sabe que está errando e fazendo o erro. Então, dificilmente alguém erra. Para nós, isso [a violência], graças a Deus, em um período bom, a gente conseguiu reverter (SFM).

O termo “disciplina” costuma ser uma abreviação do Coletivo de Disciplina, que é formado por um grupo de pessoas destacadas para cuidar mais diretamente do cumprimento das regras estabelecidas e da segurança do acampamento. Quando um problema não é resolvido pelas famílias, costuma-se levar o caso para a “disciplina”, ou seja, para o Coletivo de Disciplina.

No Coletivo de Disciplina há uma primeira abordagem que funciona a partir do diálogo e acompanhamento mais próximo da pessoa que não está respeitando as regras.

Às vezes tem um cara que se emocionou e bebeu umas cervejas na cidade. E você sabe, ou vira valente ou vira chorão, né? Porque tem uns que viram valente. Daí, como você vai chegar e conversar com uma pessoa assim? Então, tem que ter um trabalho. Reverte, entendeu? Mas é raro acontecer uma coisa dessa. Então, nisso, já ganhou a confiança das famílias. Às vezes tem um cara que você sabe que ele bebe e fica violento, e, às vezes, você chega lá na casa dele... e quando você chega, no começo era difícil. Então, no começo, nós fizemos uma conversa legal com ele. Houve uma conversa bem trabalhada, com formação. Mas aí, e se fosse um cara que chegasse estúpido com ele? Se você for estúpido, com certeza o cara ia ser estúpido. Então, você vai trabalhar com ele, toma um café, um chimarrão, e vai adoçando. Hoje eu chego na casa que o cara bebeu e está lá. Às vezes, o cara que me deu serviço no começo. Ele chegar e dizer “*não, desculpa cara. Estou indo dormir*”. Ou [...] “*vou lá para baixo com você*”. Nós temos a disciplina e quando geralmente alguém está alterado, a gente acompanha e fica lá, até melhorar. A pessoa vai para casa e continua ali. Às vezes eu chego lá para conversar com a pessoa e a pessoa pede desculpa, “*eu já estou indo dormir*”. Está alterado, mas com a educação você ganha a confiança das pessoas, entendeu? É a mesma coisa como se fosse uma polícia na cidade, você está na forma errada, você vai chegar e agredir a polícia? Claro que se a polícia te agredir, você vai ficar com raiva (SFM).

Para fazer essa atividade que inclui diálogo e acompanhamento, o SFM relata que periodicamente o Coletivo de Disciplina se reúne na região ou no estado para troca de experiências com pessoas que estão há mais tempo no Movimento e pessoas de outros acampamentos que atuam nesse mesmo Coletivo.

Estamos sempre trocando experiência. [...] a gente faz reunião com outras regiões, disciplinas de outros espaços, para trocar experiências, entendeu? Então, se torna uma formação. Às vezes, tem pessoas aí, com 35 anos de Movimento, então, de sofrimento você tira alegria. Para você aprender a andar, você tem que cair. É como andar de bicicleta, sempre vai ter um tombo, mas sempre vai melhorar. Então, com os erros você aprende a acertar. Você vai indo, vai trocando experiência com as pessoas mais velhas. Vem aqui um estudante de psicologia, passa uma psicologia que a gente vai adotar. Troca uma experiência e a gente tenta aplicar isso nas famílias (SFM).

Aparentemente, o SFM enxerga com maior nitidez a violência verbal, a violência física e a sua eminência por meio de situações de abuso de álcool, ou seja, enxergam mais nitidamente aquela violência que “grita aos olhos” de todos e, nessas situações, relatam, têm conseguido atuar de forma satisfatória para si. Contudo, o Setor não faz menção às outras violências. Essa observação deriva do relato feito pelo Setor de Educação, do mesmo acampamento, de constantes violências que as crianças sofrem – esse tema será esmiuçado mais à frente, no relato do Setor de Educação.

Em relação ao trabalho coletivo

Outra dificuldade relatada pelo SFM refere-se ao trabalho coletivo.

A maioria das famílias que compõem um acampamento não conhecem a dinâmica e o modo de organização do MST, com exceção de alguns que são filhos de assentados e que decidiram, a exemplo de seus pais, lutar pela terra.

Assim, para a maioria das pessoas que decidem acampar há uma grande mudança na forma de viver, pois a vida nos acampamentos do MST é organizada em grupos, setores, coordenações; com práticas de reuniões e assembleias; com definições de regras e condutas; com trabalho coletivo para construir a escola e demais espaços comunitários; com trabalho coletivo para plantar e produzir alimentos para a subsistência; com atividades formativas, com atividades de luta junto às instâncias representativas do Estado etc. Ou seja, é uma vida que exige um espírito de coletividade que, em geral, não é cobrado na vida cotidiana da maioria. No acampamento, sem essa coletividade, sem a solidariedade, sem o envolvimento e comprometimento das pessoas, é muito improvável que consigam resistir e conquistar a terra. Contudo, essa coletividade não é algo simples de se viver.

Tinha aí um conjunto de setores que você tinha que ir organizando nesses grupos de famílias, começar a fazer as reuniões, explicar do Movimento, trabalhar com o setor de formação, o que era o Movimento, quais os objetivos do Movimento, a simbologia. Então, tem todo um processo organizativo..., tem várias questões que, para quem estava fora do Movimento, não estava acostumado... a construir coletivamente com as pessoas... então, a questão de você participar de uma reunião também, conseguir se expressar, tentar colocar sua opinião para construir, de como você lida dentro de uma reunião. E, por mais que seja mais simples, tem toda essa questão de quem está acostumado com uma construção coletiva e quem vinha de uma situação que ia trabalhar né [referindo-se a diferença entre quem já está acostumado ao trabalho coletivo nos assentamentos e quem vem de uma experiência de trabalho como assalariado]. Tinha o cartão [cartão do ponto da empresa], voltar para casa, deita no sofá, dorme lá. Tipo assim, não tem como construir a escola, não tem como construir uma produção coletiva que vai ajudar, a princípio, a escola a manter a cozinha comunitária, manter tudo ali. A infraestrutura não só da escola, mas conseguir organizar que todas as famílias tenham uma água, que [...] não falte nada, [...] conseguir se organizar para ter um mínimo de disciplina, de cuidado com higiene. Então, tem muitas questões aí que às vezes as pessoas não estavam acostumadas e estão tentando um processo de empoderamento das pessoas, para que elas participem da reunião, tenham responsabilidade, que lá no grupo vai e fala, que discute e traz para o núcleo, traz de novo. Então, essa forma de construção coletiva da mesma forma que ela é bem bonita e tudo, mas ela tem essa dificuldade das pessoas se posicionarem no começo. Não conheciam, chegam ali de uma situação bem simples e humilde. Às vezes acha que, por não saber ler e escrever não vai conseguir ajudar muita coisa. Acham que por não ter uma educação, não ter feito o ensino fundamental ali, completado ele... Então, é um momento bem bonito, como eu falei, mas é... se cria aquele primeiro início de algumas pessoas que tem que ajudar a impulsionar para que todas façam, construa esse trabalho coletivo (SFM).

A fala acima aborda a necessidade de organização dos setores e grupos de famílias no início do acampamento e que essa organização demanda reuniões e processos formativos que não é comum para quem não está acostumado a trabalhar coletivamente. Aborda também as dificuldades para a participação e dá ênfase para duas dificuldades: a de se expressar e a de participar de forma a contribuir.

A dificuldade de se expressar, na percepção do participante da pesquisa, pode ser vinculada ao sentimento de incapacidade por ser analfabeto ou ter pouca escolarização, à sua condição socioeconômica e ao fato de não estar acostumado com o trabalho coletivo.

A dificuldade de participar de forma a contribuir é abordada de forma muito sutil quando se diz “*participar de uma reunião também, conseguir se expressar,*

tentar colocar sua opinião para construir, de como você lida dentro de uma reunião”.

O participante da pesquisa fala da participação, que parece ser algo simples, mas não o é para quem não está acostumado com os processos e as construções coletivas. Para ele parece bastante evidente que a participação e o trabalho coletivo são processos complexos que necessitam prática cotidiana. Ele exemplifica com o caso das pessoas do acampamento que antes eram trabalhadores assalariados, que “batiam ponto”, trabalhavam o dia todo e retornavam para suas casas sem ter demais tarefas coletivas mesmo porque, como foi dito, “não tem como [ele] construir a escola, não tem como construir uma produção coletiva que vai ajudar [...] a escola a manter a cozinha comunitária” (SFM).

Outro elemento que o SFM aponta é a necessidade de ter pessoas que, no início, impulsionam a construção do trabalho coletivo.

Na fala abaixo esses elementos são reforçados e a dificuldade de se trabalhar coletivamente é reafirmada.

Na época do começo do acampamento, eu acho que a maioria não tinha, não conhecia, assim como eu não conhecia nada do Movimento, muitas pessoas não conheciam nada. Então, essa coisa de ter a responsabilidade, de seguir, como o companheiro já falou, desde uma reunião e tudo, né, você se expressar... Eu estava acostumado a trabalhar para mim, fazer as coisas para mim. Agora quando eu sei que tem que fazer alguma coisa voluntário, para os demais, como é que cada um encara isso? Será que eu vou fazer igual eu faria para mim? Eu, sim! Mas algumas pessoas não têm esse entendimento, “*ah! Não é pra mim mesmo, tanto faz!*” Até você colocar na cabeça das pessoas de que aqui é necessário todo mundo trabalhar junto, né? É voluntário, mas é necessário todo mundo trabalhar junto. Isso eu acho que foi uma grande dificuldade, assim. Até hoje você enfrenta isso, né? É complicado. Então, eu acho que foi uma dificuldade grande! Mas quem realmente quer seguir na luta aí, eu acho que se esforça, né? Claro que tem aqueles que é difícil. É uma parte bem complicada, isso aí. Mas, enfim. Eu gostei do que eu encontrei aqui no MST. E vamos seguindo aí (SFM).

Há a dificuldade com o trabalho coletivo, mas há também satisfação. É o que a fala acima retrata. Apesar de reconhecer ser um processo difícil, o participante da pesquisa afirma ter gostado do que “encontrou” e de que pretende seguir nesse caminho, validando o processo organizativo baseado na participação e construção coletiva.

O contrário também ocorre. Há pessoas que não se sentem bem com o trabalho coletivo, seja porque não estejam acostumadas ou por outros motivos de ordem pessoal; mas, na percepção do SFM, a maioria se sente bem, sentem como uma grande família com quem podem contar.

Às vezes, a pessoa não se identifica com a questão do coletivo, não se identificam. Essas pessoas realmente, essas pessoas não conseguem lidar com o processo, ela não consegue. Porque você entra numa situação em que você contribui e as pessoas contribuem com você. [...] às vezes a pessoa não quer, às vezes não está acostumada a contribuir muito no coletivo, e também não quer aceitar a contribuição. Tipo, ela não consegue lidar muito com isso. Aí as pessoas não conseguem muito continuar nesse processo coletivo. [...] mas a maioria é de muita... de você se sentir bem, ter uma família muito grande, né? E a sensação, depois de um tempo, de poder contar com muita gente, poder contar com o grupo (SFM).

O SFM relata que O MST, em sua trajetória, foi construindo um conhecimento a respeito de como ter uma estrutura organizativa baseada na participação e construção coletiva que tem como ponto de partida a identificação das pessoas com as tarefas necessárias ao grupo.

Você tem um acúmulo histórico do Movimento que já ajuda você a montar uma estrutura organizativa que as pessoas participem, circula informação, retorna, volta e constrói coletivo. E tem também a identificação dos sujeitos nesse processo. Como... digamos, tem um companheiro lá que sabe mexer bastante com marcenaria ou construção e ele ajudou no começo lá e tal, em determinada obra coletiva, e as pessoas identificam *“ah, não, ele ajuda, ele sabe bem e tal”*. E daí *“não, você quer ajudar a coordenar a equipe de infra nesse grupo e tal?”* Aí, de repente, ele é o coordenador da infra, integrando o grupo lá. As pessoas já perguntam para ele como que faz o negócio. Então, às vezes, lá na cidade onde ele estava, numa situação que ninguém nunca olhou o trabalho que ele fazia, nem o vizinho sabia do que ele trabalhava ali. E ele já era referência do trabalho de infra. Como também isso acontecia com a educação, acontecia com a saúde, acontecia para tudo. Então, até um coordenador conseguir se identificar como coordenador *“eu sou coordenador de 20 famílias, né? Eu estou representando essas 20 famílias. Eu sou coordenador do grupo”*, e tal. Então, isso, as pessoas começam a vir atrás para conversar, como uma referência. É como as pessoas que estavam lá no mundo isoladas e, de repente, elas têm uma certa responsabilidade. Então esse processo de como você absorve essas informações, essa questão dessa responsabilidade, como você administra tudo e como você toca para frente, né? Então, se, a partir disso, você consegue coordenar o grupo da infra ou de saúde, isso vai por processos. Começa a se tornar referência. Muitas pessoas se identificam nisso e acaba sendo uma realização, às vezes, pessoal..., porque às vezes lá fora estava isolado. Só que tem várias formas de cada perfil, de cada personalidade, de você tocar o processo de acordo com essa responsabilidade. Isso é muito interessante porque as pessoas vão se identificando *“não, eu sou do setor de saúde; eu contribuo nisso,*

eu toco a farmácia, eu contribuo com a cozinha, eu faço pão, eu cuido da água, eu cuido da energia". Então, isso é muito interessante também no processo coletivo porque vai se identificando. E aí, depois não, vai e troca "você é muito bom na tarefa, mas a questão de coordenar o grupo já não dá muito certo. Você ajuda, continua ajudando, mas outras pessoas ajudam a coordenar". Então, como que é isso, porque uma forma de você conseguir determinado serviço também não é requisito que você consiga a coordenar um grupo de pessoas para te ajudar no mesmo trabalho. Então isso é muito interessante, a forma de como você também organiza para todos os grupos participar de determinado trabalho coletivo, as discussões. Você conseguir participar do processo de formação do Movimento, depois conseguir trazer um pouco desse conteúdo "eu fui lá participei de uma formação de agroecologia, aí eu vou lá, retorno, passo para o grupo do acampamento, consigo ajudar. E de repente eu estou ajudando no setor de produção". E ali a horta, de repente ele começou a organizar a horta; ele nunca imaginou que ele ia trabalhar na produção. Eles vieram da cidade, se identificou ali, gostou. Então, essas são experiências muito interessantes, que vão ajudando nesse processo coletivo da identificação ou não identificação de você coordenar (SFM).

Neste relato, o SFM retrata que no acampamento há um processo de identificação das pessoas pelo seu conhecimento e suas habilidades e a partir daí essas pessoas vão compondo os diversos coletivos necessários à organização das famílias: coletivo de infraestrutura, de saúde, de educação entre outros. Mas também há casos em que as pessoas se identificam com outras atividades diferentes do que faziam antes, atividades que nunca tinham experimentado, como a agroecologia, a coordenação de grupo e tantas outras.

É possível fazer cinco destaques na fala acima: 1) a valorização dos conhecimentos e habilidades de cada um; 2) a possibilidade de aprender novas atividades e desenvolver outras habilidades; 3) a vivência de ser conhecido e reconhecido pelos conhecimentos e habilidades que possui, diferente de quando moravam na cidade e os vizinhos mal sabiam dele, 4) a possibilidade de se tornar referência para os demais naquilo que desenvolve e 5) a realização pessoal resultante do exercício de uma atividade com a qual se identifica – fosse na cidade, no caso das mulheres, ela seria a faxineira, a empregada doméstica, a auxiliar de serviços gerais... ali no acampamento essas tarefas de limpeza são distribuídas entre todos e cada um vai compor um coletivo de extrema importância para o conjunto das famílias: coletivo de infraestrutura, de saúde, de educação, de gênero, de juventude... A identificação das pessoas muda de lugar, não está mais focalizada em uma atividade que foi obrigada a fazer pela força

de uma sociedade desigual e injusta, mas pelas habilidades que possui e coloca à disposição do conjunto do acampamento.

O que é importante para a gente, assim, é a identificação. Porque a gente chega e cria uma identidade, né? Eu sou [fulana], sou de tal setor e todo mundo tem. Não tem nenhum sem um cargo, nosso, dos setores. Tem uns que no caso, assumem o cargo do setor e isso é muito importante [...]. E o que a gente mais escuta aqui é isso *“ah lá fora eu estava doente dentro daquela empresa”* né? Porque está trabalhando só para você, só aquilo. Aqui nós temos bastante coisas para fazer! (SFM).

O SFM evidencia a identificação como um ponto forte. São as pessoas do acampamento que ao se reconhecer e se identificar com a luta, participam de formações e conseguem “tocar” o processo não só do seu acampamento, mas de outras instâncias.

E acho que esse ponto da identificação do sujeito dentro do processo é... porque as pessoas acham que é uma pessoa que sai de fora e vem ali e resolve todas as questões, e não. São as pessoas que estão ali, que nascem naquele lugar, que tocam os processos. Então, são essas pessoas que vão se reconhecendo, vão se identificando com a luta, vão para uma formação, retornam, contribuem. E a outra coisa, vão tocando sozinhos os processos. Elas nunca tinham participado do acampamento. Então isso é bem interessante, a partir do momento em que ela entra, ela observa aquele processo organizativo, se identifica com algo e, de repente, está contribuindo para toda... Ele não está só contribuindo com a família dele, ele deve estar preocupado com a terra, mas não é só com um grupo de 20 famílias e sim com grupo das quase 600 famílias do acampamento. E, de repente, ele sai dali vai fazer tarefas estaduais. Então isso é um processo que no começo eu falei: pode ser uma dificuldade, mesmo que seja bonito o processo, mas, tem dificuldade real, de repente, você consegue reverter em umas coisas bem fantástica nos processos (SFM).

Em relação à formação dos militantes

Outro desafio apontado pelo SFM, mais especificamente por seus dirigentes nacionais, refere-se à **necessidade de formação dos que compõem o setor**, pois o contexto da luta pela terra é bem mais complexo do que há 30 anos.

Um dos desafios hoje é a questão da formação. Da formação porquê [...] as pessoas que compõem o Setor de Frente de Massa, elas têm que ter um nível de preparação também que não é mais como há 30 anos atrás, né? Você tem que ter o domínio, digamos assim, minimamente que seja, de todo o processo, digamos assim, conjuntural que o Brasil, a América Latina está vivendo, do processo da luta de classes que nós temos hoje, né? Entender os

avanços e os desafios que o agronegócio nos coloca hoje, digamos assim. Porque há 30 anos o MST lidava com o latifúndio arcaico, né, atrasado, digamos assim. Hoje nós lidamos com o agronegócio, com o modelo complexo, atualizado, que é escravagista, mas é tido como “moderno” (SFM).

Para o SFM, o domínio dos temas que envolvem a conjuntura dos últimos períodos é um desafio e para isso é necessário a formação política e ideológica em todos os sentidos e para todos, desde quem vai fazer o trabalho de reconhecimento das áreas, o trabalho de base, de ocupação da área, de organização das famílias e de negociação com o Estado.

De acordo com o SFM, a qualidade da formação dos militantes do Setor está expressa na capacidade dos mesmos em implementar a organicidade do Movimento em um acampamento.

Alguns se formam, assim, nos cursos nossos de militância, e depois tem um pouco esse paradoxo, digamos “*ah, mas agora eu fiz um curso de dirigente então aonde que eu vou exercer a minha dirigência?*” [risos]. E a gente sempre fala: “*Se [...] o militante tiver a capacidade de implementar a organicidade do Movimento em um acampamento ele é um dirigente preparado, né?*” [...] porque a nossa engenharia da organicidade não é uma coisa muito fácil, não é todo mundo que tem o domínio disso, né? (SFM).

Contudo, na concepção do Setor, a formação é um desafio que não se restringe ao SFM, mas que abrange toda a organização e um dos temas que necessita ser abordado é sobre como trabalhar com o novo perfil de pessoas que estão compondo o Movimento em suas bases, que é uma outra dificuldade relatada pelo Setor e que será exposto a seguir.

Em relação ao novo perfil dos sem-terra

O SFM falou de um novo perfil dos sem-terra relacionado ao fato de que na atualidade ele é, majoritariamente, um trabalhador urbano e sua constituição enquanto sujeito é bastante diferente do camponês. As dificuldades e desafios em trabalhar com esse novo público se desdobram em uma série de dificuldades que se referem à dificuldade de produção, considerando que é um povo que quase não tem intimidade e habilidade com a terra; dificuldade de organização do acampamento a partir das mulheres; dificuldade em compreender e trabalhar com evangélicos neopentecostais e com o fundamentalismo religioso;

difficuldade em lidar com o uso das drogas ilícitas e de promover formação da militância.

- ***Dificuldade de produção***

O SFM relata que com o êxodo rural e o domínio do agronegócio no campo, que faz uso de muita tecnologia e produz com o mínimo de pessoas, as periferias das cidades tem aumentado cada vez mais ao passo que o campo tem ficado vazio de pessoas. Isso tem vários impactos sociais e também atinge o MST, pois se antes o sem-terra morava no campo e trabalhava com a terra como empregado nas fazendas ou mesmo em condições análogas à escravidão, atualmente, o sem-terra está concentrado nas periferias das cidades, trabalhando em subempregos, e em uma vida completamente diferente daquela do campo e, conseqüentemente, com uma subjetividade também muito diferente do camponês de outrora. Considerando, ainda, que o MST se construiu a partir dos camponeses da década de 70 e 80 e imerso no modo de vida daqueles camponeses, esse novo público traz diversos desafios para o Movimento.

É um desafio enorme para a Frente de Massa lidar com essa característica, né? [...] como é que você vai trabalhar a horta, como é que você vai trabalhar o pomar, como é que você vai trabalhar pequena produção com o cara que foi acostumado a fazer bico, a trabalhar na construção civil, a trabalhar no subemprego? Como é que é a cabeça desse sujeito? Porque, segundo as teorias filosóficas aí dos nossos pensadores clássicos, ela é muito motivada pelo espaço em que você vivencia, pelas relações sociais. E o camponês, ele tem essa relação muito direta com a terra, com a natureza, né? E esse público, não! Ele é outro sujeito. E o militante que vai fazer esse trabalho de base se ele é um camponês [...], formado na lógica do MST lá no seu início, ele tem que se abrir para entender esse outro universo, né? É essa questão da subjetividade, né? (SFM).

Nos últimos anos o MST tem feito alguns acampamentos urbanos ou mesmo próximo das cidades, mas, para o SFM são poucos os lugares que estão conseguindo uma boa organização. A dificuldade de organização e a pouca experiência do trabalhador urbano com a produção na terra, de acordo com o setor, tem resultado em assentamentos com grandes dificuldades de produzir e os que mais apresentam casos de abandono e venda de lote.

Os acampamentos nossos, urbanos que nós estamos vendo, olha, tem muita gente, mas são poucos lugares que estão dando resultado concreto de organização. Nós tentamos fazer

acampamento no [nome do estado], urbano e tal, que quando você vai para os assentamentos hoje são os que você tem mais dificuldades. [...] que esse público acaba não dando conta de produzir; um abandono mais fácil, vende mais fácil o lote (SFM).

O Movimento tem feito vários debates sobre essa questão e uma das reflexões é que para que o assentado consiga produzir, e de forma agroecológica, é necessário começar a prática produtiva desde o acampamento.

O assentamento é o momento alto, digamos, que você tem que ter a produção, as cooperativas, a comunidade organizada. E hoje nós estamos em um processo assim, que a gente também amadureceu a partir do debate da Reforma Agrária Popular, que os acampamentos, eles têm que atingir já esse nível de produção, do debate da agroecologia. Então nós temos que ter esse domínio aqui no acampamento. Não esperar passar por esse processo para chegar lá no assentamento (SFM).

O SFM compreende que inserir a produção agroecológica nos acampamentos não é uma tarefa que se restringe ao SFM, mas exige que o Setor tenha domínio também desse tema para que possa inseri-lo na organização do acampamento e na formação cotidiana do acampado, com o risco de quando assentado não consiga produzir e viver da terra.

Na entrevista realizada com o SFM do acampamento essa questão não se revelou preocupante para os militantes. Eles se apressaram para falar do choque cultural entre pessoas de diferentes estados e apenas mencionaram que quanto às pessoas “que vem da cidade” eles precisam ir “mostrando como é que faz”.

Dentro desse processo, no início, sempre tem um choque da questão cultural também. Tendo em vista que aqui, nessa região, a gente tem uma diversidade de pessoas. Então, nós temos aqui, tem gente que é do Estado do Paraná, gente do Estado do Mato Grosso, gente do Rio de Janeiro, gente que veio do Estado de São Paulo. Nós temos gente que veio do Paraguai (que vem de outro país). Então, talvez esse choque cultural das pessoas seja uma dificuldade também de adaptação, né? Porque aí, cada região tem sua cultura e tal. Mas também essa questão: aqui também existe essa questão do povo que já vem oriundo da roça, camponês; mas que também tem bastante essa questão desse pessoal que vem da cidade. Então, dentro da própria formação (que era feita no início), a gente tem que passar para eles quem já [...] quem tem essa questão da agricultura, né? Você ir organizando, passando, mostrando como é que faz, né? Então, é isso, o importante também do trabalho coletivo; também de você passar o conhecimento para outra pessoa (SFM).

Para o SFM do acampamento, a pouca ênfase nessa questão pode estar relacionada ao fato do acampamento estar em uma cidade do interior e, portanto, ser constituído, em sua maioria, por pessoas próximas à vida e costumes do

campo. Ou mesmo por, realmente, não ser um problema no atual momento do acampamento.

- ***Dificuldade de organização do acampamento a partir das mulheres***

Uma outra questão apontada pelo SFM é a dificuldade de ter lideranças femininas sendo que a presença da mulher é predominante no dia-a-dia do acampamento. O Setor aponta alguns elementos presentes nessa questão, entre eles a pouca confiança nas mulheres – inclusive em si mesma; a necessidade do homem de dar a palavra final; o fato dos homens pouco liberarem as mulheres para as atividades de militância e a pouca formação de lideranças femininas que deem conta de transmitir confiança.

Eu acho que na nossa Frente de Massa nós precisamos superar também um problema: como o mundo do trabalho está ficando muito difícil, e é muito mais fácil o masculino conseguir os pequenos bicos, o cara se vai, né? Até para cometer os pequenos crimes é mais fácil nesse mundo. E nos acampamentos ficam as mulheres. Mas a maior parte de nossos dirigentes dos acampamentos são homens. Então, o nosso setor está com essa dificuldade de trazer mulheres para serem lideranças no acampamento. Porque para enfrentar esse machismo [...] até porque as mulheres que ficam depois, acabam confiando só nos homens, nos militantes. Então, vão lá as mulheres [nas reuniões], mas dizem “*ah não, fulano tem que vir para falar*”. Então, nós temos que superar isso, tanto internamente no Movimento de formar lideranças femininas que dão conta mesmo de transmitir essa confiança e nas lideranças masculinas a saber a liberar as mulheres. Que muitas vezes estão aqui as mulheres, mas é ele que depois vai lá e quer dar a palavra final. Então, é esse desafio constante (SFM).

Segundo o SFM, o debate do patriarcado não é novo no MST, contudo, ainda há muita dificuldade para lidar com esse tema. “O patriarcado na Frente de Massa é muito forte! Eu fiquei impressionado com comentários na informalidade, assim, que nossa galera ainda solta lá na realidade. E é um tabu mexer nisso, né?” (SFM).

- ***Dificuldade com o fundamentalismo religioso***

O público urbano traz outro desafio para o MST que é compreender e trabalhar com os evangélicos neopentecostais e o “fundamentalismo religioso presente em todas as religiões” (SFM).

Lidar com esse público aí [das periferias urbanas] remete a uma outra questão, que a gente também tem dificuldade de lidar, que não é só nós, mas a esquerda de um modo geral, que é a influência das igrejas neopentecostais e o fundamentalismo religioso que está em todas as igrejas. Lidar com esse público, com essa característica, exige um desafio maior e ainda mais em se tratando desse conflito de natureza de classes, né? (SFM).

Trabalhar com o público das igrejas evangélicas neopentecostais é um grande desafio para o Movimento considerando que o MST surgiu a partir das CEBs e CPT, dois grupos da igreja católica ligados à Teologia da Libertação, tendo surgido desse leito grande parte de sua militância – que difere bastante no modo de viver a religião do fundamentalismo religioso que, atualmente, predomina nas periferias das cidades e está presente também na igreja católica.

- ***Dificuldade em lidar com o consumo de drogas ilícitas e comportamentos associados***

Outra dificuldade relatada pelo SFM com o público urbano também envolve questões que não estavam tão presentes entre os camponeses, como o uso de drogas ilícitas, e sobre as quais o movimento pouco problematizou em sua trajetória.

Eu vejo que nós estamos com dificuldade, [...] com muita dificuldade de ter esse militante preparado para atuar com esse público, com esse perfil mais urbano, vamos dizer assim, né? Porque é muito de coisa do Movimento também ver e muitos, principalmente os nossos antigos, veem muitos comportamentos com preconceito que esse público tem. Por exemplo, nós já tivemos acampamentos no [estado tal] desse tamanhinho, o acampamento na beira de usina de cana que [...] quase todo mundo era mulher e que o cálculo que as próprias pessoas ajudavam a fazer era que 40% era usuário de droga. As famílias, as mulheres, todo mundo usava porque ia para a cana, para o corte, era louco. Mas muitos do nosso povo têm esses [...] como preconceito. E nós estamos fazendo trabalho de base lá em [cidade tal] agora e estamos dizendo: “O tráfico é expulsão, mas o uso nós vamos ver como recupera”. Na tentativa de..., mas o público urbano é isso (SFM).

Além do uso de drogas, alguns também cometem pequenos furtos e isso é um desafio para a Frente de Massa, pois o Setor compreende a situação de extrema precariedade das pessoas que estão no acampamento.

Acampamento nosso de [estado tal], um público muito próximo de [cidade tal], boa parte ali que nós já conversamos é... alguns têm o modo de sobrevivência com pequenos furtos. Vai para o acampamento quer ficar lá, mas não tem trabalho. Vai para a

cidade, rouba o celular e vende e volta com 200, 300 contos. Esse é o modo de vida do cara. Mas como é que você vai lidar com isso? (SFM).

Então, esse é um desafio que está posto para a Frente de Massa, principalmente o conjunto do Movimento, mas é a Frente de Massa que lida na ponta com isso. Você fala “*lá dentro é proibido roubo*”, o cara não rouba. Aí o cara vai lá para fora, pratica pequeno furto para sobreviver e para se manter no acampamento. E para se manter, inclusive na luta. Então, esse é um desafio que está colocado para nós, que nós temos que preparar a militância para isso. E o desafio colocado ainda para o conjunto do Movimento (SFM).

A sociedade brasileira se urbanizou e se o Movimento quer trazer mais famílias para a luta, é lá na cidade! Então, você tem que ter esse militante preparado para isso. Então, nós temos que ter essa capacidade de dar esse salto de qualidade agora, de se aproximar do mundo urbano sem perder os nossos objetivos, sem perder os nossos princípios, mas saber lidar com esse público. Eu estou fazendo trabalho de base há quatro, cinco meses e não está fácil (SFM).

Há um dilema para o Movimento que até pouco anos adotava a expulsão para aqueles que usavam drogas ilícitas. O trabalho com o público urbano e o aparecimento de muitas pessoas usuárias de drogas ilícitas tem desafiado o Movimento a repensar suas práticas (principalmente a de exclusão) e a construir outras, mas ainda isso se apresenta com bastantes dificuldades por falta de militantes preparados para trabalhar com essa temática e outras do gênero.

O SFM do acampamento relatou que passaram um período difícil em relação às drogas.

Olha, nós já passamos um período difícil sobre essa questão. Tanto faz droga quanto bebida e coisa. Só que no processo, a gente vai revertendo, entendeu? A gente faz trabalho. Tem a juventude, tem o [fulano]. O [fulano] é um cara revolucionário nessa questão com a juventude que vem da sociedade, às vezes por questão de droga. No espaço [referindo-se ao acampamento] é proibido. Então, as famílias, na disciplina, têm a conscientização. Eles sabem que se forem pegos, o restante das famílias vai pedir para ir se retirando do espaço, né? Então, elas vão se conscientizando. E com o tempo, sai. Nós tivemos muitas pessoas aqui dentro, alcoólicos ou drogados, e aí vai revertendo. E a gente estuda. Sempre está levando essas pessoas para as atividades no Movimento para ver como é o mundo, ver que é diferente... um curso, uma coisa e outra. Então, tem bastante jovem que... A maioria inverte. A nossa questão agora, vamos falar assim, que para nós, tem mais de um ano e meio, perdemos jovens com drogas nos espaços do acampamento (SFM).

O SFM do acampamento relatou que fazem trabalho de base para “reverter” o uso das drogas. Esse trabalho de base consiste em conversar e fazer

as regras próprias da juventude serem cumpridas, quais sejam: ‘todo jovem acampado tem que estudar’ e ‘todo jovem tem que se inserir nas atividades da juventude’.

O jovem cai nas drogas, vai lá e apanha da polícia. Apanha, ou é preso, ou coisa parecida. Aqui nós tiramos o que é pego, leva uma conversa no trabalho de base. Tem que buscar a escola. Todo jovem que é acampado tem que estudar, tem que se inserir em atividades da juventude, em coisas assim, para reverter. Com trabalho de base ele se reverte. Tem casos que, é claro, vai levar tempo, né, mas... (SFM).

Ao serem perguntados sobre como é essa conversa, disseram que é uma conversa feita pelo grupo do Coletivo de Disciplina em um primeiro momento com a pessoa em questão. Caso não resolva, o Coletivo de Disciplina chama a família.

A Disciplina chama ele e fala “ó, *you sabe que tem família aqui, que vai prejudicar ela aqui*”. Elas ensinam o caminho e tenta reverter. Se não tem inversão dele, a gente vai para família: o pai e a mãe. Explica. Mas, claro que quando a gente chama ele a primeira vez, a mãe já está sabendo que a gente vai fazer uma conversa. Quem que é o pai ou a mãe que não gostaria que tivesse alguém que revertisse. E vai conversando, e vai mudando (SFM).

No caso do acampamento participante da pesquisa, se depois da conversa com a família e as novas tentativas que eles chamam de “reversão” não derem resultado e se as demais famílias do acampamento estiverem se sentido prejudicadas, a pessoa que está causando tal prejuízo deverá se retirar do acampamento. Esse mesmo procedimento foi encontrado em um assentamento com mais de 20 anos que foi visitado para essa mesma pesquisa. Lá também há aceitação do usuário desde que ele não prejudique a comunidade.

O SFM também relatou que há também situações em que eles buscam ajuda fora do acampamento, junto à amigos do Movimento, nos equipamentos públicos ou em entidades filantrópicas.

- ***Dificuldade com a formação de militantes de novo perfil***

Enfim, essa mudança do público dos acampamentos mudou porque a conjuntura mudou. Os trabalhadores sem-terra agora estão nas periferias mais precárias e já com uma racionalidade diferente daquela do camponês e resta ao

Movimento trabalhar com esse povo e dele extrair os militantes e dirigentes que darão continuidade à luta.

A conjuntura está mudando, o público mudou, o capital avançou. [...] nós estamos enfrentando não é o agronegócio, que se diz moderno, nós estamos enfrentando o que há de mais moderno no campo, no mundo do capital, na produção no campo [...]. Então, isso é um desafio enorme para você pegar um público aqui da cidade que é periferia da periferia, né? Em alguns acampamentos nós temos que estar dando comida. O acampamento [tal] tem que dar comida para as 200 famílias todo dia. A igreja ajudando porque o povo não tem nada para comer. Você pega esse público para dar comida, para ajudar a formar e depois você quer que ele seja um militante, um dirigente. Que é isso que nós queremos. Então esse é um desafio que está colocado e que essencialmente a Frente de Massa está ali na ponta, né? É o conjunto do Movimento, mas é a Frente de Massa que está ali e tem que ter esse militante aí (SFM).

Com esse novo público há a dificuldade por parte do Movimento de fazer a formação e consequentemente de preparar militantes para a Frente de Massa. O SFM relata que o camponês entendia com certa facilidade a luta de classe e que o trabalhador urbano possui uma lógica que não favorece esse entendimento.

Eu não participei do Movimento na Frente de Massa dos últimos tempos, mas lá no meu Estado nós não demos conta nos últimos 10 anos de preparar militantes para a Frente de Massa. Assim, é uma dificuldade tanta, e são tantos elementos que você acaba... Quem você consegue colocar, ele não dá conta de desenvolver (SFM).

O público que nós estamos trazendo, por mais que ele é urbano, ele é um público que parece ter mais dificuldade de participar de formação, de compreender; de você mudar a lógica de pensamento. O camponês tinha uma lógica de pensar que quando o Movimento chegava com a proposta era mais fácil ele compreender a luta de classes. Esse público urbano é mais difícil de compreender (SFM).

Agora, eu percebo que, se as classes não estão erradas, esse público urbano tem mais potencial de desenvolvimento de luta revolucionária. Porque ele já conhece o mundo do trabalho, tem mais habilidade com um monte de coisa. Então, [...] tem essa questão que nós estamos precisando entender de como é que nós damos o salto de qualidade na formação dos nossos militantes para fazer a formação do trabalho de base, para organizar o acampamento, para fazer essas coisas de você evoluir um pouco (SFM).

Conforme a fala acima, para os objetivos do MST de transformação da sociedade, o público urbano é o que apresenta maior potencial revolucionário. Nesse sentido, a aproximação do MST com o trabalhador urbano, forçado pelo avanço do capital no campo, abre uma nova perspectiva de atuação para o

Movimento com novos desafios e dificuldades que exigem, inclusive, um novo reposicionamento de militantes mais experientes, pois se antes os quadros que se despontavam no SFM eram logo encaminhados para contribuir em outros setores, no atual momento, o setor está apontando a necessidade de que quadros do Movimento retornem ao SFM.

Cada vez mais os dirigentes de Frente de Massa têm que ser quadros. Não pode ser mais só um simples militante como normalmente há uns 10 anos atrás... começou a surgir, vai para a Frente de Massa! E os quadros iam para a produção, para a educação. Foi isso que o Movimento foi... A Frente de Massa era sugada pelos demais setores, né? [...] e hoje o processo inverteu, os quadros tem que voltar para a Frente de Massa ou nós temos que formar outros quadros com essas características (SFM).

Em relação à saúde mental dos militantes

O SFM relata que historicamente os militantes do MST sempre tiveram muitos problemas em relação à saúde física e psicológica, mas que é na Frente de Massa que esses problemas mais aparecem.

Do que eu percebo, assim, ó, historicamente na vida do MST, nós sempre tivemos muitos problemas, assim, na questão da saúde física, emocional ou psicológica da militância, né? [...] mas na Frente de Massa, eu acho que é onde a gente tem mais problemas, principalmente no campo da Psicologia (SFM).

Porque é a militância que... toda militância nossa lida com muitos conflitos, mas o conflito mesmo, lá na ponta, assim, é muito pesado para a militância da Frente de Massa. Então, essa coisa do não ter horário, de viajar pra caramba, dorme pouco, se alimenta mal, consome álcool pra caramba. É o que mais está em perigo. É o que mais está em risco. Risco todo dia. É aonde mais nós perdemos militantes é na Frente de Massa [referindo-se à morte]. Então, digamos assim, nessa parte sentimental, emocional, eu acho que é onde a militância mais sofre é na Frente de Massa, né? Síndrome do pânico, a gente tem muita! [...] Militância do alto escalão da direção da Frente de Massa convive muito com isso. [...] Altíssimo nível de alcoolismo é na Frente de Massa, a maioria (SFM).

Um dos componentes do SFM diz que esse não é um assunto muito abordado entre eles e faz associação do tema com o esmaecimento da espiritualidade original do Movimento. Relata que a espiritualidade na perspectiva da Teologia da Libertação que esteve no começo da formação do MST, que unia fé e política, materialidade e subjetividade, e que impulsionou a Mística dentro do Movimento, foi se perdendo e hoje quase não está mais

presente. Fala da inserção do ateísmo, da negação da espiritualidade e da ruptura, bastante sofrida, com um jeito de ser militante.

Essa dimensão aí da espiritualidade, né. Nossa militância, eu sou origem disso, já que sou dos mais velhos [risos], um cara muito forte de influência da Teologia da Libertação que unia esse elemento de fé e política e trabalhava muito essa dimensão de um marxismo... elemento do material, mas combinado com o elemento do subjetivo, né? Por isso da Mística. A Mística do MST foi um elemento incorporado no MST com muita força, a partir da Teologia da Libertação. E então, aqueles cantos, aquela... o próprio método nosso de ser litúrgico no jeito de conduzir uma reunião, no jeito de fazer... mas, do outro lado, a formação de uma militância muito preocupada em cuidar um do outro, né... E isso foi sendo construído não por nós, mas no desenvolvimento das lutas que foram se dando. Não se fala mais em Teologia da Libertação, não se fala mais em fé e política. Então, esse elemento da espiritualidade que muitas vezes é negado pelo nosso... eu lembro quando surgiu a Escola Nacional de Caçador que tinha uma desconstrução justamente por conta de a gente sair um pouco daquela herança de vir da igreja e não conseguir descolar muito e tal. Tem uma ruptura ali. Foi quase de arrancar a alma de muita gente. Muita gente entrou em crise quando ia fazer esses cursos, né? O ateísmo era muito forte. Então, a impressão de fortaleza que muitas pessoas colocam, né? Mas por dentro elas estão... então, esse elemento da espiritualidade que eu não sei como é que isso trata também do ponto de vista científico na psicologia. Não é religião, é outra coisa que eu estou falando (SFM).

Outra questão que foi levantada pelos participantes do SFM que impacta na saúde dos militantes diz respeito à forma como se compreende e lida com as questões da coletividade e da individualidade.

Eu queria falar desse elemento do sujeito coletivo e individual, sabe. Isso também não é uma questão só da militância da Frente de Massa, é da militância em geral. Porque é assim, isso também é parte da formação também da nossa organização e tal. Você está para a luta coletiva integralmente. Você está para o coletivo integralmente. Sexta-feira da Paixão, [...] dia de Natal. Você está grávida, está amamentado, está [...] o cara quebrou a perna e está ali e está com a muleta, mas não deixa de ir ali na reunião. É aquele... é a viagem, e tal. É o compromisso e etc. E é não sei o que. Assim, a gente, posso falar a gente porque eu também me incluo nesse contexto da militância, né? Você ali, sabe? O indivíduo ali, ele some. Então, eu acho que isso vai até um período e depois começa a turma a entrar em crise (SFM).

“Deixa de ser individualista”. Às vezes a gente escuta isso. “Tem que ser coletivo”. “Não, mas tem a festa de 02 anos da minha filha no dia tal”. “Que que isso, rapaz. Deixa de ser egoísta”. “Deixa de ser individualista”. “Só pensa em você, na sua família”. “O coletivo está decidindo” (SFM).

É. A gente lida muito com essa crise da individualidade com coletivo, né? Que momento que você prioriza um... que momento

que a organização reconhece que você precisa ter a sua individualidade? (SFM).

Os participantes da pesquisa falaram que já houve avanço, mas que ainda tem bastante gente que sofre com isso, principalmente o militante da Frente de Massa.

O militante da Frente de Massa é o que mais sofre. Porque quem está dentro do acampamento não tem individualidade. Porque a vida dele ali é... Deu um problema lá com o cachorro, está ali. Deu um problema de família, tudo é ali. Tudo estoura na militância que está dentro do acampamento. [...] Por isso tem poucos casais na militância da Frente de Massa. [...] estoura. [...] não tem quem aguentar. Não dá conta. Logo estoura (SFM).

Exercício de síntese

As dificuldades, necessidades e desafios apresentados pelo SFM foram agrupadas em 7 (sete) grandes eixos:

1. Dificuldades em relação à criminalização da luta pela terra.
2. Dificuldades em relação à resistência na luta e permanência no acampamento.
3. Dificuldades em relação à violência.
4. Dificuldades e necessidades em relação ao trabalho coletivo.
5. Necessidades em relação à formação dos militantes.
6. Dificuldades em relação ao novo perfil dos sem-terra.
7. Dificuldades em relação à saúde mental dos militantes.

Dificuldades em relação à criminalização da luta pela terra

- Dificuldade de levar as famílias para o acampamento devido ao preconceito daquelas que conhecem o MST, basicamente, pela mídia.
- Os acampados sob constante difamação, discriminação e ataques de toda ordem e isso impacta na resistência das famílias para permanecerem acampadas.

Dificuldades em relação à resistência na luta e permanência no acampamento

- Em geral, os acampamentos dispõem de poucas estruturas que tornam a vida no local bastante exigente.
- Dificuldades econômicas para se manter acampado.
- Dificuldade em trabalhar com as famílias, mantendo o ânimo e a esperança, quando o poder judiciário é moroso demais. A espera e a privação abalam “o psicológico” (SFM) e enfraquece a resistência.
- Dificuldade de acesso ao serviço público de saúde, pois, em geral, as prefeituras não providenciam atendimento nos acampamentos.
- O povo dos acampamentos está com medo e desânimo com o governo Bolsonaro. O desafio do Movimento é repassar para as famílias recém-chegadas a resistência aprendida ao longo da história do MST e a de receber e trabalhar com as famílias que chegarão no acampamento futuramente à procura de condições melhores de vida.

Dificuldades em relação à violência

- O setor não relatou ter problemas de violência, mas em seus discursos foi possível apreender que:
 - o Há problemas de violência doméstica e esses, por vezes, são resolvidos com tarefas comunitárias. Há a ideia de o que o agressor precisa é de calma e que o serviço comunitário é bom para isso e para fazer pensar.
 - o A agressão física gera expulsão do acampamento e não a denúncia.

Dificuldades e necessidades em relação ao trabalho coletivo

- Há dificuldades de participação que se manifestam em diferentes situações:
 - o No começo da vida no acampamento há dificuldades das pessoas se expressarem, se posicionarem no coletivo, nas reuniões, seja porque estão em uma situação de muita precariedade, porque não estão acostumados ao trabalho coletivo e/ou porque não são alfabetizados e se julgam incapazes para contribuir.
 - o Há também a dificuldade de participar de forma a contribuir com o processo coletivo.

- Dificuldade em fazer com que as pessoas compreendam a necessidade do trabalho coletivo.
- Necessidade de ter pessoas que desde o início impulsionem a construção do trabalho coletivo.

Necessidades em relação à formação dos militantes

- Necessidade de formação dos militantes do Setor e do Movimento, como um todo, sobre
 - o a conjuntura dos últimos anos na América Latina e
 - o o novo perfil das pessoas que estão compondo o Movimento.

Dificuldades em relação ao novo perfil dos sem-terra

- A dificuldade em trabalhar com o novo perfil do sem-terra que é, majoritariamente, urbano e muito diferente do camponês se desmembra em uma série de dificuldades:
 - o o sem-terra urbano, acostumado ao subemprego, aos “bicos”, tem dificuldade de engajamento na atividade agrícola;
 - o pouca formação de lideranças femininas e dificuldade de organização do acampamento a partir das mulheres;
 - o dificuldade em lidar com o tema do patriarcado;
 - o dificuldade de compreender e trabalhar com o fundamentalismo religioso,
 - o dificuldade em lidar com o uso de drogas ilícitas e os comportamentos associados a essa prática e
 - o dificuldade em ter militante com formação para atuar com o novo público sem-terra.

- Dificuldades em relação à saúde mental dos militantes

- A vida do militante do Setor tem características de: não ter horários definidos, viajar muito, dormir pouco, alimentar-se mal e consumir muito álcool.
- A Frente de Massa é o setor em que os militantes mais têm problemas com Síndrome do Pânico e consumo elevado de álcool.
- Dificuldades em lidar com as questões da coletividade x individualidade geram conflitos e sofrimentos.

5.2.2. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente

“Os assentamentos têm muita dificuldade, tem muito problema... É claro. É gente, meu povo!”⁴⁸

Elementos para uma contextualização e caracterização do Setor de Produção

De acordo com os participantes da pesquisa, o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, que é chamado, abreviadamente, de Setor de Produção (SP), teve início quando surgiu o MST e, inicialmente, ele “não era um dos setores mais exigentes, até porque a gente tinha como objetivo inicial conquistar a terra. Depois que virasse assentamento não tinha muito claro o que queria fazer, né” (SP). A partir de 1985-1986, com o início de vários assentamentos foram surgindo as necessidades relacionadas à produção.

Que jeito é que ia produzir, como era que ia ser organizada essa produção; iam comercializar para onde, como é que é? Então, várias necessidades surgiram logo no início dos primeiros assentamentos, que então, a gente que fazia a ocupação não tinha [...] não sabia o que fazer com essas questões (SP).

Esses questionamentos deram origem à primeira forma organizativa desse setor chamada de *Comissão dos Assentados*, que funcionava como uma coordenação estadual dos assentados (SP).

A Comissão dos Assentados, conforme o SP, impulsionou diversas discussões sobre o projeto de agricultura para o campo no Brasil, pois a luta era por Reforma Agrária e não por uma política de assentamento. Nesse sentido, era necessário projetar o que seria esse novo campo que estava surgindo a partir da luta do Movimento e era importante que fosse diferente dos territórios camponeses tradicionais. Para subsidiar esse novo foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que tinha uma ênfase muito forte na temática da cooperação (SP).

O MST, de acordo com o SP, vai em busca das experiências de sistema de cooperação no mundo e organiza uma das elaborações mais consistentes na

⁴⁸ Citação do Setor de Produção.

América Latina sobre cooperação agrícola e implementa as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) – na qual todos os meios de produção, inclusive a terra, são coletivos – organiza associações, desenvolve a comercialização de produtos e cria algumas pequenas agroindústrias.

O assentado chegava na terra praticamente abandonada porque era o latifúndio improdutivo, de fato. Não era nem terra virada, era, na grande maioria, pastagem. [...] e completamente espoliado né [referindo-se às condições do assentado]. Os nossos acampamentos ainda hoje são, mas na época era isso, era sem condições nenhuma! O assentado, a família acampada chegava com a roupa do corpo. Então, como é que você vai construir as condições? A cooperação era essa linha principal. E é óbvio, sem idealismo, que era necessário a política pública. E aí vem, principalmente, o crédito (SP).

A luta por crédito resultou na criação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)⁴⁹ em 1985 e que foi substituído pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1999⁵⁰. O contexto da mudança dos programas de créditos e o forte ataque da mídia às cooperativas do Movimento provocou uma ampla discussão sobre a produção nos assentamentos, sobre o modelo agrícola a ser adotado, as questões ambientais, o avanço do agronegócio, a agroecologia, como seria o novo modelo de assentamento, entre outros temas. Enfim, não se tratava mais só de cooperação e todas essas discussões e reflexões culminaram na criação do Setor de Produção (SP).

A partir disso, a gente incorpora que não é só cooperativa, não é sua comercialização, mas outras coisas que entram dentro como o jeito de produzir, como produzir, como é que nós vamos, então, nos preparar para enfrentar o modelo que cada vez mais avançava o agronegócio no campo. Então surgiam outros desafios e aí a gente criou, organizou de fato, a partir disso, o *Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente*. Porque ele teria essa abrangência maior (SP).

Atualmente, o SP se organiza desde os acampamentos e os assentamentos até a instância nacional. No acampamento discutem a agroecologia, a cooperação, as necessidades concretas do acampamento e já começam a produção, quando o território onde estão acampados é propício. No

⁴⁹ O PROCERA foi gestado pelo INCRA e teve como objetivo oferecer recursos financeiros para os assentados da reforma agrária iniciarem o processo produtivo.

⁵⁰ Uma análise sobre a substituição do PROCERA pelo PRONAF pode ser obtida em ALMEIDA (2000).

assentamento, o SP assume formas variadas conforme o local. Em alguns pode ser a forma de cooperativa e em outros pode ser a forma de associação e há locais em que pode estar articulado com o Setor de Gênero, tudo depende das condições concretas, incluindo as políticas públicas, de cada local (SP).

Como o SP se articula desde o acampamento até a instância nacional, as tarefas do setor dependem das condições concretas de cada local e envolve uma série de atividades relacionadas à produção (SP).

Então, a tarefa do setor de produção é, dentro das condições historicamente construídas e que tem ali naquele território. É construir o debate das linhas do Setor de Produção... então, em alguns estados temos Setor de Produção, ele atua com assistência técnica, então, vai estar coordenando equipes de assistência técnica, dando as linhas políticas da equipe da assistência técnica. Vai estar orientando o crédito... então, quais são as linhas produtivas que dialogam com a linha do Movimento que devem orientar o acesso ao crédito? A infraestrutura... então, como é que nós vamos discutir a estrada, acesso à água, acesso à luz, à moradia? Essas condições de infraestrutura, como é que o Setor de Produção está responsável por isso também, né? Tem que dialogar sobre isso. E até mesmo a formação. Então, em que e como é que nós vamos criar as condições para que a cooperação não dependa de uma cooperativa, não dependa de uma agroindústria? Que na realidade ela seja um princípio da vida material e subjetiva das famílias assentadas (SP).

Essas tarefas e a forma de organização do setor, de acordo com o SP, acompanham as linhas políticas do Movimento e vai se modificando conforme as necessidades de cada local, conforme as próprias mudanças do Movimento e da conjuntura social e política que afetam os assentamentos.

Por exemplo, quando a gente debatia esse processo da reforma agrária clássica, tem uma visão do Setor de Produção, do seu jeito de se organizar. Quando o Movimento passa a debater e elaborar, implementar ou resgatar o que estava implementando como Reforma Agrária Popular, aí também clareia qual é o papel do Setor (SP).

Por exemplo, qual a função social da terra conquistada? Por isso que eu conquistei assentamento ou eu estou disputando essa terra, esse território, estou acampado, qual é a função dela? Então, aí a gente [...] já vem rápido: a função da terra conquistada é produzir alimento saudável! É claro que eu já tenho que começar, iniciar, debater, ir estudando e aprofundando o que que é agroecologia. E a gente não pode dizer que vai produzir alimentos saudáveis se a gente não discute o que é agroecologia! Mas também discute como é que esse alimento vai chegar até a população. Que aí a gente discute as feiras, aí a gente discute também o comércio, o mercado

institucional, o PAA⁵¹, o PNAE⁵², sabe? Então a gente começa a discutir também agroindustrialização dos produtos, né, as agroindústrias. Como é que é esse trabalho que vai desde as pequenas agroindústrias. E também as várias formas de cooperação que, conforme seja a região do país, ela funciona. Por exemplo, se no Sul funciona muito bem as cooperativas, no Nordeste, cooperativa não funciona. Assim, não massificada! Por exemplo, no Ceará nós temos cooperativas que desde que foi criada nos anos 90 funciona até hoje. Mas não são cooperativas com uma única linha de produção. São cooperativas que coordenam desde a terra, até o processo de comercialização, ali dentro de tudo isso. E com uma produção diversificada. A cooperativa não tem uma única linha de produção. Por exemplo, o caso da COOPAGUIA, a cooperativa lá da Santana em Monsenhor Tabosa, a COOPAGLAM. Elas são cooperativas que elas têm um processo bem diversificado disso. Até porque as terras lá também são coletivas. Nos assentamentos no Ceará, nós temos cerca de 90% dos assentamentos com terra coletiva, que são outros detalhes que tem lá. Mas em muitas regiões funciona muito a associação. Então, muitas vezes, é o próprio Governo, o próprio Estado que orienta e as coisas só chegam. Então, o Setor de Produção tem que trazer isso também como uma forma de cooperação, e começar a trabalhar como é que vai ser a gestão disso, como é que vai ser a orientação. Por isso que assistência técnica, ela é mais do que o técnico que vai para o campo. Por exemplo, a assistência técnica nossa, ela é uma equipe multidisciplinar. Precisamos ter todo tipo de técnicos lá dentro. Desde o social ao produtivo, mas os vários tipos. Um dos exemplos [...] há uns anos atrás eu estava na região de Canindé com uma seca de seis anos. Seis anos de seca e nós vamos trabalhar um processo de assistência técnica. De repente, a gente chega no assentamento – trabalhando como Setor, como organização da produção, como assistência técnica – e descobrimos que a maioria das mulheres estavam tomando remédio controlado, que as mulheres estavam tendo depressões fortíssimas. E aí a gente vai perceber como a responsabilidade da comida para dentro de casa, da alimentação, de como conviver naquele território, cai muito sobre as mulheres, então, elas se preocupam muito! E entra no processo de depressão em função da seca, em função da necessidade da água, da necessidade de um monte de coisa, que obriga as mulheres a terem uma necessidade, responsabilidade maior. Então, como é que um técnico agrícola ou um agrônomo vai perceber isso, na família, se ele não tiver a atuação social como assistência técnica? Então, a nossa formação, ela vai ter de capacitar os assentados [...], mas nós trabalhamos os alunos, os técnicos que saem da Universidade, das Escolas Técnicas e vamos também formar e capacitar esses técnicos para a agricultura que a gente quer, para o modelo de produção que a gente quer. Então, a gente pensa desde os cursos pelo PRONERA, os cursos formais e informais, como também a própria capacitação dos técnicos que a gente contrata para trabalhar nos assentamentos, que linhas políticas a gente vai dar e como vamos trabalhar sobre isso (SP).

Por exemplo, a gente pegando agora atualmente nos acampamentos – que a maioria dos acampamentos estão dentro das áreas [que estão reivindicando a desapropriação]; [...] é uma

⁵¹ Programa de Aquisição de Alimentos.

⁵² Programa Nacional de Alimentação Escolar.

necessidade atual do Setor, a gente iniciar um processo de organização do próprio acampamento. Coisa que a gente só fazia quando chegava no assentamento, agora a gente é obrigada a discutir como é que vai ser as próprias moradias dentro do acampamento, como é que vai ser, já, o início da produção ali dentro. Na região Nordeste, na Amazônica, nós trabalhamos muito os '*Quintais produtivos*'. Como é que a gente avança a partir dali, como é que envolve as mulheres, como é que envolve os jovens e tal nesse processo como um todo, dessas condições. Quer dizer, a gente hoje, dentro do Movimento, o Setor de Produção tem muito a ver com a materialidade da Reforma Agrária Popular. Quer dizer, trazer exemplo que a Reforma Agrária Popular, ela já está acontecendo desde ali, do nosso território de assentamento, o território ali, da luta, como também o território mais amplo com os outros camponeses que estão no entorno e até chegar às cidades mais locais. Nós não temos nem a noção de quantas feiras a gente tem hoje. Os meninos chegaram com a discussão hoje que tinha 742 feiras do Movimento. Eu sei que tem mais do que isso. Porque tem feira que está acontecendo que a gente nem sabe que está acontecendo. Um assentamento faz mais de uma feira. Então, é um processo que foi criado. Quer dizer, à medida que entra em decadência uma política pública como o PAA, então, os trabalhadores já tinham uma produção organizada, vão buscar formas de comercializar. E uma das formas é entrar para as feiras. Então, a nossa tarefa... quer dizer, à medida que o Movimento vai avançando, que a conjuntura vai se modificando, a gente também vai se atualizando como Setor (SP).

A seguir, serão apresentadas as dificuldades, as necessidades e os desafios vivenciados pelo SP, na perspectiva dos participantes da pesquisa. O material foi organizado em 5 (cinco) eixos, conforme relacionado abaixo.

Dificuldades, necessidades e desafios em relação:

- às políticas públicas,
- às formas organizativas no Centro-Oeste e Amazônia,
- ao novo perfil dos sem-terras,
- ao trabalho coletivo e
- às relações humanas.

Dificuldades, necessidades e desafios vivenciados pelo Setor de Produção

Em relação às políticas públicas

O SP afirma que os principais desafios da atualidade estão relacionados à inexistência de políticas públicas.

À medida que o capital avança no campo através do agronegócio e que vai puxando o Estado para garantir infraestruturas maiores para o agronegócio, ele vai tirando o Estado do papel de fornecer políticas públicas para os trabalhadores rurais, os camponeses. E eles asseguram até isso para quem está agregado a uma empresa; que não é o nosso caso. Nossos assentamentos, na grande maioria, não estão, como é que eu quero dizer, agregados diretamente a uma empresa. Então, nós temos uma dificuldade hoje grande que é a dificuldade das políticas públicas. Por exemplo, não tem mais crédito. Assim, até que tem crédito no banco, mas, assim, como é que eu acesso crédito se não tem técnico para elaborar os projetos? Se não tem um conjunto de outras coisas para garantir, para acompanhar sobre isso? E essa dificuldade, então, de ter o crédito, de ter informação também, é muito [...]. Tem essa dificuldade do acesso ao crédito vinculado também ao fato de que hoje, não temos mais assistência técnica fornecida pelo INCRA, e tal. Então, não tem assistência técnica, não tem garantia sobre isso. Também as políticas de aquisição de alimentos elas estão indo [...] todas se acabando. Inclusive nós tivemos agora uma reunião na Casa Civil e é triste de ver, o cara não conhece nem o que é! Quer dizer, o Secretário do Ministro não sabe o que é PAA. Não sabe o que é agroecologia, nem sabe e nem se prepara para receber uma comissão grande de todo o Brasil que ia lá para discutir essa história dentro do PAA. Então, assim, é triste ver a que ponto nós chegamos hoje, de um governo dentro de um golpe, que não tem compromisso com a Reforma Agrária, com a agricultura sobre isso. Então, é um dos desafios nossos, essa história das políticas públicas voltadas para o fortalecimento dos assentamentos, quer dizer, da comercialização, da assistência técnica, da própria infraestrutura, por exemplo, não tem mais recursos para fazer as casas. Vai surgindo aqui, bota para acolá. Fomos parar na Caixa Econômica e a burocracia impede que a gente ande, que então, tem um *déficit* hoje de muitas casas faltando nos assentamentos. E não ter esse acesso das políticas públicas, esse é um dos nossos desafios (SP).

De acordo com o SP, essas perdas nas políticas públicas estão acontecendo desde o fim do primeiro governo Dilma quando começou a ocorrer os cortes orçamentários. Mas, de modo geral, de acordo com o SP, o Estado brasileiro nunca construiu políticas para o campesinato, sempre construiu políticas para a elite agrária brasileira e quando o campesinato desenvolveu uma capacidade organizativa para pressionar o Estado brasileiro para iniciar alguma política agrária, houve o golpe de 1964. Mesmo a assistência técnica, construída para atender o campesinato, não era construída em diálogo com este, “era uma forma de difusão e/ou subordinação do campesinato a uma lógica” externa a ele (SP).

A falta de políticas públicas para os assentamentos não inviabiliza só a produção, inviabiliza a vida nesses locais e, comumente, as pessoas que permanecem o fazem por muita determinação. Sem falar que para desenvolver “toda uma agricultura camponesa em outra perspectiva, de cooperação, de

agroecologia, precisa ter investimento do Estado” e não crédito vinculado a banco (SP).

Eles (referindo-se aos assentados do local onde foi realizada a entrevista com o SP) tiveram uma coisa assim de sete mil reais para comprar um material básico para construir a casa que nem para isso deu. Sete mil reais naquela época, há dez, onze anos atrás, vale bem mais que hoje, mas mesmo assim não deu para comprar o material básico que seria tijolo, laje e telhado. E de produção eles não tiveram praticamente ajuda nenhuma, eles foram com o próprio suor mesmo, a cara e a coragem e a dificuldade até hoje, né? Você viu ali na reunião da cooperativa a dificuldade que eles têm. Foram feitos alguns poços artesianos, mas apenas para uso residencial da água, acho que é a média de 1 poço para cada 33 famílias. Eles usam alguma coisa para irrigar, verdura né, para poder ganhar um pouco também, né? Tem aquele projeto de captação de água de chuva que eles fazem uso também (SP).

Se você andar por aí você vai ver muito lote que não está produzindo nada. Quando eu cheguei aqui a primeira vez eu me indignei com isso, inclusive numa reunião de produção, eu nem era da direção ainda, eu fiz a pergunta para eles: *“Porque que depois de fazer uma luta tão grande para conseguir uma terra eles deixavam a terra aqui abandonada para trabalhar na cidade?”*. A resposta que eu tive? Foi falta da água, falta de recursos. Na época não acreditei muito que fosse isso, mas agora convivendo com eles, sentindo na pele as mesmas dificuldades que eles têm, eu vejo que, realmente, que não é fácil sem ajuda nenhuma dos órgãos públicos. Você vê a situação das nossas estradas, nem isso a prefeitura faz para nós. A estrada está totalmente abandonada arrebitando os carros, ônibus escolar passando nessa buraqueira aí, a gente não tem ajuda nenhuma da prefeitura e nem de recurso do governo. Você viu o pessoal ali reclamando que não tem como comprar uma bandeja de muda para plantar e quando planta nesse calorão, queima as mudas, perde tudo, cooperativa praticamente falida não tem capital de giro (SP).

Outro ponto em relação às políticas públicas que tem causado bastante preocupação no Movimento como um todo, de acordo com o SP, é o definhamento do PRONERA e a consequente inviabilização dos cursos de formação, principalmente, os cursos de nível médio de técnico agrícola. O PRONERA é um importante programa que possibilitou a elevação escolar do campesinato e proporcionou a qualificação de muitos técnicos agrícolas entre os assentados. Esse programa vem sofrendo cortes consideráveis desde 2016 e, praticamente, inexistente no governo Bolsonaro (DUPRAT, 2019).

De acordo com o SP, o acesso às políticas públicas é um pouco melhor no Sul e parte do Sudeste do país. No Nordeste tem algumas políticas muito específicas, que são mais vinculadas ao processo de convivência com o semiárido; e outras de agroindústria e de fomento. Contudo, a região Amazônica

e Centro-Oeste do país, praticamente não acessaram as políticas públicas de comercialização, de assistência técnica, de moradia, etc.

A maior dificuldade de acesso às políticas públicas na região Amazônica e no Centro-Oeste, na avaliação do SP, ocorre porque esses são os territórios no qual o processo do agronegócio e da mineração são mais fortes e onde o Estado tem uma presença mais frágil.

Não se tem as estruturas de Estado que dinamizam essa política pública, e o próprio esforço do Movimento, nessa região, é mais recente no grosso dele. Ele esteve muito voltado para a conquista da terra, e o nosso acúmulo interno, enquanto organização, também foi mais lento nesse sentido das formas (SP).

O SP no trecho acima se refere às formas de organização que dizem respeito, principalmente, às cooperativas e associações, que são formas que tiveram êxito nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste e enfrentam dificuldades no Centro-Oeste e Amazônia. Como esse tema, apesar de possuir relações com as políticas públicas, tem suas especificidades, será abordado no próximo subitem.

Em relação às formas organizativas no Centro-oeste e na Amazônia

O SP explica que nos assentamentos existem, basicamente, duas formas organizativas do Setor, as cooperativas e as associações, mas há várias outras formas de cooperação que vão desde o mutirão, os grupos de produção, os grupos de mulheres, os núcleos de produção e tantos outros nomes de grupos que se organizam para produzir.

De acordo com SP, a cooperação para o camponês, de modo geral, é movida pela necessidade, não é “que eu quero criar uma cooperativa porque é bonito, as pessoas têm que sentir a necessidade de que precisa de um processo de cooperação” (SP). Contudo, conforme o SP, para acessar o crédito de organismos nacionais e internacionais, em geral, exigia-se a existência formal de uma associação e por este motivo várias foram criadas. Nesse caso, não era, propriamente, uma necessidade da produção, mas uma imposição de fora. Atualmente, há também a imposição de se ter cooperativa para poder comercializar.

No Movimento, segundo o SP, a associação e/ou cooperativa tem outras finalidades que vão além destas exigências burocráticas para acesso a créditos

e permissão de comercialização. Por esse motivo, ao chegar no assentamento que está com essa necessidade de criar uma associação (ou cooperativa), o Movimento faz um processo formativo que aborda diversos outros temas que estão implicados no processo.

O Movimento, ao chegar nos assentamentos, e ter a necessidade de criar uma associação, a gente precisa trabalhar todo um processo de formação do que que é associação. A gente redimensiona. É tanto que tem um instrumento chamado estatuto, mas ele não dá conta. E a gente cria os regimentos internos, porque ali, você bota todas as normas que você quer vincular: a terra, a produção, a organização interna, tudo dentro do regimento interno que termina tendo mais valor do que o estatuto da associação. O estatuto é para registrar no cartório, mas, o que vai normatizar todo o processo é uma coisa chamada regimento interno. Que ele é discutido em função desse processo, assim. São coisas bem diferentes, assim, da forma como a gente avança no processo (SP).

Ocorre também que nem todos os assentamentos possuem grupos formalizados de produção. Há assentamentos que possuem pequenos grupos produtivos ou mesmo apenas grupos para comercialização.

Mas ambos são processos de cooperação e tem que ser visto como isso. Ambos são 'cooperação agrícola'. Desde aqueles que são formais – que são os que são registrados no cartório ou na receita – ou aqueles processos que são informais, que a gente chama aqui um grupo de cinco mulheres, que resolvemos, então todo mundo tem quintal produtivo, estão criando galinha caipira, e, tudo mais, não tem como vender esses ovos, *“então, agora vamos criar um grupo e vamos nos organizar e ir para a feira esse grupo”*. Não é cada mulher vai, não. Um dia vai uma para a feira vender esses ovos, outro dia vai outra. Aí, então, todo mundo leva. É legal isso também, né? Tem grupos de mulheres que não produzem juntas, mas que comercializam juntas. E aí, toda feira que tem toda semana, vai uma mulher levando a produção das outras. Aí na outra, já é a outra que vai. O bom é que elas aprendem também o custo desse processo da gestão, né? (SP).

E há assentamentos que possuem mais de um tipo de grupo de produção, ou seja, tem cooperativa, tem associação, tem grupos informais etc., tudo no mesmo assentamento (SP).

No Sul e parte do Sudeste, como relata o SP, o cooperativismo avança mais e isso tem a ver com a formação histórica do campesinato dessas regiões. O campesinato do Sul é um campesinato oriundo da Europa e que chega com uma vivência diferente do processo produtivo. Ele “já pega o implemento e a cooperação funciona para ele, a cooperativa funciona para eles porque já estão vinculados ao processo de produção mais avançado e tal” (SP).

No Nordeste, conforme o SP, os assentamentos assumiram massivamente a forma de associação e isso ocorreu por conta do processo histórico de 50-60 anos de uma dinâmica de associativismo e também porque há uma desconfiança do povo nordestino com as cooperativas – isso tem a ver com a história da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Foi botado dinheiro na SUDENE para desenvolver o Nordeste. Quem se desenvolveu? Os fazendeiros, coronéis da época que tiraram um monte de dinheiro empregado. Fizeram uma cooperativa grande para poder pegar o dinheiro, botava os camponeses dentro como massa de manobra, era roubado; depois ele falía a cooperativa e ficava com uma estrutura feita na sua fazenda. E quem ficava falido era a cooperativa, quem tinha pegado e colocado sua contraparte lá dentro. Então, cooperativa no Nordeste é um bicho que rouba suas coisas, porque quem ganhava dinheiro com isso eram os grandes (SP).

Já no Centro-Oeste e na Amazônia nenhuma das formas, cooperativa ou associação, avançaram muito, conforme o SP. O Setor avalia que a questão geográfica (são regiões onde as distâncias entre os assentamentos e as cidades são muito grandes e dificultam a comercialização) e a formação sócio-histórica estão implicadas nesta questão.

No Centro-Oeste e na Amazônia tem outra formação sócio-histórica. E nenhuma das duas formas avança muito: nem a associação, nem a cooperação. Na nossa leitura do Centro-Oeste [isso acontece] porque nossa base ela é fundamentalmente migrante, ela é uma base nova, que está no território muito novo, há pouco tempo, veio de outras regiões do país para constituir o que é o Brasil. [...] óbvio que tem campesinato tradicional no Centro-Oeste, mas, o público da Reforma Agrária nosso do Centro-Oeste, o grosso do público é migrante (SP).

Eu estou lá cercada [referindo-se aos nordestinos]. E aí chega um cara falando: *“não sei que lá... Eu sou da Bahia, eu sou da Paraíba, eu sou do Maranhão, eu sou num sei o que...”*. Então, todo mundo que eu encontro ali, praticamente, tem uma origem, uma raiz, que veio do Nordeste. [...] e uma tendência do migrante é se adequar ao que é mais comum naquela região. O que era mais comum? Virar empregado do agronegócio ou virar empregado das empresas que estão lá. O que ele pegou como referência? O dono da fazenda que estava lá. Então, você tem uma concepção, não daquele camponês de se esperar pela terra, de se desenvolver com a terra, de acreditar naquilo; mas daquele que estava vinculado diretamente com emprego, que quer recurso na hora, quer não sei o quê, e tal. Essas coisas de pensar diretamente disso. E são camponeses muito expropriados. São camponeses que foram expropriados no Nordeste, desde os pais, os netos e tal, veio para cá e continuam expropriados. [Vieram] para cá como *gatos*, né. Trazidos... Gato é o nome do cara que vai arrebanhando o trabalhador sem nada e traz para cá para uma região, para uma situação de semiescravidão, sem garantia de direitos e tudo. Então, você, para

não morrer, você vai se adequando àquela realidade e muda totalmente a concepção. E não é uma concepção de camponeses, de botar para a frente. Isso do ponto de vista da formação dos camponeses que a gente está dizendo (SP).

São nordestinos que ficam des-territorializados. Quer dizer, nem tem mais o costume do que que é... (SP).

A região Amazônica tem também uma formação própria, segundo o SP. A população sem-terra é formada por parte de migração, parte de povos ribeirinhos, parte de povos indígenas, com características e dinâmicas muito peculiares; e o desenvolvimento das políticas públicas quase sempre foi feito sem considerar essas idiosincrasias, sem muito diálogo com as regiões Centro-Oeste e Amazônica e, em geral, baseado no Centro-sul.

O SP estava se indagando: “como é que a gente universaliza o acesso a essas políticas públicas?” Contudo, “antes da gente conseguir fazer isso, elas foram retiradas pelo golpe⁵³, né?” (SP).

O crédito nacional é um exemplo de como as políticas públicas são feitas com base no Centro-Sul.

Então, quando eu faço um crédito nacional eu me baseio por quem? Por quem aplica mais o crédito. E quem aplica mais o crédito? O Sul. Aí eu crio o mesmo crédito com valor para espalhar no Brasil como um todo. Por exemplo, o Nordeste precisava começar com o microcrédito para ir ampliando no crédito até chegar o crédito maior. Só que o crédito é nacionalizado, então, é o único crédito que vai para o Brasil como um todo. É claro que [...] o camponês que está acostumado a desenvolver sobre isso, desenvolve maior com crédito. [...] quem é acostumado a não trabalhar com crédito... que pega esse crédito, tem dificuldade de se desenvolver. Sem contar que na região Nordeste, por exemplo, é constantemente de seca. [...] e o que o crédito incentivou? A criar gado bovino em todas as regiões. Gado de leite. [...] no Nordeste, o gado de leite não serve... Era para ter investido em caprinos, em ovinos e outras políticas. Mas não foi nisso que foi envolvido inicialmente, desde o início (SP).

Além das dificuldades com as políticas públicas e de desenvolvimento das formas organizativas de produção nas regiões Centro-Oeste e Amazônica, o SP relatou as dificuldades vividas em relação ao novo perfil dos sem-terra, que será abordado no próximo tópico.

⁵³ Referência ao Golpe de 2016 que retirou a presidente Dilma Rousseff da presidência, mas que também atingiu as políticas públicas que atendiam os assentados.

Em relação ao novo perfil dos sem-terra

O SP também falou sobre as condições em que se encontram boa parte das pessoas que procuram o Movimento. No passado essas pessoas eram predominantemente camponesas e, de certa forma, o MST já estava habituado ao trabalho com elas. Contudo, nos últimos anos, a presença de pessoas advindas das favelas urbanas é cada vez mais constante e isso traz para o Movimento uma série de novos desafios.

A maioria das famílias que vem para o movimento são famílias problemáticas, famílias que sofreram muito na vida, passaram muita dificuldade financeira, passaram fome... moraram na rua, muitos deles caem para dentro do acampamento por falta de opção, por não ter para onde ir, eu vejo muito disso. Tem gente que está lá porque não tem para onde ir, aí ele acaba se envolvendo no Movimento e a gente procura dar lá no acampamento para eles uma vida melhor que em uma favela, porque no acampamento não se pode usar droga, não pode criança ficar fora de escola, uma série de coisas que nas favelas existe, dentro do acampamento do MST não existe. Nós somos muito rigorosos nisso lá dentro, então eles estão bem melhor dentro do acampamento do MST do que dentro de uma favela. Estão mais fora de perigo, as crianças de se envolver com droga, essas coisas, né? Tem o setor da ciranda que cuida muito bem disso aí. Então a maioria dessas famílias já vem muito problemática para cá, é gente sofrida, é gente que viveu sem pai, viveu sem mãe, não teve onde morar. É pai que morreu na cachaça sabe? É irmão que é viciado em droga... tem muita coisa assim. Então esses são os tipos de problemas que se enfrenta lá dentro do acampamento e que depois vem para o assentamento. A gente tem aqui no assentamento muita dificuldade com isso também, muito viciado em droga... (SP).

Além das drogas, o SP relata também dificuldades com os modelos de liderança presentes nas favelas que se chocam com os do Movimento.

Nosso acampamento [é] encostado com a cidade, então tudo que a gente recebe é gente da favela, a gente recebe pessoas lá que tem um espírito de liderança incrível, você não acredita, eloquente, fala... só que traz aquele chefismo da favela para dentro do acampamento e nós não admitimos chefismo lá dentro. Tudo é decidido dentro de um coletivo, dentro de uma coordenação, ninguém pode mandar. No MST não existe chefe, ninguém pode mandar em ninguém, tudo é decidido dentro de um coletivo. Só que para desenraizar isso da pessoa, você não tem noção do trabalho. Temos um companheiro lá que virou chefe da segurança, mas ele é assim, ele é eloquente até demais, se deixar é só ele que fala e ele fala alto, ele fala claramente, ele é inteligente, ele sabe se expor. Só que ele está sendo muito chefe lá dentro e a gente tem que estar cortando as asinhas dele sempre e tem que ir moldando a pessoa, sabe? Tem que aproveitar esse potencial que a pessoa tem e tentar tirar os defeitos né e manter as coisas boas que ele tem, esse potencial dele assim que é muito bom, só que ele traz esse problema da favela que ele é da favela, ele traz problema de “*eu sou o cara, eu posso, eu consigo, eu sou o chefe, você faz o que eu*”

mando que é melhor para você”, mas a gente tá mudando ele devagarinho (SP).

Além das dificuldades relatadas acima, o SP também menciona as dificuldades de expressão, de envolvimento e de falta de esperança.

Tem pessoas aqui que [...] têm tipo assim um bloqueio, não sei o que que acontece, sabe? [...] não se expressa, não se envolve, parece que assim, parece que está só esperando o tempo passar sabe? A gente vê muito esse tipo de coisa assim. Aqui ou no acampamento... (SP).

A gente já ofereceu alfabetização lá dentro né e as pessoas analfabetas se recusam a fazer alfabetização. Aprender a ler e escrever pelo menos o básico, a pessoa não quer, por mais que você insista, alguns aceita, a maioria não aceita. Dá para entender? Você não pode forçar né, uma das nossas diretrizes é “ninguém é obrigado a nada”. Dentro do Movimento ninguém é obrigado a nada, a gente sugere, a gente tenta convencer, tenta argumentar, mas quando não consegue, não consegue mesmo, acabou (SP).

Acredita-se que as dificuldades relatadas acima não dizem respeito apenas às pessoas oriundas das periferias urbanas, ainda que possam estar mais agravadas entre estas, mas foram mantidas nesse tópico por terem sido relacionadas pelo entrevistado.

Em relação às relações humanas

Sobre as relações humanas, o SP relatou que há tempo fizeram o debate sobre a construção do novo ser humano.

A construção do novo ser humano [...] era um debate que a gente tinha muito forte no Setor de Produção. O novo homem e a nova mulher, que eles se formam nesse processo da vida material. E as condições de transformação da subjetividade, das relações humanas. [...] E isso o Setor de Produção tem muito material que foi produzido tentando compreender isso: como é que essas relações, desde a cooperação mais simples, do mutirão, da troca de diária, até a cooperação mais elaborada, como é que elas... e também depois né, agroecologia, o planejamento do assentamento, como é que isso vai dialogando com a formação desse novo ser social (SP).

Ao falar nesse “novo ser humano”, o SP se referiu, basicamente, a três temáticas que fazem parte do conjunto de desafios que os militantes foram apontando nas entrevistas, de um modo geral, que dizem respeito à coletividade, à igualdade de gênero e a jovens que se identificam com o campo.

Esse novo ser social, para o SP, é construído a partir da vida concreta, do que as pessoas vivenciam no cotidiano. No trecho acima fica expresso como há uma aposta de que a cooperação, o mutirão, a agroecologia e o planejamento do assentamento são capazes de construir um novo ser social. Ou seja, é a ideia de que novas relações humanas oferecem as condições concretas de construção de novos seres humanos.

Nesse sentido, o SP discorre sobre as diversas relações que verificam no cotidiano do assentamento – as relações de moradia e vizinhança, as relações de geração, as relações de gênero, as relações de produção, as relações raciais, as relações de poder – as quais percebem como focos de atenção e grandes desafios, no sentido de transformação.

- ***Relações de moradia e vizinhança***

Há no Movimento duas formas de organização dos lotes que predominam, a dos lotes individuais e a dos lotes coletivos. E há também duas formas predominantes de organização das moradias, as moradias dentro dos lotes individualizados e as agrovilas. As agrovilas são vilas de casas dentro do assentamento que podem estar combinadas com lotes individuais ou lotes coletivos ou mesmo com um sistema misto de lotes individuais e coletivos. O sistema de moradias dentro dos lotes individuais, apesar de ser o mais comum por bastante tempo, com exceção do Nordeste, tem sido debatido como um limitante ao processo de socialização e integração, às reuniões e as demais atividades formativas e organizativas do assentamento.

A gente tem muito o que aproximar as moradias para que as pessoas tenham relações sociais, tenham discussões, se reúnam, debate e tal; e não fique totalmente individualizado, ele com a natureza. Então, por exemplo, no Nordeste, na região Amazônica, tem muito essas histórias das agrovilas, né? Porque era para aproximar as pessoas; e as pessoas querem isso. Agora, em outras regiões, não. Querem a casa lá dentro do seu lote, o mais distante possível dos outros. [...] então, essa questão da relação também é uma relação muito da discussão também, tudo que a gente quer, e como debate como Movimento que foi. E depende da relação que a gente teve, a capacidade de influenciar no INCRA e influenciar em certos técnicos. A gente conseguiu avançar do ponto de vista disso, e os trabalhadores, até terem consciência um pouco sobre essa questão das relações (SP).

Como mencionado no trecho acima, no Nordeste e na região Amazônica as agrovilas são mais presentes. Nas demais regiões prevalece “a dinâmica do

lote individual, a dinâmica um pouco de cada um ali, na sua parcela. Alguns se viabilizando...” (SP).

Em algumas conversas durante as visitas nos assentamentos, foi possível averiguar que a decisão sobre a implantação de agrovilas, em alguns estados, é uma responsabilidade de cada assentamento, ou seja, é o grupo acampado que define a forma de organização do assentamento. Em outros estados, principalmente no Nordeste, essa definição faz parte de um posicionamento político para além do acampamento. Em uma região visitada no Nordeste, os militantes se mostraram bastante resolutos nessa questão dizendo que ali todos os assentamentos eram organizados em agrovilas e isso era uma definição regional. Nas palavras da participante da pesquisa, “não queremos quem não está disposto a ter uma vida em coletividade” e, segundo ela, essa informação era passada desde a entrada da pessoa no acampamento.

- **Relações de geração**

De acordo com o SP, a juventude tem demonstrado pouco interesse em permanecer nos assentamentos e isso preocupa porque sem a juventude há o risco de inviabilidade futura do assentamento.

Essa questão de [...], de geração, por exemplo, entre os jovens, de não querer ficar [no assentamento] porque não seguia a mesma lógica. E há sempre uma discussão: ‘*os jovens não querem nada*’. E o jovem dizer: ‘*o assentamento não é para mim*’. Que, de fato, quando o INCRA pensa o assentamento, ele não pensa para os jovens, que vai ser para isso. Eu sempre brinco lá, porque onde tem um cemitério, ele está mais enfeitado do que uma agrovila do assentamento. Porque o INCRA quando fez as casas, fez as casas. Nenhum lugar para as praças foi pensado. Nenhum lugar para um centro. Não pode fazer um centro cultural pelo próprio INCRA, a não ser que a gente consiga pelo próprio Estado. Como é que você pensa uma relação de pessoas com isso? (SP).

O SP percebe que o assentamento não tem muitos atrativos para o jovem permanecer e querer construir sua vida ali. Essa problemática tem relação com o item anterior que trata das relações de moradia e vizinhança na medida que o assentamento, muitas vezes, não é pensado como um espaço de vida coletiva e comunitária.

Na compreensão do SP, a relação de geração tem intersecções com a relação de gênero e por isso continua a ser abordado no próximo item.

- **Relação de gênero**

O SP aponta a forte influência do patriarcado na vida do camponês e reconhece a dificuldade de se trabalhar com esse tema, principalmente em assentamentos onde os lotes são individualizados e essa dinâmica fica mais restrita à um âmbito muito particularizado. Contudo, o Movimento tem feito a discussão sistemática do tema e aos poucos alguns avanços têm sido conquistados.

Essa relação de gênero e geração, ela passa muito pelo [...] o patriarcado, né? Porque, por exemplo, o patriarcado ele influencia tanto na relação da geração, por exemplo: 'o *filho está sob o domínio*', como também na relação de gênero que a '*mulher está sob seu domínio*'. Então isso é muito forte, que a gente confronta. Uma coisa que vai... à medida que vai superando, e que vai se construindo mais autonomia, que vai se quebrando sobre isso, né? (SP).

O SP afirma que tem conseguido avançar mais no último período no âmbito das relações de gênero e que as políticas públicas cumpriram um papel muito importante nesse aspecto.

Na nossa realidade, o gado de leite [...], normalmente, é a responsabilidade do homem. No Sul, o gado de leite normalmente é responsabilidade da mulher. Para nós, a responsabilidade é do homem no Centro-Oeste. O que dinamizou a possibilidade de renda, inclusive, pelas mulheres? O PNAE. Foi a horta do PNAE, a horta do PAA que possibilitou uma dinâmica financeira própria das companheiras. Elas saíram da lógica, única e exclusivamente, do trabalho doméstico dentro da unidade produtiva. Embora, obviamente, elas sempre fizeram tudo, dentro do lote. Mas, assim, da renda monetária, a política pública do PAA e do PNAE, teve um papel fundamental. Isso possibilitou junto com outras ações, como as plantas medicinais, os outros medicinais... possibilitou que a gente tivesse uma dinâmica um pouco melhor da construção dessas relações humanas, mas é um desafio muito grande. Até porque ela demanda uma capacidade nossa, teórica também, que nós temos muito pouco (SP).

O SP destaca o papel do PAA e do PNAE na construção de uma “dinâmica financeira” para as mulheres que antes ficavam mais restritas ao trabalho doméstico. Mas como já foi mencionado, o PAA e o PNAE foram fortemente enfraquecidos no atual governo o que pode ter afetado negativamente essa “dinâmica financeira” mencionada.

- **Relações de produção**

As relações humanas, para o SP, também estão enlaçadas com as relações de produção e nesse sentido, há todo um jeito de ser da vida produtiva anterior que influencia o ser assentado e que leva tempo para superar e, portanto, torna-se um grande desafio.

Dentro dessa relação também tem a relação de produção, e essas relações de produção, dependendo do que seja a região, então, ela é uma relação que a gente precisa muito trabalhar e cuidar sobre ela. Porque há uma concepção da gente, de uma relação de produção, que *'à medida que eu pego o assentamento, então eu tenho que desmatar tudo. Porque agora eu quero tirar maior volume de que eu tenho de produto, de extração de produtos que têm da natureza. Porque eu não sei quanto tempo vou ficar aqui'*. Porque era toda a lógica que a gente [tinha] quando estava na fazenda [se referindo ao tempo antes da entrada no MST, quando eram empregados nas fazendas] (SP).

Por exemplo, na fazenda anterior você não podia plantar árvore. [...] não podia plantar árvore de raiz, porque você só podia plantar de ciclo curto. Árvore de raiz são árvores perenes, né? Eu ia plantar ciclo curto que era *'pra você poder ir embora logo'*, né? Você não podia fazer a casa de alvenaria, tinha que ser uma casa de taipa porque se você faz uma casa de tijolo, de alvenaria, você vai dar também direito à propriedade. Então, você teria que ser indenizado se fosse sair de lá. E aí, quando eu passo a ser assentado, eu vou para a terra não acreditando que a terra é minha, entendeu? E a casa que está lá [é] *'a casa do INCRA'*. Porque é tanto que, muitas das vezes, as famílias não dão a ideia de como elas querem a casa. Depois que ele entra dentro da casa, que ele vai ter dificuldade que a *'casa não era do jeito que ele queria'*. Mas ele poderia ter dado ideia quando estava construindo a casa! Mas ele não se sente dono da casa, porque ele não está acreditando que aquela casa é isso (SP).

Quando você deixa livre para produzir, o pessoal, o povo mesmo, dos assentamentos só começa a ter – agora está mudando um pouco, a partir dos acampamentos acho que está mudando – mas anteriormente, o pessoal só ia plantar mangueira, fruteiras, quando estava com 5-6 anos que estava morando dentro. Você podia ter começado a produzir com dois anos, mas as pessoas não se sentem donos para isso. Então, começa no meio das roças, essas coisas. Então, a extração, tirar tudo que pode de madeira, até... porque não acredita muito. E você vai dizendo, mas é uma coisa que está enraizada. Eu até debatia isso lá no sertão, que era de certa forma, uma coisa que está tão enraizada na gente, da gente não ter a... de não ser dono das coisas, de não ser capaz de se sentir responsável por aquilo, que vai tendo isso. E essa relação, então, sobre os bens da natureza, tudo isso, ela vira também, de certa forma, uma relação muito conflituosa. Tem um grupo que quer, que segue as orientações do Movimento, que quer que a produção seja isso, que é para a gente cuidar da natureza e tal. E outro grupo que: *'não, eu preciso ganhar, eu preciso fazer...'* não sei o que. Sabe, assim? Essa concepção, então, é uma coisa que tem que lidar muito com essa realidade no assentamento, de uma forma como se trabalha (SP).

No trecho acima, fica evidente como a condição de expropriado marca a subjetividade da pessoa e todo o seu jeito de ser e estar nesse mundo.

O grande desafio para o Movimento é de como implementar um outro modelo, um outro jeito de produzir no campo. Há por parte do Movimento todo um esforço em torno da agroecologia e isso está bem claro na proposta da Reforma Agrária Popular. Mas essa opção não é, para o SP, uma questão simples e tampouco fácil, não só por causa do que foi relatado acima – que denota como as subjetividades são marcadas pela condição de expropriação – mas também porque os assentamentos estão imersos em um país onde domina o agronegócio e suas práticas.

De um lado nós temos um ataque feroz do agronegócio [...] com controle das sementes aí, leis que controlam as sementes, não é? É o avanço do agronegócio pressionando, tornando os agricultores em assalariados rurais; vinculados às empresas e tal (SP).

E, por outro lado, a gente trabalhando um jeito, um novo jeito de produzir, mas cercado de veneno ao lado. Quer dizer, dos assentamentos cercados [referindo-se ao fato de que os assentamentos estão cercados por fazendas que fazem uso de veneno e que atingem a produção dos assentamentos]. E a maioria da nossa base que vem hoje, inclusive dos assentamentos mais novos, eles vêm todos com esse modelo na cabeça. Então, para a gente tentar implementar um outro modelo, isso custa muito, né. Como é que a gente entra e avança nesse jeito de produzir diferente, né? (SP).

Apesar dessas grandes dificuldades, que de acordo com o SP, se somam à debilidade no processo de cooperação e agroindustrialização e que juntos refletem diretamente nos limites da construção do novo ser humano, o SP afirma que tem conseguido alguns avanços e estes são mais notados naqueles assentamentos que fazem um diálogo com outros setores e, principalmente, com o Setor de Educação, por ser um setor mais dinâmico e que consegue fazer mais essas reflexões “*de como se dialoga essa dinâmica da vida produtiva com a transformação do ser humano naquele território*” (SP).

- **Relações raciais**

Sobre as relações raciais, o SP também percebe o seu entrelaçamento no cotidiano dos assentamentos, na dinâmica organizativa, contudo, muito pouco foi dito.

Agora começa a surgir, também, essas discussões nossas das relações de raça e tal. Mas elas não são tão influenciadas, e não é uma coisa tão forte. [...] Assentamento que é muito mais de povo negro, ele tem outra dinâmica, do ponto de vista de forma, de avançar. Você não consegue fazer reunião tal dia, você não consegue tal, tal, tal. Algumas coisas que a gente, a princípio, não descobria, a gente só começa a perceber agora. Mas não é que elas são conflituosas, assim, diretamente (SP).

Esse parece ser um tema que apesar de ser compreendido como parte importante para a compreensão e transformação das relações humanas, pouquíssimo se fala denotando que é um tema sem muito investimento no Movimento.

- ***Relações de poder***

De acordo com o SP, as relações de poder são causadoras de muitos conflitos nos assentamentos e o desafio é a construção de relações de poder socializado e cooperado.

[As relações humanas] também passam pelas relações de poder dentro dos assentamentos. Como é que você constrói uma relação de poder socializado e cooperado, aonde você vinha com uma relação de poder e dominação que você tinha como referência? Meu pai sempre disse '*que a gente valia o que tem*', então, quem vale uma porca, porque tem uma porca, só vale uma porca. Então, quem tem coisa a mais, vale mais. Então, tem muito isso: '*eu preciso ter, para ser alguma coisa*'. Que é o contrário: a gente é, antes de ter, né? Mas era muito isso, as relações que eram construídas. Então, essa relação de poder de uma forma que a gente tinha para hoje ter um poder socializado, então, ela é uma coisa que entra muito em conflito dentro dos assentamentos (SP).

A construção de relações de poder socializado e cooperado é um desafio não só para o Movimento, mas para todas as organizações que se propõe a atingir seus objetivos a partir do trabalho coletivo. No próximo item, o SP discorre sobre suas dificuldades também nesse ponto.

Em relação ao trabalho coletivo

Na entrevista realizada no assentamento, depois de se mencionar as dificuldades advindas da ausência de políticas públicas, a dificuldade com o trabalho coletivo apareceu em seguida.

Quando eu precisei tocar aquela brigada de produção eu senti essa dificuldade de interação das pessoas. Eu tive que fazer um esforço

muito grande para juntar essa turma lá. Nós começamos num acampamento de 120 poucas famílias, quando se falou que era o trabalho coletivo apenas 42 se ofereceram. Desses 42 em pouco tempo a gente estava só em 17. De 17 foi caindo, caindo, caindo... eu fiquei sozinho. Eu falei “*eu não vou desistir porque eu sou teimoso*”. Aí eu fui insistindo, insistindo. Depois eu percebi que havia assim tipo como se tivesse um complô para que aquilo não desse certo... eu não consigo imaginar o porquê disso. Pessoas torcendo para que aquilo desse errado. O trabalho coletivo que era para unir todo mundo e eu passava os informes na reunião de coordenação para que o coordenador de núcleo levasse para o núcleo, mas depois eu descobri que esses informes chegavam totalmente distorcido no núcleo. Aí eu comecei a ir pessoalmente em cada núcleo durante as reuniões para fazer esse convite para a brigada, para esclarecer como funcionava a brigada e eu consegui novamente levar essa turma lá para dentro. Eles estão lá até hoje, eles interagiram, alguns saíram, entraram outros, mas estão lá trabalhando (SP).

Essa experiência que eu tive lá no acampamento me deixou muito chateado. Eu descobri que muita gente fazia força para aquilo lá desse errado. Até hoje eu não entendi porque que aconteceu isso, porque acontece isso, qual é o motivo disso. Principalmente por parte de coordenadores que distorcia as informações que eu passava né, tanto que eu só consegui levar o pessoal de volta quando eu pessoalmente fui fazer as coisas, tive que fazer um trabalho né para levar aquele povo de volta para aquela brigada de produção (SP).

Eu fiquei sabendo depois conversando com um, conversando com outro, [que] saía muito o que a gente chama de conversa de corredor sabe, muita fofoca, muita coisa assim: “*os assentados querem fazer vocês trabalhar lá para formar aquele lá para eles, a hora que tiver tudo pronto eles vão botar vocês para fora e ficar com aquilo lá*”, absurdo! Assentado coitado, não estão dando conta de cuidar nem do lote deles, porque lá no lote coletivo, existem vários lotes coletivos, estão todos abandonados, que era para fazer esse trabalho coletivo né, então todos abandonados (SP).

No relato acima, o entrevistado sublinhou o desinteresse pelo trabalho coletivo da maior parte das pessoas, a diminuição do número de pessoas no grupo com o passar do tempo, a presença de interesses contrários dentro do grupo (e desconhecimento do porquê de isso ocorrer) e os problemas de comunicação.

Ao ser perguntado sobre a realização de assembleias onde todos pudessem ter acesso às informações diretamente, o participante da pesquisa relatou que no acampamento havia reuniões da coordenação do acampamento e dos núcleos toda semana e de vez em quando faziam assembleia. Nas reuniões dos núcleos é que era feito o repasse das informações da coordenação para todos (nessas reuniões é que ocorria a distorção das informações mencionada anteriormente). Relatou também que quinzenalmente faziam

formação política. Contudo, lamentou que essa prática de reuniões não ocorria no assentamento e na sua opinião, era necessário.

Continuando o relato sobre as dificuldades com o trabalho coletivo, o participante da pesquisa identifica desânimo, desmotivação e falta de esperança na maioria das pessoas

Aqui no assentamento [...] a gente tocava até pouco tempo aí um mutirão em cada lote diferente para haver essa interação né. Eram quatro equipes diferentes, quatro mutirões diferentes, cada sexta-feira no lote de um, né? Eu participava deles também, eu gosto dessa interação, dessa coisa assim; então eu sentia também que era a mesma dificuldade de lá [referindo-se ao acampamento], mas a gente conseguiu tocar até por mais de um ano isso aí. Agora foi indo até que acabou novamente. Às vezes a gente marca de fazer um trabalho coletivo aqui, não aparece ninguém. Então muito desânimo sabe por parte das pessoas. O pessoal tá muito desmotivado, vamos dizer né, parece que não estão vendo mais esperança, não está vendo uma luz no fim do túnel mais, sabe? Essa turma que você tá vendo aqui acho que são os mais teimosos. Então assim eu não sei... eu até gostaria de saber aonde está a raiz desse problema, cortar esse mal pela raiz e trazer esse povo de volta ao trabalho coletivo, à união, essas coisas (SP).

De acordo com o participante da pesquisa, a dificuldade com o trabalho coletivo faz parte de um modo de vida aprendido no mundo capitalista onde predomina o individualismo. Ao entrar no Movimento, as pessoas levam essa mentalidade, que dificulta o “juntar o povo” para fazer algo coletivo.

É assim a gente lá fora, lá fora que eu digo, o mundo capitalista lá fora né, é muito individualista né. Isso aqui é meu, eu cerco muro, eu trabalho aqui, eu posso fazer tudo sozinho, não preciso de ajuda e não é bem assim, né? Aí quando o pessoal vem para o Movimento, ele traz essa mentalidade dessa sociedade individualista lá de fora e traz isso aqui e é muito difícil você juntar esse povo para fazer um trabalho coletivo e eu acho que é isso. Que eu entendo é isso. Traz aquele individualismo lá de fora para dentro do Movimento e não é isso que nós queremos aqui, nós queremos o socialismo aqui. Queremos uma sociedade onde todo mundo se ajuda, onde todo mundo se interage, mas a dificuldade é muito grande para mudar a mentalidade desse povo, a cultura toda... (SP).

O participante da pesquisa fala da dificuldade de mudar a mentalidade do povo em relação ao trabalho coletivo e ao ser perguntado sobre o que já tentaram nesse sentido disse que já fizeram formação e várias outras coisas, mas sem um resultado muito animador.

Já tentamos várias coisas assim tipo quando fez aniversário de aplicar a rádio produção, fizemos uma festa aí, pintamos tudo lá, botamos foto da Brigada, do lote quando era só capim e como tava

depois de 1 ano tal, incentivando, tentando animar o povo para ir de novo. Deu uma melhoradinha, mas depois deu aquela baqueada de novo e através da formação trabalhar esse lado coletivo das pessoas de se ajudar, de se interagir, muda um pouquinho, muda um pouquinho, mas é muito muito... é um trabalho, é um trabalhinho, trabalho de formiguinha (SP).

Quando perguntado sobre o grupo de pessoas que persiste, o que sustentaria essa persistência e o que eles têm de diferente, o participante da pesquisa relatou:

esse grupo, pelo que eu entendi, é um grupo que se destacou desde a época de acampamento, que se interagiu mais sabe, porque você nota desde o acampamento as pessoas que se destacam mais. Tem aquele que fica lá, assim faz o trabalho dele, fica lá no barraquinho dele, sabe? Só vai numa atividade, alguma coisa, quando tem uma convocação. Vai, só faz mesmo estritamente o que é necessário e não se envolve, não quer saber de assumir um compromisso, nada. Mas tem outros que está mais ajeitado assim, quer abraçar isso, quer abraçar aquilo e quer fazer. Tem gente que quer pegar tanta coisa que não dá conta de nada, você tem que botar um freio nele e tem outros que nem eu. No caso é eu, minha mulher e minha filha, nós três pegamos coordenações ali. Nós três somos dirigentes. Eu sou da produção, minha mulher é da saúde, minha filha da coordenação. Já tem família ali que não se envolve em nada, tem mais família lá dentro que se envolve em tudo (SP).

Ao ser perguntado se antes de entrar no Movimento ele teria participado de grupos, igrejas ou atividades que poderiam ter contribuído para que tivesse uma perspectiva mais coletiva, o entrevistado respondeu que não participava de grupos e que sua vida era “da casa para o serviço”.

Eu sempre trabalhei para construtora, essas coisas assim... então sempre foi aquela vidinha de casa para o serviço, do serviço para casa, então o Movimento muda a gente, parece que entra no sangue da gente, você não consegue parar mais (SP).

Com os dirigentes nacionais do SP a dificuldade com o trabalho coletivo não apareceu espontaneamente, mas ao serem indagados se eles percebiam dificuldade para o trabalho em cooperação, a resposta foi afirmativa.

[No] Centro-Oeste tem muita dificuldade de trabalhar a cooperação, sim. Das formas mais avançadas de cooperação, muita dificuldade. Mas, assim, também tem muita dificuldade porque, assim, você tem que [...] qualificar isso de acordo com as condições possíveis para avançar a cooperação. [...] a cooperação não pode ser uma ideia, e as pessoas se convencem da ideia. Ela é a resposta às necessidades. Agora, como é que você apresenta cooperação como resposta, às necessidades? Tem que ter assistência técnica, você tem que ter ali, vislumbrar na frente que você vai ter condições melhores de produção, de comercialização,

se você é um cooperado, se você é um associado, de que você não está sozinho (SP).

O SP enfatiza que a cooperação é a resposta para as necessidades, contudo, mesmo enquanto resposta, demanda outras necessidades, entre elas a assistência técnica que possibilite uma perspectiva concreta de melhoria na produção e comercialização.

Outro aspecto levantando pelo SP a respeito da cooperação é que ela é “um princípio de organização do território” (SP). Quando o que ocorre é a simples criação de cooperativa e/ou associação para atender as exigências burocráticas para participar de programas externos, a exemplo do PAA e PNAE, ao terminarem esses programas, a cooperativa e a organização feita em torno dela ficam bastante fragilizadas. Foi o que aconteceu com muitas cooperativas no Centro-Oeste, de acordo com o SP.

Nesse sentido, para o SP, pensar sobre as dificuldades em relação à cooperação exige reflexões alicerçadas na vida concreta para que não se restrinja a explicações exclusivamente do campo subjetivo, por exemplo: pensar que a cooperação é apenas fruto da vontade e a não cooperação como fruto de uma suposta resistência em cooperar. Para o SP há implicações do campo da subjetividade na atividade de cooperação, mas estas implicações estão relacionadas à influência do contexto sócio-histórico na formação dos sujeitos. Isso fica explícito na fala que se segue.

Então, como é que eu digo que é difícil, se não, eu vou colocar muito no campo individual, subjetivo “*ah, não! O campesinato do Centro-Oeste, o campesinato goiano resiste à cooperação*”, que é uma leitura que muitos dos nossos dirigentes têm. Eu acho que tem isso, tem questões da formação histórica do campesinato na região que leva a isso. Antes da migração é um campesinato que conviveu muito com a transitoriedade da exploração do território. Então, é uma região que o contato que vai ter com a invasão portuguesa/espanhola é um contato posterior, e é um contato baseado na mineração. Então, é um campesinato que sempre serviu para abastecer o trânsito de expropriação do capital. Então, isso também gera uma desconfiança muito grande, gera um nível de distanciamento dessas formas mais elaboradas do desenvolvimento do capitalismo e da cooperação. A própria ausência de políticas públicas, a própria ausência do Estado, a própria ausência de assistência técnica. [...] porque isso você não vai ter tanto, de fato, você não vai ter tanto no Sul e no Nordeste. Faz parte, no Nordeste às vezes até por questões também das dificuldades da convivência do semiárido é mais obvio, né? Você tem que estar... Por exemplo, a terra coletiva lá, isso é um fator que ajuda a ter um processo de associação, porque você tem que ter... (SP)

O SP cita a especificidade do Ceará, onde as terras dos assentamentos são, em sua grande maioria, coletivas e como que isso faz com que as famílias precisem organizar as estruturas para a produção, para a criação dos animais, de forma coletiva.

No caso do Ceará, por exemplo, [...] pelo fato dos assentamentos serem coletivos [...], eles não têm divisão de lotes dentro. Portanto, cada um não tem seu pedaço, o que eles têm é o perímetro que separa [o assentamento] das fazendas dos outros. Então, esse assentamento tem que ser cercado todo perímetro ao redor. Internamente eu tenho que fazer o que eles chamam de manga ou de soltas⁵⁴. Eu tenho que dividir esse assentamento em várias partes. A parte que vou fazer os pomares, a parte que eu vou criar animais, a parte que eu vou botar os roçados e a parte que eu vou mudar de um canto para outro, tal, tal. A parte mais perene, ela vai ter que estar aqui, nessa área, e eu não vou botar os animais, tal, tal. Não tem esse espaço fechado. E aí, nesse caso, como é que faz essas estruturas? Com o trabalho coletivo. Então, quando a área é coletiva, o trabalho, ele é individual ou familiar para o momento da produção, mas, as estruturas em torno do coletivo, tem que ser feito pelo coletivo. Aí, nesse caso, por exemplo, toda semana tem que ter um dia coletivo de trabalho para superar, para fazer isso, certo? (SP).

No trecho a seguir, a entrevista fala da motivação para o trabalho coletivo, que nem sempre são as mesmas para todas as pessoas, e de como essa motivação está diretamente relacionada com o que os assentados percebem como ganhos que podem obter a partir da cooperação.

As pessoas têm dificuldade de cooperarem, de cooperação? Tem. Assim, tem dificuldade por que o que está em jogo? O que me motiva para fazer parte disso? Com que condições? Com que base eu estou participando disso e que resultado isso me oferece? Por exemplo, se eu entro em uma cooperativa que eu estou motivado em função da cooperação, para eu me desenvolver socialmente, tudo isso, [...] e eu estou tendo resultado, melhorou a minha casa, organizou minha... tal, tal, tal. É claro que eu vou ficar mais satisfeito com isso. Se eu entro numa cooperativa baseado que eu vou ter resultado econômico de uma hora para o outra, baseado no projeto; quando o projeto acaba, qual é o resultado que eu tenho para isso? A tendência é eu desanimar sobre isso. Então, veja bem, é muito diferente os motivos que me levam a fazer parte de uma cooperação (SP).

No caso do meu assentamento que nem recebeu todos os créditos [...], no entanto, nós recebemos o inicial, o habitacional, mas não recebemos nenhum fomento, nenhuma assistência técnica no assentamento. Veja bem, o assentamento está com sete anos que tem estrutura e tudo para fazer. E aí, as pessoas têm porque, por exemplo, qual é o resultado que me dá, diretamente para mim, que não tem um animal e fazer uma solta? Porque eu vou ter animal.

⁵⁴ As 'soltas' no Nordeste são cercados coletivos para a criação do gado.

Mas eu ainda não tenho. E por que eu vou trabalhar, vou fazer uma solta? Porque tem alguns que já tem animais porque quando veio para lá, já tinha. Mas tem outros que vem lascado, sem nada. Porque o cara que já era morador, que tinha uma vaquinha lá, tinha alguma coisa. Mas o cara que veio de fora para o acampamento, que vinha sem nada [...] e por que ele tem [que fazer a solta]? Porque ele vai ter [animais] um dia. Mas até ele ter vaca um dia, para ele não tem sentido. Qual é o resultado que eu vou ter disso diretamente para mim? Então, aí, nesse caso, há uma certa dificuldade. Aí tem que ter o regimento interno que vai normatizar como é que vai ser: *“Eu tenho que trabalhar um dia coletivo”* (SP).

O SP destaca o papel do ‘Regimento Interno’ como um instrumento do processo organizativo de todo o assentamento, que ele possibilita um acordo coletivo e permite ao assentado uma compreensão, preenchida de concretude, sobre as vantagens de se participar do trabalho coletivo.

[...] O *regimento interno* estipula como é que a pessoa vai... por exemplo, o Núcleo de Família, ele tem mais do que discutir os problemas sociais. Ele tem que discutir também a terra. E tudo isso porque o terreno é coletivo. Então, eu tenho um processo para dar conta disso. E há resistência nesse trabalho aqui, porque as pessoas muitas vezes vão porque o *regimento interno* obriga. Se eu não for, aí eu não... *“Ah, eu não vou trabalhar no trabalho coletivo”*. *“Tudo bem, você não é obrigado fazer o trabalho coletivo. No dia que tiver um projeto aqui que não é retornado, não tem que devolver o dinheiro [que não é baseado em financiamento], você não vai entrar, porque você não quer fazer as atividades coletivas! Como é que você vai entrar em um projeto coletivo de adquirir caprinos, se você não quer cuidar dos caprinos. E se for comprar vaca, tu não vais poder acessar”*. Então, o que que é? É muito isso, a forma da resistência é como você vai organizando esse processo de cooperação que tem muito a ver com a necessidade, mas tem a ver com todo o processo organizacional. Para isso que você vai trabalhando. E tem muitas dificuldades, não é fácil. *“Ah, mas os assentamentos têm muita dificuldade, tem muito problema”*. Eu até brincando quando alguém diz [isso, respondo] *“vocês também têm muitos problemas!”*. É claro. É gente, meu povo! (SP).

O nosso assentamento não é feito de estátuas que fica lá, se o passarinho não cagar, você nem precisa lavar a cabeça dela. Mas é gente! Está lá, é movimento. Vamos ter dificuldade e pessoas que vivem no sistema capitalista tem muita resistência de se envolver no projeto coletivo, que você pensa o outro, que pensa o conjunto. E isso tudo requer formação, requer trabalho de base, requer o conjunto de outras coisas (SP).

Como visto, as dificuldades com o trabalho coletivo e a cooperação nos assentamentos, de acordo com o SP, tem a ver com a sociedade capitalista e com a dinâmica humana, pois não são temas que podem ser apartados destas duas dimensões. O processo contínuo de organização em torno da cooperação, de fazer formação, de fazer trabalho de base, entre as tantas outras coisas, para a militância do SP, é a forma de ir fazendo o que denominam de ‘resistência’.

Exercício de síntese

As dificuldades, necessidades e desafios apresentados pelo SP foram agrupadas em 5 (quatro) grandes eixos:

1. Dificuldades em relação às políticas públicas.
2. Dificuldades em relação às formas organizativas no Centro-Oeste e Amazônia.
3. Dificuldades em relação ao novo perfil dos sem-terra.
4. Desafios em relação às relações humanas.
5. Dificuldades em relação ao trabalho coletivo.

Dificuldades em relação às políticas públicas

- Inexistência de políticas públicas para financiamento do produtor assentado. O crédito que os bancos fornecem são inviáveis por falta de técnico para elaboração de projetos, de assistência técnica para acompanhar a produção e da dificuldade de acesso à informação.
- Definhamento das políticas de fortalecimento dos assentamentos: PAA, PNAE, moradia, PRONERA, Fomento Mulher.
- Dificuldade com o governo que não tem compromisso com a Reforma Agrária.

Dificuldades em relação às formas organizativas no Centro-Oeste e Amazônia

- Dificuldade em desenvolver cooperativa e/ou associações no Centro-Oeste e na região Amazônica.
- Dificuldade com políticas públicas construídas sem considerar a realidade da região Amazônica e do Centro-Oeste.
- Dificuldade com as políticas públicas que são feitas baseadas na população do Sul e Sudeste e sem considerar a formação sócio-histórica das diferentes regiões do país.

Dificuldades em relação ao novo perfil dos sem-terra

- Dificuldade em trabalhar com o novo perfil do sem-terra que busca o MST.

- Dificuldade com os modelos de liderança que o sem-terra das periferias assimilaram e levam consigo para o acampamento: o chefismo.
- Dificuldade de expressão e de envolvimento e falta de esperança por parte de muitas pessoas que estão entrando nos acampamentos.

Desafios em relação às relações humanas

- Desafio de se construir um novo ser humano que seja mais coletivo, pautado pela igualdade de gênero e de uma juventude afeita à terra.
- O SP aposta na ideia de que novas relações humanas oferecem condições para a construção de novos seres humanos. Com essa compreensão identificam diversos desafios presentes nas relações de moradia e vizinhança, nas relações de geração, nas relações de gênero, nas relações de produção, nas relações raciais e nas relações de poder.
- A moradia nos lotes individualizados em que as casas ficam distantes umas das outras dificulta as reuniões, os encontros, a socialização e todo o processo de construção cotidiana de mobilização do assentamento.
- A juventude tem demonstrado pouco interesse em permanecer nos assentamentos, que por sua vez são pouco atrativos.
- Desafio de se trabalhar com o tema do patriarcado entre os camponeses, principalmente em assentamentos onde os lotes são individualizados.
- Desafio de superar a mentalidade construída pelas relações de produção anteriores à entrada no Movimento e o desafio de implementar novas relações humanas, e com a natureza, a partir da agroecologia em um país dominado pelo agronegócio.
- Desafio de se avançar na compreensão das relações raciais como parte das relações humanas.
- Desafio de se construir relações de poder socializado e cooperado.

Dificuldades em relação ao trabalho coletivo

- Dificuldade de interação entre as pessoas.
- Resistência ao trabalho coletivo e desânimo após as primeiras iniciativas.
- Dificuldades em fazer o conteúdo tratado nas reuniões chegar às bases sem distorções.
- Dificuldades com o desânimo e a falta de esperança do povo.

- Dificuldade de desenvolver cooperação em regiões em que as cooperativas e as associações se restringiram a formas de organização da produção e/ou comercialização e não como formas organizativas do território do assentamento como um todo.
- Dificuldade para mudar a mentalidade e a cultura individualista.
- Necessidade de formação e trabalho de base.

5.2.3. Setor de Educação

A luta pela educação integrou a luta pela terra⁵⁵.

Elementos para uma contextualização e caracterização do Setor de Educação

De acordo com os participantes da pesquisa do SE, pensar a educação no MST requer considerar que ele é um movimento camponês na América Latina e em um dos países que ainda possui cerca de 11,3 milhões de pessoas analfabetas (IBGE, 2019), que a educação no país só se tornou uma política pública nos últimos anos⁵⁶ e que o Brasil foi o último país da América a criar uma universidade pública.

Esse contexto da educação no Brasil, segundo o SE, fez com que o MST tivesse que dar importância à educação mais do que outros movimentos camponeses da América Latina em que a educação esteve mais direcionada aos aspectos da formação ideológica, da formação do sujeito coletivo e da luta específica desenvolvida por cada movimento.

No Brasil, historicamente, a educação foi negada ao camponês e na própria história do MST o processo de luta pelo acesso ao estudo, através da escola, foi um desafio na medida em que os camponeses que conduziam o Movimento

⁵⁵ Citação do Setor de Educação.

⁵⁶ A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e da Constituição Federal de 1988.

também não tiveram acesso à educação e não compreendiam a sua importância, dizia-se (e ainda se diz hoje) que “para ser camponês não precisa estudar” (SE).

Conforme o SE, nas primeiras ocupações do MST constatava-se que cerca de 70% das pessoas não sabiam ler e escrever e isso se apresentava como um grande limitante para o desenvolvimento da luta que o Movimento se propunha a fazer, qual seja, a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social – lutas que requerem a compreensão da história do país, do contexto histórico dos movimentos sociais do campo que antecederam o MST e de outros estudos considerados importantes e estratégicos para o Movimento; porque não se tratava somente de conquistar a terra, mas de realizar uma organização social no território e continuar lutando para superar os tantos outros desafios.

Daí, por isso, os três objetivos do Movimento: terra, Reforma Agrária - que daí tem que ter um nível de elaboração um pouco maior e a compreensão do sujeito para ele se envolver nisso - e a transformação social. Isso porque entendemos que dentro do Movimento não começa todas as lutas [referindo-se à história de luta do povo camponês antes do MST]. É resgatar as histórias dos movimentos; entender a conjuntura daquele período [...], mas para isso, não tem como fazer isso se você não teve o mínimo de processo escolar antes, entendendo todas essas outras leituras também de uma educação mais popular. Se você sabe ler e escrever ou não, o fato de você se inserir no processo de luta ele também desenvolve sua consciência, sim! Mas você vai ficar bastante prejudicado diante de outros companheiros que sabem ler e escrever, de ter acesso a essa formação político-ideológica também, né? (SE).

Conforme o SE, a necessidade concreta de avançar no processo de formação política foi um dos principais elementos motivadores para o surgimento do SE. O outro elemento é a valorização do estudo que está presente mesmo entre os que não sabem ler e escrever. Para o SE, esse camponês quando pensava no estudo, pensava para o filho ou a filha que é criança, principalmente. O estudo era para sair da condição que ele vivia de sem-terra ou mesmo sair da condição de camponês. Porque a ideia do estudo era para que os filhos não sofressem o mesmo que os pais, para que tivessem condições melhores. Uma compreensão que ainda persiste nos acampamentos de hoje,

que o estudo tá ligado a você ter um trabalho não sofrido, não pesado, que o trabalho camponês é algo que mais martira [referindo-se a martírio]... até por conta das condições que foram sempre colocadas do que de fato eleva a possibilidade da pessoa ser feliz (SE).

Portanto, conforme o SE, garantir o estudo para os filhos no acampamento foi uma necessidade primeira colocada pelas próprias pessoas do acampamento. E naquele momento era uma necessidade de acesso à escola – escola que estava fora do acampamento/assentamento.

Lá nos primeiros acampamentos, o MST identifica essa baixa escolaridade do Sem Terra que estava se envolvendo naquele período; essa necessidade do estudo, desse aprofundamento; e que as pessoas não sabendo ler e escrever, não tendo acesso a isso, precisava avançar. Então essa é uma questão geral, assim, para compreender um pouco, principalmente a questão da alfabetização de jovens e adultos. Mas quando a questão mesmo da educação começa, mais do que essa necessidade do aprender a ler e escrever dos jovens e adultos, é quando o sem-terra vai para o acampamento e mesmo com a compreensão de que muitos deles não sabiam ler e escrever, já tinha essa compreensão de que o estudo, ele era algo importante para a juventude e para as crianças. Então, ‘eu sou um camponês, ou uma camponesa que tenho filhos, estou sofrendo a vida inteira as consequências de ser pobre, sem-terra, vou para o acampamento e nesse local não tem acesso para meu filho ou minha filha estudar’ (SE).

Se em um primeiro momento a luta foi por acesso à escola, aos poucos, de acordo com o SE, na história do Movimento, a escola foi sendo compreendida também como um espaço do Movimento e a luta foi se construindo não pelo acesso à escola, mas por uma escola diferente, pois o modelo de escola existente não estava servindo na medida que não os considerava, que os negava, que trabalhava contra os trabalhadores de modo geral (SE).

Essa necessidade que aquele território estava colocando de que lá no acampamento, [...] a gente tem que garantir “o meu filho estudar”. Então, essa foi uma necessidade primeira. Então, tipo assim, a importância da gente procurar alternativas para resolver o acesso das crianças irem para a escola. E aí não foi - se a gente pegar assim na raiz, daquele momento - uma necessidade [de formação], era acesso mesmo. Não tinha uma discussão de educação. Aí se procurou o acesso principalmente às condições daquele período que era ir para fora do assentamento ou do acampamento. E aí teve um choque porque as crianças que a gente conseguiu colocar fora do acampamento, elas foram para uma escola que obviamente o educador ou educadora tinham a compreensão de que quem estava vindo ali era filho de Sem Terra e nem sempre o apoio a essa luta era compreensivo na época. E até hoje. Eu sempre falo assim: na época, e se tu pegares hoje, dependendo do território, as perguntas são as mesmas. E essas crianças vinham com duas situações: ou elas [...] depois do acesso a essa escola voltavam com a rejeição do local onde elas estavam lutando – pelas situações que elas se colocavam lá na escola, a discriminação que elas sofriam e tal, rejeitavam a luta dos pais [...] “não quero mais viver aqui, somos filhos de Sem Terra, a gente está fazendo algo errado”. Ou elas negavam a escola, “eu não quero mais ir para a escola”, porque ela não é uma escola que... Aí,

enquanto coletividade geral, se identificou como um problema que estava acontecendo não só no local, mas no geral. E aí que veio [...] essa pergunta: mas que escola é essa que nega a luta de trabalhadores, que não estão fazendo nada de errado, muito pelo contrário, estão lutando para ter acesso ao seu trabalho? Enfim! E essa pergunta, ela gerou a inquietação de que era uma questão que nós deveríamos encarar enquanto Movimento, enquanto organização (SE).

Assim, aos poucos essa escola e o processo educativo praticado ali começaram a ser questionados também pelo Movimento e a “luta pela educação integrou a luta pela terra” (SE).

E foi daí sistematizando e compreendendo a educação como: sim, algo que também nós deveríamos [...] formular enquanto trabalhadores camponeses! Isso é um detalhe importante. Não foi nada muito tranquilo. Por exemplo, tem vários episódios no Movimento que tu identificas... É um movimento camponês, então, a questão da educação não era algo forte, principalmente se a maioria da nossa direção não tinha tido acesso à educação escolar, portanto, não dava a importância necessária. O importante era lutar, garantir a terra, fazer a luta, a transformação social (SE).

Sabia-se que era preciso construir uma escola diferente, mas não se sabia ao certo como seria essa escola diferente. O que estava em questão era, primordialmente, o direito em participar de sua construção desde a concepção do projeto político (SE). Na fala de uma participante da pesquisa, ela relaciona a metodologia do movimento na luta pela terra como uma das fontes dessa compreensão da luta pela educação.

Eu acho que o fato da luta pela terra movimentar a compreensão de que tudo você tem direito a dizer como é, você tem direito a participar ativamente, acho que ela também ajudou, inclusive, nesse debate da educação a não se contentar simplesmente no acesso e sim a interpretar que é um direito (SE).

A gente percebe que a gente tem muito limite ainda no que diz respeito a como fazer lá na nossa base, mas há a compreensão de que tem o direito e que a gente pode participar da construção disso na sua concepção. Em certa medida, já existe essa compreensão, principalmente nos territórios mais antigos que a gente já vem trabalhando há mais tempo. Mas não é pela compreensão específica da educação. É por conta desse bojo do conjunto das outras questões. Por exemplo, quando a gente fala que a luta é pela terra, mas quando chega na terra, aí você entende que tem que organizar coletivamente isso e que todo mundo ali tem que participar, em certa medida, de como vai ser, o que você quer, que tipo de produção que vai ser. É algo que está fomentando a possibilidade de construção de conhecimento mesmo no geral e a escola é mais um elemento disso. Ela entra nessa perspectiva porque a educação em si, não só a escola, mas é porque de fato ela está nesse contexto de luta mesmo pela possibilidade de você

participar ativamente no processo que você está inserido de sociedade (SE).

É nesse contexto de luta pela vida de um modo geral, pelo direito à dignidade, pelo direito de participar da construção de uma sociedade que considere as pessoas, as suas necessidades objetivas e subjetivas, que se insere a luta pela educação no MST. Luta por uma educação diferente, que possa ser construída desde o camponês e não para o camponês.

Com essa sustentação os movimentos populares do campo reivindicaram e ao mesmo tempo formularam o que se chama hoje de Educação do Campo, uma educação imersa na vida e na luta das pessoas do campo e que denuncia o projeto de campo e de sociedade que aí está e não os contempla. Nesse sentido, é uma educação que não se restringe ao campo e ao camponês, mas que reivindica um outro projeto de sociedade para a humanidade.

Atualmente, as principais frentes de atuação e debates do SE, de acordo com os participantes da pesquisa, estão concentradas

- na infância no Movimento,
- nas escolas dos acampamentos/assentamentos e os seus projetos educativos,
- na Educação de Jovens e Adultos e
- na Educação do Campo.

Reforçam que é uma atuação dentro de uma perspectiva da luta de classe e não desvinculada das demais lutas dos trabalhadores, ou seja, não se trata apenas de uma “luta por educação para o Movimento lá no campo, no assentamento” (SE). O que pretendem, afirmam, é que essa luta pelo projeto educativo que realizam no Movimento possa incidir também na luta por um projeto de sociedade, que é uma luta mais ampla e envolve a todos.

O SE faz questão de registrar que o MST não possui um sistema educacional específico e que a luta que fazem no campo da educação é por escola pública em que eles possam, de fato, participar e evidenciar as contradições que tem nesse sistema a partir da sua prática de Sem Terras.

A seguir, serão apresentadas as dificuldades, as necessidades e os desafios vivenciados pelo SE, na perspectiva dos participantes da pesquisa. O material foi organizado em 3 (três) eixos, conforme relacionado a seguir.

Dificuldades, necessidades e desafios em relação:

- ao poder público,
- à formação do educador e
- à organicidade do SE, trabalho coletivo e vida comunitária.

Dificuldades, necessidades e desafios vivenciados pelo Setor de Educação

Em relação ao poder público

Em relação ao poder público o SE relatou como dificuldades vividas a falta de apoio deste no início do acampamento e o desconhecimento e desconsideração para com a Educação do Campo, expresso em práticas de seleção de professores apenas por contagem de pontos – provocando grande rotatividade dos mesmos e prejuízo no processo educativo das escolas do campo – e no fechamento massivo das escolas rurais.

- *Falta de apoio do poder público*

Essa falta de apoio do poder público no início do acampamento se revela no quase total abandono das famílias que ficam praticamente sem nenhuma estrutura governamental, seja de saneamento, de moradia, ou de qualquer aparato estatal (na maioria das vezes são os próprios acampados que acabam por construir a infraestrutura e os equipamentos públicos necessários para a suas vidas).

Mesmo os acampamentos e assentamentos tendo um contingente considerável de crianças em idade escolar, a escolarização dessas crianças só acontece como resultado de muitas reivindicações e do próprio esforço dos acampados/assentados para que as crianças tenham acesso ao seu direito de estudar. Esse esforço, muitas vezes, inclui construir a própria escola com os escassos recursos que possuem e sem material adequado. Como exemplo, a escola do acampamento onde foi feita a entrevista com o SE foi construída pelos próprios acampados de forma coletiva. Cada quatro grupos (formado por cerca de 15 famílias cada um) se responsabilizaram por construir uma sala de aula. No acordo que fizeram nas reuniões que antecederam o acampamento, as salas de

aula seriam construídas antes mesmo das casas⁵⁷ – somente depois de terminada a construção da sala é que o grupo iniciaria a construção das casas, que também foi feita de forma coletiva (SE).

Tinha pessoas lá serrando, pessoas puxando nas cordas. Se no grupo tinha um carro para puxar as madeiras, puxava de carro, fazia um amarrado ali atrás e puxava. Outros puxavam nas costas. Pegavam uma tábua cada dois e ali vinham, né. E construíram! E outros estavam ali já plainando o chão, foi feito tudo no braço isso aqui. Teve um trator que deu uma tentada de destocar, mas não conseguiu, os tocos [...] ainda eram bem resistentes, estavam bem novos, cerrados, então as famílias mesmo cavoucaram, cerraram bem embaixo e fizeram (SE).

Em 21 dias o prédio estava pronto e como eles disseram não estavam “perfeitas, mas já dava para se abrigar ali com as crianças” (SE). Não tinham os equipamentos, os móveis, cadeiras para sentar, mesas para escrever, “eles mesmos construíram os banquinhos com o resto da construção [...], eles construíram o lugar deles sentarem, o lugar deles escreverem, mas iniciou-se a aula dessa maneira” (SE) com professores voluntários de dentro do próprio acampamento atendendo até o quinto ano (SE).

Através de convênios articulados pelo MST estadual com a Secretaria Estadual de Educação conseguiram garantir a contratação destes professores do próprio acampamento para atender até o quinto ano. E no tempo de seis meses, depois de muitas reuniões mostrando o número de educandos dentro de um contingente de cerca de 1.300 famílias, conseguiram, através da Secretaria Estadual de Educação, a oferta do 6º ano até o Ensino Médio e a alfabetização de Jovens e Adultos (SE).

Contudo, ainda que tenham tido essas conquistas, esse povo – que se organiza para construir a escola da comunidade e assume a formação como um valor a ser cultivado – se defronta cotidianamente com um Estado que na prática não tem para com a educação do povo o mesmo valor, um Estado enredado nas questões burocráticas e no argumento da falta de recurso e, por consequência, na precariedade de atendimento. Isso se reflete nas diversas faltas que se sobrepõem: falta de prédios adequados para o funcionamento de uma escola, falta de material básico como papel sulfite, falta ou precariedade de transporte

⁵⁷ Nesse período ficaram alojados em um barracão coletivo.

escolar, falta de educação especial, falta de equipe multiprofissional para avaliar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem etc. (SE).

Então, a gente tinha assim, sabe, as salas eram 'entupetadas', tinha dias de passar mal, que a gente tinha que mudar o planejamento às vezes para ter outra maneira de dar aula e tentar acomodar (SE).

Uma das reivindicações das escolas aqui da região com o pessoal do Núcleo Regional de Educação é sobre a Educação Especial [...]. Nós temos educandos que são avaliados por especialistas, neurologistas, psicólogos, por psicopedagogos, enfim! Toda essa avaliação, os procedimentos por uma chamada equipe multifuncional que chama nas escolas e tal. E no início [...] essas crianças não tinham atendimento. Nós não tínhamos profissionais para trabalhar. Nossa escola não tinha essa sala de recurso, a classe especial, que chamam essas salas que cuidam dessas questões; aí a gente não tinha na escola, de início. Já era uma briga, vamos dizer assim, uma luta para conseguir as questões básicas para funcionamento, daí já imagina mais essas questões que é de direito, mas o Estado não fornecia. E como a escola ela é estadual desde os anos iniciais, o município, ele se isenta e diz *“não, eu não tenho responsabilidade nenhuma, porque não é da rede municipal, é da rede estadual, compete ao Governo do estado resolver isso”*. Então você vai lá pedir para fazer, por exemplo, uma estrada para o ônibus escolar circular tranquilamente em segurança *“não, mas eu não posso colocar uma máquina pública em um terreno de disputa judicial”*. Entenda, é uma das desculpas. Eu não posso fazer um piso em uma sala de aula para dar uma condição melhor, vamos dizer assim, de infraestrutura porque eu não posso investir dinheiro público em uma área em conflito, em disputa judicial. Então, esses educandos ficaram de fato sem ser assistidos no direito deles, né? Alguns deixaram com familiares [referindo-se aos pais que deixaram os filhos na cidade com familiares para que pudessem estudar], outros ficaram aqui e foram matriculados no ensino regular para não ficar assim, sem ir para a escola, enfim! E aí, esse ano, 2015-2016-2017, lutando, brigando para conquistar esse direito. Esse ano a gente conseguiu, mas a gente teve que acionar até a Promotoria Pública (SE).

Além destas dificuldades estruturais, o Movimento também enfrenta a ignorância e o descaso do poder público para com a Educação do Campo. É o que será abordado a seguir.

- ***Desconhecimento e desconsideração para com a Educação do Campo***

A Educação do Campo consta na LDB como uma modalidade de ensino, mas ainda assim ela é pouco conhecida pelos agentes públicos das secretarias de educação e até hoje não se tem uma política nacional para a Educação do Campo, o que dificulta em muito a compreensão do processo educativo que lhe é específico e que fica subordinado aos sistemas burocráticos das secretarias de educação (SE).

Um exemplo desse desconhecimento e também desconsideração para com a Educação do Campo é o descaso, por parte das secretarias de educação, para com o projeto político pedagógico da escola do campo e a prática de seleção de professores com utilização apenas de contagem de pontos, negligenciando que essa é uma modalidade de ensino com conhecimentos e metodologias que lhe são próprios e que, portanto, necessita de professores com preparo para tal, ou, pelo menos, com “interesse” na Educação do Campo (SE). Esse modo de seleção apenas por pontuação tem como consequência uma grande rotatividade de professores nas escolas do campo com prejuízos consideráveis ao processo pedagógico da escola e na vinculação do professor com a comunidade. Um trecho da fala de uma das entrevistadas ilustra essa questão:

Geralmente é uma penalidade você ir dar aula no campo né. Em geral, você fica ali enquanto você não consegue um lugar melhor porque você se distancia de sua casa e tal, tal, tal [referindo-se ao professor da cidade que é selecionado pela contagem de pontos a dar aula em uma escola do campo]. O fato de nós, os educadores do campo, não termos uma política específica... [porque] poderia ter um concurso para educadores do campo, porque se tu fizeres o concurso pra educador do campo, mesmo você sendo da cidade, você está optando por trabalhar lá no campo, daria mais possibilidade para os educadores que são do campo também, de ter garantia de que eles vão ser atendidos lá. Essa é uma pauta antiquíssima aí da Educação do Campo, né? (SE).

A proposta pedagógica da escola do campo defendida pelo Movimento fala de uma educação que se vincula à vida e que tem dificuldades para ser compreendida e concretizada por professores que por ora estão ali, mas que sabem (e muitas vezes almejam) que no próximo ano estarão em outra escola, em outro lugar. Como consequência, todo início de ano é necessário recomençar o processo de inserção com professores novos, e também de compreensão da proposta pedagógica, do planejamento coletivo... e quando eles começam a entender e a se acostumar, com frequência, têm que sair da escola por causa do método de seleção dos professores (contagem de pontos) para a ocupação das vagas (SE). Há também aqui total desconsideração com o professor do campo que não tem a mesma possibilidade que aqueles professores que estão nos centros urbanos em participar de cursos e demais atividades que lhes proporcionam pontos no currículo.

O descaso com a Educação do Campo também se revela pela avalanche de fechamento de escolas rurais públicas⁵⁸ que está inserida na política de precarização da educação como um todo, da formação dos professores e do trabalho docente.

Se tu pensares assim em termos de concurso, São Paulo é o que mais tem professores concursados, tanto na cidade como no campo, mas grande parte dos estados estão ficando na contratação. São contratos... que é a precariedade do profissional da educação. A gente vive as mesmas mazelas. Eu tenho debatido muito isso. No campo tem uma questão que foi construída culturalmente de que para o campo é algo isolado, não tem educação (tem isso de que a gente teve que enfrentar nesse processo da luta pela educação do campo), mas no que diz respeito a precariedade da educação é campo e cidade. Isso é uma coisa incrível. Se tu pegas o Complexo da Maré, [periferia] no Rio de Janeiro, tem mais de 200 mil pessoas e tem uma escola de ensino médio. E tem quase um milico para cada 10 famílias com a intervenção militar que se tem (SE).

Essa precariedade salta ainda mais aos olhos quando se trata de Educação de Jovens e Adultos, que de acordo com os participantes da pesquisa é uma das prioridades do Setor de Educação do Movimento.

A EJA sempre ficou marginalizada na política pública [...] e também ainda existe muito a ideia de que a EJA tem que ser algo voluntário porque ela veio da perspectiva da educação popular, Paulo Freire e tal. Mas a gente entende assim: ela pode acontecer nesse âmbito, mas ela é uma política pública também! Ela precisa ter as condições reais e muito mais. Às vezes a gente resgata e temos experiências muito legais como as 'Campanhas de Alfabetização' que a gente realiza com as condições que a gente pode. Mas é aquilo, a EJA lá com a lamparina, velhinhos e velhinhas sentados no chão, os jovens [...]. É bonito para foto, mas não é isso que a gente quer. A gente quer ter as cadeiras adequadas para os jovens e adultos, quer ter as condições objetivas... mas a gente realiza [...]. A ideia é assim: a nossa forma de pressionar é fazendo! Então, as condições que a gente tem a gente faz assim, mas não é isso que a gente quer. A gente queria que tivesse as condições de fato adequadas para desenvolver um processo de Alfabetização de Jovens e Adultos" (SE).

⁵⁸ De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), em 2008 existiam no Brasil mais de 85 mil escolas rurais públicas. Em dez anos esse número caiu para pouco mais de 56 mil escolas. Em outro levantamento feito pela Universidade Federal de São Carlos o cenário se apresenta pior ainda, pois aponta que só entre 2002 e 2017 já havia sido registrado o fechamento de 38 mil escolas.

Além das dificuldades com o poder público, o SE abordou também as dificuldades em relação à formação dos educadores. Esse tema será desenvolvido no próximo tópico.

Em relação à formação do educador

De acordo com o SE, a formação do educador também é um desafio constante, pois, em geral, os educadores, sejam os do acampamento/assentamento ou os de fora (da cidade), têm uma “precariedade gigantesca no seu processo de formação”. Precariedade não só no conteúdo, mas também no processo de construção do conhecimento, resultando em dificuldades para o educador desenvolver a educação que o Movimento anseia que “não se resolve com livro ou um curso” (SE).

Não é o material do Movimento, que tem uma construção muito linda de escola, que a [fulana] na sua sala de aula já consegue fazer todas as conexões da totalidade (SE).

Você teria que ter pessoas mais preparadas para conseguir dar conta de desenvolver essas articulações todas que a escola exige. Tem o projeto educativo para algo que você tem que dar conta de visualizar a totalidade, mas você tem ser humano preparado ainda por esse sistema, que é isso mesmo que a gente tem, que tem dificuldade de ver as coisas fora das caixinhas (SE).

O SE cita como exemplo a questão da agroecologia. No projeto de Reforma Agrária Popular defendida pelo Movimento, a produção e o resultado do trabalho devem estar sob o controle dos trabalhadores, tendo como “prioridade a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis para todo o povo brasileiro e para as necessidades de outros povos” (MST, 2013). Para tanto, o programa destaca a necessidade de se considerar que os alimentos são um direito de toda humanidade e que, portanto, não podem estar submetidos à lógica do lucro e que as técnicas para a sua produção devem ser agroecológicas, sem uso de agrotóxico e de sementes transgênicas, em equilíbrio com a natureza; uma produção que se faça de forma cooperada e com relações sociais sem exploração, opressão e alienação, com capacidade de gerar trabalho e renda para todos, inclusive juventude e mulheres (MST, 2013).

Para a efetivação dessa proposta há uma série de defesas, bandeiras de luta e reivindicações para com o Estado, mas há também definições políticas internas de práticas sociais do próprio Movimento, entre essas a de “implementar

programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia” (MST, 2013) vinculados às escolas de todos os níveis existentes nos assentamentos. Contudo, um trabalho como esse, que defende uma mudança radical no modo de reprodução da vida material e cultural, necessita de um educador que consiga em sua atividade pedagógica articular os diversos elementos sociais, políticos e culturais presentes nessa questão.

A gente tem avançado bastante no que diz respeito de tentar vincular essa questão do trabalho e educação, que é de discussão da agroecologia nas escolas que também ela tem toda relação com a construção do conhecimento, com o trabalho, com a vida, a organicidade do assentamento. Então, tem várias experiências bem legais em torno disso, tem avançado bastante. Ao mesmo tempo, quando você vai para lá [para as escolas], você percebe como esse educador precisava ter uma base filosófica bem mais ampliada para poder dar conta de todas as conexões. É exigir demais [risos]. Estamos em um processo bem legal de construção de currículo da agroecologia e tem um educador se dedicando ao máximo para fazer a transformação daquilo, mas ele também é resultado de uma precariedade gigantesca. Nós temos vários professores que são resultado dessas ‘uni-esquinas’. Fizeram a graduação a distância, porque é essa nossa realidade, apesar de toda luta que a gente teve do PRONERA, ainda está muito aquém das necessidades que a gente tem em termos de quantidade [de] pessoas no processo de formação de educadores (SE).

A precariedade da formação dos educadores influencia no desenvolvimento do projeto pedagógico, mas também no trabalho com outras questões presentes no contexto educativo, como poderá ser acompanhado no tópico a seguir.

Em relação à organicidade, trabalho coletivo e vida comunitária

Na entrevista realizada com o Setor de Educação, os educadores relataram também dificuldades que se referem à saber agir diante de questões de violência à criança (inclusive o abuso) e essa dificuldade foi, ao longo da conversa, trazendo reflexões que se entrelaçavam com outras dificuldades vivenciadas pelo Setor e também pela comunidade local.

- ***Dificuldade de agir frente às violências sofridas pelas crianças***

Os participantes da pesquisa do Setor de Educação relataram a dificuldade de agir quando uma criança relata ser vítima de violência, seja ela sexual ou “psicológica”⁵⁹.

Também relatam dificuldade em fazer trabalho de base sobre as questões da infância com as famílias para que possam entender o processo de desenvolvimento da criança com vistas à sua educação. De acordo com os educadores participantes da pesquisa, essa é uma dificuldade geral, ou seja, de todo os setores do acampamento. Nesse sentido, para eles, entender melhor a vulnerabilidade da criança, o corpo, a sexualidade e a questão de gênero é fundamental.

Nós trabalhamos em escolas que meninas com 12 anos não sabiam que iam menstruar. Nós trabalhamos em escolas que meninas que já estavam menstruando achavam que estavam com uma doença porque ninguém nunca contou para elas que elas iam menstruar. E várias outras questões relacionadas a essa questão, não só do desenvolvimento, mas da relação entre eles né... que aí vem toda essa onda da ideologia de gênero, da escola sem partido para impedir que a gente faça esse trabalho. Mas por quê? Por que nossas crianças não podem entender sobre corpo, nossas crianças não podem entender de relações igualitárias? Então, eu acho que isso é uma questão que a gente... é uma necessidade nossa enquanto Movimento, enquanto Setor de Educação, que a gente vem discutindo. Inclusive, na nossa última reunião do Setor a gente pautou isso: de como é que a gente coloca no planejamento das nossas escolas esse trabalho das relações de gênero, de sexualidade, de corpo e como é que a gente trabalha isso. Porque eu acho que essa é uma das nossas grandes necessidades [...], de como é que a gente pode trabalhar isso nas nossas escolas (SE).

A necessidade de entender esses temas está relacionada a outras duas necessidades relatadas pelos educadores: de fazer um trabalho de prevenção com crianças e adolescentes e de superarem os seus próprios limites com essas temáticas, não só no aspecto do conhecimento teórico, mas também nas relações estabelecidas na escola.

A gente precisa entender melhor [a questão do corpo, de gênero e sexualidade], a gente precisa trabalhar isso com a nossa adolescência desde a criança, de entender como é que cuida do seu corpo, o que é um toque de afeto e o que é um toque de abuso, para prevenir essa criança. Até ali na adolescência que eles estão naquela confusão, não sabe o que vai acontecer com eles, né? E aí também depois os próprios educadores, de relações de gênero que

⁵⁹ Termo usado pelos próprios participantes da pesquisa do Setor de Educação.

a gente tem na escola. A gente precisa trabalhar isso e superar isso, né? Como é que a gente também entende essas questões (SE).

No que se refere à violência sexual, os educadores participantes da pesquisa mencionam que casos de abusos são relatados pelas crianças ou percebidos pelos professores com frequência e eles, os professores, não sabem exatamente como lidar, como conversar com a criança.

A gente se depara (isso diariamente na escola) com fatos assim, de abusos, de coisas assim, e nós não sabemos lidar com isso, nós não [...]. O que vamos fazer? Como a gente vai lidar com aquela criança, como que a gente vai conversar com ela, como chegar e conversar? Se é uma menina, por exemplo [...] e ela conta para o professor, ou um menino e vice-versa (SE).

O Setor de Educação entende que esse problema não deve ser enfrentado apenas pela escola e por isso buscam o diálogo com os demais setores organizados dentro do acampamento, com a direção do Movimento, com o Conselho Tutelar do município. Contudo, nem sempre conseguem que mais pessoas se impliquem e que consigam ter uma leitura do que está acontecendo nos espaços do acampamento, ficando a cargo da escola a lida com a problemática que, junto à todas as demais demandas, gera uma sobrecarga para os educadores.

Essa discussão do abuso, da violência contra a criança, há a necessidade de que haja um engajamento maior da comunidade. A escola, por si só, acaba não dando conta. Quando acontece casos, por exemplo, que aconteceu alguns meses atrás, da criança [...] começar no terceiro ano a chorar dentro da sala e dizer: *“olha, meu padrasto tentou fazer isso comigo!...”* A gente busca o diálogo. Que a gente entende daí que não é só a escola que vai resolver. Porque a gente tem setores organizados dentro do acampamento. Então, a gente busca dialogar com o Setor de Saúde, busca dialogar com pessoas que compõem a direção do Movimento para resolver esse caso em conjunto, né. Porque não é uma questão que a gente consegue assumir só enquanto escola. Até porque eu sou acampado, todos nós somos acampados aqui e tem que ter muito cuidado quando se trata desses assuntos, né? Mas é isso! Às vezes acaba faltando esse aporte, assim, de mais pessoas se somando nessa discussão, e mais pessoas fora a coordenação da escola, os educadores, enfim, que consiga ter essa leitura do que está acontecendo nos espaços do acampamento. Não só da educação, mas o Setor de Saúde tem uma função importantíssima também nessa questão do cuidado (SE).

No trecho acima, além da falta de conhecimento sobre como agir, como conversar com a criança que está passando por violência, aparecem mais dois

outros elementos: o fato dos educadores residirem no acampamento e a sobrecarga que recai sobre a escola e os educadores.

O fato dos educadores residirem no mesmo acampamento é uma questão que gera preocupação e isso fica perceptível na fala “porque eu sou acampado, todos nós somos acampados aqui e tem que ter muito cuidado quando se trata desses assuntos” (SE). Essa fala aponta para um sentimento de insegurança vividos pelos educadores para abordar o tema da violência. Também aponta para a necessidade de ter mais pessoas e mais setores do próprio acampamento envolvidos nessa questão, que é extremamente delicada, ao mesmo tempo, pouco discutida e com pouco conhecimento sobre “o que fazer”.

A reflexão de uma das entrevistadas do SE reforça a necessidade de se avançar nesse ponto e destaca que a percepção da criança como uma propriedade da família (muito presente entre nós) contribui deveras para a compreensão de que cada família “educa” como quer e que não cabe ao outro “botar o bedelho”, interferir, fazendo com que ainda se encontre muita dificuldade em abordar o assunto da violência à criança e de se estabelecer esse tema como uma linha política, a exemplo da violência contra a mulher⁶⁰.

A sobrecarga que recai sobre a escola e os educadores é uma questão que possui diversos inter cruzamentos e por isto será relatada no próximo tópico.

- ***A escola como centro de resolução dos problemas***

Os participantes da pesquisa do Setor de Educação relatam que no acampamento a escola não assume apenas a tarefa de ensino, mas é também onde muitos dos problemas das famílias desembocam.

As famílias que vem para o acampamento, são famílias marginalizadas né, famílias que vêm da periferia lá do Rio de Janeiro, de São Paulo; que vem da periferia aqui de [...]; que vem da zona rural, mas também desses espaços de marginalização, né? Então, nós temos muitas famílias que não significa ser criada com avó, ou só com a mãe, ou só com pai, que é sinônimo da criança não ter o devido acompanhamento e formação e tal. Mas são famílias marginalizadas literalmente, assim! Só um relato para ter

⁶⁰ A violência contra a mulher é uma linha política do MST e, portanto, é tema de trabalho contínuo de formação e em diversos acampamentos é uma questão presente na organicidade do espaço, inclusive com estabelecimentos de regras de conduta. Contudo, são as mulheres que, majoritariamente, participam dessas formações e se implicam nessa tarefa formativa.

uma ideia: nós temos uma família aí que ela passou por vários acampamentos. Foram vítimas de vários atos de marginalização [...]. Nem documentos das crianças não têm. Perdeu a carteirinha de vacinação, o registro escolar, aí chega [na escola]. Como você não vai matricular uma criança dessa? Então tem famílias que tem quatro, cinco, seis crianças, entende? [...] Aí vem tudo para escola! A escola é onde reflete todos os conflitos, entende? É tudo aqui! Aí vem a situação que sim, existe o conflito familiar do pai, da mãe, as vezes ali, vem repercutir aqui dentro do espaço escolar. As questões burocráticas, de matrículas... porque hoje, no estado [...] é assim: para fazer a rematrícula, a criança tem que ter uma declaração de que ela está tudo em dia com as vacinas. Não basta trazer a carteirinha de vacinação. Aí a família chega aqui, que passou por um acampamento, que sofreu um temporal, passou um temporal, molhou toda documentação, perdeu. Saíram em um conflito, sei lá, de um despejo, e perderam essa documentação; tiveram as coisas queimadas e não agilizaram, não recorreram para adquirir esses documentos de volta. Chegam aqui, a gente tem que resolver isso! Aí você busca parceria com o Conselho Tutelar. Inclusive, ontem o cara entrou em contato comigo, conseguiu duas segundas vias, no caso dois registros de alunos, desse tipo que a família não tinha e eu tenho que ir lá buscar. Tem coisas que a gente consegue resolver, tem coisas que não. Então vai além, de questões sociais mesmo, de assistência social que você tem que dar para a família. Aí uma assistência pedagógica que é a função da escola, né? De trabalhar o conhecimento com as crianças e vai além disso, entende? (SE).

A criança chegar na escola sem comer, sem ter o [...] não tomou café, não teve almoço, a família não tem alimentação. Ela não quer saber de estudar, ela quer saber a hora do lanche. Ela entra na sala de aula e começa: que hora é o lanche, o que tem de lanche hoje? Entende? Estou sentindo cheiro disso, estou sentindo cheiro daquilo [...]. E isso a gente convive muito que é outra dificuldade que eu me arrepio quando falo, que é a realidade das nossas escolinhas, entende? (SE).

Como visto, a escola não é só o espaço de ensino e aprendizagem, é também o local onde as famílias buscam a resolução de diversos problemas relacionados à sua condição de miséria e marginalização. Na percepção dos educadores, as famílias entendem que é na escola que se concentram as pessoas mais instruídas do acampamento, as que tem mais informações e as que mais conhecem os caminhos para a resolução dos problemas.

E o que é a escola no acampamento? É espaço que é concebido pelas famílias onde estão as pessoas que são melhores instruídas, informadas, que conhecem os caminhos. E daí remete um problema para a escola. Por quê? É bom por um lado, é ruim por outro! Porque significa que outros agentes formativos e de tratamento dos problemas, não estão funcionando! E daí a escola se sobrecarrega (SE).

A solução apontada pelos educadores para resolver essa questão da sobrecarga da escola com os problemas sociais vividos pelas famílias

acampadas passa pelo que denominam de ‘elevação cultural’ do povo para que os demais agentes possam contribuir mais e para que a debilidade na resolução dos problemas não seja percebida só na comunidade, mas também pelas pessoas que compõe órgãos como a Assistência Social e o Conselho Tutelar.

[...] nós acreditamos e temos analisado melhor isso coletivamente que a solução está na elevação cultural do nosso povo! E essa é a nossa batalha: elevar culturalmente. [...] A gente sempre diz que os problemas não têm que ser o fim, mas sim o elemento organizador para gente continuar crescendo enquanto coletividade. Então, eu acho que tanto esse problema de ordem estrutural, esse empobrecimento cultural, essa negação de direito que nós tivemos ao longo da história repercute nas outras formas de violência, nas relações humanas problematizadas. E repercute em conceber a escola como espaço de solução dos problemas que são de outros sujeitos coletivos, que são de outras agências, né? Então [...] tem as Redes de Proteção, que em alguns municípios funcionam super bem! Que é essa vinculação do Conselho Tutelar, Ministério Público, da comunidade - escola – Conselho Tutelar - Ministério Público - assistência social e em alguns casos até a própria Polícia Militar. Um conjunto de agências que estão para proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes se reúnem para poder dar essa solução dos problemas. E a gente tem acampamentos em municípios nossos que funciona muito bem e têm contribuído significativamente! Entretanto, o nosso pessoal já tem percebido os limites da própria assistência social, do Conselho Tutelar, que também são empobrecidos culturalmente e também tem dificuldade de nos ajudar. Então, a massificação da cultura é a solução para ajudar alimentar formas mais fecundas de lidar com problemas, não é? (SE).

A gente tem um empobrecimento cultural no nosso meio, muito grande! É do conhecimento de todos nós, não é novidade. Mas é importante considerar [que] esse empobrecimento cultural limita as possibilidades dos pais, mães, responsáveis pelas crianças de buscar alternativas que estão disponíveis para o conjunto da sociedade. Embora nem sempre funcione, mas está disponível (SE).

O fato da escola ser o espaço onde as famílias buscam apoio, de acordo com os educadores, também está relacionado com a forma como a escola foi construída (de forma coletiva pelos acampados), com o fato da escola estar dentro da área do acampamento e porque uma boa parte dos educadores são acampados e estão em contato direto com as famílias. Portanto, há uma proximidade grande da escola com a comunidade. Essa proximidade gera sobrecarga aos educadores que a todo momento são interpelados pelas famílias, na escola e na rua, para tratar de problemas diversos. No entanto, apesar da queixa de sobrecarga, os educadores consideram ser positivo o fato da escola ser considerada um “ponto de apoio” para as famílias.

Nesse mesmo sentido da sobrecarga da escola, o SE faz uma observação importante sobre sua própria organização que será apresentada no próximo tópico.

- ***A organização do Setor de Educação***

Ao falar da sobrecarga vivenciada pela escola por ela ser, ao mesmo tempo, o espaço de ensino e o centro da resolução dos problemas das famílias dos educandos, os próprios educadores participantes da pesquisa apontaram para um problema que percebem na organização do Setor de Educação: “o nosso Setor [de educação] aqui está organizado, mas ele não tem uma dinâmica de funcionamento” (SE).

É uma confusão muito grande entre escola e entre educação. A gente compreende que a escola, ela cabe dentro do Setor de Educação do Movimento. Mas o Setor, ele não cabe totalmente dentro da escola. Então, o Setor de Educação para nós do Movimento, ele tem uma função muito mais ampla do que necessariamente a escola. E na maioria das vezes acaba a escola sendo esse centro [...] de resolução de conflitos. Tem muitas coisas que se o Setor de Educação, de fato, está funcionando no acampamento, não necessariamente vai caber à escola resolver. E a gente tem uma necessidade muito grande na atualidade e é uma pauta do Movimento, por exemplo, discutir a educação de jovens e adultos. E dentro dessa questão, da gente cumprir lá os 200 dias letivos e as 800 horas, a gente não dá conta. Os educadores da escola muitas vezes extrapolam esse espaço escolar para gente resolver outras coisas (SE).

Os próprios educadores percebem que o Setor de Educação e a escola se misturam e se confundem no cotidiano do processo organizativo. Eles relatam que, em geral, quem assume o Setor de Educação são pessoas que estão ligadas à escola (muitas vezes o próprio coordenador da escola) gerando uma sobrecarga, pois a escola por si só já demanda muito. Isso tem sido tema de discussão e a saída apontada é ter uma representação do Setor de Educação que caminhe junto com a coordenação da escola, mas que não esteja trabalhando na escola, que “enxergue o todo, que discuta o todo, [...] que sente com a coordenação da escola” (SE), mas que extrapole o chão da escola e consiga atuar nas necessidades formativas do acampamento nas diversas temáticas. Essa pessoa, necessariamente, na avaliação dos participantes da pesquisa, precisa ser do acampamento.

- ***O distanciamento entre escola e comunidade***

Em um dos tópicos anteriores foi mencionado que um dos fatores de sobrecarga da escola era a proximidade com a comunidade por seus educadores serem também moradores do acampamento e que por esse motivo sempre eram interpelados, seja na escola ou na rua, para tratar de problemas diversos. Contudo, os educadores também mencionaram um distanciamento da escola para com a comunidade e atribuem a esse distanciamento uma das causas da sobrecarga de trabalho.

Relatam que no início da escola a comunidade estava mais presente, inclusive foi a própria comunidade que construiu a escola. Isso foi uma decisão coletiva tomada antes mesmo de fazerem a ocupação da área, de que cada grupo de famílias ficaria responsável pela construção de uma sala de aula e que só depois de cumprida essa tarefa iniciariam a construção de suas casas. Assim, a escola foi construída com o envolvimento e participação de todos.

Com o passar do tempo, como relataram “distanciou um pouquinho” (SE). Mas reconhecem que se o Setor de Educação convoca, a comunidade comparece e contribui e citam o exemplo de quando a comunidade foi convocada para preparar as festas e de como ajudaram do início ao fim. Por fim, perceberam que a comunidade não está sendo muito convocada e atribuem isso à demanda de trabalho que a escola gera e as preocupações que vão surgindo a cada tempo.

Hoje a gente vê um pouquinho mais de dificuldade, né. Que se distanciou um pouquinho. Mas quando convocados pelo Setor de Educação, volta para escola. Se fazer convocação, a gente tem [...]. Eu trabalhei, o [fulano] e eu trabalhamos lá no [outro acampamento], a gente vê lá também que se distanciou, está afastado, mas chamou, o povo vem! Como é tão próximo as famílias da escola, então, se a gente convocar, eles vêm para a escola. Eles estão sempre dispostos a ajudar. A gente fez várias reuniões lá, nesse ano de 2018, com os pais. Então, eles sempre estiveram dispostos a colaborar, ajudar. Fizemos uma festinha lá (até para arrecadar um pouco de fundo) e eles colaboraram assim de ‘cabo a rabo’ (SE).

Um exemplo [...] é que agora a pouco, a gente fez uma reunião com o Setor de Educação na escola e estavam presentes todos os grupos [referindo-se aos grupos do acampamento] para contribuir na nossa mística da formatura da [nome da escola] (SE).

O SE compreende que a participação da escola na comunidade e da comunidade na escola é fundamental para a realização da Educação que o MST

propõe, contudo que a organicidade “nem sempre dá conta” de propiciar essa participação.

A ideia é que essa escola nossa, ela não vai funcionar da forma como a gente pensa se ela não tem o envolvimento da sua comunidade como um todo. E aí a nossa organicidade nem sempre dá conta disso. Eu sempre falo assim: tu tens um assentamento que tem uma escola super boa, mas a organicidade no assentamento é péssima. Então, não está boa a escola se ela não está vinculada a essas contradições que tem no assentamento; ela não está dando conta, ela precisa ter esse vínculo. Ao mesmo tempo também o contrário é verdadeiro: um assentamento com uma organicidade superdesenvolvida, consegue dar conta diariamente das questões que aparecem, mas, porém, a escola é totalmente isolada. Então, falta alguma coisa; porque não tem interligação com as frentes, então algo está errado (SE).

Na fala acima, o SE destaca a organicidade em torno do trabalho interligado entre as diversas frentes e essa temática evoca um outro tema que apareceu nos relatos, a do trabalho coletivo.

- ***O trabalho coletivo***

Nas falas do SE, o distanciamento da escola para com a comunidade também está relacionado ao trabalho coletivo que aparece como uma das dificuldades e desafios constantes.

Esse princípio da escola na comunidade e a comunidade na escola, isso também tem sido um desafio. [...]. Porque a gente sempre inicia com um processo mais aquecido, um processo mais efervescente, e aquilo que eu dizia, quando o tempo vai passando, as preocupações vão se tornando outras e a dificuldade que a gente encontra nas comunidades de continuar concebendo a solução das coisas de forma coletiva, né [referindo-se à participação da comunidade na escola] (SE).

O SE percebe que à medida que a escola vai se organizando e vão surgindo outras preocupações há dificuldade de “continuar concebendo a solução das coisas de forma coletiva” (SE). Depreende-se dessa fala que à medida que a escola vai se organizando, ou seja, assumindo os moldes do sistema educacional institucionalizado, os lugares, os papéis e as práticas dos diferentes atores vão se definindo conforme o padrão vigente, e neste, a comunidade é alvo do processo educativo e não sujeito. Ela é chamada a participar quando a escola avalia ser importante, ela não participa dos processos decisórios e tão pouco tem influência sobre o fazer pedagógico da escola. O SE,

em uma das falas, compreende que a concepção dominante de educação ainda é de algo pronto e que não se pode mexer.

Essa concepção que tem ainda [...] que é a ideia de que educação é algo que a gente não pode mexer, que ela está pronta. Então, as pessoas têm dificuldade de interpretar que elas podem, sim, dizer o que elas querem com aquela educação (SE).

Mas, de acordo com o SE, a dificuldade com o trabalho coletivo não se refere apenas à participação da comunidade, mas é também uma dificuldade no interior da escola. Especificamente entre os professores, a dificuldade com o trabalho coletivo é relacionada aos problemas nas relações humanas, ao modelo internalizado de escola que muitos professores trazem de suas experiências e à dificuldade de compreender o modelo de educação defendida pelo Movimento e o seu projeto político.

Porque a gente entende que em se tratando de relações humanas, elas sempre serão regidas por enfrentamentos, com contradições e com problemas, né? [...] há sempre um jogo entre interesses coletivos e individuais, né? E nossa... o que a gente tem passado no conjunto, assim, das escolas, em relação a isso. Assim ó, mesmo com todos os avanços que a gente tem, de dar esse caráter coletivo, que a gente não deixa de reconhecer, mas dentro dele, reconhecer os limites também, né? Com todo o avanço desse caráter coletivo dos processos, o quanto que às vezes as relações humanas entre os próprios educadores e educadoras e eu não estou dizendo só os educadores e educadoras que são do acampamento, vinculados ao MST [...], mas é entre os que são vinculados ao Movimento e vice e versa. Compreendendo aqui como uma totalidade, esses sujeitos, né? No que diz respeito essa coisa da falta, mesmo às vezes, de solidariedade, de compreensão do princípio da coletividade, né? A gente tem se encontrado no princípio permanente de tratamento com essas situações. [...] às vezes diz respeito a esse educador que é acampado, está na escola, mas às vezes não compreende, inclusive, o projeto societário que o Movimento objetiva construir. E aí está ligado aquele problema que a gente dizia anteriormente, do nível cultural, né? E daí isso limita de se reconhecer na coletividade da escola, e de se reconhecer dentro da divisão de tarefas da escola, e de se reconhecer dentro da dedicação necessária para fazer essa escola mais bela e humana, né? A gente sempre brinca, a escola que deveria ser o espaço mais humanizado, né? Assim como a universidade. Em razão de que são os sujeitos que, de alguma medida, estão acessando o conhecimento permanentemente, estão trabalhando com a formação humana, e daí a gente se depara com as situações que contrariam o desenvolvimento humano. [Risos]. Ou não, né? Isso faz parte do desenvolvimento humano, na verdade, né? Essas contradições todas, esses recuos e avanços, na formação humana (SE).

A dificuldade nas relações humanas, na fala do SE, traz elementos que falam da falta de solidariedade, da falta de compreensão do princípio de

coletividade, das tarefas da escola que não são assumidas, da falta de dedicação para a construção de uma escola mais bela e mais humana.

Na concepção do SE os espaços educativos deveriam ser os mais humanizados porque é ali que estão os sujeitos que estão em contato permanente com o conhecimento e que estão trabalhando com a formação humana. Contudo, fica explícito uma certa frustração nessa expectativa, não só em relação às escolas dos acampamentos e assentamentos, mas aos espaços educativos de um modo geral.

Nas reflexões do SE, os problemas enfrentados na escola ou em qualquer frente do Setor são os problemas que o Movimento também enfrenta na sua organicidade, problemas de consciência e de limites organizativos. Há experiências relevantes acumuladas em assentamentos, mas que não estão massificadas, ou seja, que não foram assimiladas pelo conjunto do Movimento e isso é um grande desafio.

Esses lugares que a gente tem algumas experiências bem avançadas é porque estão interagindo enquanto intersetorial. Não estão fazendo coisas isoladas. Por exemplo, a produção tem muito a ver com a educação, tem muito a ver com a saúde, tem muito a ver com a cultura, estão tentando trabalhar processos mais integrados. Acho que essa é uma alternativa importante também que tem acontecido no último período pela necessidade, né? Quando a crise chega, principalmente essa crise mais ideológica da sociedade, ela faz a gente se juntar mais. O que é bom, né? Porque também qualifica um pouco os processos. Porque, por exemplo, em lugares que tem educação e que não faz nenhuma interação com o Setor de Produção e nem um outro setor, é muito limitado o processo educativo, assim (SE).

Na fala acima, o SE destaca a importância do trabalho coletivo, da articulação dos vários setores de um assentamento/acampamento e destaca isso como uma característica dos locais onde se localizam as experiências mais avançadas. Experiências que, como foi dito acima, ainda não foram assimiladas pelo conjunto do Movimento.

Exercício de síntese

As dificuldades, necessidades e desafios apresentadas pelo Setor de Educação foram agrupadas em 3 (três) grandes eixos:

1. Dificuldades em relação ao poder público.

2. Dificuldades em relação à formação do educador.
3. Dificuldades, necessidades e desafios em relação à organicidade, ao trabalho coletivo e à vida comunitária.

Dificuldades em relação ao poder público

- Falta de estrutura física e humana para as escolas do campo.
- Fechamento das escolas rurais.
- Desconhecimento e desconsideração com a Educação do Campo por parte das secretarias de educação.
- Seleção de professores para a Educação do Campo por contagem de pontos provoca muita rotatividade de professores nas escolas do campo e prejudica tanto o processo pedagógico como a vinculação dos professores com a comunidade.
- Desconsideração do projeto político-pedagógico das escolas do campo por parte das secretarias de educação.

Dificuldades em relação à formação do educador

- Os professores estão com uma precariedade muito grande na sua formação e isso dificulta o desenvolvimento do projeto educativo que o Momento anseia.

Dificuldades, necessidades e desafios em relação à organicidade, trabalho coletivo e à vida comunitária

- Dificuldades em saber como agir diante da violência sofrida pelas crianças.
- Dificuldade em fazer trabalho de base com o tema da infância e seu desenvolvimento, incluindo temas de sexualidade.
- Necessidade de fazer trabalho de prevenção na temática da sexualidade com crianças e adolescentes.
- Necessidade dos professores em compreender melhor a temática da sexualidade e as relações de gênero, inclusive como as relações de gênero se estabelecem na escola.
- Dificuldade em conseguir maior implicação nos problemas relacionados à violência sofrida pelas crianças e adolescentes por parte dos demais setores

do acampamento e também dos órgãos públicos responsáveis pela defesa da criança.

- Os diversos problemas familiares acabam desembocando na escola e os educadores estão se sentindo sobrecarregados. A escola nos acampamentos/assentamentos também faz o trabalho de assistência social.
- Necessidade de maior engajamento da comunidade para resolver os problemas sociais. Os educadores sentem que a escola não dá conta sozinha.
- Dificuldade do educador que é acampado no mesmo território de se colocar na frente de um problema de violência com as crianças do acampamento. Há um sentimento de insegurança a esse respeito.
- Necessidade de elevação cultural do povo para resolver os problemas sociais, inclusive das pessoas que compõem os órgãos públicos de defesa da criança e do adolescente, que também estão empobrecidos culturalmente e apresentam limites para contribuir com os assentamentos/acampamentos para resolução dos problemas.
- Necessidade de organização do Setor de Educação de uma forma que ele atue na formação do assentamento como um todo, extrapolando o chão da escola.
- Necessidade de proximidade da escola com a comunidade como uma das formas de resolver a sobrecarga daquela.
- Dificuldade de continuar concebendo as coisas de forma coletiva à medida que o tempo vai passando e outras preocupações vão aparecendo.
- A dificuldade com o trabalho coletivo também se expressa dentro da escola, entre os professores. O modelo internalizado de escola que cada um tem dificulta compreender o modelo de educação defendida pelo Movimento.
- É um desafio para o conjunto do Movimento conhecer e massificar experiências relevantes que foram se acumulando nos assentamentos.

5.2.4. Setor de Gênero

“O patriarcado não é um problema das mulheres, o patriarcado é um problema de submissão da classe trabalhadora”⁶¹

Elementos para uma contextualização e caracterização do Setor de Gênero

De acordo com as entrevistas com o SG, as mulheres se organizaram antes mesmo do MST. Em 1983 já existia uma articulação das mulheres agricultoras no oeste de Santa Catarina, no sudoeste do Paraná, em uma parte do Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul. Essa articulação surgiu a partir das CEBs e dos sindicatos de oposição da época.

Quando foi criado o MST, essas mulheres foram para o Movimento com autoridade e exigindo espaço. Naquele tempo as mulheres do PT já tinham direito à porcentagem de participação no partido e fizeram a mesma exigência no MST, tanto que no 1º Congresso do Movimento exigiram que 30% dos participantes fosse de mulheres (SG).

Na criação da primeira Direção Nacional do Movimento foi criada uma Comissão de Mulheres que funcionava subordinada à Direção Nacional. Uma das atividades dessa comissão era a elaboração de uma página no ‘Jornal Sem Terra’ onde abordavam a questão das mulheres e veiculavam material formativo sobre a participação das mulheres nos diferentes modos de produção. Esses materiais iam para as bases para serem estudados pelas mulheres dos acampamentos e assentamentos (SG).

Essa Comissão funcionou até início dos anos 90 quando foi abolida com o argumento da direção do Movimento de que as mulheres se libertariam quando houvesse a libertação da classe. Diziam que “nós estaríamos juntos na libertação. Alcançando o socialismo nós teríamos condições de igualdade e tal” (SG).

Em meados de 2000, no encontro nacional do MST, havia muitas mulheres e todas estavam muito angustiadas em seus espaços. Resolveram se reunir e conversar sobre o que fazer, pois sentiam a necessidade de um espaço das

⁶¹ Citação do Setor de Gênero.

mulheres dentro do Movimento. A questão foi levada para a Direção Nacional e encaminharam a realização de um estudo, a ser feito na instância nacional, sobre a participação das mulheres na história e de como se deu a sua opressão. Esse estudo produziu a reflexão de que

se o patriarcado sustenta a sociedade de classes, então nós precisamos não de uma organização só das mulheres, mas os homens precisavam compreender isso, então não era um setor de mulheres que tinha que criar, mas era um Setor de Gênero (SG).

Claro que dentro do Setor de Gênero, nós tínhamos que ter um coletivo de mulheres, dada a posição de desigualdade entre mulheres e homens, mas os homens precisavam ter um espaço e era preciso que no coletivo nacional tivessem homens e nos coletivos estaduais [também] (SG).

Só que bem no comecinho nós conseguimos que alguns companheiros participassem, mas depois o Setor de Gênero foi virando setor de mulheres [referindo-se ao fato de que só mulheres participavam] (SG).

[...] nós achamos que nós temos que trazer os companheiros e eles precisam se organizar como homens e compreender no patriarcado qual é o papel deles, como que a sociedade de classes utiliza deles, a partir da ideologia do patriarcado, para nos oprimir dentro do próprio Movimento (SG).

Considerando todo esse contexto, para as entrevistadas, o surgimento do SG está relacionado com o processo organizativo das mulheres em torno do debate de que relações de gênero também são relações de poder; e da necessidade de intensificar a participação das mulheres dentro do MST através da construção de linhas políticas nas instâncias diretivas que possibilitem uma participação das mulheres com poder de decisão, ou seja, poder de incidir sobre o Movimento efetivamente.

Conforme o SG, com a não participação dos homens, as mulheres foram se auto-organizando e o Setor de Gênero quase virou um coletivo de mulheres. Isso foi bom por um lado porque as mulheres se fortaleceram tanto nas instâncias nacionais como nas bases, criando Coletivos de Mulheres de fato nos assentamentos e acampamentos.

Um dos resultados dessa auto-organização, de acordo com o SG, foi conseguir fazer com que a deliberação de 50% de participação das mulheres nas instâncias do Movimento fosse sendo respeitada nos diferentes espaços, primeiro nas bases e depois na Direção Nacional em 2006 – o MST tem uma deliberação, feita nos últimos dez anos, de que a representação nas instâncias

deve ser feita sempre por um homem e uma mulher, mas isso não foi uma deliberação que tinha a concordância de todos e muitos debates foram travados.

Muitas vezes os companheiros diziam “*ah se for um homem e uma mulher aí fica muita gente, daí enfraquece o debate, fica um plenário, fica muito disperso*”. E a gente sempre dizendo “*não... qualifica, é importante, é fundamental e se as mulheres não participarem desses espaços, elas não têm condições efetivamente de conduzir a organização*” (SG).

De acordo com o SG, fazer respeitar os 50% de participação das mulheres foi um avanço durante a década de 2000 – as mulheres se envolveram mais no Setor de Produção, nas práticas de agroecologia, na Frente de Massa, nas lutas, na formação, na educação, enfim, na vida política do Movimento.

Por volta de 2013-2014, conforme o SG, começa a ganhar força dentro do Movimento a auto-organização dos sujeitos LGBTs com o tema da diversidade sexual. A auto-organização dos sujeitos LGBTs

não acontecesse de dentro do Setor de Gênero, mas ela acontece com uma grande empolgação do Setor de Gênero por essa auto-organização. Aí ocorre o primeiro seminário nacional, depois começa-se a se desenvolver cursos de formação [...]. A temática começa a entrar como elemento de formação nos cursos. Os diferentes sujeitos LGBTs também vão buscando fazer intervenções para visibilizar, mas também combater a lgbtfobia, como por exemplo, na marcha da Bahia [...] que eles organizaram um bloco LGBT e fizeram uma intervenção contra o preconceito e para poder trabalhar essa temática [...], enfim, o tema foi ganhando força (SG).

Atualmente, o SG abarca os coletivos auto-organizados das mulheres e dos sujeitos LGBTs e há um incentivo para uma auto-organização dos homens.

A gente foi incentivando, animando, cutucando, provocando que os homens se auto-organizassem né. Então a gente foi com duas ações principais, a gente foi estimulando assembleias dos homens nos espaços nacionais também. Alguns estados fizeram. Isso foi feito em algumas experiências em algumas regiões mais de base e as noites antipatriarcais que é uma coisa que a gente aprendeu dentro dessa integração latino-americana que tem na escola [ENFF], principalmente. Uma metodologia desenvolvida na Argentina que a gente começou a fazer das noites culturais com os homens, [...] parecido como a gente faz com as mulheres, um processo que a gente chama ‘ritual das bruxas’, que é um momento de cuidados ali, de uma fala mais feminista. A gente foi provocando esse espaço nos homens, de eles terem uma noite cultural, mas que fosse uma noite de desconstrução antipatriarcal (SG).

Conforme o SG, na década de 2000 e na década atual houve um processo de fortalecimento das mulheres que possibilitou que elas se tornassem uma

referência importante dentro da organização, tendo, inclusive, conseguido provocar um pouco mais o debate dos homens e a necessidade de sua auto-organização, além de ajudar a “dar vazão ao coletivo LGBT” (SG), contribuindo para o seu reconhecimento formal nas instâncias do Movimento.

O SG, reconhece que há diferentes gêneros na base do MST e que esses sujeitos precisam se sentir acolhidos, valorizados, participando, ou seja, incidindo nas relações de poder dentro do Movimento. Nesse intuito, o SG organizou um caderno que chama ‘A conspiração de gêneros: elementos para o trabalho de base’, lançado em 2018

que traz textos das mulheres, textos desse coletivo de homens e também algumas contribuições do coletivo LGBT e essa contribuição, principalmente, através de contos. [...] são contos que retratam a vida real e a gente fica um pouco assustado ao ler os contos, “*nossa isso acontece?*”. São muitas sutilezas, porque é evidente que mais no âmbito da base a gente tem muito a violência explícita, a violência física, o olho roxo, mas no meio da militância são violências sutis, principalmente as violências simbólicas. Então através dos contos a gente foi trabalhando assim “*ah, como que é esse processo de que uma reunião tem homens e mulheres, a mulher é cortada a fala, ou ela dá uma ideia, uma proposta, ninguém dá bola e daí vem um companheiro e fala a mesma coisa e tal e todo mundo fica enaltecendo aquela proposta*”, então coisas do dia-a-dia (SG).

Para o SG, durante todos esses anos, houve bastante avanços na compreensão, na necessidade de participação das mulheres, na necessidade que as mulheres sejam protagonistas nos espaços, protagonistas no trabalho, protagonistas nas atividades políticas e com poder de decisão. Contudo, esses avanços são mais significativos, sobretudo nesse último período, nas instâncias nacionais; nos estados e nos espaços locais ainda há grandes dificuldades e um longo caminho a percorrer.

A seguir, serão apresentadas as dificuldades, as necessidades e os desafios vivenciados pelo SG, na perspectiva dos participantes da pesquisa. O material foi organizado em 3 (três) eixos, conforme relacionado abaixo.

Dificuldades, necessidades e desafios em relação:

- ao poder público,
- ao machismo e
- ao trabalho de base.

Dificuldades, necessidades e desafios vivenciados pelo Setor de Gênero

Em relação ao poder público

Em relação ao poder público o SG relatou como dificuldades vividas: a falta de investimento público no assentamento gerando uma série de dificuldades para a vida no campo; a falta de apoio à agroecologia e a negligência do Estado para com a questão da violência contra a mulher camponesa.

Na entrevista realizada no assentamento, a falta de investimento público foi denunciada na falta de água, de escola, de área de lazer, de estrada, entre outras, que afetam a todos do assentamento. Segundo a entrevistada, o que o governo fez no seu assentamento foi furar poços, nada mais.

E foi nós que colocamos a borracha preta né, a nossa água ainda vem assim. Nós não temos água de produção né, a nossa água ainda é só água doméstica, ainda não temos água [para] produção, uma irrigação assim, então isso faz muita falta. A própria escola, [...] as nossas crianças sofrem muito, elas entram no ônibus aqui 5:30 da manhã, roda aí para chegar na escola. Para voltar a mesma coisa, sai da escola 5 horas [17h], chega em casa 7:30 [19:30]. Então isso é muito ruim né. [...] área de lazer para os nossos jovens que não tem, não tem nada aqui para os nossos jovens para segurar o nossos jovens aqui dentro. Entendeu? Você vê que tem muitos jovens aqui, que eles participam da produção, eles produzem, trabalham né, mas quando você vai, você precisa sair daqui de dentro né, então acho que isso ainda é assim uma coisa preocupante (SG).

Essa ausência de investimento público dificulta a vida dessas pessoas em todas as suas esferas objetivas e subjetivas. No que se refere ao Coletivo de Mulheres do assentamento entrevistado ainda há o fato de que elas não possuem uma estrutura mínima para o trabalho – esse Coletivo constitui uma cooperativa de produção de hortaliças e frutas formada, em sua maioria, por mulheres com mais de 55 anos.

Aqui as coisas ainda são muito difíceis né, a gente ainda não tem um barracão de produção das mulheres, de beneficiamento, de processamento né, mesmo o processamento mínimo, beneficiamento mínimo, a gente não tem. Então tudo o que a gente faz aqui, ainda é muito difícil, tanto que as mulheradas vão ficando cansadas né, principalmente na nossa cooperativa que eu falo que as mulheres são maiores de idade... é que elas são maiores de 55 anos e estão trabalhando muito. Então assim, hoje o que a gente tá lutando é para a gente conseguir essas conquistas, ter um barracão de beneficiamento, [...] nós saí de estar trabalhando com enxada na mão. Então a gente não tem esses equipamentos para a gente

trabalhar, bons trator a gente ainda não tem, então isso ainda dificulta muito né a nossa vida aqui dentro, ainda é muito difícil (SG).

- **Falta de apoio à agroecologia**

Outra dificuldade em relação ao poder público relaciona-se à falta de apoio à agroecologia.

Para o SG a agroecologia, nos assentamentos, está se materializando como o modelo produtivo em que as mulheres se sentem à vontade e participam mais. Relatam que a agroecologia é um modelo menos agressivo e que se utiliza de práticas que as mulheres valorizam. Além disso, a agroecologia, para elas, é o espaço de libertação, tanto da morte da agricultura convencional que se utiliza de veneno, como da situação de exclusão da mulher do processo produtivo.

Nós lutamos pela agroecologia. Entendemos que a agroecologia para nós é o nosso espaço de libertação. Sem agroecologia, a mulher do campo não consegue sobreviver porque a agricultura convencional é a agricultura da morte e nós lutamos pela vida. E aí, quem das mulheres dirige um trator? Uma máquina agrícola? E a agricultura convencional é feita toda com máquina agrícola, né? Nós, máquinas pequenas já conseguimos dirigir e administrar e tocar, né? Então, a agroecologia, para nós é o espaço onde nós podemos produzir, inclusive, economicamente (SG).

O fato da agroecologia produzir sem o uso do veneno, para o SG, faz com que as mulheres se interessem, valorizem e se engajem mais na atividade produtiva.

Porque as mulheres são mais sensíveis para ver essas coisas, né? E assim, na hora para trabalhar com o veneno e tal e na hora que nós vamos trabalhar, que nós vamos produzir e nós vemos que nós não precisamos de veneno e que as mulheres que vai trabalhar, então isso foi muito bom, né? Isso que a gente não precisa estar lidando com esses produtos químicos, com nada disso. Fazer a compostagem, que as mulheres mesmo que vai fazer isso, então isso é muito bom. Isso acho que também contribuiu bastante (SG).

Contudo, apesar da agroecologia ser reconhecidamente um modelo de produção que respeita a vida humana e o ambiente, ela ainda é pouco incentivada pelo governo.

Nós aqui produzimos alimentos de qualidade, né? Ontem eu estava vendo uma pesquisa, um trabalho feito pelo médico falando dos alimentos que a gente compra no mercado, né? O leite que não é leite, a manteiga que não é manteiga né, a margarina que a gente compra que não é margarina, que a gente compra uma fruta achando que é saudável para nós, mas você vai ver, às vezes, você

vai ver, tá comendo veneno. E nós, as assentadas né, agricultura familiar... mas vamos falar das assentadas... os assentamentos é quem produz alimento e alimento de qualidade e isso não é reconhecido pelos nossos governos (SG).

Então acho que isso a gente precisa fazer um trabalho de mudar mais isso, eu acho que a gente sempre está conversando isso hoje. A gente tá falando aí que nós precisamos investir mais em feiras, em divulgação, doação de alimento, acho que a gente precisa fazer esse trabalho para poder ver se a gente acorda a sociedade, acorda os governos e dizer que nós estamos aqui produzindo vida porque a nossa vida depende daquilo que a gente come, né? (SG).

O que a gente come hoje a gente vai reproduzir ele. Aí o resultado daqui 10 anos, tem uns que com 5 anos já tá sabendo o resultado, né? O que mais mata hoje em nosso país, um deles é o câncer né, que é causado... praticamente todas essas doenças, né? Ela vem realmente daquilo que a gente se alimenta. Se a gente se alimenta de uma comida ruim, claro que a gente vai ser pessoas ruim daqui alguns anos e isso vai aparecer de alguma forma. Então acho que isso é... divulgar que nós estamos produzindo alimentos com qualidade, acho que isso falta muito. Entendeu? Esse papel de divulgação do que é o trabalho do assentado, né? Esse trabalho da agroecologia, da produção orgânica, voltando os tempos antigos né, porque a ganância do capitalismo é que fez esse negócio de usar venenos, usar os químicos para poder produzir rápido, produzir em mais quantidade e menor espaço (SG).

Acho [...] que tem pessoas que está consciente disso, que precisa mais a preservação do meio ambiente tal. [...] quem faz esse papel hoje no nosso país é os assentamentos né, então eu acho que isso é uma coisa que precisa ser mais divulgado. É o papel da trabalhadora rural, do trabalhador rural dos assentamentos, quem produz alimento, ser mais respeitado e reconhecido como tal [...] principalmente pelos nossos governos, que a gente depende deles também né, que muitas vezes a gente faz a luta sozinho e tal. Mas a gente para produzir melhor, para produzir com qualidade, a gente precisa de educação, precisa de condições, de estrada, a gente precisa de água, né? E isso não é reconhecido, acho que em lugar nenhum (SG).

Nos trechos acima, há uma forte queixa da falta de apoio à agroecologia por parte do governo e essa falta de apoio resulta na falta de apoio à trabalhadora rural uma vez que é na agroecologia que as mulheres se envolvem mais, de acordo com o SG. A entrevistada também aponta a necessidade de maior divulgação da agroecologia e seus benefícios e alerta para o fato de que a agroecologia está interligada ao assentamento como um todo, ou seja, para produzir alimento saudável é preciso ter condições estruturais adequadas, é preciso ter educação, saúde, água, estrada... Ou seja, não é possível pensar em agroecologia sem pensar na qualidade de vida de quem produz.

- ***Negligência do Estado para com a violência contra a mulher camponesa***

Outra dificuldade em relação ao poder público manifestada pelo SG é a falta de uma política pública tanto de combate e enfrentamento à violência, como de acolhida às mulheres do campo vítimas de violência.

A questão da violência no campo é tão grave porque os mecanismos institucionais de apoio às mulheres são todos voltados para a cidade, então *“ah disque denúncia”*, a maioria das mulheres está em lugares que nem pega celular. *“Ah procura pela delegacia mais próxima”*, também delegacia especializada em município pequeno não existe e em geral as mulheres quando vão denunciar são sempre desencorajadas pelos agentes ali do poder público a não fazer a denúncia, a não manter [a denúncia] (SG).

A entrevistada do assentamento relatou que lá eles conseguiram que uma Equipe de Saúde da Família atendesse o assentamento três vezes por semana, que a enfermeira da equipe faz visita às mulheres que estão sofrendo violência e que isso tem ajudado muito. Contudo, essa realidade é uma exceção, pois a maioria dos assentamentos não são atendidos pelo sistema público de saúde. Esse assentamento em específico teve duas peculiaridades, a primeira de estar localizado bem próximo da cidade; a segunda de ter desde o início do acampamento o envolvimento de pessoas que trabalhavam na área da saúde e que puderam contribuir para efetivar parcerias com a Secretaria de Saúde Municipal. Essa situação específica não caracteriza uma política pública voltada para combater a violência doméstica no campo, mas sinaliza a sua importância e viabilidade.

O SG compreende que a violência à mulher do campo também se constitui a partir da falta de autonomia econômica dessas mulheres que estão na base e se ocupam, em sua maioria, com a casa, o lote, o quintal, a horta, o pomar, com a criação de pequenos animais, ou seja, com o que não é considerado como a renda principal da família, mas que tem um valor econômico muito grande se a família fosse adquirir fora.

Esse trabalho que nem sempre é o da grande produção, da produção de grãos, de arroz, você não tem nem muita política pública que apoie essa produção das mulheres. Nos governos Lula/Dilma a gente teve um pouco de apoio sobre isso que foi a

conquista do 'Fomento Mulher'⁶², isso pensando no âmbito da Reforma Agrária, dos assentamentos, e a gente viu o quanto isso deu de resultado. Apesar de não ser uma política massiva – [pois] poucas mulheres acessaram 3 mil reais e conseguiram fazer esse investimento – mas a gente percebe o quanto as mulheres ao ter acesso à política pública, elas conseguem desenvolver (SG).

Nesse sentido, falta política pública de combate a violência à mulher do campo, de acolhimento às mulheres violentadas, mas também falta política pública que promova a sua autonomia econômica e falta, principalmente, política de Reforma Agrária.

A gente também tem uma necessidade muito grande de ter políticas públicas no campo, voltadas para as mulheres, na temática da violência, mas também no apoio aos assentamentos, e a principal política pública para as acampadas que é a terra, a Reforma Agrária. Então avançar nisso, porque quando a gente pensa nas 150 mil famílias acampadas, você vai ter aí diferentes níveis de impactos nessa família (SG).

Então, o homem está há nove, dez anos debaixo de lona, o homem vai sentir de um jeito; a mulher, estoura muita coisa em cima dela, desde mediar o conflito, que significa a família estar ali em uma expectativa de não ter avanço e tal, as ameaças então em algumas regiões do país onde está mais acentuado, principalmente na região Amazônica que o tempo todo o acampamento convive com a violência – a violência do latifúndio, do agronegócio, da mineração – então essa pressão muito grande, ela explode nas mulheres porque as mulheres tem que ficar mediando essa situação (SG).

O trecho ressalta como a demora na política de Reforma Agrária impacta na vida da mulher que na família, frequentemente, é quem fica na função de mediar os conflitos que vão aparecendo quando a espera se torna prolongada e as dúvidas sobre a permanência na luta pela terra aparecem. Fala de uma pressão muito grande que recai sobre a mulher e que aumenta ainda mais quando vivenciam ameaças de violência do agronegócio e, muitas vezes, do próprio Estado.

⁶² O Fomento Mulher é uma linha de crédito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que tem como objetivo prover condições para a instalação da família no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes. O Fomento Mulher é a modalidade de crédito para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote. O valor é de até R\$ 5 mil (cinco mil reais), em operação única, por família assentada e o projeto técnico precisa ser assinado por um profissional habilitado (INCRA, 2019).

Em relação ao machismo

De acordo com o SG, apesar de todo o caminho já percorrido e dos avanços na compreensão do patriarcado e seus efeitos nas relações humanas e de produção da sociedade que o MST, nas suas instâncias nacionais, já conquistou, nas instâncias estaduais e nos espaços mais locais, ainda há muita dificuldade com os

machões e as companheiras que se submetem – elas esperam que a decisão, ele tem que tomar. *“Ah eu não consigo encaminhar tal coisa porque ele não faz”*. Sim, mas se eu sou dirigente do mesmo nível, então eu tenho que exigir o mesmo carro, exigir a mesma estrutura, exigir as condições que ele tem para fazer, para viajar. Mas exigir com altivez. Mas ainda, eu acho que como coletividade, nós ainda não conseguimos nos libertar como mulheres em tal grau que nós possamos dizer para os companheiros com altivez *“ó, aqui nós somos iguais, pode ser que lá em casa tenha diferença ainda, você trate sua companheira ainda como subalterna, mas aqui no Movimento você não vai fazer assim, aqui nós somos iguais e vamos tomar decisão junto”*. *“Ah ele encaminhou a coisa sozinho, não consultou, nem conversou”*. *“Companheiro, volta aqui, vamos conversar”*. Mas isso não acontece de hoje para amanhã, porque a opressão da mulher e da mulher do campo é muito grande, porque ainda [tem] essa coisa do econômico (SG).

Como já foi dito, o assentamento em que foi realizada a entrevista possui um Coletivo de Mulheres organizado em torno de uma cooperativa que trabalha com a produção de hortaliças e frutas. A história do processo de construção dessa cooperativa permite perceber os diversos elementos do machismo e patriarcado que elas enfrentaram ao longo do caminho e a influência do aspecto econômico no processo de libertação. No trecho abaixo, a entrevistada relata um pouco dessa história desde o período do acampamento.

Eu cheguei aqui em 2005, meu objetivo era vir para cá porque eu ouvi falar do acampamento, aí eu falei *“ah eu vou para lá que eu quero conquistar um pedaço de terra”*. Essa era minha ideia. Eu tinha oito crianças, a mais velha minha tinha 18 anos e o mais novo tinha três anos e aí quando eu cheguei aqui falaram *“olha, aqui todo mundo faz parte no processo da luta, tem os setores de participação”*. Na primeira reunião que eu cheguei aí eles já falaram como é que funcionava né, dos setores, que a gente precisava participar para contribuir. Falei *“aí eu ameí, aí que bonito né!”*. Aí falou da maneira da organização, aí eu gostei. Aí marcou o dia para vir fazer meu barraco, eu vim, fiz. Tive um pouco de dificuldade porque quando a gente tá na cidade é muita coisa, muita conta, muita dificuldade para a gente sair, mas enfim, consegui vir para o acampamento (SG).

E aí começou. Aí a gente tinha as reuniões do até então acampamento [tal], dividido em 20 núcleos né; e o meu núcleo, aí na primeira reunião faltou um coordenador. Eles me convidaram

para fazer parte da coordenação geral, para coordenação do núcleo. Aí tinha as reuniões que era toda segunda-feira, aí a gente vinha para a reunião. Aqui discutia como é que tava o processo, o andamento do acampamento, as dificuldades das famílias em todas as áreas né, da segurança, da saúde, de gênero, da produção. Que a gente vai discutir a produção e aí a gente vai caminhando e aí até então a gente tinha os setores que se organizava. Tinha o setor de segurança [do acampamento] e tinha as guarda que a gente fazia aí nesse setor. A gente começou na segurança que a gente fazia, que era as guarda que a gente amava, que era de 6 horas. Aí quando a gente vai sentar [referindo-se ao tempo de descanso durante a guarda do acampamento], a gente começa a falar né “*aí quando sair o assentamento, nós vamos montar uma padaria, meu desejo é fazer pão, a gente vai montar uma padaria*”. E aí a gente foi criando afinidade com as mulheres né das reuniões, a gente começava falar (SG).

Como dito pela entrevistada, ela participava do Setor de Segurança do acampamento e foi durante as atividades de guarda que começou a criar afinidades com outras mulheres e a sonhar com a criação de uma padaria, provavelmente, por já ter conhecimento de que as mulheres assentadas dispunham da linha de crédito ‘Fomento Mulher’.

Aí em 2007 nasceu o assentamento né, concretizou o assentamento. Aí veio o primeiro recurso, que era um fomento chamado “Fomento Mulher”. E aí formou-se a primeira cooperativa [...]. E aí era uma cooperativa que não tinha nada a ver com aquilo que nós pensava, era cooperativa coordenada por homens, até então muito machista (SG).

Aí vem esse primeiro recurso aí. É até o presidente da cooperativa mais os técnicos do Incra que tava aqui e falava “*é bom vocês organizarem e comprar material num lugar só para vocês comprarem barato, as roçadeira e tal*”. “*Mas eles dizem que é das mulher, Fomento Mulher, como é que a gente vai comprar roçadeira? Roçadeira não é de mulher, eu não sei mexer com roçadeira*”. E aí a gente pegou e falou assim “*não... então vamos nos organizar, nós pode fazer o que a gente quiser com o dinheiro sim, pode*” (SG).

Aí nós falou assim “*vamos construir um barracão*”. [...] aí nessa conversa nós conseguiu organizar com 12 mulheres, “*vamos construir um barracão para montar a padaria das mulheres*”. [...] aí nós construímos esse barracão, a gente trabalhava de todo jeito, mulheres, homens, de mão, todo mundo daquele jeito. Construímos um barracão e aí quando nós construímos o barracão, nós foi vendo que a ideia do presidente da cooperativa, que é uma pessoa muito boa e tal, mas era aquela ideia de homem, não era aquela ideia nossa né, aí então nós falamos “*vamos nós fundar uma cooperativa nossa*” (SG).

O ‘Fomento Mulher’ possibilitou que as mulheres desse assentamento planejassem, desde o acampamento, uma atividade produtiva em que elas pudessem participar efetivamente e quando o assentamento das famílias foi

efetivado e a viabilidade de acessar o recurso surgiu, elas perceberam que os planos dos homens não as incluíam no processo produtivo. Por esse motivo insistiram no projeto da padaria, mas também logo perceberam que não era só os planos dos homens que não as incluíam, mas que havia “aquela ideia de homem” que costuma imperar nas organizações. A saída que encontraram foi criar uma cooperativa só de mulheres.

Aí fomos atrás para ver como legalizar, mas já era um grupo organizado né de mulheres, grupinho de 12. Aí nós conversamos com as outras companheiras e tal, aí quando foi para nós legalizar a cooperativa nós precisava de 20, aí tinha 22, 22 mulheres. Aí fundamos a cooperativa. [...] formalizamos ela em 2013 e aí então a gente não parou mais assim né. Aí nós falamos “*agora nós vamos atrás dos projetos do governo né*”, merenda escolar, a Conab⁶³ né, que era o PAA, [...] para entrar na merenda escolar. Aí eu fui atrás de transportadora [para saber] como é que a gente faz a entrega. Ninguém falava que dava certo. [...] primeiro que nós era mulheres, então ninguém acreditava que a gente ia conseguir, aí eu falei “*nada... a gente consegue*”. [...] e aí o pessoal falaram: “*merenda escolar em [tal cidade] ninguém entra porque é muito difícil*”. Essa cooperativa que nós participava antes falava que a gente não conseguia porque era muito difícil, muita dificuldade. Eu fui atrás para saber como é que funcionava, aí falamos “*não... nós consegue*” (SG).

Além do descrédito nas mulheres e o constante desencorajamento, os homens também não queriam deixar as mulheres se reunirem.

No meu caso mesmo, já começava por mim, que o meu esposo, eu vivi com ele 29 anos. A gente foi morar junto eu tinha 15 anos e assim, ele era terrível tanto que eu não aguentei. Vivi 27 anos até quando minhas filhas começaram a falar “*mãe, como é que você aguenta?*” Meus filhos começaram a sair de casa porque não suportava ele. Meus filhos foram saindo, eu não largava dele por causa dos meus filhos e os meus filhos começou a me largar por causa dele. Aí eu falei “*opa... parou*”. Amor já não tinha mesmo mais. E aí eu aguentava aquele casamento por causa dos meus filhos e eu vi que meus filhos estavam indo todos embora de casa e os que ainda tinha falavam todos os dias que ia embora porque não aguentava ele (SG).

Quando chegava nas reuniões, ele chegava gritando. E aí era todos eles [referindo-se aos demais homens]. Falavam assim: “*Você não vai vir embora para casa?*”

“*Oh tá na hora do meu almoço!*”

[As mulheres respondiam:] “*Tá pronto...*”

“*Não, mas você sabe que você tem que esquentar*” (SG).

⁶³ Companhia Nacional de Abastecimento. O Conab operacionaliza o PAA.

Aí eu falei “*meu Deus, o negócio aqui é feio*”, porque na cidade a gente não tem esse controle de tá conversando, todo mundo junto conversando, reuniões, a gente não faz isso. Mas aqui não, aqui nós precisava ficar junto, tinha que discutir, as reuniões, tinha a produção para a gente vender, então estava sempre junto. Todo mundo tava falando “*mas meu marido...*”. [Os maridos] chegava nas reuniões gritando. Eu falava “*gente, mas como é que a gente vai conseguir mudar isso?*” (SG).

De acordo com a entrevistada, foi necessário realizar muitas conversas e o fato da mulher ser a primeira titular do lote⁶⁴ e depender da assinatura dela o acesso aos recursos financeiros, fez com que os homens aceitassem mais que elas participassem das reuniões.

É lei hoje, que [todos] os lotes têm de sair do nome das mulheres. Foi uma conquista, uma luta [...] que a gente conseguimos isso. [...] porque o lote saía no nome do homem, porque o homem era o chefe né, então o lote era do homem, né? Vinha para a mulher assinar, mas o homem mandava no lote, e aí ele saía e, às vezes, ia até para um boteco, lá trocava o lote. Outra hora largava da mulher, a mulher ia embora com os filhos, o lote era dele. [...] então por causa dessas histórias que acontecia [...] que aí o poder público foi vendo isso, sociedade civil também, os técnicos que participava disso, então isso ajudou, né? Então hoje isso é lei né que os lotes têm que sair é no nome das mulheres (SG).

Então aí eles [os homens] perceberam quando foram pegar os primeiros recursos, empréstimo que era do PRONAF, no Banco do Brasil, a mulher tinha que assinar né, senão ele não pega. Isso foi quando a gente chamava para as reuniões, “*vamos conversar, vamos, vamos...*”, aí eles... “*se ela não fosse eu não recebo mesmo...*”. Então isso foi difícil [...]. E aí a gente, no meu caso, eu fui e me separei dele né. Os meus filhos foram tudo embora e eu tava ficando sozinha com uma coisa ruim dentro de casa, na minha vida, [...] que não me apoiava, não trabalhava e ainda eu era ruim (SG).

Aí quando eles viram que era difícil, marido das minhas companheiras e tal, e viu como é que eu fazia e como que ele me tratava [...], fui fazendo trabalho sério com todas as companheiras, da gente trabalhar, a gente ter recurso, a gente cuidar nossos filhos, nossa casa, nossa produção. Era essa minha ideia, nossas reuniões. [...] e quando eles [...] começaram a ver que eu tratava desses assuntos, que eu chamava eles para conversar também e que eu falava, perguntava para ele “*oia nós precisa fazer uma reunião, ela precisa assinar aqui e vocês precisa sentar, você*

⁶⁴ A Portaria/INCRA/P/Nº 31 de 13 de março de 2007 aprova a Normativa nº 38 de 13 de março de 2007 que reconhece as mulheres assentadas como trabalhadoras rurais (antes eram tidas como “do lar” e não tinham direito à aposentadoria) e estabelece que o nome da mulher deve constar na titularidade do lote. Essa conquista se deu em virtude de uma grande luta travada pelos movimentos sociais do campo (MST, movimento sindical, MPA e outros). Antes desta Portaria, só o homem era titular do lote e não precisava de anuência formal da mulher para qualquer procedimento em relação ao lote como, por exemplo, o requerimento de crédito. Com a referida Portaria, a mulher passa a ser a primeira titular do lote, o que faz com que a sua assinatura seja imprescindível para todo e qualquer trâmite jurídico.

precisa conversar". Aí eles foram abrindo mão assim um pouco né. Então isso melhorou um pouco com esse negócio da mulher ter o poder sobre o lote e que ela tinha que assinar para ele pegar o financiamento, então isso quebrou eles, deu uma... (SG).

A entrevistada relata que o enfrentamento do machismo dos homens foi devagar. Foi um trabalho de ir convencendo pouco a pouco e foi preciso que eles vissem o resultado econômico do trabalho delas para que ganhassem respeito.

Quando a gente falou: "*aprovou o projeto da merenda escolar*" – primeiro projeto de mulheres, para mulheres, que era coordenado por mulheres, [e] que eles [...] viram que deu certo e que elas iam receber [...] o cheque... Então acho que isso assim, quando eles viram que a gente trabalhava com respeito, [...] que ele via que o meu marido, meu esposo, ele brigava muito comigo, eles falaram: "*Mas como é que pode? A mulher tá trabalhando...*"

Aí ela falou: "*Mas você também não briga comigo?*"

Entendeu? Aí elas foram enfrentando devagar. Foram enfrentando eles e tal, aí foram ficando maleável.

[...] muitas delas falam assim: "*Eu tô indo, eu preciso ir, que depende de mim. Acontece se eu não fazer, a cooperativa não vai*". Porque realmente ela é uma das diretoras da cooperativa. Entendeu?

[...] imagina um casal que está junto há quase 50 anos, 40 e tantos anos juntos e toda a vida ele falou e ela obedece né, que nem eu falava do meu: "*Coroné, meu marido, mandava e você tinha que obedecer*". E aí, hoje, ela falar isso e ele entender, eu acho que é uma conquista. Ele falar: "*Não, então você precisa ir, então você vai, se não nós não vai receber e tal*". Entendeu? Então eu acho que isso é uma conquista (SG).

Na continuação do relato, a entrevistada faz um parênteses para explicar que assim como o machismo queria impedir as mulheres de se organizarem, também havia casos de violência e que as mulheres ocuparam os espaços de liderança e se posicionaram de forma a não aceitar homens agressores.

A gente teve bastante dificuldade aqui, ainda tem... de vez em quando a gente precisa acionar a Maria da Penha aqui dentro né, mas a gente faz isso de uma maneira tranquila, se é que a gente pode dizer isso. Mas assim, não é fácil, porque o machismo ele está presente e no nosso caso das mulheres trabalhadoras rurais, isso ainda é muito forte e muito difícil. A gente tem conseguido levar isso aqui porque como aqui nós é tudo liderança de mulheres, na nossa coordenação aqui a gente falou "*ó, caso de marido que briga com mulher, que bate em mulher*", e outra coisa, agressão não é só física, tem mulheres que vivem oprimidas por agressão verbal "*você não presta, você é isso, você é aquilo*", isso machuca muito né e aqui na coordenação quando nós começamos a conversar [sobre] isso e tem uns alunos, estudantes que vem para cá... é psicólogo, junto com a equipe da saúde da família né, que começamos a

conversar e vinha advogados e tem até filhos [de assentados que são advogados] que começaram a falar a lei, a gente falou “*óia, nós não vamos aceitar mais que homem aqui dentro venha brigar com mulher aqui*”. As mulher estão trabalhando e os homens estão achando que é ruim, então vai embora, separa. “*Não está gostando dela porque ela é ruim, por que que vocês não separa?*”. “*Ele não quer separar*”. “*Então vão procurar viver bem, vamos trabalhar juntos*”. Aí uns separaram, outros tão vivendo aí até hoje. Mudaram né, que nem tem uns companheiradas que, vamos dizer assim, que vivem aquela vida né, mas mudou muito, bem dizer de água para vinho, a convivência (SG).

Eles vão, participam das reuniões. Todas as reuniões eu fazia o possível de ir nas casas chamar para poder vir fazer os cursos [...]. A gente chamava eles para vir também para as reuniões porque a nossa ideia não é que o esposo não participe, é o contrário, é que eles estejam junto né, a família esteja junto, né? E aí acho que isso foi dando uma melhorada, né? [...] até agora num projeto das abelhas que é só para mulheres, eles até vão na reunião. [...] “*Olha, mas a coordenadora vai vir e aqui nós precisa de mulher*”, [...] “*aí vocês almoçam e depois vocês vão lá para o lote de vocês plantar, por aqui vai ficar as mulheres*” – que o projeto a gente fala é para o empoderamento das mulheres, né? Aí uns não sai muito alegre não, mas isso assim é uma discussão política desde assim da maneira da organização né, tinha o Setor de Gênero e tal, na coordenação nossa mesmo que a gente que começou a falar isso, dizer assim “*ó, as mulheres agora, nós vamos, tem advogado aqui, nós temos advogado aqui dentro, nós vamos chamar...*”. Então acho que isso também deu uma... e começou a chamar mesmo né. A gente começou ter mulheres com medida protetiva né, não é fácil não, mas tá dando... (SG).

Após muita persistência e ‘trabalho de conversa’⁶⁵ que não se restringia apenas ao tema da produção, mas que entrava para as demais áreas da vida, como saúde, relacionamento com o companheiro, filhos etc., a cooperativa conseguiu o seu primeiro contrato pelo PAA.

Então, ninguém acreditava que a gente ia conseguir, aí eu falei: “*nada a gente consegue*”. Aí os homens não queria deixar as mulheres ir nas reuniões. Aí quando nós fundamos a cooperativa, nós colocamos: a diretoria da cooperativa é só de mulheres, 100% mulher a diretoria. Aí quando nós sentava para conversar, dia de reuniões, os marido não queria deixar as mulheres ir e tal, aí eu falei “*meu Deus do céu, como é que a gente vai conseguir isso né?*”. E eu dei para conversar, a gente fazer reunião, chamava o pessoal para conversar, a gente falava de tudo: saúde, de relacionamento de marido e mulher, dos filhos, da produção, o dinheiro da onde que vinha o que que era bom, que que elas queria fazer e aí com isso a gente foi conseguindo né (SG).

Aí nós conseguimos, fizemos nosso primeiro PAA nas feira da Conab. Foi aprovado o projeto e começamos a executar ele e foi

⁶⁵ Expressão nossa que quer enfatizar a importância da conversa no trabalho comunitário. Conversa que não se restringe às reuniões, mas que são feitas em visitas e no dia-a-dia da comunidade.

muito louvor assim que a gente executou ele porque a gente... a produção das mulheres né... a gente via que as mulher tá tudo feliz... *“ai nossos produtos!”* E no dia do pagamento então, eta mas era bom!!! (SG).

Essa conquista para as mulheres foi muito mais do que uma conquista por condições concretas de subsistência. Foram diversas conquistas que incluem a conquista da fala, do respeito, do sentimento de importância, do sentimento de poder de realização, do orgulho pelos feitos, da felicidade, do falar por si, da autonomia, do falar sobre tudo... e muitas outras conquistas (algumas não abstraídas ainda), que por toda uma vida, estiveram interditas pelo machismo cotidiano.

A gente conseguiu entrar na merenda de [cidade tal], conseguimos executar o projeto né, conseguindo executar ele quase 100% e aí nós ficamos famosa, né. Aí nós criamos respeito. Aí hoje nós somos uma cooperativa de mulheres que tem 60 cooperados, tem cooperados de mais quatro municípios. Hoje nós tiramos os outros municípios, nós deixamos só nós mesmo né. Até porque tinha homens também e o objetivo da nossa cooperativa é uma cooperativa ser de mulheres. Nós estamos agora fazendo a DAP⁶⁶ jurídica né, só de mulheres mesmo. Aí quando foi em 2016 o SEBRAE⁶⁷ veio pra qui, [...] começamos a fazer um trabalho com o SEBRAE. 2017 nós fizemos um compromisso [com o] SEBRAE de certificação né, aí hoje [...] é uma cooperativa certificada né, como orgânica. E hoje somos 45 mulheres e 10 homens. Tem 10 homens lá na nossa cooperativa, mas somos cooperados aqui né porque todas as mulheres aqui que são assentadas aqui, os casais, o lote hoje é no nome das mulheres né, mas esses homens é porque eles são solteiros. A gente falou: *“também não vamos abandonar os companheiros né, eles querem fazer parte e contribuir, eles aceitam nossos critérios né, aí participando com nós”*. Então assim e nós estamos aí com muita dificuldade, não é fácil né, não é fácil, a nossa cooperativa. Eu costumo dizer que são todos maiores de idade porque sua maioria é maior de 55 anos, não é fácil, mas é assim (SG).

Eu sou muito orgulhosa disso porque são mulheres que... que mais me admiro nisso é que foram mulheres que foram criadas num regime de coronéis, assim eu e o meu marido. E hoje se falar assim *“vai ter uma reunião e você precisa tá... nós assinamos um projeto e você precisa assinar né”*. A nossa diretoria tem o conselho fiscal e a diretoria são quatro né: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretária. Então eu preciso delas. [...] tem uma tesoureira nossa, ela tem 63 anos, então é assim, hoje ela é muito feliz também, saber que ela é importante, que ela pode. Entendeu? Então eu fico muito feliz com isso porque ela fala para o marido dela *“eu preciso ir se não a cooperativa não vai receber, eu preciso assinar”*. Entendeu? Então assim, são pessoas e assim era pessoas que viveu um regime machista a vida inteira né, eu também passei por um

⁶⁶ Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁶⁷ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

processo muito difícil né, hoje eu sou separada né, criei meus oito filhos. Meus filhos são criados na faculdade tudo e hoje vivo muito feliz né com todas as dificuldades que a gente tem aqui dentro do assentamento, mas eu pensei “*gosto muito daqui*”. Entendeu? Assim... que a gente vê e onde você pode produzir o seu alimento, aonde eu falava por mim, a autonomia das mulheres né, com toda dificuldade que a gente discute, que a gente fala. Época de eleição que a gente conversa, a gente fala de tudo, da nossa preocupação que a gente precisa ter a informação política, financeira, produtiva. Então eu acho que isso é muito importante; agora elas aprenderam né. E aí a gente, com toda dificuldade, mas assim eu acho que isso até os problemas de depressão que as mulheres assentadas tinham... hoje todo mundo, quando a gente fala “*vamos produzir*”, com muita dificuldade sim, mas todo mundo produz. Você pode chegar no lote, todo mundo tem lá uma fruta, tem uma verdura, tem um legume. Então acho que isso é muito importante, entendeu? (SG).

Nas falas presentes nesse tópico fica destacado o quanto o machismo presente nas relações cotidianas faz com que a vida das mulheres camponesas seja ainda mais difícil, pois além de enfrentar tudo o que os homens enfrentam ainda se defrontam com todas as dificuldades decorrentes do machismo destes. Para elas são duas batalhas, o enfrentamento com o agronegócio que lhe nega o direito à terra e à sobrevivência e o enfrentamento com o machismo que se estabelece nas relações cotidianas entre os próprios companheiros, que lhe nega o reconhecimento como ser igual em direitos e dignidade.

- ***O patriarcado e a divisão sexual do trabalho***

A história desse Coletivo de Mulheres revela o quanto o machismo está presente no cotidiano das mulheres camponesas e o quanto as políticas públicas podem auxiliar no processo de enfrentamento e superação não só do machismo, mas do patriarcado enquanto um regime de dominação, opressão e exploração. Problema que deve ser enfrentado, de acordo com o SG, pela classe trabalhadora, pois não é um problema só das mulheres.

Precisamos incidir sobre os companheiros. Os companheiros, nesse momento da história, têm que estudar o que é o patriarcado. O patriarcado não é um problema das mulheres, o patriarcado é um problema de submissão da classe trabalhadora como um todo e dentro da classe trabalhadora, é claro, a mulher e a negra, a índia, são mais massacradas. Se nós queremos construir o socialismo, nós temos que atacar o patriarcado. Fiquei esses dias analisando: a sociedade de classes sem o patriarcado, a ideologia seria mais frágil. Como seria mais frágil? Seria fácil a classe trabalhadora se organizar sem o patriarcado, muito fácil. Por que? Deu problema, aconteceu problema na fábrica – hoje também grandes conglomerados de trabalhadores não têm mais, se distribuiu tudo isso – mas se não tivesse patriarcado, as mulheres estariam

também protagonizando uma série de atividades na fábrica, na escola, em casa, na comunidade, no assentamento, no acampamento, e isso seria uma força real e com o patriarcado as mulheres são empurradas com uma força violentíssima porque vem a força do capital, mais a força em casa do próprio companheiro que empurra ela de volta para a retaguarda, né? Então, eu acho que como classe, nós precisamos estudar mais, compreender melhor teoricamente o patriarcado, para nós compreendermos o malefício que o patriarcado faz à classe trabalhadora, não só às mulheres, à classe trabalhadora como um todo, né (SG).

No texto acima, a entrevistada manifesta a necessidade de incidir sobre os “companheiros” e aponta o estudo como forma de fazê-los compreender que o patriarcado é um malefício à classe trabalhadora como um todo.

O SG percebe o patriarcado dentro do próprio Movimento como essa força que empurra a mulher (e também os sujeitos LGBTs) para a “retaguarda”, para os trabalhos domésticos e quando muito admite-a em atividades tidas como “femininas”. O enfrentamento a essa divisão sexual do trabalho foi expresso como um desafio pelo SG.

Se a gente olha também para o conjunto dos setores você vai encontrar um contingente enorme de mulheres em setores que estão mais na esfera do cuidado, a educação. Claro que a educação é muito mais que cuidado, mas também tem essa dimensão, na educação, na saúde, nas secretarias todas. A gente vai encontrar mulheres e vai encontrar gays, os outros LGBTs nessas tarefas, enquanto que na Frente de Massa, na Produção, nesses setores, a gente vai encontrar uma presença basicamente de homens, que também são setores, digamos, que tem mais tanto um poder político, como o poder econômico. Então enfrentar essa divisão sexual do trabalho é um desafio que está sempre presente e que a gente tem procurado provocar (SG).

Nesse sentido, o SG enfatiza a importância da presença das mulheres nas atividades produtivas, organizando as cooperativas. Mas essa maior participação nesse campo e maior engajamento nas cooperativas/associações tem impactado na sua participação política.

E as nossas companheiras, nós estamos estimulando para organizar os grupos produtivos, mas as companheiras vão para os grupos produtivos e acaba que ela não consegue mais ir para as atividades de política, porque ela tem a família para cuidar e ela tem a atividade produtiva e tem hora e tem dia para entregar a produção... Mulheres que já avançaram politicamente que ficaram mais na produção e que assumiram tarefa na produção estão na burocracia das nossas cooperativas – a não ser as que foram para a universidade ou que assumiram outros papéis. Nós temos quantidade de companheiras eficientíssimas administrando cooperativas, administrando a associação e daí não podem vir para as atividades políticas (SG).

A participação política das mulheres também é afetada em tempos de crise, de acordo com o SG.

Agora mesmo [...], o que está acontecendo que em vez de nós avançarmos, nós retrocedemos? Eu sinto, violentamente, um retrocesso. Nós estamos na retranca. Mas qual é o problema que nós temos? Quando tem uma crise, o primeiro grupo a sofrer o efeito da crise é as mulheres. Por que? Porque elas são as que são capazes de buscar outras formas de sobrevivência que não aquela tradicional que já estava dada na agricultura ou mesmo em casa, né? E isso reflete no que? Que as mulheres têm que assumir mais compromisso na família e aí na organização [referindo-se à estrutura organizativa do MST] elas ficam para trás (SG).

O desafio para o SG está em construir uma forma de organização em que as mulheres possam participar efetivamente do Movimento em todos os seus âmbitos.

Então me parece assim... mas isso é um tempo de maturação, nós não podemos compreender como um retrocesso, mas como tempo de maturação que nós precisamos ir descobrindo: como é que nós temos que nos organizar para que as companheiras possam, realmente, participar politicamente? Participam de momentos. Momentos assim, é tranquilo. Vêm e vêm com força e com muita energia e tudo. Mas para uma atividade prolongada, ainda nós temos a dificuldade né e das mulheres desenvolverem, realmente, a sua capacidade criativa como elas são na casa, para também ser criativa na política, nas relações, nas negociações. Isso exige traquejo, exige fazer, avaliar, fazer, avaliar, e isso precisamos de um tempo. Só que nós precisamos de uma intencionalidade forte também (SG).

O Outro desafio é incidir sobre a criação de políticas públicas que auxiliem o processo de desenvolvimento das mulheres.

Como é que a gente também consegue organizar essa vida concreta que tem nos assentamentos/acampamentos que as mulheres estão à frente e como é que isso se traduz em luta por política pública para [que] de fato a gente possa possibilitar o desenvolvimento das mulheres não só organizativo, mas também produtivo e renda? (SG).

Ainda sobre autonomia econômica, para o SG, o desenvolvimento das mulheres na perspectiva econômica ajuda a enfrentar, principalmente, o problema da violência. Na experiência de base do SG esse é um elemento fundamental para que as mulheres tenham poder para enfrentar e romper com os ciclos de violência.

Em relação ao trabalho de base

Outra questão apontada pelo SG foi a condição da maioria das mulheres que estão na base, nos acampamentos e assentamentos, adolescentes com um, dois, três filhos; casos de pedofilia; violências de toda ordem; submissão ao companheiro e as tantas outras expressões do machismo e do patriarcado.

O Setor tem a compreensão de que só vão conseguir avançar se trabalharem com essas mulheres e que é preciso ir lá na ponta e, principalmente, criar formas de chegar “na ponta”, tanto nos acampamentos, como nos assentamentos. Nesse sentido, algumas dificuldades são apontadas em relação ao material didático, ao método de trabalho de base, às lideranças autoritárias e ao método de formação.

Ainda estamos com muita fragilidade e dificuldade de material que ajude a chegar lá. Material didático que ajude a chegar lá, que não precise eu ir lá, mas tem mulheres lá naquele acampamento, [que] sabe ler e escrever, eu posso mandar um material que elas podem ir conversando entre elas. Depois vai alguém lá, ajuda elas a juntar aquilo ali e vai buscando entre as mulheres quem é que tem um pouquinho mais de condições de pensar e vai pensando com elas. Nós estamos com dificuldade de formar essas companheiras para fazer esse trabalho. Eu acho que nós não temos uma proposta para isto e não temos proposta de material para este nível. [...] acho que aqui temos um problema [...] de método de trabalho de base, de como chegar lá na ponta. [...] não é um problema intencional, mas é real, então é mais difícil trabalhar em nível mais amplo. [...] eu acho que nós estamos com um problema de método que não é só no Setor de Gênero (SG).

[Sobre o método] Na teoria, tranquilo. Mas na base nós não conseguimos criar esses núcleos de base e nós temos hoje – eu não conheço os outros estados – mas onde eu conheço, nós temos lideranças muito autoritárias nos assentamentos hoje, que se formaram não sei como... A sociedade está muito autoritária e nós não somos uma ilha, nós somos uma gota de água no oceano de outras formas de ver, pensar e fazer. E as pessoas quando vem para o acampamento, vem com essa ideologia muito forte. E aí eu acho que os nossos métodos de formação não estão dando conta de regredir isso aí (SG).

Acho que a teoria está clara, tudo, e a gente vai aprender fazer, fazendo. Não tem outro jeito, a gente não aprende sem fazer. E aí o trabalho de base é isso. É aprender fazer, fazendo. E às vezes a gente vai para um curso e a pessoa volta do curso e a gente quer que ele faça e no curso não ensina a fazer. Tem que ter alguém junto fazendo para ele aprender com esse como faz ou fazer diferente daquilo que ele sabia fazer antes. Daquilo que ele aprendeu em qualquer lugar, na universidade – a grande maioria não passou pela universidade. Lá na escola como é que era? O professor que é o chefe. Vai lá no sindicato é o presidente do sindicato. Vai lá na prefeitura é o prefeito, é o vereador, aí o vereador é o chefe lá do município, do local... então eu acho que isso reflete. Vai na igreja é o padre [...]. Eu acho que é essa a escola

onde o nosso povo aprende. Então quando ele vem para o Movimento é um choque muito grande. Esses encontros [referindo-se aos cursos de formação e reuniões organizativas], eles ensinam bastante, mas aí às vezes eles interpretam “*é lá no encontro, é na casa do Movimento, é coisa do Movimento*”. Tem muita gente com esse discurso, “*isso é coisa do Movimento, aqui no acampamento não precisamos fazer*”. Então eu acho que é um processo que nós estamos passando (SG).

Cada uma dessas dificuldades (com material didático, método de trabalho, lideranças e formação) afetam o trabalho de base, mas quando estão todas presentes, apontam para uma situação bastante desafiadora para o Movimento como um todo, extrapolando o Setor de Gênero.

- **Formação**

O SG tem a autopercepção que funcionam bem no âmbito nacional e estadual e que tem participação das mulheres na base, mas que possuem pouco processo organizativo. A questão que se colocam é de como avançar. Acreditam que o avanço se dá a partir dos processos de formação, no qual as pessoas vão se envolvendo, participando e percebendo a importância de se organizar.

Nesse sentido, o SG promove o curso ‘Feminismo e marxismo’ em âmbito nacional na Escola Florestan Fernandes, mas o sonho, de acordo com uma das entrevistadas, é que o curso, ou outros com a temática feminista, pudesse acontecer também no âmbito local e se avançasse em um programa de formação de base para as mulheres.

Para a entrevistada do assentamento, a formação teve um papel muito importante na trajetória delas. Segundo ela, a formação junto à necessidade, à unidade, à forte presença das mulheres no acampamento/assentamento e o querer e ir atrás foram fundamentais para a trajetória exitosa que tiveram.

Acho que primeiro foi a dificuldade que cada uma já vinha passando antes que vivia sozinho, lutando sozinha, né? Eu acho que isso, a dificuldade. Depois, a gente, pelas formações que a gente teve, que o movimento faz, e dizer que eu sozinha não consigo, mas que só se estivermos juntas, se nós buscar a informação correta e a gente lutar, a gente consegue. Eu acho que foi isso sim. Entendeu? A formação, que eu acho que formação é muito importante. Formação e a unidade. Quando a pessoa diz “*eu quero*” e vai atrás, eu acho que tem espaço para todo mundo. Entendeu? (SG).

Ainda sobre a formação, a entrevistada relata que fizeram vários cursos durante o acampamento, o assentamento e também dentro da cooperativa.

A gente faz curso né, desde o tempo de acampamento né, no assentamento, dentro da cooperativa. Tem vários cursos né do empoderamento da mulher, formação tanto na área produtiva, tanto na autoestima da mulher mesmo, né? O empoderamento financeiro né, acho que quando a mulher se liberta da dependência né, não que eu não ache legal que a família discute, que acho que isso que é o legal né, a família discutir financeiramente e tal, porque na realidade, ainda mais as mulheres rurais, é muito difícil, é muito machismo dentro de casa e tal. Então na hora que ela começa a entender que nós juntas, nós podemos, que ela pode e que ela tem condições e que existe meio para ela poder viver e dizer “*eu posso*”, sem dizer que é o marido que vai dizer “*não, é eu que vou falar se você vai, que você faz*”, e ela dizer “*não, eu também tenho os meus direitos... eu tenho os meus direitos assim assim... não... tem a lei que fala assim, tá lá no banco, eu tenho o meu recurso, eu posso trabalhar, eu posso vender*”. Então, na hora que todo mundo começa a ter esse conhecimento né, falar assim “*não, mas eu posso vender*”, pode. “*Eu vou lhe ajudar, nós vamos fazer, nós vamos na sua porta, nós vamos pegar, nós vamos fazer, você pode vender suas galinhas, você pode fazer sua horta, tem comprador*”; e no nosso caso aqui, os compradores vem até na porta. né? Então isso ajudou bastante (SG).

- **Presença forte das mulheres**

O Outro destaque feito pela entrevistada do assentamento que, na percepção dela, contribuiu muito com o processo delas foi a presença massiva das mulheres na coordenação.

Eu não sei dizer bem o que que é, ao mesmo tempo que a gente diz que a gente tá bem, num certo sentido né, mas [...] aqui falta muita coisa né, aqui a gente... para falar da parte do governo a gente não recebeu a infraestrutura que é para ser né, para você ver, a gente não recebeu recurso das casa toda, a gente não tem rede de esgoto, a gente não tem água, saneamento básico, a gente não tem né. A gente não tem água encanada, a gente tem os poços, que tem muitos poços com problema e tudo, mas eu acho que assim, o que foi melhor aqui, acho que aqui era coordenado por mulheres, entendeu? Então assim, nossas dirigentes são mulheres, estadual, nacional, [...] mora aqui dentro. São mulheres, a coordenação nossa que é formada por mulheres. Então assim, os companheiros que vieram para aqui no começo para fazer formação, então eles falavam muito das mulheres e aqui, [...] quando nós chegava aqui na coordenação, às vezes nós tinha 40, 43, tinha 10, 15 homens... 30 mulheres. Então eu acho que isso é que fez a diferença (SG).

Na fala acima, fica nítido a satisfação que a entrevistada tem em estar em um espaço coordenado por mulheres e que tem uma participação não só no assentamento, mas também nas instâncias estaduais e nacionais. A entrevistada também destaca o papel da formação na época do acampamento, que os formadores “falavam muito das mulheres”, dando a entender que elas

eram valorizadas e sua participação na organização era potencializada desde o começo.

Então assim, eu acho que isso contou muito, que as mulheres organizava, desde o primeiro momento, as mulheres que tava a frente disso [do acampamento]. Aí depois veio assim, as mulheres que vieram para qui, que a gente tinha muito companheiro né da direção e participava com a gente [...], mas aqui [era] as mulheres. Por que? Porque na cidade, se a gente for ver também, tem muitas mulheres que é chefe de família e foi essas mulheres que por vários problemas né, financeiros tal, elas vieram para cá. Então lá, como elas assumia lá dentro de casa o seu papel de chefe de família, e elas vieram para cá, então aqui dentro... (SG).

E outra coisa também, que aqui dentro, às vezes, o homem vinha para cá, o homem trabalhava fora e a mulher assumia as atividades aqui dentro. Lá no barraco [referindo-se à época de acampamento], a gente tinha as nossas atividades para fazer na área da segurança, da saúde, do gênero, dos direitos humanos, produção, educação... as mulheres faziam as atividades né e os homens saía para buscar renda fora [...], então isso foi gerando. Entendeu? Essa corrente que as mulheres foi assumindo um papel dentro do [acampamento]. Entendeu? Eu acho que até quase praticamente no estado [...], que a gente quando faz os encontros da militância e tal, é mais mulheres (SG).

A entrevistada destaca outros dois pontos, um deles é o fato de que mulheres chefes de família, que eram da periferia, ao entrar para o assentamento assumem a liderança. O outro ponto é que como o acampamento era próximo da cidade, muitos homens saíam para trabalhar e as mulheres é que ficavam e assumiam as tarefas do acampamento nos diversos setores e isso foi fazendo com que se desenvolvessem na liderança.

Exercício de síntese

As dificuldades, necessidades e desafios apresentadas pelo SG foram agrupadas em 4 (quatro) grandes eixos:

1. Dificuldades com poder público.
2. Dificuldades em relação ao machismo vivido dentro do próprio movimento.
3. Dificuldades organizativas.
4. Dificuldades no trabalho de base.

Dificuldades, necessidades e desafios com o poder público:

- O poder público negligencia as necessidades básicas das pessoas assentadas e inviabilizam a vida no campo.

- A agroecologia é o modelo de produção em que as mulheres do campo têm a oportunidade de construir autonomia econômica e, com isso, enfrentar as amarras do machismo e do patriarcado. A falta de incentivo e apoio à agroecologia, por parte do poder público, dificulta a autonomia econômica das mulheres do campo.
- Falta políticas públicas de combate à violência e de acolhimento à mulher do campo vítima de violência.
- Fim do Fomento Mulher.
- A demora na implantação da política de Reforma Agrária impacta mais a mulher que na família é quem, geralmente, fica no papel de mediação dos conflitos em relação à luta pela terra.

Dificuldades e desafios em relação ao machismo vivido dentro do próprio Movimento

- Em relação ao machismo e patriarcado dentro do Movimento, houve avanços nas instâncias nacionais, mas nas instâncias estaduais, nos assentamentos e acampamentos ainda há um longo caminho a percorrer.
- O machismo adentra a forma de organização e funcionamento das cooperativas.
- As mulheres são excluídas do processo produtivo e empurradas para os trabalhos domésticos, fortalecendo a sua dependência econômica.
- A dependência econômica da mulher do campo dificulta o seu processo de libertação do machismo.
- Os homens dos assentamentos dificultam a organização das mulheres, para isso utilizam de autoritarismos e práticas de humilhação pública.
- As mulheres do assentamento não desfrutam da confiança e apoio dos homens em suas atividades produtivas.
- A violência física ainda é uma realidade, mesmo sendo uma das proibições no Movimento.

Dificuldades e desafios organizativos

- A participação das mulheres nas atividades produtivas e na organização das cooperativas tem afetado a sua participação política no Movimento.

- A crise também dificulta a sua participação política, uma vez que, em geral, é a mulher que consegue alternativas de renda extra.
- Dificuldade dos homens se organizarem nos Coletivos de Homens.

Dificuldades, necessidades e desafios no trabalho de base

- Falta material didático adequado e que chegue às mulheres dos assentamentos/acampamentos.
- Há problema no método de trabalho de base, pois não está funcionando como previsto.
- Dificuldade em criar os núcleos de base.
- As lideranças estão muito autoritárias.
- O método de formação do Movimento não está conseguindo modificar a formação recebida na sociedade capitalista. Há uma separação entre o que é visto nos espaços formativos do Movimento e a vida cotidiana.
- Necessidade de realizar formação feminista classista nas bases.
- Necessidade de fazer com que os homens estudem o patriarcado e compreendam o seu papel nesse sistema opressor, explorador e dominador.

5.2.5. Setor de Saúde

“Saúde é todo um universo de coisa que a gente tem que usufruir dele e de uma forma para a gente ser mais feliz com tudo”⁶⁸

Elementos para uma contextualização e caracterização do Setor de Saúde

De acordo com uma das pessoas entrevistadas, foi contado a ela que o Setor de Saúde nasceu desde a primeira ocupação em 1984, mas que foi estruturado, oficialmente, em 1998.

O nosso Setor [...] nasce (me contaram as pessoas que passaram mais tempo no Setor) desde a primeira ocupação lá de 1984. Não

⁶⁸ Citação do Setor de Saúde.

oficialmente, mas a gente entende que o setor já funcionava desde esse período, não organizado, não estruturado, mas desde o momento que fez a primeira ocupação de terra, quando foi surgindo os pequenos problemas. Desde um corte no pé, desde qualquer machucado, já tinha gente nesse meio das ocupações que já entendia – benzedeira, ou uma pessoa para limpar o pé, uma pessoa para fazer um chá, uma pessoa que conhecia alguma erva (SS).

Então, a gente entende que o Setor de Saúde nasce também quando foi nascendo o MST. Mas oficialmente, em 1998, fizeram uma reunião [na qual] estavam presentes 22 Estados e aí tiraram uma pessoa que tinha afinidade, ou que gostava, ou que entendia, que foi para essa reunião. Fizeram [um] seminário em Brasília e oficializaram esse grupo como sendo o grupo do Coletivo de Saúde do MST e já sendo essa pessoa responsável pela saúde em cada um dos Estados (SS).

De acordo com a pessoa entrevistada, a partir desse grupo surgiu a necessidade de se ter um Setor de Saúde e que este além do conhecimento popular,

pudesse ter uma coisa mais profissionalizada, vamos dizer assim... Ter pessoas com formação científica da saúde e que viesse no nosso meio, que nos entendesse melhor, mas também que entendesse esse científico a partir das universidades (SS).

Ainda no ano de 1998, o Setor de Saúde iniciou a discussão dos primeiros Técnicos de Saúde da Comunidade (TACs) e em 1999 o MST enviou 10 militantes para cursar medicina em Cuba.

Nesse mesmo período, o Setor de Saúde estava definindo os seus objetivos e o que iam fazer para além do cuidado com a pessoa adoecida.

E aí começamos a pensar algumas linhas para [o] Setor, [...] o que a gente poderia fazer para evitar a pessoa chegar [no] processo de adoecimento; e se já estava adoecido, como fazer esse processo para não ser tão invasivo, não ser tão [...], não piorar mais. E a gente tem essa tendência de sempre mais procurar outras formas, práticas, para não ter que ficar só na medicalização (SS).

No caminho de construção do Setor de Saúde começaram a buscar também pelos conhecimentos milenares e tradicionais, pela medicina natural e pelas pessoas mais velhas dos assentamentos e acampamentos que possuíam esses conhecimentos e que pudessem compartilhar. Atualmente há uma variedade grande de terapias que são utilizadas nos assentamentos e acampamentos, a depender das pessoas do local e os conhecimentos que possuem: benzimentos, fitoterapia, bioenergética, terapia da polaridade, florais de Bach, homeopatia, massagem, biomagnetismo, acupuntura, radiestesia,

entre outros. Também produzem plantas medicinais e fabricam tinturas, xaropes, pomadas, sabonetes, shampoo, cremes, etc.

Em relação à saúde pública, a realidade é que a política de saúde para o campo não chega no campo na medida que os postos de atendimentos, comumente, ficam nas cidades.

[...] porque nós hoje fazemos uma avaliação de que nós temos um sistema de saúde, [...] existe políticas para o campo, mas essas políticas não chegam no campo, realmente. Ela chega até ali no município, na cidade, ela para por ali, e se diz que é do campo (SS).

Alguns assentamentos possuem um posto de atendimento em que o médico atende uma ou mais vezes por semana, em outros os profissionais da saúde se deslocam para o assentamento com alguma periodicidade, mas essa não é a realidade da maioria dos assentamentos e acampamentos que para acessar qualquer atendimento em saúde precisam se deslocar grandes distâncias até a cidade mais próxima⁶⁹.

Em meio a essa precariedade da saúde pública para o campo, o Setor de Saúde do MST foi se desenvolvendo com muitas tarefas que incluem a reflexão sobre o processo de saúde/doença; as orientações práticas para uma vida mais saudável; a assistência às pessoas com doenças crônicas, diabetes, hipertensão, identificando-as no local, certificando de que estão em tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS) e fazendo o acompanhamento no dia-a-dia; e o cuidado realizado com as práticas terapêuticas que têm disponível em cada área.

As orientações vão desde os cuidados com o saneamento, à qualidade da água disponível e os métodos de purificação, à construção de fossas em locais adequados e da forma correta, entre outras, que são muito importantes, principalmente no processo de transição do acampamento para o assentamento. Também são feitas reflexões e orientações em relação à alimentação que se tem atualmente, o uso dos agrotóxicos e os malefícios para a saúde e, no

⁶⁹ A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta (PNSIPCF) foi oficialmente instituída no ano de 2011 (BRASIL, 2011b), fruto da luta dos movimentos sociais do campo, notadamente do MST que, no ano de 2003, logo no início do primeiro governo Lula, demandou ao Ministério da Saúde a construção de uma política de saúde para o campo (CARNEIRO et al, 2017, p. 37). Em 2014 o Ministério da Saúde atualizou a denominação da política incluindo os povos “das águas” ficando, então, como Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) (BRASIL, 2014).

contraponto, o incentivo à alimentação saudável correlacionando-a à forma de plantio, de colheita e de elaboração do alimento.

A gente vê também que a alimentação, ela também é remédio, entendeu? Alimentação também cura, assim como mata, né? Alimentação que a gente come hoje industrializada, [...] além de veneno, a gente come muita coisa podre, muito enlatado, muito embutido, né? Eu vejo isso quando eu trabalho com a bioenergia, quando eu faço uma avaliação de uma pessoa que mora na cidade e a pessoa daqui do MST. Olha enquanto um tem 30% de problema, o problema deles é um, dois, trêzinho, e quando eu vejo o pessoal lá [da cidade] digo *“gente... a gente parou para pensar onde é que tá essa diferença?”* Aí a gente percebeu que era na alimentação né, porque ele já come aquilo que ele produz, saudável né (SS).

Os problemas de saúde provocados pelo trabalho na roça, também são alvos de atenção do Setor de Saúde, entre eles as frequentes dores de coluna provocadas pelos trabalhos extenuantes e muitas vezes de forma inadequada, com movimentos repetitivos com o machado, a foice ou a enxada e também pelos levantamentos de peso sem o cuidado necessário.

O Setor de Saúde também tem dedicado atenção ao estresse, ao cansaço mental da militância do Movimento em razão das tarefas das funções de direção e, nesse sentido, começaram também a pensar na promoção da saúde e na prevenção de “doenças da mente⁷⁰”. Essas práticas de promoção e prevenção da saúde, de acordo com um dos entrevistados, contribuíram para que muitos dirigentes do próprio Movimento, que até então tinham uma percepção de que o Setor ainda se resumia a cuidar das pessoas quando elas estavam com dor ou adoecidas, pudessem ter um novo olhar para o Setor.

O Setor de Saúde relata que, ao longo do tempo, também foram “adentrando o sistema”⁷¹ e participando de cursos como os de ‘Agente Comunitário de Saúde’, ‘Saúde da Comunidade’ e ‘Técnico de Enfermagem’.

O que foi construído até o momento pelo Setor de Saúde, na fala de um dos entrevistados, “é só um pequeno acumulado da dimensão do que a gente pensa e quer com a saúde”. E o que o Setor quer com a saúde, conforme uma das entrevistadas, não é só dispor de práticas terapêuticas e conhecimentos científicos ou populares capazes de curar o corpo físico, pois saúde “é todo um

⁷⁰ Expressão do entrevistado.

⁷¹ Expressão do entrevistado.

universo de coisa que a gente tem que usufruir dele e de uma forma para a gente ser mais feliz com tudo" (SS).

Saneamento básico faz parte da saúde, a moradia, o relacionamento com quem você se relaciona, o ambiente que você vive, até as energias também, né? Tem tipo de energia que você tem que dar uma chacoalhada, senão também até a energia de determinadas coisas faz mal para a gente. Então se você for olhar, é como diz, tem que ser uma coisa holística, com uma formação muito boa também, não basta a gente falar que é bom, é bom. Você fazer a prática, sentir, você pensar, fazer, ver o resultado daquilo (SS).

A saúde não está só em você tomar remédio ou fazer só algumas práticas, né? Mas também o exercício físico, o namorar, o dançar, o passear, tudo isso faz parte da saúde, né? (SS).

Na fala de uma das entrevistadas, é como se o MST estivesse em uma guerra com o sistema capitalista e só se ganha uma guerra com soldados sadios:

Como é que a gente vai partir para uma guerra todo mundo doente? [...] então o meu desejo é ter os nossos soldados aqui fortes para que possam encarar esse sol para plantar, para produzir. Então se você não tiver saúde, como é que você vai fazer isso? (SS).

Nesse contexto de luta há muitos desafios para o conjunto do Movimento. A seguir, serão apresentados desafios, as dificuldades e as necessidades vivenciados pelo Setor de Saúde, na perspectiva dos participantes da pesquisa. O material foi organizado em 3 (três) eixos, conforme relacionado abaixo.

Dificuldades, necessidades e desafios em relação:

- à saúde mental dos assentados e acampados,
- à formação e
- ao processo organizativo.

Dificuldades, necessidades e desafios vivenciados pelo Setor de Saúde

Em relação à saúde mental dos assentados e acampados

O Setor de Saúde fala da necessidade de se fazer um cuidado que olhe para o ser humano como um todo e não apenas para o físico e, nesse sentido, a saúde mental é uma das questões que tem gerado preocupações.

Um desafio agora é a saúde mental, porque não adianta só cuidar do corpo físico se a pessoa também não tiver com uma saúde mental boa, né? Isso está sendo um desafio para a gente porque tem coisas que não é só... engloba tudo né, engloba o espiritual, o mental, o físico. Então a gente não quer... assim não é que a gente não queira, a gente quer o indivíduo são, ele totalmente cuidado, né? Fragmentado não dá. Entendeu? É um cuidado assim feito assim, [...] feito pela metade né, cuidar só do físico... então tem que cuidar do ser humano como um todo, né? Acho que isso é fundamental, um desafio para o Setor de Saúde (SS).

Na percepção de uma das entrevistadas, o MST cuida de vários aspectos da vida, no entanto, as pessoas carregam problemas que nem sempre são perceptíveis em um primeiro momento e que precisam ser cuidadas também.

A gente percebe também que quando eu falo que é uma escola [é] porque o movimento cuida de tudo. Entendeu? Da educação, da solidariedade, dos valores, tudo, tudo enquanto ser humano. Só que quando ele chega no Movimento ele já traz uma história de vida que só o corpo dele revelaria se falasse né, mas diz que o corpo também fala, mas precisava falar mais para conversar bem o que é que ele vem trazendo. Entendeu? (SS).

E isso aflora de toda a natureza, às vezes chega um problema aqui, a pessoa se estoura. Aquilo foi só a gota d'água, né? O que vem lá de trás com ele, só Deus sabe (SS).

Entre os problemas de saúde mental, os citados foram: o alcoolismo, o uso de drogas ilícitas e a depressão.

São esses três né, o álcool, a droga e a depressão e ainda mais nesse sistema que a gente está vivendo de opressão, ele vai desencadear cada vez mais e se nós, enquanto Setor, não ficar atento... como é que vai ser? Que que vai ser dos nossos companheiros, né? Porque, aí, a bioenergética vai tratar da cirrose, mas lá no fundo tem muito além do que só tratar de uma doença, é tratar da mente dele, [o] porque que leva ele a beber e fazer algo (SS).

As entrevistadas do assentamento associaram a questão do alcoolismo, do uso de drogas ilícitas e da depressão à pouca interação e ao isolamento.

Tem assentamentos que não tem uma dinâmica de interação com o outro e o outro fica muito individualizado e com isso ele vai desencadeando outros problemas mentais como alcoolismo, droga, depressão. Ele vai se isolando, se isolando até que morre. Ninguém vê que ele morreu lá dentro. Então aí como é que a gente vai construir isso, né? Então tem esse olhar (SS).

Ao serem perguntadas sobre o formato de agrovila, se essa configuração de assentamento ajudava a ter maior integração, uma das entrevistadas relatou que o seu assentamento foi organizado no formato de agrovila, mas que, mesmo

assim, algumas pessoas foram morar em seus lotes individuais. Na mesma fala, ela ressaltou a importância da cooperativa e da associação nos processos de integração, sobretudo, com os grupos externos.

O nosso [assentamento], ele é em agrovila né, sendo que [...] tem alguns indo morar nos seus lotes; e esse assentamento ele tem a cooperativa de uma parte e a associação de uma outra parte né. A cooperativa tem uma dinâmica de ter sempre visita né, estilo um turismo rural, onde se faz um almoço para os visitantes. Esse almoço é cobrado e as pessoas e visitantes vão interagir com os assentados né, então vê a dinâmica de como funciona um lote. Então, existe a interação dos assentados com os visitantes, mas nem todos os assentamentos tem essa mesma dinâmica. Então, essas coisas têm que ser criada né (SS).

Durante a entrevista, uma das entrevistadas foi elaborando e falando do que se podia fazer⁷² para combater o isolamento; e relembrou também a festa de São João organizada pela cooperativa.

Eu acho também que é uma coisa que talvez... é um processo né, de começar também, como se fala dos moradores do assentamento, que se faça momentos de brincadeira... Vamos fazer um forró uma vez por mês que aí eles vão, né, e todo mundo interagindo... pô a festa de São João aqui eu pensei que não existia mais aquela festa, tudo acabou. Eu vou no meu interior, quando eu vou passear no interior não vejo mais disso. Quando eu cheguei aqui me convidaram, eu não vim porque eu estava viajando ano passado, estava no Maranhão. O ano retrasado aí eu sei que eu vim, mas eu digo: *“Jesus, eu não sabia que ia passar o São João, ainda existe aqui dentro do assentamento!”* Mas era uma festa de arromba. O sol sai e todo mundo chegando com as panelas. Então pode fazer momentos assim, mesmo que não seja à noite. Vamos fazer em um domingo, né? Por que não? Vem [a pessoa do assentamento], porque ela tá lá mesmo “borocochô”, aí vai se animando *“ih foi bom”*. Vamos lá, uma roda de conversa, mas não vamos também só para discutir os problemas não né, vamos fazer para comer, para mastigar um negócio, montar um suquinho... poxa muito bonito isso e começar. E aí também um dia vamos sentar para fazer uma roda de conversa diferente, vai mesclar esse momento. A gente vai dar uma conversada, não precisa ir fundo na questão, mas tem né, tem os mais expressivos, vai se expressar, o outro não vai querer falar do momento dele, da vida dele, mas isso é um processo que vai começar e eu acho que é uma maneira de ir “futucando” a coisa para depois dar certo né (SS).

Eu vejo que é um caminho assim, roda de conversa, roda de viola né, vai trazer, bota para cantar aquela música lá do ‘Alecrim’, outro

⁷² A entrevista não funciona apenas como um instrumento para coleta de dados, pois muitas vezes ela provoca reflexões e elaborações sobre os assuntos de tal forma que as pessoas passam a olhar e relatar não só o ocorrido, mas também o que poderia ser feito. Foi o que aconteceu nesse caso e que decidimos manter pela importância da fala. É interessante refletir sobre a ‘importância da pergunta’ e o papel que a entrevista assume aqui. A pergunta é, não apenas, uma estratégia para a coleta de informações a partir das respostas do entrevistado, mas também de provocação à reflexão dos sujeitos da pesquisa.

canta 'Asa branca' do Luiz Gonzaga, todo canto né. E quem quiser cantar o seu samba aí bota aí, é importante né, ele fica muito coisado também porque os valores, ninguém valoriza às vezes né, se sente desvalorizado e fica com vergonha, fica encolhido né (SS).

A cooperativa do assentamento, de acordo com as entrevistadas, tem um papel fundamental para a integração do assentamento, pois, além de organizar a produção, é o espaço de socialização, das festas de São João e onde se realizam os encontros (de mulheres, dos Sem Terrinhas) e se recebem as visitas.

Essa cooperativa aqui é um instrumento fundamental para a gente. Que é nesse espaço que a gente tem o espaço dos Sem-terrinha, é nesse espaço que a gente tem o encontro das mulheres. É nesse espaço que a gente faz com que você... [referia-se ao espaço de recebimento de visitas], veio médico indiano aqui também visitar. Sabe? Então a cooperativa [tal] é um instrumento fundamental aqui para os assentados (SS).

Em relação à formação

O Setor de Saúde fala da formação como um desafio. Erradicar o analfabetismo é uma necessidade para que o povo tenha acesso ao conhecimento, passe a entender melhor que é sujeito de direitos e a reivindicar melhor também.

Mas esse conhecimento não se restringe a ler e escrever. O Setor de Saúde fala da importância de se apropriar também do conhecimento científico do campo da saúde e de trabalhar de forma articulada com o saber popular.

A gente faz o popular, mas a gente não pode estar pensando desvinculadamente, porque se a gente ficar no popular, a gente não consegue resolver tudo. [...] Mas a gente acha que [...] está casado o científico com o popular. Quando a gente consegue ter esse diálogo [pode] fazer esse casamento. Esse é um dos desafios para a gente do Setor. Por isso que a gente está sempre buscando pessoas dentro do Setor para que possa estar [...] estudando, elaborando (de áreas diferentes), para as pessoas irem acumulando e repassando internamente para dentro do Setor (SS).

Além de buscar as pessoas de dentro do Setor que possam se dedicar aos estudos e, dessa forma, contribuir com o avanço do Setor de Saúde, há um outro movimento que é o de buscar pelos espaços das universidades e esse é outro desafio destacado pelo Setor.

Acho que outro desafio é esse de estar ocupando também os espaços nas universidades. Que é um desafio muito grande. Nós somos ainda poucos nos espaços universitários. A gente acha de

suma importância estar nesses espaços também para [...] poder defender aquilo que a gente quer nos espaços das universidades públicas que é de direito nosso também (SS).

Conforme a fala acima, ocupar os bancos das universidades públicas, para o SS, além de ser uma necessidade formativa, é uma necessidade de estar presente nesses espaços para poder defender uma universidade que olhe para as necessidades do povo Sem Terra.

Em relação ao processo organizativo

- *Desafio de sistematização das experiências*

Um dos desafios citados pelo Setor de Saúde é o de conseguir registrar todas as experiências acumuladas ao longo dos anos.

E nós temos muitos desafios ainda. Um desafio muito grande para a gente é conseguir botar no papel as nossas experiências. A gente conseguir, como se diz, ter um arquivo, ter uma memória, [...] conseguir escrever o que a gente vive e às vezes, o que a gente faz. A gente não conseguiu isso. Então, esse é um desafio da gente estar correndo atrás para a gente tentar superar. E processo de elaboração também das nossas próprias experiências. Nós temos, mas temos muito pouco pelo que nós fazemos. Então esse é um desafio grande do Setor também (SS).

O Setor de Saúde tem acumulado muitas experiências nos diversos estados do país e junto com o desafio de sistematizar essas experiências há o desafio de qualificação do que é produzido.

Um dos desafios nossos [...] é nesse processo da qualificação dessa produção [...], melhorando a qualidade dessa produção, a quantidade dessa produção, também para a gente poder estar atingindo outras metas. E hoje, para a gente, a nossa Escola de Agroecologia e Floresta que é na Bahia [...], são 07 áreas nossas de acampamentos fazendo a produção agroecológica e cada uma delas vai ter um horto medicinal. [...] e a ideia no final do projeto é de ter cada área produzindo, ter um centro para elaboração de secagem (com estufas e tudo) e estar produzindo e a meta é produzir fitoterápicos para o SUS. São coisas assim que estão no projeto para produzir para o SUS em alta escala, mas nós estamos em altos e baixos dos projetos. A gente terminou, concluiu a primeira etapa, vai sair um livro agora com todos os conhecimentos e receitas a partir do popular, do povo. Com os nomes científicos das plantas que foram identificadas (foram mais de mil espécies que foram identificadas) e tem uma matriz na nossa escola aonde vão ficar todas as espécies (100 espécies de plantas medicinais aí) para servir de mudas também para poder estar distribuindo e repondo nas próprias áreas. Mas a ideia é de plantar suas cultivares,

pegarem, elaborarem e transformarem esses processos em elaboração de fitos [fitoterápicos] para a gente estar fornecendo para o SUS. Nessa perspectiva também de melhorar essa qualidade de vida do sistema, baratear o preço dos medicamentos e pensando nesses medicamentos mais básicos que o pessoal usa também (SS).

No trecho acima é possível apreender que a necessidade de sistematização e qualificação passa, também, por uma perspectiva de ampliar o alcance do trabalho já feito em alguns assentamentos, influenciar no atendimento da saúde pública e influenciar no preço dos medicamentos.

- ***Dificuldade de interação com outros setores do Movimento***

O Setor de Saúde afirma que está trabalhando em conjunto com outros setores do MST, principalmente com o Setor de Gênero, o Setor de Educação e o Setor de Produção.

Com o Setor de Gênero há mais proximidade pelo fato das mulheres deste setor terem contribuído na organização do Setor de Saúde e, conseqüentemente, participarem de ambos.

O setor de saúde dependendo do local, ele trabalha muito em conjunto com o Setor de Gênero[...]. E como o Setor de Saúde é um setor que veio muito, foi muito organizado inicialmente pelas nossas companheiras, então, tem muitas companheiras que estão no Gênero, mas que são da Saúde, e que tem companheiras que estão na Saúde e são do Gênero. E tem estados que os setores trabalham juntos, são casados (SS).

Junto ao Setor de Educação também há algumas experiências de trabalho conjunto com produção de hortas medicinais nas escolas e em formações de agroecologia.

Com o Setor de Educação, nós temos experiências em assentamentos que a gente trabalha muito nas escolas também. Com hortas medicinais, com esse processo de pensar a saúde na escola (tem alguns programas), e outros que estão já bem avançados. A gente trabalha muito com o Setor de Educação também. E agora com a Escola de Agroecologia, tem muitos cursos de agroecologia em educação e faz em conjunto com a gente da Saúde, também. E aí a gente trabalha muito conjuntamente (SS).

Também há trabalhos em conjunto com o Setor de Produção no cultivo e comercialização de fitoterápicos. O Setor de Saúde pensa em expandir essa experiência para os assentamentos que produzem, mas não comercializam ainda.

Assim também como tem outros estados que o Setor [de Saúde] trabalha com o Setor de Produção. Por exemplo, nós vamos agora sentar com parte do Setor de Produção que é comercialização, devido à produção que nós temos. Então, quem tem esse domínio, desse processo (que lá já é um ponto de comercializar) é o Setor de Produção, mas não é o nosso, que nós fazemos (SS).

Com o Setor de Cultura, apontaram a necessidade de interagir mais e utilizar as outras linguagens para falar de saúde, utilizar os momentos culturais para “mexer com o corpo”⁷³, seja através do teatro ou da música, e com isso promover e propagandear a saúde.

Ainda que tenham sido apontadas algumas experiências e perspectivas de trabalho com alguns setores do Movimento, há a percepção por parte do próprio Setor de que o Setor de Saúde está em uma bolha e é preciso interagir mais.

Outro desafio para nós é a gente conseguir [...] sair da nossa própria bolha do Setor e ir fazendo relações com outros setores também, que é de suma importância. Que a gente some com outras organizações que pensa a saúde também do campo, da cidade. A gente vem fazendo isso, mas [...] precisamos avançar muito mais, porque a gente pode enriquecer, fortalecer muito mais nosso Setor também (SS).

Essa necessidade de maior interação, de acordo com o Setor de Saúde, não se restringe apenas aos demais setores do MST, mas se estende aos demais movimentos da Via Campesina e aos movimentos e frentes urbanas organizados em torno do tema da saúde. Uma maior interação com estes movimentos, na percepção do Setor, é fundamental para o compartilhamento de experiências e o avanço na unidade entre campo e cidade nas lutas no campo da saúde.

- ***Dificuldade de chegar nas áreas de assentamento e acampamento***

Outro desafio que foi manifestado pelo Setor de Saúde foi de conseguir chegar em cada área de assentamento e acampamento do Movimento.

E o outro [desafio] é que o Setor também, no nosso processo de organicidade, chegue [...] em cada área de assentamento, de acampamento nosso. Que não é assim. Em cada estado, em cada região é diferente (dentro do próprio estado é diferente), tem acampamento que tem uma estrutura de organicidade política, da organização do Setor, outro já não tem, outros não existem, outros estão caminhando... (SS).

⁷³ Expressão do entrevistado.

Junto ao desafio de chegar em cada assentamento e acampamento, o trecho acima, ainda que sucintamente, fala da necessidade de uma organicidade política do Setor nos estados.

Na entrevista realizada no assentamento, essa necessidade de chegar em todos os acampamentos e assentamentos também apareceu, mas como um desejo de que todos tivessem acesso à terapia da bioenergética e que todos pudessem ter o seu 'Espaço do Cuidado' com um olhar especial para a saúde mental e a saúde do trabalhador.

Em relação à terapia bioenergética, há a percepção de que ela contribui não apenas com a saúde das pessoas, mas também com o processo de fortalecimento do assentamento na medida que proporciona uma "autossustentabilidade" na saúde.

Eu tenho um desejo muito grande que toda organização do MST, todos os assentamentos fossem potencializados com a bioenergética. Todos nós né, que eu faço tratamento, eu trato com a bioenergética e é aonde a gente consegue ter interação do ser e o meio ambiente. [...] quando a gente tem essa interação, a gente vai saber o quanto nós como MST temos um potencial e tanto, porque a gente trabalha com alimento saudável e à medida que é potencializada a bioenergética, aquele ser, aquela comunidade vai conseguir ser autossustentável também na sua saúde, na saúde da sua comunidade né (SS).

A questão da "autossustentabilidade" na saúde aparece como uma necessidade em um contexto de ausência ou precariedade de saúde pública no campo⁷⁴ que força as pessoas a se deslocarem para as cidades, onde, recorrentemente experienciam um atendimento insatisfatório na rede pública e isso não muda quando buscam por um atendimento particular.

O que eu queria dizer aqui né é que a gente não tem que deixar a saúde da gente por conta do médico, a gente que tem que administrar a saúde da gente. Vamos ao médico sim, uma orientação do médico, remédios se for necessário, mas porque eu tenho visto pessoas que vai para um lugar, aí vai passa para o neuro, ele vai para o neuro. Aí do neuro vai para o gastro. Do gastro... é um jogo de empurra. Entendeu? Tem uns que se percebe... tão fazendo de mim né... parece que tão fazendo uma maneira do colega ganhar dinheiro. Outro colega ganhar o dinheiro, mas não estão preocupados com a pessoa enquanto a saúde dele

⁷⁴ O assentamento onde foi realizada a entrevista, de acordo com as entrevistadas, não tinha nenhuma ação do Estado na área da saúde.

não. Entendeu? É para gastar o dinheiro quando não é do plano de saúde, é do INPS⁷⁵. Então a gente também tem que estar atento para essa jogada. Não é desprezar a medicina, mas estar atento também para as malandragens que tá acontecendo aí também nessa área, também dos maus profissionais. Temos bons profissionais, conheço profissional excelente. Entendeu? Mas também tem aqueles, os comerciantes da saúde. Não podemos entregar a nossa saúde na mão deles não. É a gente que tem que administrar (SS).

Sobre o Espaço do Cuidado, de acordo com uma das entrevistadas, tê-lo em todos os assentamentos é indispensável, pois ele proporciona a interação da comunidade com o Setor de Saúde, a escuta das necessidades presentes no cotidiano de vida e o cuidado que o povo não consegue ter na saúde pública.

Em 2017 teve lá na Terra Crioula o Espaço do Cuidado onde a gente viu que muita gente procurava o Espaço. Era por preço popular. Até então eu nem percebia porque era muito novo, mas a gente foi observando a necessidade e aí as coisas foram acontecendo naturalmente. Sabe, vai se encaixando... que o Movimento vem fazendo isso né, você vai fazendo uma movimentação sem perceber. E aí começou lá no [acampamento] onde o [fulano] também fazia o Espaço do Cuidado com a Bioenergética, [pois] tinha pessoas com problemas de saúde e com diabetes [que] não conseguia atendimento porque lá é um acampamento que por mais que morava na beira da estrada, o município não identificava aqueles moradores como moradores da cidade, do município. Então era uma dinâmica muito intensa em relação ao atendimento. A prefeitura não fazia atendimento, o posto de saúde, que era na esquina, não fazia atendimento com a comunidade (SS).

Em 2015 a gente conseguiu fazer a educação popular em saúde lá em [tal lugar] e levamos essa demanda [referindo-se ao fato daqueles acampados não conseguirem atendimento por não serem considerados moradores do município] para dentro do curso aonde conseguiu inverter essa situação e aqueles moradores passaram a ser moradores do município e serem atendidos pelo município também. Mas antes desse desafio, o [fulano] que fazia esse Espaço do Cuidado lá e a gente foi vendo a necessidade de ter em todos os assentamentos esse Espaço do Cuidado, tanto que a gente vai começar, estamos começando aqui a implementar esse e aí vai implementar em outros lugares (SS).

O Espaço do Cuidado, de certa forma, representa também uma forma de resistência e luta contra o sistema capitalista e seus latifúndios.

O governo, ele acha que “*ah eu vou proibir a Reforma Agrária porque não queremos ocupações de terra*”, mas tem outros latifúndios a serem ocupados. A farmácia é uma delas que a gente tem que desmontar, entendeu? A indústria farmacêutica está aí cada vez mais adoecendo, onde a Monsanto está em parceria com

⁷⁵ Instituto Nacional de Previdência Social – antigo órgão responsável pela previdência social, substituído pelo INSS.

a Bayer, deixando a população cada vez mais doente, quer dizer, joga agrotóxico lá na roça, eu como e a Bayer vai se beneficiar do remédio que ela produz para me enganar que está me curando? Então é fazer mesmo uma reflexão disso que nós, como Movimento, nós sabemos a nossa potencialidade, nós sabemos o que incomoda o governo e o quanto somos potentes, o quanto somos de mostrar à sociedade o que esse agro, essa agroindústria, esse agronegócio quer fazer conosco [que] é acabar com todos nós. E nessa atual conjuntura, já está dado, a gente tem que cuidar mais de nós porque se ele quer, e ele deixou bem claro que quer, nos eliminar, então Espaço de Cuidado tem que ser dentro do assentamento porque se eu for lá dentro do hospital e falar que moro no Sem Terra eu tenho até medo disso. Ainda bem que eu não vou nem para o hospital, sabe (SS).

De acordo com uma das entrevistadas, ainda que o Espaço do Cuidado se refira a um local, fixo ou provisório, onde são realizadas as práticas terapêuticas, não é imperativo ter esse local para realizar o Espaço do Cuidado, pois as pessoas do Setor devem ser esse espaço e, assim, podem levá-lo consigo nas visitas às pessoas que necessitam de cuidado.

O Espaço do Cuidado também é um local de confiança entre os companheiros, de amizade, de solidariedade e de acolhimento.

Eu tava vendo lá em São Paulo na semana que passou [...], eles vêm sabendo que na nossa mão ele se entrega. Dois minutos, cinco minutos ele já estava dormindo. Então essa confiança que ele tem que tá na mão dos companheiros, entendeu? Isso é demais né? (SS).

Uma menina que chegou para mim e falou [choro]... Já no penúltimo dia ela chegou para mim e falou assim: *"cuida de mim, cuida de mim, eu estou muito triste, eu perdi um filho em março, tô muito triste"*. Eu tava com um pêndulo aí para ver qual das terapias seria melhor para ela naquele momento. Aí saiu a polaridade. [...]. Aí pediu uma hora né [o pêndulo apontou que seria necessária 1 hora de terapia], [...] mas pediu 10 sessões para resolver o problema dela. Só que era o penúltimo dia e a gente estava cuidando de um monte de gente, né? Eu falei *"por que você não falou antes?"*. Porque de 5 em 5 horas dava para fazer uma nela. Aí eu comecei. Olha, eu chorei uma hora direto sem parar canalizando a dor dela, choro que ela tinha contido dentro dela, mas ela precisaria de 10 sessões de uma hora para ela limpar. Ela ia lembrar do filho, mas sem o sofrimento, né? Ia lembrar que o filho partiu, que perdeu, né? Tá certo com um pouco de tristeza assim, mas aquela energia da dor da perda, o choro contido ali dentro, eu chorei uma hora sem parar, eu segurando porque a gente estava no setor onde tinha várias pessoas né, fazendo terapia. Para que o meu choro alguém não ouvisse, né? [...]. Então são essas coisas quando eu digo que às vezes um problema mental vem de uma questão como essa né, uma depressão que nunca vai passar porque essa dor está guardada, né? (SS).

Tem companheiro lá que [...] toda vez quando eu fazia saúde ambiental, que a gente se encontrava, ela já ficava no meu quarto ou guardava para mim para fazer né. Ela caía, essa menina caía e

ficava estrebuchando e eu fui fazendo polaridade, fazendo, fazendo toda vez que se encontrava. A gente levantava 5 horas porque 7:00 6:00 a gente tinha que estar de pé, então a gente fazia logo a polaridade dela [...]. Essa menina hoje é a [fulana]. Essa menina quando chega o pessoal diz: *“pronto, estou em boas mãos, essa menina, olha, tá na frente do movimento ela é uma terapeuta e tanto”*. Um dia encontrei com uma companheira que falou: *“Valeu a pena investir”*. Eu digo: *“Como valeu”*. E é isso, não tomou o remédio, foi só com essas terapias. Entendeu? (SS).

- **Falta de militantes para o Setor**

Outra dificuldade apontada pelo Setor de Saúde foi a falta de militância para assumir o Setor.

A principal [dificuldade] que a gente tem hoje é uma falta de militância [...] para assumir o Setor de Saúde. Aí, muitas vezes, é por perfil, muitas vezes *“não é o que me identifica e eu vou para outras áreas que eu me identifico mais ou outros setores dentro da própria organização”*. E o outro, talvez, é com o nosso próprio processo organizativo, como está [...]. Por exemplo, para a gente poder ter esse processo de formação, ter esse processo de descer, muitas vezes, para as áreas para poder fazer esse processo. E aí a gente [...] muitas vezes vêm sendo atropelado pelas agendas e a conjuntura também que vai acontecendo e que vai dando essa demanda daqui, e vai se fechando e vai deixando. E com a demanda, de que o Movimento vai a cada dia criando novos acampamentos, ocupações, criando novos acampamentos e novos assentamentos, inserindo as pessoas que tem esse processo de acompanhamento (SS).

No trecho acima, a falta de militância é atribuída a duas possíveis causas:

- 1) perfil – não teria muitas pessoas que se identificam com o trabalho do Setor de Saúde.
- 2) o processo organizativo – apesar do Setor de Saúde realizar cursos de formação e de conseguir atingir os assentamentos e acampamentos, ele acaba sendo “atropelado” pelas demandas do Movimento que ocupam seus militantes em outras tarefas.

Na entrevista feita no assentamento essa questão da necessidade de ter mais pessoas atuando no Setor de Saúde também apareceu.

Agora a maior dificuldade, a gente gostaria de ter mais companheiro fazendo porque a demanda é grande. Entendeu? A demanda é grande, né? Então deveria ter mais pessoas, a gente se preocupar daqui para frente [em] ter mais terapeuta. Agora a gente também tem que respeitar porque nem todos têm a mesma vocação, tem o mesmo dom, tem o mesmo jeito, né? Às vezes quer até fazer, mas não leva jeito. Mas tem aquele que não pode fazer viu, mas ele sabe fazer uma pomada, já é uma contribuição, ou não pode, mas inventa uma marca ali, monta um negócio [referindo-se à criação de marca

para as pomadas e demais produtos terapêuticos que criam]. E nessas formas também a gente vê um companheirismo também muito bom, muito legal (SS).

Em outra fala sobre a falta de pessoas, há também uma queixa em relação à falta de compromisso com o Setor.

Falta companheiros comprometidos com a causa né, com o Setor de Saúde, porque o Setor de Saúde, uma vez eu escutei uma companheira [...] que “a gente do Setor de Saúde está em todos os lugares menos no Setor”. Sabe porquê? O que acontece? Como fica sobrecarregado tudo, quando você vai numa tarefa você vai para outras coisas, você não foca no Setor de Saúde né e a demanda hoje do estado é fazer com que as pessoas foquem no Setor. Entendeu? Porque tem pessoas que é do Setor que fala assim: “Ah [...] mas não dá para eu ir hoje não porque eu vou cozinhar em tal lugar”. Sabe? “Não dá para fazer isso não porque eu vou para Frente de Massa de tal lugar”. Mas que seja do Setor, direcionado, porque senão o Setor de Saúde ele fica um buraco. Sabe isso é ruim porque tem pessoas no Setor que não são tão comprometidas com o Setor (SS).

Na fala acima fica explicitado que, para muitos militantes do Setor de Saúde, as tarefas próprias do Setor ficam em segundo plano quando as demandas de outros setores (ou das instâncias organizativas) aparecem; e isso produz um “buraco” no Setor, ou seja, deixa de desenvolver suas atividades e, conseqüentemente, também deixa de se desenvolver enquanto Setor.

Na entrevista com o assentamento também foi mencionado que algumas pessoas se vinculam ao Setor de Saúde, mas se interessam apenas por um determinado aspecto que pode render ganhos financeiros, a exemplo dos fitoterápicos, mas não querem contribuir com o Setor de um modo geral.

Também na comercialização, hoje tem os fitoterápicos né, tem pessoas que querem contribuir com o fitoterápico e não querem contribuir com o Setor. Então isso, começar a pensar “com qual finalidade isso, né?”. Porque às vezes vem mais assim numa forma, não pelo Setor. Sabe? E é preocupante... aí vai mais pela... monetariamente e não pelo amor à causa. Isso também é ruim (SS).

Exercício de síntese

As dificuldades, necessidades e desafios apresentadas pelo Setor de Saúde foram agrupadas em 3 (três) grandes eixos:

1. Necessidades em relação à saúde mental dos assentados e acampados.
2. Necessidades em relação à formação.
3. Dificuldades e desafios em relação ao processo organizativo do Setor.

Necessidades e desafios em relação à saúde mental dos assentados e acampados:

- Necessidade de realizar um cuidado que olhe para o ser humano como um todo. É um desafio porque abrange o espiritual, o mental e o físico.
- Principais problemas de saúde mental mencionados: alcoolismo e outras drogas e depressão.
- Pouca interação e isolamento foram apontados como comportamentos associados aos problemas mentais destacados acima.
- A integração e a socialização foram destacadas como importante não apenas com os assentados, mas também com grupos externos.
- A organização do assentamento em agrovila contribui para a integração, mas não é capaz de sozinha garantir a integração dos assentados.
- A cooperativa e a associação foram apontadas como fundamentais no desenvolvimento de atividades que promovam mais integração e socialização no assentamento.

Necessidades e desafios em relação à formação

- Necessidade de erradicar o analfabetismo para conhecer mais e lutar melhor.
- Necessidade de se apropriar do conhecimento científico do campo da saúde. Desafio de conquistar espaços nas universidades.
- Necessidade de trabalhar de forma articulada com o saber científico e o popular.

Dificuldades, necessidades e desafios em relação ao processo organizativo

- O Setor possui muitas experiências pelo Brasil, mas pouca coisa está registrada.
- Necessidade de qualificar o que se produz no Setor.
- Desafio de sair da bolha do Setor e interagir com os demais setores do Movimento, com os movimentos da via Campesina e com os movimentos urbanos que atuam na saúde.

- Desafio de chegar em todos os assentamentos e de estabelecer uma organicidade.
- Dificuldade de acesso à saúde pública e o Espaço do Cuidado como estratégia de cuidado, de solidariedade, de reflexão e de luta.
- Dificuldade em ter pessoas que se identifiquem com o trabalho do Setor de Saúde.
- Os militantes do Setor são recorrentemente convocados para outras atividades e demandas do Movimento e com isso deixam as tarefas do Setor de Saúde em segundo plano.
- Algumas pessoas se vinculam ao Setor de Saúde visando apenas a renda e não o desenvolvimento do Setor.

Dificuldades, necessidades e desafios: sistematização

A partir do que foi relatado pelos setores de Frente de Massa, de Produção, de Educação, de Gênero e de Saúde a respeito das dificuldades, necessidades e desafios vivenciados no cotidiano dos setores, foi possível identificar nove conjuntos de dificuldades, necessidades e desafios. Esses conjuntos de dificuldades, no movimento analítico-conceitual proposto, constituem-se nas categorias presentes na realidade concreta. São elas:

1. As dificuldades relacionadas ao Estado, ao governo e às políticas públicas.
2. As dificuldades relacionadas à organicidade, ao trabalho coletivo e à vida comunitária.
3. As dificuldades relacionadas à formação.
4. As dificuldades relacionadas às relações humanas, destaque para as relações de gênero.
5. As dificuldades relacionadas à violência.
6. As dificuldades relacionadas ao novo perfil dos sem-terra.
7. As dificuldades relacionadas à saúde mental dos militantes.
8. As dificuldades relacionadas à criminalização da luta pela terra
9. As dificuldades relacionadas à resistência na luta e permanência na terra.

O Quadro 14 mostra os nove conjuntos de dificuldades, necessidades e desafios e em quais setores eles aparecem.

Quadro 14: Dificuldades, necessidades e desafios segundo os setores do MST.

Dificuldades, necessidades e desafios	SFM	SP	SE	SG	SS
Estado, governos e políticas públicas	x	x	x	x	x
Organicidade, trabalho coletivo, vida comunitária	x	x	x	x	x
Formação	x		x	x	x
Relações humanas - destaque para relações de gênero	x	x	x	x	
Violência	x		x	x	
Novo perfil dos sem-terra	x	x			
Saúde mental dos militantes	x				x
Criminalização da luta pela terra	x				
Resistência na luta e permanência no acampamento	x				

Fonte: Sewo & Freitas (2020).

Como pode ser observado no quadro 14, foram relatadas em todos os setores as dificuldades relacionadas ao Estado, governos e as políticas públicas e as dificuldades, necessidades e desafios relacionados à organicidade, ao trabalho coletivo e à vida comunitária.

Em quatro setores foram relatadas as dificuldades relacionadas às relações de gênero e à necessidade de formação.

Já as dificuldades relacionadas à violência foram presentes em três setores.

As dificuldades relacionadas ao novo perfil dos sem-terra e à saúde mental do militante apareceram em dois setores.

Em apenas um dos setores apareceram as dificuldades em relação à criminalização da luta pela terra e à resistência na luta e permanência no acampamento.

▪ **Dificuldades em relação ao Estado, governos e políticas públicas**

As dificuldades em relação ao Estado, aos governos e às políticas públicas apareceram em todos os setores e se referem principalmente ao não compromisso do Estado com a Reforma Agrária.

No Setor de Frente de Massa, esse descompromisso do Estado se reflete na morosidade do poder judiciário em efetivar a política de Reforma Agrária e

desapropriar as terras que não estão cumprindo a sua função social e assentar as famílias que lutam para poder ter um meio de trabalho e dele sobreviverem. Essa morosidade do judiciário imputa às famílias acampadas uma vida de privação, de dificuldade de acesso aos serviços públicos, principalmente, à saúde, pois a maioria das prefeituras ignoram as necessidades básicas dos acampados, como se estes não fossem cidadãos (e não são poucas pessoas, mas grandes contingentes – chegando a duas mil pessoas apenas no acampamento onde foi realizada a entrevista). Mas, no relato do Setor de Frente de Massa, não aparece apenas a morosidade e a ausência do Estado para com as necessidades e direitos da população acampada. Em uma outra perspectiva, o Estado é bastante frequente na vida através de práticas violentas como a difamação, as ameaças, os despejos, a negação de direitos básicos, a repressão com uso de força, entre outras, muitas consideradas inaceitáveis, inclusive com consequências para a saúde física e mental das pessoas acampadas.

Nos relatos do Setor de Produção, o descompromisso do Estado com a Reforma Agrária ficou expresso na inexistência de políticas públicas para financiamento do produtor assentado; no definhamento dos programas de fortalecimento dos assentamentos (PAA, PNAE, moradia, PRONERA, Fomento Mulher); e no desconhecimento desses programas por parte do próprio governo. Explicitaram que o crédito que os bancos fornecem são inviáveis para os assentados da Reforma Agrária, pois além de envolver uma complexidade de informações que não estão acessíveis para os assentados, ignora a realidade das diferentes regiões do país e também dos assentados, que na sua maioria não tem disponibilidade de técnicos para a elaboração de um projeto e nem de assistência técnica para acompanhar a produção.

No Setor de Educação, as dificuldades em relação ao Estado apareceram no massivo fechamento das escolas rurais ocorrido nos últimos anos, na falta de estrutura física e humana para a grande maioria das escolas do campo; no desconhecimento, por parte das secretarias de educação dos estados e municípios, da Educação do Campo como uma modalidade específica e na desconsideração do projeto político-pedagógico das escolas do campo. Esse desconhecimento (ou será desconsideração?) das especificidades da Educação do Campo se refletem em diversas situações, sendo que uma delas é a seleção de professores apenas por contagem de pontos, sem considerar que, por ser

uma modalidade, específica demanda conhecimentos respectivos. Esse tipo de seleção traz prejuízos para a escola que é acometida por uma alta rotatividade de professores com consequências na organização da escola, no processo pedagógico e na vinculação dos professores com a comunidade. Outras dificuldades em relação ao Estado foram apontadas pelo Setor de Educação que dizem respeito ao acesso ao serviço público de saúde e à assistência social.

No Setor de Gênero, as dificuldades em relação ao Estado apareceram na ineficiência da implantação da política de Reforma Agrária, pois quanto mais ela demora, mais impacta a mulher acampada; na negligência do poder público local para com as necessidades básicas das pessoas assentadas, inviabilizando a vida no campo; no fim do programa Fomento Mulher; na falta de investimento na agroecologia, modelo de produção que oportuniza a autonomia econômica e emancipação das mulheres do campo, componentes essenciais no processo de libertação das amarras do machismo e do patriarcado; e na falta de políticas públicas de combate à violência e de acolhimento à mulher do campo vítima de violência.

No Setor de Saúde, o descompromisso do Estado para com a Reforma Agrária se reflete principalmente na não aplicação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF) e na recusa sistemática das prefeituras em atender os acampados em suas necessidades de saúde, argumentando que não pertencem ao município.

▪ **Dificuldades, necessidades e desafios relacionados à organicidade, trabalho coletivo e vida comunitária**

As dificuldades, necessidades e desafios relacionados à organicidade, ao trabalho coletivo e à vida comunitária apareceram em todos os setores e, sobretudo, entre os militantes que atuam diretamente nos assentamentos.

O SFM relatou a dificuldade em fazer com que as pessoas compreendam a necessidade do trabalho coletivo; a dificuldade de organizar o acampamento a partir das mulheres, pois existe pouca formação de lideranças femininas, principalmente nos acampamentos mais próximos às cidades; e a dificuldade de participação por parte dos acampados, expressa nas dificuldades de se expressarem e de se posicionarem nas reuniões (o SFM levanta hipóteses de

que isso possa ocorrer por não estarem acostumados ao trabalho coletivo, por causa da situação de muita precariedade, por não serem alfabetizados e se julgarem incapazes para contribuir). O SFM também relatou a necessidade de se ter pessoas que assumam a tarefa de, desde o início, impulsionarem a construção do trabalho coletivo.

O SP relatou a dificuldade de interação entre as pessoas; a resistência ao trabalho coletivo e desânimo após as primeiras iniciativas; a dificuldade em fazer o conteúdo tratado nas reuniões chegar às bases sem distorções; as dificuldades com o desânimo e a falta de esperança do povo; a dificuldade de desenvolver cooperação em regiões em que as cooperativas e as associações se restringiram a formas de organização da produção e/ou comercialização, e não como formas organizativas do território do assentamento como um todo; e a dificuldade para mudar a mentalidade e a cultura individualista.

O SE, em linhas gerais, relatou que os problemas do acampamento “desembocam” na escola, sobrecarregando-a e que sente necessidade de maior engajamento da comunidade; relatou as dificuldades em conseguir maior implicação da comunidade e também dos órgãos públicos na resolução de problemas que tratam da violência com as crianças e adolescentes e, nesse sentido, também tem dificuldade em fazer trabalho de base com o tema da infância e seu desenvolvimento, incluindo temas de sexualidade; a dificuldade de continuar concebendo as coisas de forma coletiva à medida que o tempo vai passando e outras preocupações vão aparecendo e que essa dificuldade também se expressa dentro da escola, entre os professores; a necessidade de organização do Setor de Educação de uma forma em que ele atue na formação do assentamento como um todo, extrapolando o chão da escola; o desafio para o conjunto do Movimento conhecer e massificar experiências relevantes que foram se acumulando nos assentamentos; e a necessidade de elevação cultural de todos para resolver os problemas sociais.

O SG relatou que há problema no método de trabalho de base, pois ele não está funcionando; que há dificuldade em criar os núcleos de base; que as lideranças estão muito autoritárias; que o método de formação do Movimento não está conseguindo modificar a formação recebida na sociedade capitalista e nesse sentido há uma cisão entre o que se vivencia nos espaços formativos do Movimento e a vida cotidiana; que falta material didático adequado para as

mulheres dos assentamentos e acampamentos; que há necessidade de realizar formação feminista classista nas bases; que há dificuldade dos homens se organizarem nos Coletivos de Homens e há necessidade de fazer com que eles estudem o patriarcado e compreendam o seu papel no sistema capitalista; que a participação das mulheres nas atividades produtivas e na organização das cooperativas tem afetado a sua participação política no Movimento e que a crise também dificulta a sua participação política, uma vez que, em geral, é a mulher que consegue alternativas de renda extra e se ocupa com mais essa tarefa.

O Setor de Saúde relatou a necessidade de sistematização das experiências espalhadas pelo Brasil; a necessidade de qualificar o que se produz no Setor; o desafio de sair da bolha do Setor e interagir com os demais setores do Movimento, com os movimentos da via Campesina e com os movimentos urbanos que atuam na saúde; o desafio de chegar em todos os assentamentos e de estabelecer uma organicidade; a dificuldade em ter pessoas que se identifiquem com o trabalho do Setor de Saúde; o fato dos militantes do Setor serem, recorrentemente, convocados para outras atividades e demandas do Movimento e com isso deixarem as tarefas do Setor de Saúde em segundo plano; a vinculação que alguns tem ao Setor de Saúde, visando apenas a renda e não o desenvolvimento do Setor.

▪ **Necessidades em relação à formação**

As necessidades em relação à formação apareceram nos setores de Frente de Massa, no Setor de Educação, no Setor de Gênero e no Setor de Saúde.

No Setor de Frente de Massa, a formação apareceu como uma necessidade geral, não só para o militante deste setor, mas como uma necessidade de todos os militantes do MST. Os temas relacionados como os que mais precisam ser estudados são a conjuntura dos últimos anos na América Latina e o novo perfil das pessoas que estão compondo o Movimento.

No Setor de Educação, a necessidade de formação apareceu em dois campos, sendo um mais geral e outro mais específico. No campo mais específico, a necessidade de formação está relacionada à dificuldade manifestada pelos professores em trabalhar com as crianças e os adolescentes o tema da sexualidade e das relações de gênero. Os educadores percebem a

importância de ambas as temáticas, principalmente pelos casos de violência que identificam no território, mas se sentem pouco preparados nessas temáticas. No que se refere ao tema das relações de gênero, a necessidade manifestada não se restringiu a como abordar o tema com os estudantes, mas também como uma necessidade de reflexão e discussão das relações que se estabelecem na escola. No campo mais geral, apareceram duas questões em relação à formação. A primeira diz respeito à percepção de que os professores que atuam na escola do campo, assim como aqueles que atuam em escolas urbanas, em geral, possuem uma formação muito precária e que isto dificulta o desenvolvimento do projeto educativo que o MST anseia e que solicita do professor a capacidade de relacionar os temas do cotidiano com o contexto mais amplo e com a conjuntura política. A segunda questão, de aspecto mais geral, está relacionada à percepção de que, para resolver os inúmeros problemas sociais, que afetam também os assentados/acampados, é necessária a elevação cultural do povo, inclusive das pessoas que compõem os órgãos públicos de defesa da criança e do adolescente, que também estão empobrecidos culturalmente e apresentam limites para contribuir com os assentamentos/acampamentos na resolução dos problemas que aparecem cotidianamente.

No Setor de Gênero o tema da formação apareceu sob dois aspectos. No primeiro, como uma percepção de que o método de formação do Movimento não está conseguindo modificar a formação recebida na sociedade capitalista – há uma separação entre o que é visto nos espaços formativos do MST e a vida cotidiana. No segundo aspecto, apareceu como uma necessidade de se realizar formação feminista classista nas bases e de fazer com que os homens estudem o patriarcado e compreendam o seu papel no sistema capitalista.

No Setor de Saúde a formação apareceu como necessidade de erradicar o analfabetismo como uma forma de ampliação da consciência e da luta, e como necessidade de apropriação do conhecimento científico do campo da saúde, principalmente, por meio da conquista de espaços nas universidades.

▪ **Dificuldades, necessidades e desafios que se referem às relações humanas – destaque para as relações de gênero**

As dificuldades e necessidades a respeito das relações de gênero apareceram nos setores de Frente de Massa, Produção, Educação e Gênero. Foi relatado que houve avanços nas instâncias nacionais do MST em relação ao machismo e patriarcado, mas que, nas instâncias estaduais, nos assentamentos e nos acampamentos, ainda há um longo caminho a percorrer.

No Setor de Frente de Massa apareceu a dificuldade de se lidar com o tema do patriarcado nas bases do Movimento e de como os efeitos de uma sociedade patriarcal e machista tem dificultado a organização dos acampamentos, principalmente os que estão mais próximos das cidades e que possuem maior número de mulheres no cotidiano do acampamento (os homens saem mais para realizar pequenos “bicos” na cidade), mas que elas não emergem como lideranças devido às dificuldades de toda uma vida sob o machismo e o patriarcado que dificulta a confiança em si próprias. Além disso, os homens sempre reclamam para si a palavra final e isto acaba interrompendo muitos dos processos, dos quais eles pouco participam por estarem trabalhando fora.

O Setor de Produção também mencionou a dificuldade de se trabalhar com o tema do patriarcado (que atinge mulheres e juventude) entre os camponeses, principalmente em assentamentos onde os lotes são individualizados. Além das relações de gênero, o Setor de Produção relatou os desafios que percebe nas relações de moradia e vizinhança, nas relações entre gerações, nas relações de produção, nas relações raciais e nas relações de poder. As relações de moradia e vizinhança são um desafio para os assentamentos que se organizam em lotes individuais. A maioria dos acampados, com exceção do Nordeste, não optam pelas agrovilas quando decidem o formato de organização do assentamento e as moradias nos lotes individualizados, as quais ficam distantes umas das outras, dificulta as reuniões, os encontros, a socialização e todo o processo de construção cotidiana de mobilização do assentamento. Outro desafio é a relação com a juventude, pois ela tem mostrado pouco interesse em permanecer nos assentamentos. Os assentamentos, em geral, não possuem espaços atrativos, centros de cultura, praças, etc. O INCRA pouco pensa no aspecto social do assentamento, na construção de espaços que tornem o assentamento mais agradável e atrativo. A construção desses espaços depende de outras lutas junto

ao Estado. Há também desafios nas relações de produção. Nesse sentido, relatam a dificuldade de superar a mentalidade construída pelas relações de produção anteriores à entrada no Movimento e de implementar novas relações humanas, e com a natureza, a partir da agroecologia em um país dominado pelo agronegócio. Ainda relataram os desafios em se avançar na compreensão das relações raciais e de se construir relações de poder socializado e cooperado.

As dificuldades que o Setor de Educação manifestou a respeito das relações de gênero estão relacionadas às violências (incluindo as de abuso sexual) sofridas pelas crianças e adolescentes e que, segundo os educadores, são frequentes. Os professores falam da dificuldade em saber como agir quando identificam situações de violência; da dificuldade em conseguir maior implicação nos problemas relacionados à violência sofrida pelas crianças e adolescentes por parte dos demais setores do acampamento e também dos órgãos públicos responsáveis pela defesa da criança; da insegurança do educador que é acampado no mesmo território de se colocar na frente de um problema de violência com as crianças do acampamento; da dificuldade em fazer trabalho de base com o tema da infância e seu desenvolvimento, quando o tema é a sexualidade; da necessidade de fazer trabalho de prevenção na temática da sexualidade com crianças e adolescentes; da necessidade dos professores em compreender melhor a temática da sexualidade e as relações de gênero, inclusive como as relações de gênero se estabelecem na escola.

No Setor de Gênero foram diversas questões que apareceram referentes às relações de gênero que dizem respeito ao machismo e ao patriarcado dentro do próprio MST e de como eles se expressam na forma de organização e funcionamento das cooperativas; na exclusão das mulheres do processo produtivo empurrando-as para os trabalhos domésticos, o que reforça a sua dependência econômica e dificulta o seu processo de libertação; nas ações que dificultam e não incentivam a organização das mulheres; na violência, inclusive física, que ainda persiste, mesmo sendo uma das proibições no MST; na dificuldade dos homens se organizarem nos Coletivos de Homens e de se empenharem no estudo do patriarcado para compreender o papel que tem ocupado nos sistemas que oprimem a mulher, em especial, no capitalismo.

▪ **Dificuldades em relação à violência**

As dificuldades, necessidades e desafios em relação à violência apareceram nos setores de Frente de Massa, de Educação e de Gênero.

De acordo com a Frente de Massa do acampamento participante da pesquisa, o índice de violência do acampamento é considerado baixo em comparação com os bairros da periferia. Foram citados casos de violência doméstica e o uso de serviços comunitários como estratégias para o homem agressor se acalmar e pensar sobre os próprios atos. Os casos de violência com agressão física contrariam as regras do acampamento e, via de regra, faz com que as famílias solicitem a saída do agressor do território.

No Setor de Educação, foi relatado pelos educadores que as crianças e adolescentes do acampamento sofrem violência com frequência (mesmo acampamento em que foi feita a entrevista com a Frente de Massa e que percebe que o índice de violência é baixo); que os educadores têm dificuldades em saber como agir diante dessa violência e que sentem dificuldade de intervir por ser acampado no mesmo local.

No Setor de gênero a violência apareceu nas práticas de autoritarismo e de humilhação pública das mulheres por partes dos seus companheiros, no insistente descrédito de suas capacidades e na menção da existência de violência física em alguns casos.

▪ **Dificuldades em relação ao novo perfil dos Sem Terra**

O novo perfil do sem-terra foi um tema que apareceu em dois setores: no Setor de Frente de Massa e no Setor de Produção.

O Setor de Produção, relatou que com o avanço do agronegócio nas últimas décadas as pessoas foram empurradas para as periferias urbanas, intensificando o êxodo rural, e esvaziando o campo de gente. Atualmente o sem-terra mora nas periferias das cidades e esse contexto conformou um novo tipo de sem-terra com o qual o MST não está habituado a trabalhar e enfrenta dificuldades. São famílias que apresentam diversos problemas ocasionados por uma vida sofrida, de dificuldades financeiras, de vivência de fome, de moradia na rua, de experiências sofridas de vícios em álcool e outras drogas e perdas trágicas de pessoas queridas. Além desses problemas, há os modelos de

liderança assimilado pelos sem-terra nas periferias urbanas que, em uma das entrevistas, foi denominado de “chefismo”, que diverge dos princípios de direção coletiva do MST. Também foram relatadas dificuldades de expressão, envolvimento e falta de esperança por parte de muitas pessoas que estão entrando nos acampamentos.

No Setor de Frente de Massa, as principais dificuldades relatadas para trabalhar com o novo perfil do sem-terra foram de que estes possuem pouco engajamento na atividade agrícola, pois estão mais acostumados ao subemprego, aos “bicos”, a ter o dinheiro, ainda que pouco, de imediato. Outro fator é que o MST possui pouca experiência em lidar com algumas características presentes nesse novo perfil, tais como o uso de drogas ilícitas, os comportamentos associados a essa prática e o fundamentalismo religioso.

▪ **Saúde mental dos militantes**

As dificuldades em relação à saúde mental dos militantes apareceram no Setor de Frente de Massa e no Setor de Saúde.

No Setor de Frente de Massa, a questão da saúde mental dos militantes foi relacionada às características de um trabalho que não tem horários definidos, que demanda muitas viagens, que promove um estado de alerta constante, que exige dedicação em tempo integral, prejudicando as rotinas de sono e alimentação saudável e as relações afetivas. Foi mencionado que os militantes da Frente de Massa consomem muito álcool e são os que mais sofrem com quadros de Síndrome do Pânico. Também no Setor de Frente de Massa apareceu, ainda, a problemática relacionada à coletividade e a individualidade expressas nas cobranças que causam conflitos e sofrimentos, pois exigem uma dedicação quase que integral do militante à causa da luta pela terra, levando-o a abdicar de viver aspectos que dizem respeito à sua individualidade.

No Setor de Saúde, apareceu que os principais problemas vivenciados pelos assentados são o alcoolismo, o uso de drogas ilícitas e a depressão. A pouca interação e o isolamento foram apontados como comportamentos associados aos problemas mentais destacados acima. O Setor de Saúde apontou a necessidade de realizar um cuidado que olhe para o ser humano como um todo (o espiritual, o mental e o físico); da integração e da socialização não

apenas entre os assentados, mas também com grupos externos. Destacou também a importância da agrovila para a integração, mas alertou para o fato de que só a disposição das casas de forma mais próxima uma da outra não garante a integração dos assentados; e a importância da cooperativa e da associação no desenvolvimento de atividades que promovam mais integração e socialização no assentamento.

▪ **Dificuldades em relação à criminalização da luta pela terra**

As dificuldades em relação à criminalização da luta pela terra apareceram no Setor de Frente de Massa. São, principalmente, duas: (1) os constantes ataques e difamações que o MST sofre por parte da mídia, das grandes empresas, do agronegócio, do poder público local, das instituições religiosas cooptadas, de parte do comércio local e, por consequência, das pessoas que não conhecem o MST sem essas intermediações, que é a maioria; (2) conseguir mobilizar as famílias para entrarem no acampamento e na luta pela terra devido ao preconceito daquelas que conhecem o MST, basicamente, pela mídia. O SFM relata que é necessário muito trabalho de base, reuniões com o povo, para explicar o que é a Reforma Agrária, o que é o MST e os motivos da organização popular e da luta pela terra. Depois de acampados, estes passam a sofrer o preconceito e a discriminação resultante da criminalização da luta pela terra.

▪ **Dificuldades em relação à resistência na luta pela terra**

As dificuldades e desafios de manter a resistência dos acampados na luta e permanência no acampamento apareceram no Setor de Frente de Massa. Estas dificuldades, no geral, estão relacionadas às poucas estruturas que tornam a vida no local bastante exigente; às dificuldades econômicas para se manter acampado; às dificuldades em trabalhar com as famílias para que mantenham o ânimo e a esperança nos casos em que o poder judiciário é moroso demais; e às dificuldades de acesso aos serviços públicos, principalmente, o de saúde, considerando que as prefeituras não só não providenciam atendimento nos acampamentos, mas, muitas vezes, negam o atendimento quando os acampados procuram as unidades de saúde.

Entre essas, a dificuldade econômica para se manter acampado tem um grande peso, considerando que nem todos conseguem um trabalho que permite conciliar a vida e as tarefas do acampamento. Isso é mais fácil quando existem arranjos familiares em que um (ou uns) sai para trabalhar e o outro fica no acampamento e assume a tarefa da família no processo organizativo do grupo. Os que não conseguem esses arranjos familiares enfrentam um pouco mais de dificuldade, pois, ainda que contem com a solidariedade do acampamento, nem todas as necessidades podem ser supridas pelos demais, por todo o tempo.

Outro ponto que o SFM relatou foi o impacto que a vitória do Bolsonaro, nas eleições presidenciais, teve na resistência das famílias, disseminando desânimo e medo. Nesse ponto, o MST percebe três grandes desafios: (1) o de repassar para as famílias recém-chegadas a resistência aprendida ao longo da história do MST e dos demais movimentos de luta pela terra que o antecederam; (2) o de como se preparar para receber as famílias que irão procurar os acampamentos como alternativa à vida que ficará cada vez mais difícil nas periferias; e (3) de como trabalhar com estas famílias, sendo que as ocupações também ficarão mais difíceis.

Dimensões em destaque nas dinâmicas do MST

Nesta seção pretende-se destacar alguns elementos para reflexão com a preocupação de trazer algumas questões que foram se apresentando, de modo explícito e implícito, e que foram sendo construídas, ao longo do trabalho e coletivamente, nas conversas, entrevistas, discussões, visitas, caminhadas... Estas reflexões estão na direção de serem identificados aspectos que podem estar relacionados às dificuldades e desafios que os setores do MST vivenciam.

A análise das falas e depoimentos que puderam ser colhidos ao longo das várias entrevistas e nos diversos contextos do MST permitiu que fossem identificadas necessidades, dificuldades e desafios colocados ao trabalho e à vida dessas pessoas que atuam no Movimento.

Como visto na seção de sistematização, as dificuldades, necessidades e desafios com relação ao Estado e ao trabalho coletivo apareceram em todos os setores. Apesar de terem sido levantadas muitas informações a respeito de como o Estado negligencia as pessoas que vivem nos acampamentos e

assentamentos, a análise sobre estas implicações e possibilidades de superação mereceriam ser aprofundadas em outro estudo com este foco, em particular. Para a proposta do presente trabalho serão mantidas as reflexões e análises dirigidas às possíveis relações e implicações entre o MST e o trabalho coletivo.

Para o MST, o trabalho coletivo é princípio e método de organização política que implica em ter direção coletiva em todas as instâncias, em divisão de tarefas e responsabilidades ao maior número de pessoas e em construção de um projeto de humanidade (RODRIGUES, 2019). Nesta tese, o trabalho coletivo ocupa o tema central da análise, não só porque está presente em praticamente todas as indicações dos participantes, de modo direto e indireto, mas também porque, de algum modo, ele se mostrou presente nas reflexões que serão apresentadas a seguir.

Dificuldades vivenciadas pelo MST e trabalho coletivo

Até este ponto da tese o exercício foi o de captar o concreto aparente e identificar as categorias presentes na realidade concreta, as quais foram descritas de forma sistematizada na seção anterior (5.3). Essa lida com o material coletado, através das entrevistas, transcrições, produção de texto, sistematizações, conversas e reflexões com militantes, orientadora e amigos, fez emergir sete temas reflexivos que a todo tempo resvalam na questão do trabalho coletivo e na vida comunitária:

- 1) Vivência da discriminação e do preconceito e seus reflexos na resistência em permanecer lutando pela terra
- 2) Percepções sobre as dificuldades de expressão e de participação e possíveis efeitos no trabalho coletivo
- 3) Percepções da violência e reflexos na vida comunitária - as relações de gênero em destaque
- 4) Fazer comunitário e trabalho coletivo
- 5) Trabalho de mobilização nos assentamentos e organicidade do Movimento
- 6) Ânimo para/no o trabalho coletivo
- 7) Papel da Frente de Massa e implicações para o trabalho e a saúde do militante

A reflexão propiciada por estes sete temas, subsidiada pelos aportes teóricos que ancoram esse trabalho, constituem o último passo do movimento analítico-conceitual proposto que é o de retornar às dificuldades, necessidades e desafios com uma compreensão mais preenchida pelas determinações sociais, nelas inclusas, as dimensões da subjetividade. Essas reflexões, em hipótese alguma, são ou pretendem ser absolutas. Apenas intencionam contribuir com o processo de reflexão e construção do MST e também da Psicologia Social Comunitária.

▪ **Vivência da discriminação e do preconceito e seus reflexos na resistência em permanecer lutando pela terra**

A permanência das famílias no acampamento foi mencionada, no relato do Setor de Frente de Massa, como uma das principais dificuldades e, ao falarem desse tema, citaram quatro fatores que impactam na permanência: (1) a difícil situação econômica das famílias para permanecerem assentadas; (2) a dificuldade de acesso aos serviços públicos, principalmente à saúde; (3) o enfraquecimento da esperança de que a conquista da terra será possível, principalmente quando o processo de luta se torna mais prolongado do que as expectativas iniciais e (4) os constantes ataques do Estado, dos governos, dos aparelhos ideológicos, da sociedade civil.

Esses quatro fatores são, notoriamente, perceptíveis no cotidiano dos acampamentos e o relato na presente pesquisa trouxe algum detalhamento sobre eles. Portanto, não há uma contraposição a esses elementos, mas é possível fazer o exercício de olhar um pouco mais pormenorizadamente e tentar se perguntar sobre os processos subjetivos que estão a eles atrelados, dado que a objetividade e a subjetividade são indissociáveis e estão presentes em todos os fenômenos sociais (LANE, 2002), de maneira que uma compreensão concreta destes fenômenos não pode prescindir de sua dimensão subjetiva⁷⁶. Nesse sentido, a proposta aqui não é diminuir o peso das questões objetivas (situação econômica das famílias, abandono pelo Estado, demora na efetivação do assentamento, difamações e todos os tipos de ataques, etc), pois elas,

⁷⁶ Algumas vezes, confusões são feitas entre subjetividade e subjetivismo.

realmente, possuem uma carga considerável na permanência ou não na luta pela terra. A proposta é fazer uma tentativa de ampliar a compreensão da resistência na luta pela terra, acrescentando a percepção do papel da subjetividade nesse processo, especialmente no que se refere à identidade.

Essa reflexão se inicia com a recuperação do que o SFM também relatou sobre o preconceito ser uma das principais dificuldades que o Setor enfrenta no início do trabalho com as famílias e que estas, quando acampadas, da mesma forma, vivenciam constantes situações de discriminação e de preconceito por estarem em um acampamento do MST, além de serem, frequentemente, difamadas publicamente, inclusive por instituições religiosas.

A forma como o MST e seus componentes são vistos tem variações nos diferentes lugares e espaços. Isso quer dizer que o mesmo militante pode sofrer preconceito ou ser valorizado, por ser militante do MST, dependendo do espaço em que está. Contudo, um militante que já está há algum tempo no Movimento e que assume funções nas coordenações estaduais e nacionais circula por espaços e estabelece relações com um grande número de organizações e pessoas que o valorizam como militante do Movimento, proporcionando um sentimento de reconhecimento que contribui para o fortalecimento de sua identidade Sem Terra. No entanto, questiona-se: será que o mesmo acontece com o acampado? Quais são os lugares que o acampado frequenta e que valoração obtém aí como um acampado do MST? Os relatos do SFM oferecem algumas respostas para essas perguntas: em geral, frequentam o comércio local, incluindo as feiras, estabelecimentos públicos; não apareceu como dado concreto, mas é muito provável que frequentem estabelecimentos religiosos; e o que recebem, com exceções obviamente, é o preconceito e a discriminação que, inclusive, em certas situações, fazem com que neguem a sua condição de acampado, ocultando o seu endereço, e com isso, negando a si mesmos na tentativa de assegurar um certo nível de segurança pessoal, mas também de se proteger da imputação de um estigma, qual seja a de “vagabundo”, “baderneiro”, “ladrão” e tantos outros adjetivos pejorativos e ideológicos que são lançados sobre o MST.

Acrescente-se a essa situação o fato da maioria dos acampados serem recém-chegados ao MST e, portanto, estarem em um estágio inicial de construção de novas relações; de participação nos processos organizativos, de

luta e de formação do MST; e de estarem ou não em um estágio inicial de consciência crítica; o que implicaria em uma identidade Sem Terra ainda pouco fortalecida ou mesmo ainda inexistente. Essa é uma conjectura bastante possível e oferece um campo fecundo para intervenções que podem resultar em força auxiliar para os enfrentamentos, inclusive, das demais dificuldades que afetam a resistência.

O MST desenvolve muitas ações que favorecem a formação da identidade Sem Terra. A rigor, todas as atividades que o Movimento desenvolve contribuem para a formação da identidade Sem Terra, considerando que a atividade constrói a identidade e que ela está em constante transformação e cristalização (CIAMPA, 1989; LANE, 2006). As questões a se pensar é o quanto o MST percebe esses processos da formação da identidade Sem Terra, quanto existe de intencionalidade nesse aspecto nas atividades do cotidiano do acampamento e qual importância possui no âmbito de todas as demais intencionalidades. Perguntar-se sobre isso conduz o olhar para o cotidiano do acampamento a procura das atividades que os acampados ali desenvolvem que os identificam como sujeito Sem Terra, ou seja: quais atividades passaram a compor o seu dia-a-dia que são diferentes das que ele já desenvolvia antes de entrar no acampamento?

O Setor de Frente de Massa do acampamento visitado relatou algumas atividades que executaram, por meio do trabalho coletivo, com o objetivo de produzir na sociedade uma imagem diferente daquela que é propagada por seus opositores: doação de sangue, doação de alimentos, formação, feiras de agroecologia, festas abertas para os trabalhadores urbanos. Estas atividades, além de oferecer elementos para a modificação do que os outros pensam sobre os acampados e o MST, também contribuem significativamente para a modificação do que o acampado pensa a respeito de si mesmo, de como se situa no mundo e se compreende como ser, ou seja, contribui para a construção de sua identidade, não qualquer identidade, mas uma identidade de quem participa de um determinado movimento social, o MST. No entanto, essas atividades, apesar de envolverem bastante os acampados, em geral, não são cotidianas. Isso quer dizer que elas possuem uma grande força na conformação da identidade Sem Terra, mas apenas por um determinado tempo, dado que a identidade está em constante transformação e se alimenta do que as pessoas

fazem cotidianamente (CIAMPA, 1989). Isso faz pensar sobre a importância do cotidiano no acampamento. Faz pensar no que as pessoas fazem todos os dias (e de que forma) que não fariam se não estivessem acampadas com o MST e no quão importantes são essas atividades, por mais simples que possam parecer, para o fortalecimento de uma identidade Sem Terra.

A essa altura, pode ser que haja algum questionamento sobre qual peso teria uma fortalecida identidade Sem Terra na resistência em permanecer na luta pela terra. Um olhar para os militantes que estão há mais tempo no movimento, para o que fazem na sua vida cotidiana e sobre as chances de desistir da luta pela terra por causa daqueles quatro fatores de desistência relacionados no início desta reflexão, pode fornecer as respostas. Se fosse fazer uma pesquisa com esses militantes e se fizesse a eles a seguinte pergunta: Quais desses motivos a seguir lhe faria desistir da luta pela terra? A dificuldade econômica; a dificuldade de acesso aos serviços públicos em geral; o enfraquecimento da esperança de que a conquista da terra será possível, principalmente quando o processo de luta se torna prolongado; os constantes ataques do Estado, dos governos, dos aparelhos ideológicos e da sociedade civil? É provável que a maioria diga que nenhum desses fatores o motivariam a desistir da luta pela terra. Isso não quer dizer que esses fatores não sejam importantes, mas que eles não são absolutos, ou seja, que eles não são decisivos sozinhos.

Retomando a questão da importância das atividades cotidianas para a conformação da identidade Sem Terra, enfatiza-se a relevância das atividades cotidianas que são feitas por meio do trabalho coletivo como as mais significativas para a formação dessa identidade, pois ainda que as atividades individuais também contribuam nesse sentido, o sujeito Sem Terra inexiste fora da coletividade, com bem reconhece Caldart (2012). Nesse sentido, algumas perguntas poderiam ajudar a pensar o cotidiano do acampamento: que trabalhos coletivos são feitos cotidianamente? De que forma esses trabalhos poderiam se constituir com mais elementos capazes de fortalecer a identidade Sem Terra? Considerando que já é de conhecimento do MST que os elementos da cultura Sem Terra são fortíssimos aliados na formação da identidade Sem Terra, como eles poderiam estar mais presentes e de forma mais viva? Em visita ao Pará, que foi o estado que mais se destacou na cultura, foi possível perceber o engajamento de muitos jovens e isso causou surpresa, pois a preocupação com

o envolvimento dos jovens tem sido uma constante nas conversas com a militância do MST. Talvez não haja correlação destes dois fatores, mas é algo para se observar.

▪ **As Percepções sobre as dificuldades de expressão e de participação e possíveis efeitos no trabalho coletivo**

Foi relatado, pelo Setor de Frente de Massa, que os recém-chegados têm dificuldades de se expressar e se posicionar nas reuniões. Essa afirmação não causa estranheza, pois é comum, para a maioria, portar-se de forma mais contida quando se é novo em algum grupo, inclusive existe uma expressão popular muito conhecida que diz que a pessoa está “estudando o terreno”. No entanto, se a pouca expressão, nesse caso, é algo comum e até esperado, por que o Setor de Frente de Massa a compreenderia como uma dificuldade?

Um olhar mais atento para as razões que o Setor de Frente de Massa considerou para essa dificuldade pode permitir um avanço na reflexão. As razões consideradas foram: (1) costume: as pessoas recém-chegadas não estavam acostumadas ao trabalho coletivo, pois eram trabalhadores assalariados que não tinham envolvimento comunitário; (2) sentimento de incapacidade para contribuir por ser analfabeto (ou ter pouca escolarização); (3) condição socioeconômica: por serem pessoas que estão em uma situação de muita precariedade. Todas essas razões para a dificuldade de expressão parecem verdadeiras ao analisá-las a partir da perspectiva que compreende os efeitos da vida cotidiana (FREITAS, 2008) e da opressão (FREIRE, 2011) na constituição do sujeito.

Os elementos presentes até aqui parecem indicar que existem razões verdadeiras para uma afirmativa falsa (os recém-chegados tem dificuldade de se expressar), pois a dificuldade de expressão não estaria restrita aos recém-chegados, mas, como se sabe, atinge a todos os oprimidos que ao longo da vida são impedidos de se pronunciar (FREIRE, 2011).

Acrescente-se, ainda, mais uma questão para esta reflexão. As razões que o Setor de Frente de Massa considerou para explicar a dificuldade de expressão dos oprimidos impõe grandes desafios para todos que constroem processos coletivos e comunitários, pois a participação depende da expressão. Se as pessoas têm dificuldades de se expressar, também têm dificuldade de participar.

E sem participação não se constrói compromisso, pois como Montero (2004) afirma, participação e compromisso são dois processos correlacionados, que se influenciam mutuamente.

Essas dificuldades de expressão e de participação podem se modificar com a inserção no MST, pois a dinâmica organizativa do Movimento propicia uma nova experiência de existir no mundo, mas essa nova experiência, que é individual e coletiva, pode fazer surgir um novo sujeito ou não. Não é novidade que muitos assentados continuam com quase a mesma mentalidade e prática que tinham antes do acampamento, como observado nos relatos. Nesse sentido, há que se considerar os demais determinantes sociais que atuam sobre esses sujeitos e, também, as mediações presentes no processo dialético entre a objetividade e a subjetividade e as “repercussões psicossociais que aparecem nas diferentes relações interpessoais dentro dos trabalhos comunitários e que surgem como resultado das diferentes interferências na vida cotidiana” (FREITAS, 2008, p. 39).

O Setor de Frente Massa, ao falar das necessidades em relação ao trabalho coletivo, auxilia na compreensão da importância da mediação nesses processos de participação. O Setor afirma: *“algumas pessoas que tem que ajudar a impulsionar para que todas façam, construam esse trabalho coletivo”*. Essa afirmação indica que não basta ter o trabalho coletivo, é preciso ter pessoas impulsionando, ou seja, fazendo a mediação entre o trabalho coletivo e as demais pessoas. Mas que preparo essas pessoas que fazem a mediação precisam e recebem para essa tarefa? Que outras mediações seriam desejáveis, necessárias e importantes? Bastaria um curso? São perguntas que aqui intentam somar na problematização do trabalho coletivo e dos processos a ele vinculados com o objetivo de interrogar um pouco mais sobre as necessidades que poderiam estar aí presentes.

▪ **As Percepções da violência e reflexos na vida comunitária – as relações de gênero em destaque**

Como foi mencionado no relato de uma das entrevistas realizadas no acampamento, os militantes da Frente de Massa consideram que não possuem problemas de violência, e relatam que as situações que surgem são resolvidas coletivamente através das regras pré-estabelecidas.

Há três problematizações possíveis nesta questão. A primeira diz respeito à afirmação de que não há problemas de violência, sendo que logo em seguida se afirma que os índices de violência são baixos, evidenciando que existe alguma violência. O que os relatos posteriores mostram é que estavam querendo dizer que, em comparação com as periferias urbanas, os casos de violência no acampamento são pequenos. Contudo, os entrevistados parecem se referir aos tipos de violência que mais são visíveis ou perceptíveis, como as brigas, as agressões, os homicídios, os furtos e os roubos. A violência com as crianças e adolescentes no contexto do acampamento parece não ser notada pelos militantes da Frente de Massa, mas são categoricamente afirmadas pelo Setor de Educação do mesmo acampamento.

A segunda problematização é a forma de resolução dos problemas de violência. Abaixo estão descritas duas situações de resolução que foram mencionadas pelo SFM:

- 1) No caso da violência à mulher sem agressão física, a questão é interpretada como indisciplina, a punição é o serviço comunitário e a causa para a manifestação da violência é atribuída a uma situação de nervosismo: “você vai contribuir lá na horta da escola, vai se acalmar lá” (SFM).
- 2) No caso da violência à mulher com agressão, a pessoa agressora é solicitada a sair do acampamento, pois ela “não se encaixa no padrão das famílias” (SFM).

No relato dos militantes, essas medidas fazem com que “difícilmente alguém erre” (SFM). É importante ressaltar que essa lógica em relação à violência não se refere a um caso isolado de um acampamento, mas faz parte

de uma forma de pensar presente em boa parte do MST (mas não apenas no MST) e por isso seria importante trazer elementos para essa reflexão.

As medidas adotadas para casos em que a mulher seja violentada sem agressão física revelam que há uma compreensão de que o problema é de que o homem está nervoso e de que ele precisa se acalmar, ou seja, é um problema do indivíduo que perde o controle sobre si e que não segue a disciplina.

A medida adotada no caso em que a mulher é violentada com agressão física, além do problema de indisciplina, é entendido como manifestação de um comportamento que não se encaixa nos padrões das famílias. Também nesse caso há o entendimento de que a violência é algo particularizado, ou seja, é do indivíduo, então a medida corretiva é a expulsão do indivíduo.

Em ambas as situações, não há uma abordagem das bases concretas e materiais da questão e isso soa estranho em um Movimento que tem no materialismo histórico e dialético a sustentação teórica de grande parte de sua prática. Buscar as bases concretas e materiais da violência contra a mulher exige compreender essa violência na história da humanidade e perceber o porquê da sua continuidade, compreender a sua funcionalidade e utilidade nos diversos modelos de sociedade, compreender as relações que essa violência tem com as relações de produção dessas sociedades, com as relações de exploração e dominação, enfim, compreender as suas multideterminações. Feito esse processo de compreensão, é possível que se perceba que um serviço comunitário na horta com supostos poderes de “acalmar o indivíduo” e a expulsão do acampamento em nada mudarão a sociedade e, tampouco, o indivíduo, e muito menos a repetição e reprodução dessas situações de violência.

Ainda é preciso refletir sobre o que significa expulsar do acampamento, ao contrário de denunciar à justiça, o indivíduo que violenta fisicamente uma mulher. Essa prática não é específica do acampamento entrevistado, ela é disseminada pelo Movimento e carrega uma lógica que a sustenta. Nas diversas conversas com militantes foi possível entender que essa lógica perpassa pela ideia de que:

- Há dificuldades em denunciar o violentador à polícia, uma vez que a polícia, geralmente, está no lado oposto dos confrontos e conflitos travados na luta pela terra – seria uma espécie de traição à pessoa que em diversos outros momentos esteve ombro-a-ombro, como companheiro, nas batalhas.

- Retirar o violentador do espaço é entendido como uma medida de proteção à vítima.

O fato é que expulsar o agressor do acampamento/assentamento não garante a proteção da vítima, expõe outras pessoas à ação do agressor e protege o agressor de responder pela consequência dos seus atos. Denunciá-lo à polícia também não garante a total proteção da vítima e não impede que o agressor faça outras vítimas, mas a questão que se coloca é: quais são as violências intoleráveis e quais são as toleradas? E por quais motivos?

Nesses termos, a expulsão é uma resposta simples a um problema complexo, mas localizado e, como tal, não consegue ser suficiente nem para os envolvidos e nem para a sociedade que precisa ser transformada nesse aspecto.

Agir sobre problemas complexos exige-se que a práxis vá além do ato de cumprir regras pré-estabelecidas. Exige aprofundamento do estudo dos temas. A propósito, alguns temas, como o da violência à mulher e à infância, estão atrasados na base do MST, como revelam os relatos do Setor de Gênero e do Setor de Educação e na sociedade como um todo (inclusive, nos relatos do Setor de Educação, foi possível verificar que os educadores temem por sua segurança ao pensar em intervir em casos de violência com as crianças).

Os estudos sobre a violência contra a mulher e à infância no MST, em geral, estão circunscritos ao Setor de Gênero e ao Setor de Educação, e fora do Movimento, a grupos feministas e de proteção à infância. Contudo, sendo o MST um movimento que defende uma sociedade de justiça social, que atua diretamente com as massas e que, como afirma Caldart (2012), se constitui como um sujeito educativo, é de relevante importância que a luta contra a violência à mulher, à infância e à adolescência seja assumida por todo o conjunto do Movimento e isso implica em considerar todos os tipos de violência.

Essas reflexões sobre a violência apontaram para o fato de que a percepção de que não há problema de violência parece equivocada, de que os índices são baixos para as violências que estão sendo monitoradas (brigas, homicídios, roubos e furtos) e que as violências à mulher, à infância e à adolescência, socialmente naturalizadas, parecem não estar neste campo de monitoramento da Frente de Massa, pelo menos não de forma acurada, o que

favorece a reprodução das opressões nas relações com impactos no trabalho coletivo e na vida comunitária do acampamento/assentamento de modo geral.

▪ **Fazer comunitário e trabalho coletivo**

A partir do relato do Setor de Frente de Massa foi possível perceber que o serviço comunitário⁷⁷ tem sido utilizado também como forma de punição ao grave descumprimento de regras estabelecidas, como o exemplo apresentado no relato de discussão e agressão⁷⁸ à mulher⁷⁹.

A problematização a ser feita nesse ponto diz respeito aos seguintes questionamentos:

- 1) Punir com serviço comunitário contribui para que este seja valorado como algo positivo por parte de quem está sendo punido? Ou seja, a punição com serviço comunitário contribui para a sua valoração como algo que se faz com satisfação ou, ainda, como uma prática que se deseja repetir várias vezes?
- 2) Que sentimentos a punição pública através do serviço comunitário pode ocasionar na pessoa que está sendo punida?
- 3) Que interpretações e sentidos do fazer comunitário podem ser construídos pelos demais quando o percebem como punição?
- 4) Que aprendizados sobre si e sobre a questão que levou à punição (exemplo: violência contra a mulher) é possível efetivar com o serviço comunitário?
- 5) Que projeto pedagógico está vigorando nas práticas punitivas como método pedagógico?

São questões que apontam para várias reflexões, entre as quais há estas que se enfatiza aqui: o duplo sentido que pode estar sendo atribuído ao fazer comunitário, sendo um positivo e o outro nem tanto; e à possível ineficácia do serviço comunitário forçado na compreensão do problema em questão por parte

⁷⁷ O serviço comunitário aqui está sendo denominado como um trabalho pontual que se faz em benefício da comunidade.

⁷⁸ Não foi especificado o tipo de agressão no exemplo dado.

⁷⁹ A utilização de serviço comunitário como punição também é feita pelo sistema judiciário do Estado como alternativa a cumprimento de pena inferior a quatro anos para crimes sem violência ou grave ameaça.

daquele que é punido. Ou seja, em que um serviço comunitário forçado contribui para que um homem que agrediu uma mulher compreenda o patriarcado, o machismo e o quanto estes dois fenômenos são incompatíveis com a sociedade que almeja o Movimento? Esses questionamentos querem apontar para a necessidade de se pensar em possibilidades de resolução de conflitos e de formação que, compreendendo o ser humano em sua inconclusão, assumam como práxis o diálogo e a problematização da realidade na construção de reflexões críticas sobre si e sobre o mundo, na perspectiva da construção contínua da emancipação humana e da consciência crítica que possibilita não apenas estar nesse mundo, mas transformá-lo, como preconiza Freire (1996, 2011).

▪ **Trabalho de mobilização nos assentamentos e organicidade do Movimento**

Outro elemento a ser destacado é a responsabilidade que o Setor de Frente de Massa atribui ao Setor de Produção para a organização e massificação da luta. Ainda que tenha sido mencionado que a organização e a massificação sejam responsabilidades de todos os setores, há um destaque bem enfático para o Setor de Produção, porque este seria o Setor que mais responderia às necessidades concretas de sobrevivência no lote. É importante retomar o que foi expresso para compreender melhor:

- 1) Todos os setores têm que estar nas duas frentes: acampamento e assentamento.
- 2) A Frente de Massa atua principalmente no acampamento. Com a implantação do assentamento, os militantes da Frente de Massa se retiram e a Frente de Massa permanece por meio dos sujeitos que foram forjados no processo do acampamento e da estrutura organizativa que foi construída durante o período do acampamento: núcleos de famílias, brigadas, setores e coletivos/comissões, coordenação, assembleia etc., e outras que surgem conforme a necessidade de cada assentamento.
- 3) O Setor de Produção é o principal responsável pela organização e massificação.

Esses pontos merecem uma reflexão no sentido de questionar se de fato a mobilização das massas continua no assentamento, na medida em que o próprio Setor de Frente de Massa se pergunta onde estão as duas milhões de pessoas que foram assentadas através da luta do Movimento neste momento em que se precisa tanto delas para as grandes lutas que estão sendo necessárias no atual período. Ou seja, o próprio Setor de Frente de Massa constata que o processo de mobilização e massificação nos assentamentos não permanecem como previam ou gostariam. Diante disso, surgem algumas perguntas:

- 1) O que “vai embora” com os militantes da Frente de Massa quando eles se retiram do processo a partir do assentamento das famílias?
- 2) O momento de retirada dos militantes da Frente de Massa é feito com a mudança de acampamento para assentamento ou quando o assentamento dá sinais de “caminhar com as próprias pernas” em seu processo de organização e massificação?
- 3) Será que o Setor de Produção sabe que ele é o principal responsável pela organização e massificação do assentamento? Sabe concretamente, ou seja, ele assume essa responsabilidade?

Pelas falas do Setor de Frente de Massa é possível perceber que existe um pensamento de que a mobilização para a luta se esmaece com as tarefas diárias e todo o novo contexto que o trabalho na terra impõe ao assentado. Concretamente, há uma mudança significativa no cotidiano do acampado para o do assentado. Mas, adotar essa explicação, implica em dizer que tanto o camponês como o operário não podem ser revolucionários porque ambos estão imersos no mundo das necessidades e do trabalho.

Tendo em consideração de que essa explicação é contraditória com a perspectiva de que o proletariado é a classe revolucionária e que a vida do Sem Terra assentado não se diferencia muito da vida do trabalhador urbano em termos de necessidades e trabalho (ambos necessitam do trabalho para viver), será possível pensar em outras explicações para o esmaecimento da mobilização para as lutas nos assentamentos?

Considerando o dado concreto de que o assentado, assim como o trabalhador urbano, não pode abrir mão do seu trabalho diário para compor as lutas, e da compreensão de que as fragilidades individuais podem ser superadas

na coletividade, quais as estratégias coletivas pensadas para o problema de engajamento dos assentados nas lutas?

As respostas podem estar dentro das próprias experiências do Movimento, como o exemplo presente no relato do Setor de Produção dos estados que fazem o exercício de construção de um Regimento para o assentamento, ainda durante o período do acampamento, quando a mobilização e o compromisso com a luta pela Reforma Agrária Popular estão mais vigorosos. Na construção desse Regimento, conforme a militância que contribui com essa análise, a necessidade da permanência na luta é uma das questões abordadas e estratégias são criadas e transformadas em pactos coletivos que são, continuamente, acompanhados pela Coordenação Estadual do Movimento.

Outras experiências exitosas podem existir em torno dessa mesma questão e seria necessário um outro mergulho no interior do Movimento para trazê-las à tona. O que não parece estar sendo efetivo é pensar que o Setor de Produção daria conta, no atual estágio do seu desenvolvimento, de garantir a Frente de Massa no assentamento, mesmo porque são poucos os assentamentos em que o Setor de Produção consegue atingir a maioria das famílias assentadas.

Também não parece ser efetivo pensar que as demais estruturas organizativas (como núcleos de base, setores, coletivos, comissões, assembleias) também consigam dar continuidade no trabalho de mobilização de todo o assentamento sem que haja uma estratégia concreta para isso, porque na prática, parece que nenhum dos setores e coletivos consegue mobilizar todo o assentamento; e os núcleos de base, conforme relato do Setor de Gênero, presente nessa pesquisa, não estão funcionando como previsto na maioria dos assentamentos. Se não funcionam os núcleos de base, ficam prejudicadas todas as demais instâncias participativas, inclusive as assembleias.

Nesse sentido, parece ser uma necessidade pensar mais a respeito de como manter o assentamento mobilizado e de como manter o vigor com o trabalho coletivo, considerando o que foi relatado pelo Setor de Educação, que à medida que o tempo vai passando, as preocupações vão mudando e o trabalho coletivo vai se esmaecendo.

Ressalte-se que a pesquisadora teve a oportunidade, durante o processo de coleta de dados, de visitar o assentamento Santana, localizado no Sertão do Ceará, o qual contém uma farta experiência que pode ser de muita utilidade para

aprofundar a questão colocada aqui de enfraquecimento da mobilização no assentamento. Obviamente que existe nesse assentamento algumas peculiaridades regionais, mas também há aspectos mais gerais que poderiam ser melhor absorvidos, como por exemplo o sentimento de comunidade construído e as diversas formas de mantê-lo forte e vívido entre os assentados.

Um outro questionamento que foi possível levantar nesse estudo refere-se ao investimento que o MST tem feito nos coordenadores dos Núcleos de Base. Estes coordenadores, em tese, são as pessoas que mais conseguiriam contribuir para manter a mobilização do assentamento por ocuparem estrategicamente a posição de contato direto com as famílias e, nesse sentido, seria importante que estivessem constantemente participando de formações que os capacitassem para a atuação comunitária.

▪ **Ânimo para/no o trabalho coletivo**

Em uma das conversas realizadas com militantes do Movimento foi dito com certa angústia: “estamos em uma conjuntura que exige decisões rápidas e o povo está cada vez mais calado”. A angústia dessa afirmação não está longe de uma certa desolação manifesta por outro militante, agora do Setor de Produção, ao falar do desânimo e da falta de esperança que percebe no povo para com o trabalho coletivo, mas sobretudo, para com a vida.

O participante da pesquisa explicou que a dificuldade com o trabalho coletivo faz parte de um modo de vida aprendido no mundo capitalista, no mundo “lá fora”, no qual predomina o individualismo. Ao entrar para o MST, segundo o entrevistado, as pessoas levam esse jeito de ser para “dentro” e não é isso que se quer, pois o que se quer viver “dentro” do MST, é o socialismo, uma sociedade onde todos se ajudam, interagem, mas tem essa dificuldade grande de mudar o povo e a “cultura toda”. Relatou também que fizeram formação, rádio produção, festa, na qual colocaram fotos das pessoas e do trabalho no lote, fizeram outras tantas tentativas de juntar as pessoas em torno do trabalho coletivo, mas que tudo isso não resultou em mudanças animadoras. Relatou que, inicialmente, melhorou um pouco, mas, logo, tudo voltou no mesmo. Concluiu: a formação para mudar as pessoas em relação ao coletivo muda um “pouquinho”, mas bem pouco.

Ao ser perguntado sobre o grupo que persiste no trabalho coletivo, o participante da pesquisa relatou que é o grupo que se destacou desde a época do acampamento e que interagiu mais. E acrescentou que no acampamento tem as pessoas que querem abraçar o mundo e aquelas que ficam lá no seu “barraquinho”⁸⁰, que só vão em uma atividade quando são convocadas, que só fazem o que é estritamente necessário, não se envolvem e não querem assumir compromissos. Ao falar de si, relatou que ele e os membros da sua família se envolveram em diversas atividades, e todos estão, inclusive, contribuindo nas coordenações. Contudo, antes de entrarem no acampamento, sua vida sempre foi “aquela vidinha de casa para o serviço, do serviço para casa”. E concluiu dizendo: “o Movimento muda a gente”. O relato do participante faz pensar sobre alguns pontos que serão desenvolvidos a seguir.

É fato que a sociedade capitalista promove o individualismo como forma de ser e viver nesse mundo, que o individualismo não favorece o trabalho coletivo e muitas vezes se configura como um revés a este. Mas ao entrar no MST, ele (o participante da pesquisa), que não participava de nada, que tinha uma vida restrita ao serviço e à casa, que devia ser tão afetado pela sociedade capitalista quanto os demais, foi modificado pelo Movimento.

Eu sempre trabalhei para construtora, essas coisas assim... então sempre foi aquela vidinha de casa para o serviço, do serviço para casa, então o Movimento muda a gente, parece que entra no sangue da gente, você não consegue parar mais (SP).

A partir de uma perspectiva crítica, é bastante aceita a ideia de que ao entrar para o MST as pessoas estão levando consigo a sociedade capitalista. Contudo, essa ideia parece ter dificuldades para se sustentar como a razão única e preponderante da dificuldade em se animar com o trabalho coletivo.

A pergunta que fica quicando é: o que o MST proporcionou a este militante em questão, que foi capaz de provocar uma mudança tão grande em sua vida que, inclusive, impediu que ele ficasse na lógica do “barraquinho” ou “do serviço para o barraquinho”? Perguntar sobre isso implica em perguntar, também, sobre o que o Movimento não proporcionou ao outro, o que ficou no barraquinho.

⁸⁰ Expressão do participante da pesquisa.

Uma parte das respostas parece estar contida na própria fala do participante da pesquisa quando ele diz que o grupo que persiste no trabalho coletivo já havia se destacado no acampamento e eram as pessoas que interagiram mais.

Está presente nessa afirmação uma percepção de que as relações iniciadas no acampamento tiveram continuidade no assentamento. Há outro dado muito relevante: o participante da pesquisa não disse que quem está mais envolvido com o trabalho coletivo são as pessoas que mais necessitam dele em termos materiais e financeiros, mas aquelas que se destacaram e interagiram mais. É bem provável que essas pessoas tenham sim muitas necessidades materiais, mas isso não seria tão diferente das demais pessoas assentadas que não estão envolvidas com o trabalho coletivo.

Esse é um elemento importante porque aponta para o papel determinante das relações no trabalho coletivo e para o que essas relações são capazes de proporcionar às pessoas em termos de sentimento de pertença ao Movimento e ao mesmo tempo de valorização de si mesmos, dos outros que ali estão com ele e do trabalho que fazem juntos. Freitas (2008) destaca o quanto a participação está relacionada ao que as pessoas fazem, ao que elas sentem ao fazer e às redes de tensões e conflitos imbricados neste fazer.

Nesse sentido, algumas perguntas ajudam a pensar mais esse território do acampamento em termos de construção de relações:

- Quais são as estratégias de acolhimento e integração das pessoas no acampamento para além das apresentações iniciais, inserção nas tarefas e setores, reuniões, assembleias, lutas e festas?
- E como as pessoas com mais dificuldades de interação são acompanhadas? Perguntando de outra forma: existe um acompanhamento próximo dessas pessoas até que demonstrem estar bem integradas e participando ativamente? Ou a interação e integração é uma tarefa individual?

É preciso considerar que ainda que as atividades de reuniões e tarefas coletivas possam proporcionar algum acolhimento e integração, elas também podem promover o contrário disso. Por isso elas não podem ser consideradas como atividades “naturais” de acolhimento e integração.

É preciso dizer também que pode parecer um contrassenso conceber a interação e a integração como tarefas individuais, pois indicaria que o trabalho coletivo não seria método para todas as ações do MST, apenas para algumas e, desta forma, implicaria em não poder ser concebido como princípio.

▪ **Papel da Frente de Massa e implicações para o trabalho e a saúde do militante**

A reflexão compartilhada do material coletado com demais sujeitos do Movimento problematizou o conceito de ‘Frente de Massa’ oferecida por um dos participantes da pesquisa como a de “estar na frente do povo”. Essa reflexão também trouxe a problematização e compreensão de que o componente da Frente de Massa “não pode falar que não sabe” sobre um assunto, ainda que ele tenha dito, também, que “não precisa responder tudo”.

A problematização realizada foi de que talvez esteja presente aí, de forma implícita, uma postura de poder, pois o papel da Frente de Massa, na percepção dos militantes que participam da construção dessa análise, é o de mobilização e organização dos trabalhadores para a realização de grandes ações de massa, a começar pela ocupação. Nesse sentido, o marcador da ação é outro, é o de mobilizar e não o de estar na frente com as respostas para as massas.

Essa forma de compreender a atuação do militante da Frente de Massa, além de apontar para uma ocupação de posição de poder, desencadeia reflexões sobre o quanto ela provoca em termos de sobrecarga de responsabilidade, pressão externa e interna, estresse, cobranças dos demais e de si próprio e, conseqüente, sofrimento psíquico.

Também aponta para possíveis dificuldades em relação ao amadurecimento do povo em relação ao processo de consciência e

compromisso com a construção coletiva de um projeto de assentamento, na medida em que algumas pessoas assumem uma posição de comando em detrimento do poder compartilhado e que sempre pode resultar em disputas internas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVERSAS DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NO CAMPO DO MST

▪ Trabalho coletivo: como se aprende?

Na presente pesquisa, o trabalho coletivo se destacou como uma dimensão central a ser problematizada porque todos os setores relataram vivenciar dificuldades, necessidades e desafios em relação a esse tema e também porque as reflexões que emergiram a partir dos dados, de alguma forma, resvalaram na questão do trabalho coletivo e da vida comunitária. Entre as dificuldades mencionadas em relação ao trabalho coletivo, apareceram as seguintes:

- Como fazer as pessoas compreenderem a sua necessidade;
- Como motivar a participação, o engajamento e o compromisso;
- Como manter as pessoas animadas com o processo participativo;
- Como propiciar a integração e interação;
- Como ter unidade nas intenções (o problema da linguagem e da comunicação);
- Como lidar e/ou evitar lideranças autoritárias.

Como apontado, a maioria das famílias, ao entrar para o MST, não conhece a dinâmica e a forma de organização do Movimento. Elas vivenciam uma grande mudança, passam a participar de um núcleo de base, de um setor e a ter tarefas respectivas ao setor que pertencem; passam a participar de várias reuniões, assembleias e são provocadas a se posicionar; passam a trabalhar junto com outros para construir o que o acampamento necessita para organizar a vida em coletividade; em muitos casos passam a plantar e a colher juntos, a estudar juntos, a marchar juntos pelas rodovias e ruas reivindicando os direitos negados; e tudo isso pode ocorrer no primeiro mês de acampado. No entanto, nem tudo será assimilado de uma única vez. Como bem sinalizou um dos militantes que contribuiu com essa análise, o aprendizado no MST é feito a partir da vivência pessoal e coletiva, muito mais do que pelo discurso, assim, primeiro as pessoas são inseridas em um universo totalmente diferente do que elas viviam antes; e aos poucos, e em tempos diferentes, elas vão compreendendo esse universo e

o sentido dele ou não, porque pode ser que muitas desistam do acampamento antes e outras, de fato, não cheguem a compreender.

Essa compreensão sobre o MST e as suas formas, entre elas o trabalho coletivo, se faz a partir de uma série de confrontos com a vida anterior que não são fáceis porque é todo um jeito de viver que já estava conformado e que será, a partir do acampamento, desafiado. Portanto, é de se considerar que haverá dificuldades no trabalho coletivo no MST e em todas as organizações, uma vez que ele exige mudanças, pessoal e coletiva, em relação ao mundo em que se vive; e as pessoas que estão envolvidas nesses processos, ainda que já tenham alguma caminhada no MST, também estão no contínuo movimento de mudança e de aprendizado (e logicamente, são a todo tempo afetados pelo modo de vida capitalista). Nesse sentido, algumas problematizações colocadas a seguir pretendem trazer reflexões sobre o trabalho coletivo que, a todo tempo, é mencionado como um dos pilares do Movimento.

- Sendo o trabalho coletivo princípio, método de organização política e a própria construção de uma outra humanidade, que importância ele tem nos processos formativos da militância? A formação para o trabalho coletivo tem relevância equivalente à formação política?
- Se existem processos formativos para a militância, estes abordam temas como os processos de participação, engajamento, compromisso; os processos de animação, interação e integração; as relações comunitárias; as questões que envolvem o tema da liderança; as questões relacionais presentes nos processos de comunicação, e outros temas que tratem dos processos implícitos ao trabalho coletivo? E esta formação é contínua e se renova de tempos em tempos?

Em conversas com militantes do MST, sobre a formação para o trabalho coletivo, foi relatado que cada região tem a sua forma de organização, mas que, em geral, essa formação está incluída dentro de um tema maior que trata da organicidade do Movimento. Esse costuma ser um conteúdo dos primeiros cursos da militância, mas sem maiores aprofundamentos teóricos depois. Durante essas conversas, uma frase foi dita por uma militante referindo-se às dificuldades dos assentados em relação ao trabalho coletivo: “trabalhar com gente é difícil mesmo”. De fato, trabalhar com gente é difícil e trabalhar com

muitas pessoas, coletivamente, no sentido de construção de um outro modo de viver e se relacionar, baseado em princípios mais humanos, é uma atividade bastante complexa.

Justamente por isso, acredita-se que a formação contínua é uma necessidade para que se possa, ao mesmo tempo, reconhecer as dificuldades sentidas pelos militantes dos assentamentos, promover o aprendizado através das trocas de experiências e animar a militância para as superações necessárias na construção dessa nova humanidade que se anseia.

Contudo, curiosamente, entre as necessidades de formação levantadas na presente pesquisa, o termo “trabalho coletivo” não apareceu, ainda que ele pudesse estar relacionado.

O Setor de Frente de Massa mencionou que há necessidade de formação para todos do Movimento, principalmente sobre a conjuntura dos últimos anos na América Latina e o novo perfil das pessoas que estão compondo o Movimento. No Setor de Educação apareceu a necessidade de uma formação geral mais crítica para os educadores das escolas e a necessidade de aprofundar nos temas da sexualidade e das relações de gênero. O Setor de Gênero mencionou a necessidade de formação feminista classista nas bases e de estudo do patriarcado por parte dos homens. Por sua vez, o Setor de Saúde sinalizou a necessidade de erradicação do analfabetismo.

A ausência da menção do trabalho coletivo como uma necessidade formativa, ao mesmo tempo em que ele aparece, nesta pesquisa, como dificuldade vivenciada em todos os setores, mas principalmente na base (nos acampamentos e assentamentos), pode indicar que ele tem sido pouco problematizado e sistematizado no conjunto do Movimento.

Outros três dados instigantes observados por uma das participantes da pesquisa foram que:

- A formação no Movimento não está conseguindo modificar a vida cotidiana nos acampamentos. Segundo ela, o método de formação do Movimento não estaria conseguindo modificar a formação recebida na sociedade capitalista, que está presente em todos os lugares e instituições, e que observa que há uma cisão entre o que se vivencia nos espaços formativos do Movimento e a vida cotidiana. Nesse sentido, a entrevistada relatou que observa que as

peessoas separam o que é do Movimento, o que se faz quando se está nos espaços do Movimento e o que se faz quando se está no acampamento.

- Está havendo dificuldade no método de trabalho de base, que não estão conseguindo criar os núcleos de base e que há presença de lideranças muito autoritárias nos assentamentos de hoje.
- Falta material didático para a base.

Diante dessas questões, outras perguntas seriam importantes:

- Qual é o núcleo central da formação dos militantes do MST? E de novo, qual a importância que o trabalho coletivo tem nessa formação? O trabalho coletivo está no núcleo central junto com os demais temas?
- Qual tem sido o principal método formativo adotado pelo MST? Em que medida este método está em consonância com o trabalho coletivo como o método de organização política do MST?
- A formação da militância está dialogando com as dificuldades e necessidades dos acampamentos e assentamentos? Quais as estratégias formativas utilizadas para possibilitar que a formação modifique a prática e ajude a solucionar os problemas vivenciados pelos acampamentos e assentamentos? Por exemplo: como a formação da militância contribui diretamente para superar os problemas de dificuldade de participação política das mulheres no Movimento? O método “ver, julgar e agir” está superado como processo pedagógico? O que há em seu lugar?
- Como a base participa da formação da militância?

Acredita-se que estas sejam perguntas cuja busca pode colaborar para a continuidade de reflexão sobre o trabalho coletivo como uma importante categoria a ser aprofundada nesta relação MST e Psicologia Social Comunitária.

▪ **Acampamento também como cultivo e colheita?**

Outra questão que se quer realçar ao final desta tese é que o período do acampamento mostrou ser crucial por dois motivos, o primeiro porque as pessoas estão mais próximas fisicamente, estão mais “abertas” ao aprendizado e há, como dizem os Sem Terra, “um processo mais aquecido”, uma empolgação maior; o segundo, e de especial relevância é que o que começa no

acampamento tem chances de continuidade no assentamento, pois pode servir como modelo, ainda que isso não seja garantia. Na percepção do participante da pesquisa do Setor de Produção, o grupo que estava mais envolvido com o trabalho coletivo começou a interação no acampamento. Não é possível determinar pela fala dele se já desenvolviam algo coletivamente, mas é provável que sim pelo que se conhece da dinâmica dos acampamentos. Nesse sentido, é que o acampamento pode ser considerado uma semente. Apesar de sempre ser possível iniciar processos nos assentamentos que não foram vivenciados nos acampamentos, é muito mais fácil quando esses processos estão presentes desde o início do acampamento, quando as pessoas estão iniciando o seu aprendizado sobre o que é ser um Sem Terra. No relato do Setor de Frente de Massas há indicações de que esse entendimento está presente no MST quando se diz que todos os Setores devem atuar no acampamento.

No entanto, há um outro elemento a considerar: o tempo de demora para as famílias serem assentadas. Isso foi relatado nesse trabalho e também é uma informação recorrente nas conversas com os militantes do MST. O tempo de acampamento tem se prolongado, as famílias não estão sendo assentadas e são mais de 120 mil famílias acampadas no país (MST, 2016b). Nesse sentido, cada vez menos tem sido possível conceber o acampamento como uma situação provisória e isso lança desafios para a construção de acampamentos que contenham em si a proposta de uma vida que já valha a pena. Assim, o desafio para o acampamento é ser mais do que semente, é ser também o cultivo e a colheita.

O desafio certamente é grande porque a situação do acampamento é sempre incerta, uma hora pode estar em um determinado local, mas em seguida pode sofrer um despejo e ir para outro, então as famílias têm insegurança e instabilidade muito grandes para investir em estruturas físicas, contudo, em termos de relações muito se poderia avançar, principalmente nestas em que o Movimento avalia que são fundamentais para a construção de uma nova sociedade e que foram destacadas nos relatos dos setores: as relações de produção e com o meio ambiente, de igualdade entre os gêneros, de moradia e vizinhança, de valorização da juventude e suas necessidades, de igualdade racial, de poder socializado e cooperado, relações de solidariedade, de companheirismo, de amizade, de respeito para com as crianças e os

adolescentes, etc. Tão importante quanto, é a realização contínua da prática coletiva de reflexão e crítica da antítese dessas relações, que poderiam ser todas categorizadas como relações de dominação e que, na perspectiva dialética, estão presentes em todos os espaços. Sem essa prática, a tendência é de mascaramento das contradições e de reprodução objetiva da dominação burguesa (LANE, 1989), o que tende a impedir a viabilidade das sementes de uma nova humanidade.

▪ A título de finalização: questionamentos novos?

Como pode ser observado ao longo deste processo de inserção e obtenção de informações e depoimentos dos vários participantes, neste trabalho de pesquisa, muitas foram as dificuldades, necessidades e desafios apontados e, obviamente, não é objetivo desse trabalho oferecer respostas às questões que foram levantadas, mas fazer o exercício a partir da Psicologia Social Comunitária de reflexão e análise como uma forma de colaborar para o debate, reflexões e possíveis contribuições na relação entre MST e Psicologia Social Comunitária.

Quando se fala em uma análise a partir da Psicologia Social Comunitária, estando em coerência aos seus princípios, isto significa dizer que se trata de uma reflexão feita em conjunto com a comunidade, evitando-se uma análise que, infelizmente, tem sido feita apartada dessa realidade concreta das pessoas. Por isto a análise aqui apresentada, que já foi feita em diálogo com alguns militantes, pretende continuar sendo aprimorada com a apresentação para os demais componentes do Movimento e realização de novas discussões que poderão fornecer, inclusive, outras possibilidades de análise.

Psicologia Social Comunitária e MST são frutos da mesma época, têm influências teóricas semelhantes como o materialismo histórico e dialético e Paulo Freire. Possuem objetivos que compartilham o mesmo ideal de sociedade mais justa e solidária e atuam com as pessoas que vivenciam de forma mais incisiva os efeitos de um modelo de sistema explorador, opressor e excludente. No entanto, a Psicologia Social Comunitária ainda é bastante desconhecida pelo conjunto do MST, o que não é um fato restrito ao Movimento, pois de modo geral, a maioria da população conhece da Psicologia as suas práticas mais tradicionais, principalmente a clínica, porém não deixa de ser uma questão intrigante pela

tamanha proximidade dos dois campos. A Psicologia Social Comunitária também pouco tem escrito sobre o MST. Uma busca pela plataforma *Scielo* com o descritor “Psicologia Social Comunitária” associado aos descritores “MST”, “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, “Movimento Sem Terra” e “assentamentos rurais”, realizada em 2017 e refeita em fevereiro de 2020, não apresenta nenhum artigo. Sempre há que se considerar o fato de que possam existir artigos que tratem do tema, mas que não utilizem esses descritores mencionados, e que possam existir artigos que não estejam indexados na plataforma *Scielo*. De qualquer forma, a existência de alguns artigos não atenua a questão que se aponta aqui, qual seja, o pouco envolvimento da Psicologia Social Comunitária com o MST.

Ainda não é possível afirmar as razões desse distanciamento, porém, como afirma Dantas et al. (2018), há uma enorme lacuna em termos de contribuição da Psicologia às populações do campo e só recentemente esse panorama têm se modificado, principalmente pelo aumento de cursos de Psicologia no país.

No transcurso de realização desta pesquisa, um outro dado se mostrou intrigante para a pesquisadora que, sendo da Psicologia Social Comunitária e tendo conhecimento da influência das CEBs no início do MST, esperava encontrar nas falas maior referência aos termos “comunidade” e “trabalho comunitário”. O termo “comunidade” aparece nas falas, pouco, mas aparece. Não foi possível fazer uma análise mais apurada do seu uso e dos sentidos pela falta de tempo disponível para mais essa análise, pois seria necessário retornar ao conjunto de transcrições. Já o termo “trabalho comunitário” não aparece nas falas. Isso levou a pesquisadora a pensar se existe diferenças entre “trabalho comunitário” e “trabalho coletivo” que é o termo mais próximo e amplamente utilizado pelo MST.

Diante disso, foi possível levantar questões que se considera importantes para reflexão, para uma futura investigação e também para aprofundamento da Psicologia Social Comunitária:

- Trabalho coletivo para o MST tem os mesmos princípios, o mesmo uso, o mesmo sentido que o trabalho comunitário tem para a Psicologia Social Comunitária⁸¹?
- O trabalho coletivo, enquanto categoria, inclui a perspectiva da indissociabilidade da objetividade e da subjetividade na produção da realidade? Se sim, quais seriam os pontos de sustentação da afirmativa? Se não, quais seriam as repercussões para a prática cotidiana?
- O trabalho coletivo, enquanto método, já tem desenvolvido os seus aspectos metodológicos de forma sistematizada para a militância? Ou, no atual estágio de desenvolvimento do Movimento, ele tem se configurado mais como um conjunto de noções e princípios?
- Se há o desenvolvimento dos aspectos metodológicos do trabalho coletivo, estão presentes os elementos que propiciam a construção da coletividade para além do trabalho coletivo em si?

Ficam estas questões como pequenos indícios para novos estudos, pretendendo-se que esta possibilidade de aproximação entre Psicologia Social Comunitária e MST tenha frutos profícuos e desafiadores, para ambos.

▪ **O projeto de formação de psicólogos para atuação em áreas de reforma agrária**

Como foi citado na introdução, a idealização da presente pesquisa surgiu no interior dos trabalhos de feitura do projeto pedagógico de um curso de graduação em Psicologia para os beneficiários da reforma agrária com vistas à atuação nestas áreas.

No governo Bolsonaro as perspectivas de implantação desse projeto são exíguas visto que o orçamento do PRONERA praticamente inexistente e os cursos que estão em andamento sofrem muitas dificuldades para continuarem suas atividades.

Contudo, há a esperança de que em um futuro próximo a conjuntura possa mudar e oferecer as condições necessárias para a efetivação desse projeto. Já

⁸¹ Refere-se à Psicologia Social Comunitária que se fundamenta nos aportes do materialismo histórico e dialético, da Educação Popular e na Psicologia da Libertação.

se tem algumas conquistas importantes em termos de confecção do texto, de articulação de uma rede de professores para a oferta das disciplinas e de estabelecimento de alguns apoios institucionais.

A presente pesquisa apontou algumas questões a serem consideradas por esse projeto e que poderão fazer parte das ementas das disciplinas, principalmente da Psicologia Social Comunitária no que se refere às questões relacionadas ao trabalho coletivo e/ou comunitário, às questões subjetivas relacionadas à participação, à saúde mental da militância, à vivência cotidiana da opressão, do preconceito e da discriminação e suas repercussões na vida comunitária e na subjetividade e possibilidades de enfrentamento e superação, entre outros temas aqui abordados.

Ainda que o momento seja de muitas dificuldades para levar adiante os projetos de um mundo com justiça social, os sonhos precisam continuar teimosos e aprumados, mostrando um caminho e uma direção para o fazer cotidiano de mudança da história. Esse projeto é um desses sonhos que poderá se realizar por inteiro como se pensou até o momento ou poderá assumir outras formas que só o decorrer dos dias poderá dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Gabriela Azevedo de. **A mulher pela lente de jovens militantes do MST**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2012.

AGUIAR, Janecleide Moura de. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Projeto de Reforma Agrária popular: as tecnologias digitais na construção das formas insurgentes de luta política no século XXI**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. PROCERA versus PRONAF: vejo o futuro repetir o passado... In: **Geografia**, Londrina, v.9, n.1, p. 83-87, jan./jun. 2000.

ALVAÍDES, Natália Kerche & SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. De sem-terra a Sem-Terra: Memórias e identidades. In: **Psicologia & Sociedade**, 25 (2), 288-297, 2013.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleciene dos Anjos; BELLATO, Roseney & LUCIETTO, Grasielle Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades em pesquisa qualitativa. **17º Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem**; 03 a 05 de junho de 2013; Natal/RN. Natal: ABEN, 2013.

ARAÚJO, Laura Filomena Santos de; DOLINA, Janderléia Valéria, PETEAN, Elen; MUSQUIM, Cleciene dos Anjos; BELLATO, Roseney & LUCIETTO, Grasielle Cristina. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. In: **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, 15(3): 53-61, jul-set, 2013.

ARIDE, Fabrícia Rodrigues Amorim. **Uma vida chamada luta, um sonho chamado terra: juventude rural e processos identitários**. Dissertação de Mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2011.

ASSY, Maria Rita do Amaral. **Agitar, policial, agir, noticiar em maio de 98**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, 2000.

BELO, Diego Carvalho & PEDLOWSKI, Marcos Antônio. Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra. In: **Revista Nera**, Presidente Prudente-SP, ano 17, n.24, p.71-85, 2014.

BEZERRA, Delma Rosa dos Santos. **O processo de apropriação da política da educação do campo por profissionais de uma escola no interior do estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2017.

BOFF, Leonardo. Teologia da Libertação: viva e atuante. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2007. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=26>. Acesso em 27 de nov. 2016.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BONAVIGO, Elizabeth Ana. **Produção sócio-histórica a “cooperação agrícola” no acampamento da fazenda Annoni e no assentamento 16 de Março: práticas cotidianas e produção de subjetividades**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 1998.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. INCRA. **Manual de Operações do PRONERA**. Brasília/DF. 2011a. Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/manual_de_operacoes_do_pronera_2012.pdf. Acesso em 10/01/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 2.866, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011**. 2011b. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html. Acesso 29 de dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 2.311, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014**. Altera a Portaria nº 2.866/GM/MS, de 2 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2311_23_10_2014.html. Acesso em 29 de dez. 2019.

BRASIL. **No Brasil, população indígena é de 896,9 mil**. Portal Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/04/populacao-indigena-no-brasil-e-de-896-9-mil>. Acesso em 02 de nov. 2016.

BRAZ, Juliana de Oliveira Barros. **Mutirões habitacionais: intervenção e pesquisa no processo de construção de moradias populares**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2008.

BUICH, Nora. **Origem da palavra companheiro**. Esquerda Diário, 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Origem-da-palavra-companheiro>. Acesso em 18 de jan. 2017.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.207-224, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Desafios do vínculo trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular**. Texto preparado como trabalho encomendado pelo GT Trabalho e Educação da ANPED, apresentado na 36ª Reunião Anual da Anped. Goiânia (GO), 2013.

CAMPOS, FABIANA DE ANDRADE. **Trabalho e consciência de classe: a história de dona Antônio e dona Maria na luta pela terra**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2004.

CAMPOS, Fabiana de Andrade. **Memória histórica do Massacre de Felisburgo: um estudo sobre trauma psicossocial e processos de resistência**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Social), 2015.

CARNEIRO, Ana & CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. O processo histórico e a criação do Obteia. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira; PESSOA, Vanira Matos Pessoa; TEIXEIRA, Ana Cláudia de Araújo (org.). **Campo, floresta e águas: práticas e saberes em saúde**. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2017. p. 31-55. Disponível em: <http://www.saudecampofloresta.unb.br/wp-content/uploads/2019/01/LivroObteia_NOV2018_Vers%C3%A3oWEB.pdf>. Acesso em 29 de dez. 2019.

CARVALHO, Bruno Peixoto; SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. A escola de São Paulo de psicologia social: apontamentos históricos. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v.15, n.4, p. 713-721, out./dez. 2010.

CARVALHO, Regiane Sbroion de. **Participação infantil: reflexões a partir da escuta de crianças de assentamento rural e de periferia urbana**. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2011.

CARVALHO, Regiane Sbroion de. **Política e infância: aproximações a partir da escuta de crianças de movimentos sociais de luta pela terra**. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2015.

CEPIS. **Trabalho de base: seleção de roteiros organizados pelo Cepis**. PELOSO, Ranulfo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 03/2007**. Conselho Federal de Psicologia, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra**. Brasília: CFP, 2013.

DANTAS, Candida Maria Bezerra et al. A PESQUISA EM CONTEXTOS RURAIS: DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS PARA A PSICOLOGIA. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, 2018.

DOMINGUES, Eliane. **A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): contribuições da psicanálise**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2001.

DOMINGUES, Eliane. Vinte anos do MST: A Psicologia nesta história. In: **Psicologia em Estudo**, Maringa, v. 12, n. 3, p. 573-582, set./dez. 2007.

DOMINGUES, Eliane. **Entre a utopia e o mal-estar: reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Social), 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.128, p.104-122, abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100104&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 11 de set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.096>.

DUPRAT, Déborah. **Audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em 11/07/2019**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/documentos-1/notas-taquigraficas/audiencia-publica-em-11-07-19-sobre-programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria-pronera/view>. Acesso em 11 de out. 2019.

ELTIS, David. & HALBERT, Martin. **Voyages - The Trans-Atlantic Slave Trade Database**. Emory University, 2013. Disponível em: <<http://slavevoyages.org/>>. Acesso em 02 de nov. 2016.

ENGELMANN, Solange I. & GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. In: **Revista eletrônica do CEMOP**, n.2, 2012.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FAVARO, N.A.L.G. A educação do campo no âmbito das lutas de classes. In: MELO, A.; HIDALGO, A.M.; SAPELLI, M.L.S. (Org.) **Terra e Educação: contexto e experiências em educação do campo**. Guarapuava: Unicentro, 2014. 268 p.

FEITOSA, Izayana Pereira. **Direitos humanos e tomada de perspectiva social: verificação de um modelo teórico**. Tese de Doutorado. João Pessoa:

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 nos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, VERA Lúcia Silveira Botta & WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008, p. 27-52.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina. **Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST**. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2009.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. 24^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 45^a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária. **Psicologia & Sociedade/ABRAPSO**, v.8, n.1, p.63-82, 1996.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre-UFRGS, v.11, n.1, p. 183-202, 1998a.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Novas práticas e velhos olhares em Psicologia Comunitária: uma conciliação possível?. In: SOUZA, Lídio de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; RODRIGUES, Maria Margarida Pereira. (Org.). **Psicologia: Reflexões (im)pertinentes**. 1ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998b, v. 1, p. 83-110.

_____. Maria de Fátima Quintal de. O movimento da lente focal na história recente da Psicologia Social Latino-Americana. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas & GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). **Paradigmas em Psicologia Social. A perspectiva latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Desafios e possibilidades para a Psicologia Social Comunitária em contextos rurais. In: NOVO, Helerina A.; SOUZA, Lídio; ANDRADE, Angela Nobre. **Ética, cidadania e participação: debates no campo da Psicologia**. Vitória: Edufes; CCHN Publicações, 2001a.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: Algumas Aproximações e Intersecções com a Psicologia Política. In: **Revista Psicologia Política**. SBPP. São Paulo. Vol.1, nº2, jul/dez, 2001b.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Dimensões da exclusão e da participação na vida cotidiana: perspectiva da psicologia social comunitária latino-americana.

In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora & STOLTZ, Tânia (Orgs.) **Educação, cidadania e inclusão social**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Estratégias de ação comunitária e mudança social: relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação. In: DIMENSTEIN, Magda. **Psicologia Social Comunitária – aportes teóricos e metodológicos**. Natal: EDUFRN, 2008.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Construcción y consolidación de la psicología social comunitária em Brasil: Conocimientos, prácticas y perspectivas. In: MONTERO, M.; SERRANO-GARCÍA, I. (Comps.). **Historias de la Psicología Comunitaria en America Latina: participacion y transformacion**. 1°. ed. Buenos Aires: Paidós, 2011.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In: Ana Maria Jacó-Vilela; Leny Sato. (Org.). **Diálogos em Psicologia Social**. 1ªed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, v. 1, p. 370-386.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (Org.). **Psicologia Social Comunitária - da solidariedade à autonomia**. 19ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014a.

_____. Maria de Fátima Quintal de. Psicologia Social Comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In: STELLA, Claudia (Org.). **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências**. Petrópolis/RJ: 2014b.

GAMA, Vladimir; PRADOS, Rosália Maria Netos; BONINI, Luci Mendes de Melo. A criminalização dos movimentos sociais pela mídia brasileira: análise semiótica do caso do Movimento Sem Terra (MST). **InterScience Place**, v. 2, p. 73-88, 2018

GOMES, Maria Judith M. **Estudo sobre a consciência política dos técnicos da extensão rural em assentamentos do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2003.

GROFF, Apoliana Regina. **A mediação da música no MST: um estudo em contextos e eventos coletivos em Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2010.

HELLER, Agnes. **La Revolucion de la Vida Cotidiana**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1982.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la Vida Cotidiana**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1987.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61914.pdf>>. Acesso em 07 de out. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 – Características gerais dos indígenas. Resultados do universo**. IBGE, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf>. Acesso em 02 de nov. 2016.

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101656_notas_tecnicas.pdf> e <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf>. Acesso em 30 de set. 2019.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao>. Acesso em 26 de nov. 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – **Incra nos Estados – Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em 02 de out. 2017.

IPEA. **II PNERA – Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Base de dados. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150618_relatorio_ii_pesquisa%20nacional.pdf>. Brasília: Ipea, 2015.

KAHHALE, Edna María Peters; SANCHES, Sandra Gagliardi. História da psicologia: a exigência de uma leitura crítica. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (org.) **A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia**. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2003.

LA VIA CAMPESINA. **Organización**. Recuperado em 07 de dezembro de 2016, de <<https://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>>.

LA VIA CAMPESINA. **La via Campesina: seguimiento a la Declaración de Manágua. Mons Declaración, may 1993**. Disponível em <<https://viacampesina.org/es/mons-declaration-may-1993/>>. Acesso em 10/10/2018.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A dialética da subjetividade versus a objetividade. In FURTADO, Odair & GONZÁLES-REY, Fernando (Orgs.). **Por uma epistemologia da subjetividade: Um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

_____. Silvia Tatiana Maurer. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer & SAWAIA, Bader Burihan. (Orgs.) **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense; Educ, 2006.

_____. Silvia Tatiana Maurer. Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. (Org.). **Psicologia Social Comunitária - da solidariedade à autonomia**. 19ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LARA JUNIOR, Nadir. **A mística no cotidiano do MST: A interface entre religiosidade popular e política**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2005.

LARA JUNIOR, Nadir. **A mística do MST como laço social**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Social), 2010.

LEAL, G. F. A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais** (Abep), 14., 20-24 set. 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: Abep, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1426>. Acesso em 03 mai. 2018.

LEITE, Jäder Ferreira. **Produção de subjetividades em trabalhadores na condição de luta pela terra no Rio Grande do Norte**. Dissertação de Mestrado Não-Publicada. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2003.

LEITE, Jader Ferreira. **A militância em movimento: amizade e maquinação de modos de existência no MST**. Tese de Doutorado. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2008.

LEITE, Jäder Ferreira & DIMENSTEIN, Magda. Movimentos sociais e produção de subjetividade: O MST em perspectiva. In: **Psicologia & Sociedade**, 22(2); 26-278, 2010.

LIMA, Alexandre Bonetti. **Era uma vez... Algumas histórias: as versões sobre o MST do Pontal do Paranapanema em dois jornais diários**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Social), 2005.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). In: **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.22, n.2(48), p.547-576, ago, 2013.

MANNES, Mariana. **A criança em movimento: reflexões sobre trabalho, educação e o brincar do campo ao morro**. Dissertação de Mestrado. São

Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2015.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Hacia una psicología de la liberación. In: **Boletín de Psicología**, n. 22, Universidad Centroamericana, pp. 219-231, 1986.

MARTINS, Fabio Henrique Araújo. **Subjetividades insurgentes: pesquisas em Saúde Mental e Direitos Humanos no MST**. Dissertação de Mestrado. Assis: Universidade Estadual de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2008.

MARTINS, Fábio Henrique Araújo. Saúde Mental e Direitos Humanos em Movimentos Sociais: Uma cartografia da produção de subjetividade num acampamento do MST. In: XIX Encontro de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis/UNESP. Assis/SP. **Anais...** Assis: UNESP, 2006. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS_DO_XIX_ENCONTRO/141_FABIO_HENRIQUE_ARAUJO_MARTINS.pdf>. Acesso em 21 de jan. 2020.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____, Karl. **Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZIN, Angelo Diogo; ESTEVAM, Douglas & STÉDILE, Miguel Henrique, (Coord.). **A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente - História do MST**. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, 2015. 75 p. Turma Eduardo Galeano.

MELO, Lis Albuquerque. **Processos de Subjetivação na Vida Coletiva e nas Lutas: a participação das crianças em movimento**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

MELO, Thainara Granero de. **Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso da COOPERARES - Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP**. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2015.

MELO, Thainara Granero de. **Desenvolvimento rural, trabalho cooperado e subjetividades: A trajetória de cooperação do assentamento Sepé Tiaraju**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2019.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, Aug. 2007.

MONTERO, Maritza. La participación: Significado, alcances y limites. In: MONTERO, M.; JAUA, E; HERNÁNDEZ, E.; WYSSENBACH, J.P.; MEDINA, S.; HURTADO, S. & JANSSENS, A. (Orgs.). **Participación – Ámbitos, retos y perspectivas**. Caracas: Ediciones CESAP, 1996.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos**. Buenos Aires/Argentina: Editorial Paidós, 2004.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MST. **O funcionamento das brigadas do MST**. São Paulo: MST, 2005.

MST. **Programa Agrário do MST. Lutar! Construir a Reforma Agrária Popular!** São Paulo: MST, 2013.

MST. **Normas gerais e princípios organizativos do MST**. MST, 2016a.

MST. **Quem somos**. Recuperado em 05 de janeiro de 2016, de <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. 2016b.

NARITA, Stella. **Estudo dos processos psicossociais que motivam um grupo de trabalhadores à participação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra no pontal do Paranapanema-SP**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2000.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NOBREGA, Juliana da Silva. **A produção da vida como política no cotidiano: A união de terras, trabalho e pannels no "Grupo Coletivo 14 de Agosto", em Rondônia**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2013.

OXFAM. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. Rio de Janeiro: OXFAM, 2018.

OLIVEIRA, Antonimaria Bandeira de Freitas. **A produção de sentidos sobre a militância política de mulheres vinculadas ao MST/RN**. Dissertação de Mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2015.

PAIVA, Clotilde.; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; SANTOS, Douglas; JESUS, Antônio da Matta de.; MIRANDA, Henrique; MENDONÇA, Matheus; VARGAS, Patrícia. **Publicação crítica do**

recenseamento geral do Império do Brasil de 1872. Relatório Provisório. Minas Gerais: UFMG/Faculdade de Ciências Econômicas & Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2012. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>>. Acesso em 02 de nov. 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. In: **Mundo Agrário**, La Plata, v.9, n.18 jun., 2009.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência**. Araxá, n.4, p.129-148, 2008.

RODRIGUES, Adriana. **A violência institucional como método para lidar com a miséria social: a trajetória dos/as sem terra do assentamento Dom Hélder Câmara/PR, no difícil percurso de luta até chegar em cima do lote.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2006.

RODRIGUES, João Paulo. O trabalho coletivo no MST. In: **VIDEOBRASIL. Resistir, reexistir.** Youtube, 03 de fev. 2019. Disponível em < https://youtu.be/Wp_w5m4f52k >. Acesso em 10 de jan. 2020.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta da nação.** Tese de Doutorado. Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2002.

ROSA, Leandro Amorim. **Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural.** Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2013.

SANTOS, Maria Augusta Costa dos. **Tornando-se um assentado rural do MST: Uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2005.

SALVARO, GIOVANA ILKA JACINTO. **“Ainda precisamos avançar”: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Dissertação de mestrado. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2004.

SCHILLING, Paulo. Do “caminho brasileiro de reforma agrária – 1962. In: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil – o debate tradicional 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto-SP.** Tese de

Doutorado. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2010.

SEWO, Mirian Toshiko. **Estudo exploratório sobre o processo de participação de educadores de informática e cidadania da cidade de Curitiba e Região Metropolitana**. Dissertação de Mestrado, Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, 2004.

SEWO, Mirian Toshiko Sewo & FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Notas de orientação da tese ‘Trabalho coletivo e dinâmicas de formação no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: análise de necessidades na perspectiva da Psicologia Social Comunitária’**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

SILVA, Alessandro Soares da. **Acampados no “Carlos Mariguela”: um estudo sobre a formação da consciência política entre famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no pontal do Paranapanema**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2002.

SILVA, Danilo de Carvalho. **Psicologia comunitária e movimentos sociais: Juventude, participação política e enfrentamento de formas de desenraizamento em Comunas do MST**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2016.

SOUSA, Caroline Cristiane de. **Sem-terra com terra: contradições e potencialidades na organização social e produtiva de assentamentos rurais**. Tese de Doutorado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2016.

SOUZA, Ana Silvia Ariza de. **A saúde na perspectiva ético-política: pesquisa ação participante na Comuna da Terra Irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Social), 2012.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. **Seminário Exclusão Social**, PUC/S.P., 23 de abril de 1998.

STEDILE, João Pedro. (org.) **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2012.

TAJFEL, Henri. **Grupos Humanos e Categorias Sociais** vol. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

_____. **Grupos Humanos e Categorias Sociais** vol. II. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

TARELHO, Luiz Carlos. **Da consciência dos direitos à identidade social: os semterra de Sumaré**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 1988.

VERONA, Humberto. Apresentação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) em Questões Relativas a Terra**. Brasília: CFP, 2013.

ZAKABI, Denise. **Jovens assentados: História de vida e projetos de futuro em um assentamento no litoral do Ceará**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Roteiro de entrevista

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Data: ____/____/____.

Início: _____hs Término: _____hs

Setor: _____

Dirigentes do Setor/Coletivo: _____

Quantidade de pessoas participantes da entrevista: _____

Local da entrevista: _____

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COLETIVA COM OS DIRIGENTES NACIONAIS DOS SETORES

1. Quais atividades vocês desenvolvem no setor?
2. Quais as principais necessidades ou dificuldades enfrentadas pelo setor?

Explorar cada dificuldade/necessidade perguntando:

 - Por que isso se apresenta como uma dificuldade/necessidade?
 - Desde quando vocês vivenciam esse tipo de dificuldade/necessidade? É algo novo ou velho?
 - O que vocês acham ser a razão dessa dificuldade/necessidade?
 - O que é feito em relação a essa dificuldade/necessidade? Quem faz? Como é feito? Com quem? Onde? Com que regularidade?
 - Isso que tem sido feito tem gerado alguma coisa? O que?
 - O que vocês acham que deveria ser feito e não é? Por que deveria ser feito? Por que acham que não é feito?
3. Qual assentamento vocês consideram que mais conseguiu avançar em termos de acúmulo político e prático? Por que?
4. Quais assentamentos vocês consideram que mais conseguiu avançar em termos de acúmulo político e prático nos demais setores? Por que?

ROTEIRO PARA A REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA COLETIVA COM OS SETORES NOS ASSENTAMENTOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Data: ____/____/____.

Início: _____hs Término: _____hs

Região/Cidade: _____

Assentamento: _____

Setor: _____

Quantidade de pessoas participantes da Entrevista Coletiva: _____

Local da Entrevista Coletiva: _____

1. Quais atividades vocês desenvolvem no setor?
2. Quais as principais necessidades ou dificuldades enfrentadas pelo setor?

Explorar cada necessidade/dificuldade perguntando:

- Por que isso se apresenta como uma dificuldade/necessidade?
- Desde quando vocês vivenciam esse tipo de dificuldade/necessidade? É algo novo ou velho?
- O que vocês acham ser a razão dessa dificuldade/necessidade?
- O que é feito em relação a essa dificuldade/necessidade? Quem faz? Como é feito? Com quem? Onde? Com que regularidade?
- Isso que tem sido feito tem gerado alguma coisa? O que?
- O que vocês acham que deveria ser feito e não é? Por que deveria ser feito? Por que acham que não é feito?

APÊNDICE II - Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CURSO DE PSICOLOGIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, da pesquisa “Análise de necessidades no contexto do MST à luz da Psicologia Social Comunitária”. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não terá nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a organização a que pertence. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso, situado na Rua Fernando Corrêa nº 2367, bairro Boa Esperança, Cuiabá-MT, telefone (65) 3615 8935, email cephumanas@ufmt.br, sob a coordenação de Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro. Esse Comitê de Ética tem como funções avaliar protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos; atender às resoluções 466/12 e 510/16 da CONEP; desempenhar papel consultivo e educativo em questões de ética e receber denúncias de abusos ou notificação sobre fatos adversos.

O objetivo deste estudo é compreender as dificuldades e necessidades vivenciadas pelos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas coletivas e relatar a sua percepção sobre as dificuldades e necessidades vivenciadas por você e seu setor de atuação no MST.

Os possíveis riscos relacionados a sua participação na pesquisa não são maiores do que os existentes na vida cotidiana e se referem ao fato da entrevista ser coletiva e o que você falar será ouvido pelos demais presentes, não havendo assim a garantia de confidencialidade durante a entrevista. Nesse sentido, você poderá não se pronunciar sempre que avaliar que a sua fala possa lhe trazer algum tipo de desconforto ou prejuízo. A entrevista coletiva será realizada com extrema cautela, respeitando as limitações e disponibilidades dos e das participantes, mas caso algum dano seja provocado, você será indenizado. Mesmo não havendo confidencialidade durante a entrevista coletiva, os dados referentes à sua pessoa não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, eles serão confidenciais e garantimos o sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive na divulgação da mesma. As sessões serão gravadas apenas em áudio, não serão filmadas, e seus dados serão utilizados apenas para fins acadêmicos sendo que após as transcrições das mesmas estas serão desgravadas.

Os benefícios da pesquisa são os de fornecer ao MST, ao final da pesquisa, um relatório apresentando um panorama a respeito da temática pesquisada, de contribuir com o desenvolvimento do projeto de formação de psicólogos para o trabalho nos assentamentos organizados pelo movimento social do qual você participa e outros assentamentos rurais, para a reformulação do projeto pedagógico do curso de Psicologia/PRONERA e se constituir como um documento orientativo para outras atividades da Psicologia junto aos assentamentos, seja em outras pesquisas ou projetos de extensão.

Você receberá uma via desse termo onde tem o nome, telefone e endereço do pesquisador responsável, para que você possa localizá-lo a qualquer tempo. Os pesquisadores são: Mirian Toshiko Sewo, professora da UFMT, celular 65 98109 4569, email miriansewo@gmail.com; sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fátima Quintal de Freitas, professora da UFPR.

Outras informações relevantes sobre essa pesquisa:

- Você pode desistir de participar a qualquer momento da pesquisa sem que seja prejudicado. Se desistir, não sofrerá nenhum prejuízo.
- Por ser uma entrevista coletiva, o que você falar durante a entrevista não terá garantia de confidencialidade, mas o seu nome em nenhum momento será exposto no trabalho escrito e no relatório que será produzido.
- Você poderá se recusar a responder qualquer pergunta, se ela lhe fizer sentir ofendido ou constrangido.
- Sua participação é voluntária e não remunerada, ou seja, não irá receber dinheiro algum para participar dessa pesquisa.
- Você poderá ver as informações sobre a sua pessoa e se tiver dúvidas, elas serão esclarecidas, em qualquer etapa da pesquisa.
- Você terá assistência durante o desenvolvimento da pesquisa para que possíveis dúvidas possam ser sanadas, por isso, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável a qualquer momento.
- Ao final da pesquisa um relatório será produzido para subsidiar o trabalho da equipe pedagógica do projeto de graduação em Psicologia destinado aos assentados da reforma agrária, à direção nacional do MST e aos representantes dos setores do Movimento envolvidos na pesquisa; e a pesquisadora ficará à disposição para apresentar o trabalho produzido e contribuir naquilo que o Movimento considerar pertinente e estiver dentro das possibilidades da pesquisadora.
- Quando terminar essa pesquisa, se for do seu interesse, você poderá ver todos os resultados, podendo discutir os dados com a pesquisadora responsável.

Esse documento será impresso em duas vias e uma delas ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável. Todas as folhas serão rubricadas pela pesquisadora e participantes da pesquisa colocando as assinaturas na última folha.

Considerando os dados acima, CONFIRMO estar sendo informado por escrito e verbalmente dos objetivos desta pesquisa e concordo em participar da mesma.

Eu.....,
 idade:..... sexo:..... Naturalidade:..... portador
 (a) do documento RG Nº:..... declaro que entendi os
 objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura:

Assinatura do pesquisador principal:

Testemunha

(Testemunha só é exigido caso o participante não possa por algum motivo, assinar o termo.

_____, ____ de _____ de 2019.